



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea

JOSÉ ONOFRE GURJÃO BOAVISTA DA CUNHA

**CAPITAL SOCIAL, FAMÍLIA E REDUÇÃO DA POBREZA:
UM PERCURSO NA LITERATURA.**

**Salvador,
2013**

JOSÉ ONOFRE GURJÃO BOAVISTA DA CUNHA

**CAPITAL SOCIAL, FAMÍLIA E REDUÇÃO DA POBREZA:
UM PERCURSO NA LITERATURA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

Linha de Pesquisa: Família e sociedade.

**Salvador,
2013**

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

C972 Cunha, José Onofre Gurjão Boavista da.
Capital social, família e redução da pobreza: um percurso na
literatura/ José Onofre Gurjão Boavista da Cunha. – Salvador, 2013.
360 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em
Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

1. Capital Social Familiar 2. Família - Pobreza 3. Políticas
Públicas I. Título.

CDU 316.356.2

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ ONOFRE GURJÃO BOAVISTA DA CUNHA

**Capital Social, família e Redução da Pobreza - Um percurso na
Literatura.**

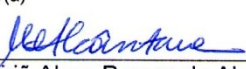
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Família na
Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 30 de julho de 2013.

Banca Examinadora:



Dr.(a) Giancarlo Petrini
Orientador(a)




Dr.(a) Miriã Alves Ramos de Alcântara
(UCSal)



Dr.(a) Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(UCSal)



Dr.(a) José Afonso Ferreira Maia
(UEFS)



Dr.(a) Ana Lúcia Alcântara de Oliveira Ulian
(Intituto Baiano de Análise do Comportamento)

Dedico este trabalho aos amigos professores e colegas da primeira turma do Curso de Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, por tudo o que construímos nesses anos mais que dourados de vivências e convivência de grande significado pessoal e comunitário. São todos, e cada um, exemplos concretos de que confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade, alicerces do Capital Social, podem ser gerados e cultivados a cada dia, com mais intensidade, com mais amor e maior compartilhamento de afetos dadivosos.

Faço também uma especial dedicatória desta tese à esperança - certeza da erradicação da pobreza no Brasil e em todo o mundo, pela força irresistível de uma verdadeira equação do desenvolvimento auto-sustentável. Que a ninguém exclua.

À Família, pelo dom e pela dádiva, nas pessoas de Marcelo, Lara e Rodrigo, filhos que Deus me deu e a Vida do Universo acolheu, fontes de bençãos e alegrias cotidianas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre bom. Faz bem a quem agradece e a quem recebe o reconhecimento. É uma via de mão dupla; o princípio mesmo do Capital Social em ação, como uma gigantesca rede de gratidão em contínua expansão do seu poder de gerar reciprocidade, confiança e solidariedade.

Agradecer a Deus, por sua infinita Misericórdia.

Aos meus pais, *in memoriam*, pela vida que me deram e pelo ser que moldaram, com amor e sabedoria, em uma Família que não é a de hoje, mas é a de sempre. A todos os familiares, em especial aos filhos, agradeço.

Aos admiráveis professores e às minhas queridas colegas da 1ª turma do Curso de Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, agradeço por esses quatro anos excepcionais, pelo dom de estar aqui e pela dádiva de com eles conviver.

Agradeço também a generosidade dos Doutores e Doutoradas que compõem a Banca, pelas recomendações e pela relevância das contribuições teóricas extraídas de trabalhos de sua autoria, que propiciaram uma maior qualificação desta tese.

Existe uma “força oculta”, um pequeno e incansável exército, unido por laços fraternos de amor e amizade, fundamental para que a minha “mensagem a Garcia” fosse entregue. Revelo os seus nomes e agradeço: Eloaci querida, Mestra Maria do Socorro amiga preciosa, Lilian solidária e Deja (que acha tudo).

No árido e longo caminho que me propus empreender, reencontrei um "velho" e sempre "novo" querido amigo com quem, outrora, já havia compartilhado sonhos e utopias. A partir desse reencontro com Luiz Coelho de Araújo pude novamente usufruir do seu entusiasmo contagiante, da sua inteligência admirável, de suas críticas construtoras de idéias mais apropriadas e consistentes. Agradeço ao Professor Coelho termos dado, ao nosso caminho, um coração.

Agradeço a Fabiane pela contribuição na busca de dados estatísticos sobre a pobreza na Bahia e por haver digitado a versão para o Exame de Qualificação, e a Caio Vinicius a quem coube a tarefa de digitar o documento apresentado para a Defesa da Tese.

Faço um agradecimento especialíssimo a três pessoas, a quem jamais poderei retribuir à altura o que fizeram por mim, pelo Doutorado que ora concluo. A meu filho Rodrigo, brilhante amigo de todas as horas, presença constante desde que a entrada no Programa era um projeto e que durante todo o meu percurso fois versões entusiasmo, pesquisando, digitando, dialogando, incentivando, plenificando de orgulho o velho coração do pai, por suas evidentes qualidades humanas e pelo futuro promissor que se descortina a partir do vitorioso presente já construído, na empolgante beleza e felicidade dos seus 24 anos.

Foi ele quem me levou até o Professor José Euclimar Menezes, a quem agradeço por essas palavras decisivas: fazer um doutorado na maturidade é uma benção, pela experiência acumulada durante toda uma vida”.

O último (mas certamente não o menos importante) a quem agradeço, pela honra da sua orientação segura, amigável, compreensiva, estimulante e sábia, é o Dr. Giancarlo Petrini, a quem presto contas com este trabalho de tese, que bebeu da fonte generosa do seu vasto conhecimento.

Las diversas concepciones teóricas dejan en relieve que el concepto es aplicable, utilizable y su importancia radica en que cambia el análisis reduccionista que se ha hecho hasta el momento respecto del fenómeno de la pobreza. Afirma que el Capital Social no es un concepto neutral sino más bien progresista, revolucionario (DURSTON, 2000, p. 23).

Cunha, José Onofre Gurjão Boavista da. Capital social, família e redução da pobreza: um percurso na literatura. Salvador, 2013. 360 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

RESUMO

Inserido na linha de pesquisa “Família e Sociedade”, esta tese tem por objetivo apresentar o Capital Social e familiar como instrumentos relevantes na geração de políticas sociais efetivas para o combate à pobreza, bem como para o empoderamento de grupos comunitários pobres na busca da superação das suas dificuldades, atuando os seus membros de forma solidária e cooperativa em prol do bem comum. Para tanto, tomou-se como fundamento o estudo do Capital Social, da pobreza e da família, três categorias que ocupam notáveis dimensões nos estudos das Ciências Sociais em particular e em quase todas as demais áreas do conhecimento. O Capital Social, que assume centralidade neste trabalho de tese, revestiu-se do significado que possui hoje somente a partir dos anos 1980 e foi examinado amplamente quanto à sua própria existência, seus conceitos, seu paradigma em construção na direção da maturidade, seu modelo analítico e suas aplicações no mundo real, sua aproximação com a economia e a psicologia, com a contribuição de um grande número de autores, nacionais e internacionais, apontando para o combate à pobreza e fazendo jus à sua condição de instrumento que corporifica o objeto da pesquisa. Já a abordagem da pobreza foi concebida em torno de dois eixos: o primeiro trata a pobreza como um problema para o conhecimento, envolvendo as diversas concepções em torno do tema e trazendo mensurações que dão uma ideia aproximada da sua amplitude e gravidade, e apontam na direção das medidas concretas e de programas orientados para o seu enfrentamento efetivo; o segundo eixo consiste em trabalhar a pobreza como um problema para a ação, compreendendo a proteção social e as políticas públicas que erigiram a sua redução quantitativa como um importante elemento da atuação do Estado e de outras organizações nesse campo específico. Foram examinados textos de autores que estudaram a temática no âmbito das variadas áreas do conhecimento que representam, levantando-se dados e informações a respeito de programas e projetos comunitários bem sucedidos, virtuosos, de superação da pobreza, mediante o uso do Capital Social, tanto no Brasil quanto em outros países, sintetizando-se esse processo de enfrentamento do problema como uma questão inserida na luta pelos direitos humanos e pela sustentabilidade econômica-social-ambiental no planeta. A família, que no período pós-guerra chegou a ser considerada uma instituição ultrapassada, por falta de funcionalidade, nos tempos modernos retomou o seu papel como sujeito social indispensável para acolher e cuidar de crianças e idosos, como referência para seus membros e parceira imprescindível para a implantação de políticas públicas/sociais. Ressalte-se a centralidade da família para o planejamento e a execução de projetos de vida, ponto inicial para que se possa vislumbrar um combate efetivo à pobreza. O projeto de vida tem como objetivos imediatos a melhoria dos níveis de educação, saúde, moradia e emprego e situa-se em direta oposição às estratégias de sobrevivência, que se preocupam unicamente com as necessidades imediatas. A família se reveste de papel fundamental na composição deste trabalho de tese, em especial quanto à abordagem do potencial construtivo do que tem sido denominado Capital Social Familiar, uma noção ainda embrionária com perspectivas promissoras no tocante ao combate à pobreza, através dos bens relacionais produzidos pelas relações pessoais, próprias e únicas, estabelecidas pelos membros da família no seu âmbito e no contexto comunitário em que se encontra estabelecida.

Palavras-chave: Capital Social; Capital Social Familiar; Família; Pobreza; Políticas Públicas.

Cunha, José Onofre Gurjão of Boavista. Capital, family and poverty reduction: a course in literature. Salvador, 2013. 360 f. Thesis (Ph.D.) - Catholic University of Salvador. Superintendent of Research and Graduate Studies. Doctorate in Family in Contemporary Society.

ABSTRACT

Inserted in the research line "Family and Society", this thesis aims to present the social and family capital as important tools in the generation of effective social policies to combat poverty and to empower poor community groups in the effort to overcome its difficulties, with its members acting in solidarity and cooperative towards the common good. To do so, we took as basis the study of capital, poverty and family, representing three categories that occupy remarkable dimensions in the study of social sciences in particular, and in almost all other areas of knowledge. The capital, which is a central thesis of this paper, lined up the importance it has today only since the 1980s and has been widely examined as to their existence, their concepts, paradigm in building toward maturity, model analytical and applications in the real world, with the contribution of a large number of authors, national and international, pointing to the fight against poverty and living up to their status instrument that embodies the object of research. Already addressing poverty was designed around two axes: the first deals with poverty as a problem for knowledge, involving different concepts around the topic and bringing measurements that give an approximate idea of their extent and significance, and point the direction of the concrete measures and programs geared to their effective coping. The second axis consists of working poverty as a problem for the action, including social protection and public policies that build their quantitative reduction as an important element of the performance of State and other organizations in that particular field. We examined texts by important authors who have studied the subject in the context of various areas of knowledge they represent, rising data and information about community programs and projects successful, virtuous, to overcome poverty through the use of social capital, both in Brazil and in other countries, synthesizing this process of dealing with the problem as a matter inserted in the struggle for human rights and sustainable economic-social-environmental on the planet. The family, who in the postwar period came to be regarded as an outdated institution, for lack of functionality in modern times has resumed its role as a social subject indispensable to welcome and care for children and the elderly, as a reference for its members and partner essential for the implementation of public policy / social. It is worth noting the importance of family planning and execution of projects of life, starting point so you can glimpse an effective fight against poverty. The life project aims to immediate improvement of education, health, housing and employment and is located in direct opposition to the survival strategies that are concerned only with the immediate needs. The family is of fundamental role in the composition of this thesis work, especially on the approach of the constructive potential of what has been termed Family Social Capital, a still embryonic notion that shows promising perspectives in regard to fighting poverty through the relational goods produced personal relationships, own unique, established by family members in their scope and in the community context in which it is established.

Keywords: Social Capital; Family Social Capital; Family; Poverty; Public Policy.

Cunha, José Onofre Gurjão de Boavista. Capital, la familia y la reducción de la pobreza: un curso de literatura. Salvador, 2013. 360 f. Tesis (Doctorado) - Universidad Católica de Salvador. Superintendente de Investigación y Estudios de Posgrado. Doctorado en familia en la sociedad contemporánea.

RESUMEN

Inscrita en la línea de búsqueda "Familia y Sociedad", esta tesis tiene como objetivo presentar el Capital Social y familiar como los instrumentos pertinentes en la generación de políticas sociales eficaces para combatir la pobreza y empoderar a los grupos pobres en el esfuerzo por superar sus dificultades, sus miembros actuando en solidaridad y de cooperación para el bien común. Para ello, se tomó como base el estudio del Capital Social, de la pobreza y de la familia, tres notables dimensiones en el estudio de las ciencias sociales en particular, y en casi todas las otras áreas del conocimiento. El Capital Social, que es la tesis central de este trabajo, ganó el significado que tiene hoy en día sólo a partir de la década de 1980 y se ha examinado ampliamente en cuanto a su existencia, sus conceptos, su paradigma en la construcción hacia la madurez, su modelo analítica y sus aplicaciones en el mundo real, el enfoque de la economía y la psicología, con la contribución de un gran número de autores, nacionales e internacionales, que apunta a la lucha contra la pobreza y vivir de acuerdo con su instrumento de estado que representa el objeto de la investigación. Ya frente a la pobreza fue diseñado en torno a dos ejes: el primero se refiere a la pobreza como un problema de conocimiento, involucrando a diferentes conceptos en torno al tema y llevar a medidas que dan una idea aproximada de su extensión e importancia, y apunte el dirección de las medidas y programas concretos orientados a su afrontamiento eficaz y el segundo eje consiste en trabajadores pobres como un problema para la acción, incluida la protección social y las políticas públicas que construir su reducción cuantitativa como un elemento importante de la actuación de organismos del Estado y otros en ese campo en particular. Se examinaron los textos de los autores que han estudiado el tema en el contexto de las diversas áreas de conocimiento a las que representan, el aumento de los datos e información acerca de los programas y proyectos comunitarios exitosos, virtuosos, para superar la pobreza a través del uso de Capital Social, tanto en Brasil y en otros países, la síntesis de este proceso de tratar el problema como una cuestión introducida en la lucha por los derechos humanos y un desarrollo económico-social-ambiental en el planeta. La familia, que en la posguerra llegó a ser considerado como una institución obsoleta, por falta de funcionalidad, en los tiempos modernos ha retomado su papel como sujeto social imprescindible para acoger y cuidar a los niños y los ancianos, como referencia para sus miembros y compañera esencial para la implementación de la política pública/social. Debe tenerse en cuenta la importancia de la familia en la planificación y la ejecución de proyectos de vida, punto de partida para imaginar una lucha eficaz contra la pobreza. El proyecto de vida tiene como objetivos inmediatos la mejora de la educación, la salud, la vivienda y el empleo y se encuentra en oposición directa a las estrategias de supervivencia que se refiere únicamente a las necesidades inmediatas. La familia tiene papel fundamental en la composición de este trabajo de tesis, sobre todo en el enfoque del potencial constructivo de lo que se ha denominado el Capital Social familiar, un concepto todavía en estado embrionario, con perspectivas prometedoras en lo que se refiere a la lucha contra la pobreza a través de los bienes relacionales producidos por relaciones personales, propias y únicas, creados por los miembros de la familia en su ámbito y en el contexto de la comunidad en la que se establezca.

Palabras clave: Capital Social; Capital Social Familiar; Familia; Pobreza; Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Enfoque sobre a pobreza em uma linha temporal	160
Figura 2 – Distribuição do Capital Social	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual da população sobrevivendo com menos de U\$ 1,25 PPC por dia. Bahia (1990 – 2009).....	198
Gráfico 2 – Proporção de pessoas em condição de pobreza e indigência. Bahia (1992 – 2009).....	200
Gráfico 3 – Hiato de pobreza para uma linha de pobreza de ½ salário mínimo real. Brasil e Bahia, 1992 a 2008	201
Gráfico 4 – Razão entre o número de pessoas de 07 a 14 anos de idade que frequentam o ensino fundamental e o total de pessoas nessa faixa etária. Bahia e Brasil, 1992 e 2008	203
Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Brasil, Nordeste e Bahia — 1999, 2001-2009 (IBGE, 2010)	203
Gráfico 6 – Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos. Bahia, Nordeste, Brasil, 1994 a 2008.	204
Gráfico 7 – Percentual de moradores, com abastecimento de água, por tipo de abastecimento. Brasil e Bahia, 1992 e 2008 (IBGE)	205
Gráfico 8 – Participação dos 20% mais pobres no total da renda. Brasil, Nordeste, Bahia, 1990 a 2008.....	209
Gráfico 9 – Distribuição do Capital Social e a distribuição da renda.	244

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Categorização do material bibliográfico revisado de acordo com as categorias de análise.	35
Quadro 2 – Principais definições do Capital Social	141
Quadro 3 – Dimensões do capital social trabalhadas no caso APAEB	262
Tabela 1 – BRICS (Indicadores básicos)	117
Tabela 2 – Distribuição do rendimento domiciliar per capita na Bahia - 2009	206
Tabela 3 – Pobreza e Indicadores Sociais Selecionados	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPMC – Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental
AFC – Análise Fatorial de Correspondência
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CASE – Centro de Análise sobre Exclusão Social
CMDR- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CROP – Programas de Pesquisa Comparativa em Pobreza (Nações Unidas)
CPRC - Centro de Pesquisa de Pobreza Crônica
CEPAL – Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe
CS – Capital Social
DFID – Departamento para o Desenvolvimento Internacional
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
FAO –Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão (Portugal)
ISTL – Linha de Pobreza de Padrão Internacional
GAP – Grupo de Meio Ambiente de Palmeiras
LES – Laboratório de Economia Social
MIDEPLAN – Ministério do Planejamento Nacional e Política Econômica(Chile)
MSR – Manejo Social do Risco
NEI – Nova Economia Institucional
NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero

NUPESAL – Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
ODI – Instituto de Desenvolvimento do Além Mar
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OXFAM – Comitê de Oxford de Combate a Fome
PIB – Produto Interno Bruto
PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Paridade do Poder de Compra
PPV – Pesquisa de Padrão de Vida
QI-MCS – Questionário Integrado para Medir Capital Social
SEI – Superintendência de Estatística e Informação
SRI – Sistema Regional de Inovação
UCAF – Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense
UCAF – Unidade Central das Agroindustrias Familiares do Oeste de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISC – Universidade Comunitária de Santa Cruz do Sul
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
1 INTRODUÇÃO	23
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	29
1.2 OBJETIVOS	30
1.3 MÉTODO	31
1.4 DEFINIÇÃO DOS CAPÍTULOS	38
2 CAPITAL SOCIAL	41
2.1 CAPITAL SOCIAL: UM DEBATE TEÓRICO INACABADO	41
2.1.1 Tipos de Capital Social	46
2.1.2 Capital Social Familiar	51
2.2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS NA LITERATURA SOBRE CAPITAL SOCIAL	55
2.2.1 Cepal / Ocampo	56
2.2.2 Fukuyama	60
2.2.3 Franco	64
2.2.3.1 <i>Porque os seres humanos podem ter “capacidade de comunidade”</i>	73
2.2.3 Tocqueville	78
2.2.4 Outros autores relevantes para o debate sobre o Capital Social	80
2.2.5.1 <i>Granovetter</i>	80
2.2.5.2 <i>Fafchamps</i>	80
2.2.5.3 <i>Banfield</i>	81
2.2.5.4 <i>Narayan</i>	82
2.2.5.5 <i>Nan Lin</i>	83
2.3 O CAPITAL SOCIAL E A JUVENTUDE	83
2.4 O PARADIGMA DO CAPITAL SOCIAL	91
2.4.1 Bens socioemocionais	91
2.4.2 Valores afetivos	98
2.4.3 Redes	99
2.4.4 Instituições	100
2.4.5 Poder	102

2.5 O CAPITAL SOCIAL NA BUSCA DE UM PARADIGMA MADURO.....	103
2.6 O CAPITAL SOCIAL E OS TERMOS DE INTERCÂMBIO	107
2.7 O CAPITAL SOCIAL E A CIÊNCIA ECONOMICA	109
2.7.1 Desenvolvimento e crescimento econômico	113
2.7.2 A equação do desenvolvimento	118
2.7.3 A influência do Capital Social no crescimento humano	120
2.7.4 O Capital Social como fator de produção.....	121
2.7.4.1 <i>Capital Social e Capital Humano</i>	124
2.7.4.2 <i>Capital Social e Investimento em Capital Físico.....</i>	125
2.7.4.3 <i>Capital Social e Inovação Tecnológica</i>	126
2.7.5 O Capital Social e o Estado.....	127
2.7.6 A absorção do conceito de Capital Social pela Ciência Econômica	129
2.7.6.1 <i>Fatores Internos.....</i>	129
2.7.6.1.1 Teoria dos jogos	129
2.7.6.1.2 Lógica da ação coletiva	130
2.7.6.1.3 Capital humano em Becker e Lucas e seus nexos com o capital social... 130	
2.7.6.1.4 A nova economia institucional	132
2.7.6.2 <i>Fatores Externos</i>	133
2.7.6.1.2 Evidências empíricas acerca do desenvolvimento econômico	133
2.7.6.1.3 O Desempenho dos Projetos de Desenvolvimento e o Banco Mundial... 134	
2.7.6.1.4 Legitimidade e Adaptação ao Mainstream	135
2.7.6.3 <i>Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)</i>	136
2.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPITAL SOCIAL.....	139
3 POBREZA.....	144
3.1 A QUESTÃO DO CRESCIMENTO ECONOMICO E DA POBREZA.....	145
3.1.1 Pobreza, Exclusão Social e suas Repercussões.	150
3.2 DA IDÉIA DE PREDESTINAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTIFICO SOBRE POBREZA.....	154
3.2.1 Conceitos e requisitos da pobreza.....	157
3.2.1.1 <i>Enfoque Biológico.....</i>	160
3.2.1.2 <i>O enfoque da desigualdade.....</i>	162
3.2.1.3 <i>Pobreza Relativa</i>	162
3.2.1.4 <i>Um juízo de valor.....</i>	163

3.2.1.5	<i>A importância da definição de políticas de combate à pobreza</i>	163
3.2.1.6	<i>Padrões de necessidades e agregações</i>	164
3.3	CONCEPÇÕES SOBRE POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO	165
3.3.1	O enfoque das capacidades básicas insatisfeitas: o divisor de águas	165
3.3.2	Exclusão social: dimensões relacionais da pobreza	167
3.3.2.1	<i>Conceito da exclusão social</i>	167
3.3.2.2	<i>Exclusão como processo: desfiliação e o lugar do trabalho e da sociabilidade</i>	171
3.3.2.3	<i>As comparações entre os conceitos de pobreza e exclusão social</i>	174
3.3.2.4	<i>A exclusão social e as políticas sociais</i>	176
3.3.2.5	<i>O enfoque da vulnerabilidade, a proteção social e o manejo social do risco</i>	178
3.3.2.5.1	<i>A vulnerabilidade no marco da proteção social</i>	178
3.3.2.5.2	<i>O conceito de vulnerabilidade como noção multidimensional</i>	179
3.3.2.5.3	<i>Implicações do enfoque da vulnerabilidade</i>	181
3.3.2.5.4	<i>Os sistemas de proteção social</i>	182
3.3.2.5.5	<i>A proteção social no marco conceitual do manejo social do risco (MSR)</i>	186
3.3.2.6	<i>O direito ao desenvolvimento</i>	190
3.3.2.6.1	<i>O desenvolvimento como direito humano</i>	190
3.3.2.6.2	<i>Direito ao desenvolvimento e à redução da pobreza</i>	192
3.4	A POBREZA NA BAHIA SOB DIFERENTES ABORDAGENS	196
3.4.1	Pobreza na Bahia segundo critérios do Banco Mundial	198
3.4.2	Pobreza na Bahia sob o enfoque da renda	200
3.4.3	Pobreza na Bahia sob o enfoque das necessidades básicas	201
3.4.4	Pobreza na Bahia sob o enfoque do IDH	207
3.4.5	Pobreza na Bahia sob o enfoque da desigualdade	208
3.4.6	Comparando os indicadores de pobreza para a Bahia	209
3.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA	211
4	FAMÍLIA	215
4.1	MUDANÇAS NA SOCIEDADE E NA FAMÍLIA	216
4.1.1	Os vínculos familiares	217

4.2 CONHECENDO MELHOR A FAMÍLIA	220
4.2.1 A Família na condição de pobreza – Projeto de vida e estratégia de sobrevivência	225
4.2.1.1 <i>Família, Capital Humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida.</i>	229
4.2.1.2 <i>A mediação familiar, sua amplitude e abrangência.</i>	234
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE FAMÍLIA.....	240
5 CAPITAL SOCIAL E REDUÇÃO DA POBREZA	243
5.1 ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	243
5.2 INDICAÇÕES NA LITERATURA DA UTILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA REDUZIR A POBREZA.....	252
5.2.1 Muhammad Yunus: o microcrédito como instrumento de superação da pobreza e de afirmação dos direitos humanos.....	254
5.2.2 Experiências exitosas no Brasil de utilização do Capital Social comunitário para a superação da pobreza.	259
5.2.2.1 <i>Conviver o Sertão - origem e evolução do Capital Social em Valente/ Bahia</i>	259
5.2.2.2 <i>A sustentabilidade trilheira do vale do Capão – Palmeiras- BA.....</i>	262
5.2.2.3 <i>Capital Social e Associações Rurais – abordagem empírica.</i>	265
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPITAL SOCIAL E REDUÇÃO DA POBREZA ..	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
ANEXOS	315
ANEXO A – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948).	315
ANEXO B – QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR CAPITAL SOCIAL (QI – MCS).....	323

APRESENTAÇÃO

Quando do ingresso no curso de Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, o pensamento estava voltado para a elaboração de um trabalho que suscitasse reflexões sobre as múltiplas dificuldades que as mães chefes de família tinham que superar para ultrapassar, além do preconceito e discriminação existentes ainda na sociedade e no mundo do trabalho, os obstáculos considerados “naturalizados” para a realização satisfatória das funções de mãe e de provedora do lar.

No decorrer do curso, ao longo do cumprimento das várias disciplinas, as ideias intercambiadas com os colegas, professores e o próprio orientador fizeram com que fosse buscado um tema com uma maior aproximação à formação de economista, Mestre em Economia, professor da área de economia durante muitos anos e cidadão preocupado com a pobreza e a exclusão social.

A nova escolha deveu-se à convicção de que um trabalho científico que tivesse por objeto o Capital Social como instrumento de melhoria da qualidade de vida das famílias pobres, a qualquer tempo poderia vir a adquirir uma dimensão de contribuição ao debate acadêmico e social, por se tratar o Capital Social de uma categoria em construção, a provocar acalorados debates no meio acadêmico, político e nos órgãos internacionais de fomento, a exemplo do Banco Mundial, do BID, do BIRD e da CEPAL.

Desde a época do exercício da docência na graduação em Ciências Econômicas, na UEFS e na UCSAL, já se encontrava desperto um interesse significativo pelos temas que compunham a Nova Economia Social. Este interesse foi estimulado através do livro “Economia Social no Brasil”, que teve como organizadores Ladislau Dowbor e Samuel Kilsztajn (2001) pertencentes ao Laboratório de Economia Social (LES) da PUC de São Paulo. A obra fugia da tradicionalidade das produções científicas em economia e trazia até o leitor problemas do dia-a-dia da realidade brasileira. De acordo com essa configuração, foi possível admirar os textos compactados nos seguintes temas: “A economia social no Brasil”; “Domicílios, famílias e segurança pública”; “Educação e saúde pública”; e “Emprego e seguridade social”.

O processo de decisão para a elaboração deste trabalho de tese iniciou-se nas aulas de Estudos Avançados ministradas pelo professor Giancarlo Petrini, que apresentou o livro “Capital Social y Reducción de La Pobreza en America Latina y El Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma”, organizado por Raúl Atria e Marcelo Siles (2003). Essa obra é fruto de uma conferência internacional realizada em 2001, em Santiago do Chile, como parte das atividades acordadas em um memorando de entendimento para uma colaboração ampla em atividades de mútuo interesse entre a Universidade do Estado de Michigan e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL – firmado em abril de 2000. O professor atribuiu como tarefa para a turma o exame de dois textos: “O Capital Social e a Redução da Pobreza: em direção a um paradigma maduro”, de Lindon J. Robison, Marcelo E. Siles e A. Allan Schmid (2003); e “A Pobreza na Cidade: Capital Social e Políticas Públicas”, de Guillermo Sunkel (2003a).

No primeiro trabalho, os autores ampliam a compreensão da maneira como o Capital Social pode ser utilizado na redução da pobreza. Incluem no Capital Social as redes, os bens socioemocionais, os valores afetivos, as instituições e o poder. Afirmam que as redes é que descrevem a distribuição do Capital Social cujo valor depende de sua produção de benefícios econômicos, e no caso de ser ignorado traz desvantagens econômicas. Além disso, o Capital Social gera valor como resultado de sua produção de bens socioemocionais que podem vir a satisfazer necessidades da mesma natureza. Quando os bens socioemocionais fazem parte dos objetos, estes mudam o significado e se tornam valores afetivos. Robison, Siles e Schmid (2003) inferem que os elementos que compõem o paradigma do Capital Social são interdependentes e eficazes para compreender e apontar soluções para a redução da pobreza. Concluem o trabalho sugerindo uma série de medidas de combate à pobreza com base no conteúdo do paradigma do Capital Social.

O estudo de Guillermo Sunkel (2003a) identifica alguns temas que podem estabelecer nexos com o Capital Social. Assim, introduziu a participação em redes; a reciprocidade; a confiança; as normas sociais e a produtividade, afirmando que estes elementos são utilizados em pesquisas empíricas em localidades selecionadas e podem vir a criar oportunidades para a acumulação de Capital Social.

O intento desse autor é conectar a discussão do Capital Social com aquela sobre pobreza urbana. Com o objetivo de tornar mais fácil o entendimento da pobreza urbana, analisa três pontos relevantes: I – Como a linha de pobreza pode

servir como requisito para a sua definição; II – O Capital Social como uma visão positiva para que as pessoas possam superar a pobreza; e III – O Capital Social como premissa importante para o fortalecimento da integração social.

Sunkel analisa ainda algumas características comuns nos casos de exclusão social dos pobres urbanos. Dentro dessa perspectiva, o autor analisa a organização da pobreza; a segmentação do trabalho; e a segregação sócio-espacial, dedicando a última parte do seu trabalho aos temas: fortalecimento do Capital Social entre os pobres urbanos, a criação de Capital Social, a participação dos atores populares em interferências sociais. Estabelecendo o contraste entre o Capital Social de baixo para cima com o Capital Social de cima para baixo.

Essas primeiras leituras sobre o Capital Social alimentaram um grande entusiasmo pelo tema, tornando-se ele mais envolvente e significativo após a leitura de trabalhos, principalmente de Leonardo Monastério (2000a e 2000b), que envidou grandes esforços no sentido de aproximar cada vez mais a Ciência Econômica do Capital Social. Apenas como ilustração desta aproximação tem-se o interesse positivo de quatro ganhadores do Prêmio Nobel de Economia pela questão sob escopo, face à grande relevância da temática e seu reconhecimento social: Kenneth Arrow em 1972, Gary Becker em 1992, Douglas North em 1993 e George Akerlof em 2001.

1 INTRODUÇÃO

Mas fica difícil compreender nesse horizonte a massa dos pobres, aos quais é negado o acesso ao mercado nos países em desenvolvimento bem como nos bolsões de pobreza que crescem nos próprios países ricos. Os pobres vêm-se condenados à exclusão mais radical. Eles já foram desapropriados do passado, isto é, das fontes onde poderiam atingir esperanças e energias para enfrentar os desafios do presente. Foi retirado do seu horizonte um futuro luminoso, já que são fracas as perspectivas de crescimento econômico do país em que moram e escassas as possibilidades de serem absorvidos pelo mercado de trabalho com níveis salariais satisfatórios. Também são raras as políticas públicas de inclusão, pelas quais possam tornar-se protagonistas de uma mobilidade social ascendente, por meio de qualificação profissional e outros mecanismos de redistribuição de renda. Não podem participar da festa que o mercado organiza. O presente impõe-se aos pobres como carregado das preocupações com a sobrevivência imediata, sendo negado a eles o acesso ao ideal de consumo insistentemente apresentado nos meios de comunicação.(PETRINI; MENEZES; MOREIRA, 2008, p. 09).

O desencanto presente nas palavras dos organizadores da coleção Família na Sociedade Contemporânea, mesma designação do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu*, da Universidade Católica do Salvador, retrata de maneira bastante clara e verdadeira o estado de ânimo que toma conta das populações pobres, vítimas maiores da “modernidade” e da “pós- modernidade”. Esse estrato foi privado, em um primeiro momento, da sinergia de sua tradicionalidade, em função da mudança de foco para o futuro, e posteriormente pela divinização do presente, do viver o “aqui e o agora” ditado pela “moda”, sob o “império” do mercado, do consumo e da publicidade. O individualismo é acerbado e a perplexidade se instala com a reformulação dos valores, em especial, da solidariedade. A contemporaneidade se frivoliza com a obsessão pelo usufruto do bem-estar proporcionado pelos bens materiais, ditados pela moda do consumismo, e inculcados por uma mídia extremamente competente na “arte” de criar necessidades e de convencer da sua imprescindibilidade.

O panorama se torna mais sombrio quando se constata que os indivíduos, no afã de viver o “aqui e o agora”, banalizam a anomia social e vêem com lentes de indiferença o esgarçamento do fino tecido das relações sociais. Essas, alheias à

deterioração dos valores fundamentais influenciam, de maneira importante, escolhas de caminhos desprovidos da essência do sentido da vida, sem passado e sem metas. Passado e futuro desvalorizados abrem espaço para a forma do “cada um por si” que povoa a mente de parte significativa da juventude, ávida por desfrutar de novas conquistas técnicas e científicas que lhe exima de disciplina, sacrifício, rigidez, responsabilidades (PETRINI, 2005).

Para além deste cenário e da desconstrução das utopias, o mercado, na sua “majestade”, transforma angústias, incertezas e medos no fetiche das mercadorias e serviços, consolidando de maneira insidiosa, através de um “bombardeio” da propaganda, a “era do particularismo, do individualismo, do corporativismo”. O consumo adquire tal poder que proporciona uma nova lógica para o processo produtivo. Milton Santos (2007) considera a mudança na relação produção-consumo, em face da dimensão que alcança, como a característica principal da pós-modernidade:

Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. Então, na cadeia causal, a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí o império da informação e da publicidade. (SANTOS, 2007, p. 48)

Nesta trilha de raciocínio infere que somente após a organização do consumo será permitida a organização da produção. Os estilos de vida e de bem-estar se tornam fluidos, inconstantes, e o consumidor se desatualiza com extrema rapidez, partindo em busca de uma nova atualização. O sociólogo polonês Zigmunt Bauman (1999) oferece uma visão muito aproximada à de Milton Santos (2007) no que concerne à pós-modernidade, quando atribui ao consumo até mesmo a medida da felicidade. Realça, também, a impossibilidade do indivíduo de “manter-se nos padrões” ditados pela contemporaneidade. Nas palavras do próprio Bauman (1999, p. 56) “não há padrões a cujo nível se manter – a linha de chegada avança junto com o corredor, e as metas permanecem continuamente distantes, enquanto se tenta alcançá-las”.

Milton Santos (2007) trata a era da comunicação, ou da globalização, como uma fábula, por fazer acreditar que o mundo está ao alcance das mãos, incentivando o individualismo em detrimento das ações coletivas. A ideia de aldeia global e de mercado global, ao contrário do que se pensava, agudiza as

desigualdades locais. Como num diálogo em que as falas se complementam, Bauman (1997) desenha a consequência da globalização numa perspectiva bastante sombria:

O estado do bem-estar, esta resposta ao problema da pobreza numa época em que os pobres eram o 'exército de reserva de mão-de-obra' e se esperava que fossem preparados para voltarem ao processo produtivo, não é mais, sob essas circunstâncias alteradas, 'economicamente justificável' e é, cada vez mais, encarado como um 'luxo a que não nos podemos dar'. O problema dos pobres é remodelado como a questão da lei e da ordem, e os fundos sociais destinados à recuperação de pessoas temporariamente desempregadas são despejados na construção e modernização tecnológica das prisões ou outros equipamentos punitivos e de vigilância (BAUMAN, 1997, p. 78).

Fica evidente, portanto, que a competição, fundamento da ordem global, anula a identidade e o sentimento de pertencimento, sem os quais não pode existir coletividade. Assim, a adoção de atitudes de confiança e condutas de cooperação e reciprocidade tornam-se desafios cada vez mais difíceis de serem enfrentados.

Percebe-se, também, claramente, uma mudança antropológica na contemporaneidade e mudanças familiares inimagináveis. Homens e mulheres assumem novas posturas em relação à paternidade, maternidade, amor, sexualidade, procriação.

A sexualidade, exercida independentemente do amor e da procriação, desvincula-se de responsabilidades e ignora limites. O amor passa a ser paixão, revestindo-se de caráter efêmero e, portanto, sem o significado e a beleza que o sentimento encerra. A procriação, tornada uma escolha individual – e algumas vezes tecnológica – é mais uma peça do jogo que a modernidade coisificou. É difícil identificar o papel da afetividade e do compromisso com as exigências naturais da vida, quando da constatação da ruptura dos elos, antes tão resilientes, do amor, da sexualidade e da procriação. Não obstante, seja por força das leis, seja em função da coerção social, na atualidade os homens postulam sua paternagem, norteadas pelas dimensões de irreversibilidade e responsabilidade para com a prole (OLIVEIRA, 2007). As mudanças familiares acompanham e tentam se adequar àquelas ocorridas nos níveis econômicos, políticos e culturais das sociedades.

A realidade é desafiadora, instigante e, por vezes, assustadora. Com a percepção clara do real, propositadamente desenhado com cores berrantes e traços

contemporâneos, é que se pretende buscar no CAPITAL SOCIAL, recurso alicerçado em atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade, um instrumento que, aliado a outros fatores, venha configurar hoje uma efetiva esperança no combate à pobreza, e no futuro a certeza da sua erradicação, não obstante persistir e se agigantar no mundo atual, parecendo zombar das políticas públicas de enfrentamento da questão.

Essa combinação de atitudes e comportamentos, identificada em um conjunto de relações sociais, consubstancia a noção de Capital Social segundo o ponto de vista da CEPAL e de autores que tratam do tema e cujo prestígio inquestionável no mundo acadêmico e científico, empresta legitimidade ao conceito. Reforça esta convicção a produção intelectual sobre a relevância do Capital Social de pesquisadores das mais variadas correntes de pensamento e linhas teóricas. Têm-se como exemplos o economista heterodoxo Samuel Bowles, o cientista político ligado ao *establishment* Francis Fukuyama e sociólogos de tradições tão diferentes como James Coleman e Pierre Bourdieu. Ressalta-se ainda, as posições favoráveis ao Capital Social adotadas por quatro ganhadores do prêmio Nobel, ligados, de certa maneira, à ortodoxia econômica: J. Kenneth Arrow; R. Axelrod; Gary Becker; e Douglas North. Neste trabalho adota-se a dimensão de entendimento sob escopo, tendo em vista o grau de convencimento quanto à sua superioridade de significado – alcançado através de busca exaustiva na literatura especializada.

Como, dentro de um quadro tão marcado pelo individualismo e pelo *consumismo*, estudar possibilidades de um recurso baseado em atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade? Apesar dessas marcas pouco recomendáveis, a matéria prima para a geração de Capital Social existe em todas as sociedades do planeta, evidentemente com as peculiaridades ditadas por sua cultura. Na busca por alcançar o atendimento de suas necessidades econômicas, sociais e afetivas, as pessoas se dispõem a trabalhar em equipe, a ajudar-se mutuamente e a articular organizações que lhes permitam, em ação coletiva, atingir metas comuns.

Essas estratégias, viabilizadas por uma identidade compartilhada, são a constatação do uso do Capital Social como uma poderosa ferramenta na fusão de horizontes. Entretanto, não se pode esquecer que nas mesmas sociedades que acolhem esses impulsos associativos, podem existir normas culturais informais que obedecem a lógicas diversas ou até contrárias a esse acolhimento. Este tipo de

ocorrência é mais flagrante em sociedades com características de segmentação tanto econômica quanto social (OCAMPO, 2003).

Ainda na esteira de Ocampo (2003), é possível “criar sociedade” e, em consequência, Capital Social, num contexto mais amplo, que faculte oportunidades para que os pobres possam modificar as desiguais relações de poder nos sistemas sociopolíticos, *locus privativista*, para o exercício das estratégias de uso do Capital Social dos grupos mais afortunados, objetivando a manutenção de privilégios que se reproduzam entre gerações. Criar Capital Social que, indubitavelmente, consiste de normas e valores *compartilhados*, estritamente ligados a questões *culturais*, é um desafio extremamente importante para o desempenho satisfatório de políticas, em especial quando não existe *confiança social*.

Para Fukuyama (2003), o caminho a ser tomado para a criação de Capital Social em sociedades com altos índices de desconfiança, inclusive intra-grupos constituídos, é o fortalecimento do “império da lei e das instituições que lhe dão apoio”. Além disso, são notórias as dificuldades de estimular confiança e cooperação em níveis macro, daí a concentração de esforços em organizações que transitam em espaços micro, onde já são conhecidas experiências internacionais exitosas de criação de Capital Social. Para este autor, os resultados das medidas apregoadas pelo Consenso de Washington teriam sido muito mais eficazes se o Capital Social das sociedades em que foram implantadas tivesse sido levado em consideração.

Merecem destaque e tratamento especial neste trabalho – além do Capital Social individual e coletivo, concepções de que se ocupam economistas e sociólogos – o capital gerado a partir das relações efetivadas na família que, no dizer de Donatti (2003a), produzem *bens relacionais* que adicionam, às virtudes e comportamentos inerentes ao conceito de Capital Social, amor e proteção. Os vínculos familiares são maximizados com a prática do *dom*, na troca dadivosa que estreita e aprofunda os laços entre os envolvidos (MAUSS, 2001). À semelhança de Carlos Castañeda que, em *The Teachings of Dom Juan* (1968), atribui a um bom caminho ter um coração, e Marcel Mauss em *L'Année Sociologique* (1966), que atribui, a um objeto originário de um dom, uma alma.

Acrescente-se a este repertório de idéias o ambiente micro-social – advogado por Fukuyama – criado em relações familiares de plena reciprocidade e cooperação entre sexos e gerações, propiciando o desenvolvimento de recursos que alicerçam os vínculos sociais (PRANDINI, 1998) e fortalecem a produção de Capital Social

familiar. Ainda, a título de primeira aproximação, ressalte-se que este tipo de capital constitui-se numa propriedade da relação e não dos indivíduos e assume uma dimensão fundamental nas possibilidades de *projetos de vida ou de estratégias de sobrevivência* (PETRINI, FONSECA, PORRECA, 2010).

Sendo o *objeto de estudo* deste trabalho de tese o *Capital Social como instrumento atual de redução e futuro de superação total da pobreza*, interessa compreender este problema, não exclusivamente do ponto de vista econômico, mas, também e principalmente, no seu significado *multidimensional*, o que exige, obviamente, situá-lo numa esfera *interdisciplinar*.

Em vista dessa exigência teórica, a opção mais oportuna seria criar, neste trabalho, um espaço de reflexão acerca da *interdisciplinaridade*, em virtude de ser este tema uma constante epistemológica desde os *sofistas* gregos, com o programa de ensinamento circular, buscando a totalidade do conhecimento, até como esta atividade se apresenta no campo acadêmico atual. Um termo profundo e extensamente polissêmico, que remete a realidades e objetivos os mais diversos, e cuja utilização excessiva pode levar à sua banalização. A inexistência comprovada de correspondência entre a dispersão de saberes e a divisão intelectual de trabalho reforça a validade da discussão. Para além da pertinência das justificativas explicitadas, não menos importante é o fato de que o programa de pós-graduação *Strictu senso* da Universidade Católica do Salvador, desde a sua implantação, envida esforços no sentido de tornar-se real e efetivamente interdisciplinar.

Todavia, os propósitos e limites pensados para esta tese não comportam um espaço de reflexão ampla sobre a interdisciplinaridade. Assim, umas poucas informações serão passadas ao leitor para que formule, pelo menos, uma idéia acerca do termo.

Em *Interdisciplinaridade: Funcionalidade ou Utopia?*, Maria Cecília Minayo (1994) aborda teoricamente algumas das mais importantes visões sobre essa questão. O *enfoque humanitário* de Gusdorf (1977), *A Funcionalidade*, de Carneiro Leão (1991), e a *Teoria da ação comunicativa* proposta por Habermas (1988), contribuem para o entendimento do universo relativo a essas reflexões.

Pelas razões apontadas anteriormente utilizaremos apenas uma síntese do pensamento de Gusdorf (1977), elaborado por Maria Cecília Minayo (1994), por ser esta visão de leitura acessível e de simples entendimento, ao tempo em que cumpre de maneira satisfatória o propósito delineado em relação ao leitor.

Minayo (1994) argumenta que o pensamento de Gusdorf é norteado pela busca da totalidade do conhecimento. Um saber integrado e unitário que perde sentido na medida em que se fragmenta e se excede nas especializações. Sua obra é marcada pela preocupação em convencer os estudiosos da modernidade e da pós-modernidade dos males advindos da fragmentação do conhecimento e pelo vislumbre de uma ciência essencialmente humana, que consiga, ao mesmo tempo, reorganizar e reagrupar todos os saberes no que chama de “humanismo convergente.” Minayo (1994) examina *Passé, Présent et Avenir de la Recherche interdisciplinaire* (1977), onde Gusdorf empreende uma viagem através da história, identificando a preservação da característica unitária e a pedagogia da totalidade desde a Antiguidade até o advento, no século XIX, das especializações causadas pela expansão do trabalho científico que trouxe no seu bojo o Positivismo e o consequente esfacelamento do saber parcelizado.

Esse recuo da interdisciplinaridade representou para os cientistas a perda do sentido da vida, da verdade do universo como um todo e o dismantelo da inteligência. Entendendo a interdisciplinaridade como a articulação das áreas das ciências humanas ou sociais e das ciências naturais, Gusdorf (1977) propõe o que chama de humanismo convergente e antropocentrismo absoluto:

Os sábios modernos deveriam buscar em comum a restauração das significações humanas do conhecimento [...]. É preciso restaurar a aliança da ciência com a sabedoria [...] A significação fundamental da interdisciplinaridade é de uma chamada à ordem do humano, de um humanismo de pluralidade e da convergência. (GUSDORF, 1977 p. 637).

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A pergunta que norteia este trabalho, e que de alguma maneira está presente em todas as escolhas feitas para o desenvolvimento desta tese, é a seguinte: Que dados e informações podem ser extraídos da literatura de modo a caracterizar o Capital Social como instrumento capaz de reduzir (hoje) e erradicar (no futuro) a pobreza e inspirar políticas públicas e sociais que potencializem essa dinâmica?

Para respondê-la é preciso, além de todos os argumentos que foram esboçados neste trabalho, a esperança (mais do que uma hipótese) de que os

instrumentos de criação e mobilização do Capital Social são capazes de pôr em funcionamento políticas sociais efetivas de redução da pobreza. Ademais disso, têm o potencial de estimular o processo de empoderamento por parte de grupos sociais, comunitários e familiares, na busca pelo bem comum e desenvolvimento dos seus membros, através da solidariedade, confiança, reciprocidade e cooperação, levando à superação (mais que a redução) da pobreza em que vivem.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Apresentar o Capital Social, tal qual se apresenta na literatura, como instrumento relevante na geração de políticas sociais efetivas para o combate à pobreza, seja mediante políticas públicas, sob o comando do Estado ou de organizações externas, seja mediante o esforço comum dos próprios beneficiários, em um processo endógeno de empoderamento.

Objetivos Específicos:

- Aprofundar o conhecimento sobre o Capital Social, buscando reunir elementos que permitam a identificação efetiva da sua existência, seus conceitos, fundamentos, paradigmas e sua capacidade de criação e mobilização do próprio Capital Social dos membros de grupos beneficiários, visando a superação da pobreza e pelo bem comum.
- Investigar a Pobreza como um problema para o conhecimento e para a ação, significando de um lado a abordagem das diversas concepções teóricas que norteiam a compreensão do fenômeno, e de outro as aplicações efetivas de políticas adotadas para a sua superação.
- Abordar a Família sob os pontos de vista da sua inserção sócio-comunitária e da sua importância para a elaboração e implementação de políticas sociais, como ente capaz de criar, gerar e mobilizar Capital Social familiar para a superação da pobreza, na condição de sua dupla inserção: no âmbito público, através das disposições legais e relações que norteiam o seu funcionamento, e no âmbito privado face ao seu

potencial de produção de bens relacionais, baseado no afeto, na convivência e na reciprocidade.

- Avaliar a construção e atuação do Capital Social nas comunidades e nas famílias em condição de pobreza, relatando experiências exitosas de utilização desse Capital Social para a melhoria da qualidade de vida e superação da pobreza em diferentes lugares do mundo, conforme os casos descritos na literatura.

1.3 MÉTODO

Em relação ao **procedimento de coleta de dados**, a presente tese foi construída a partir de um esforço abrangente de revisão de literatura. Os dados foram coletados dentro de três grandes blocos de informação, correspondentes às linhas de investigação sobre Capital Social, Pobreza e Família. Em linhas gerais, para cada um dos blocos de coleta foram eleitos marcos teóricos donde derivaram leituras adicionais. Metaforicamente, pode-se dizer que o presente trabalho de tese sustenta-se em obras-chave das quais brotaram ramificações e desdobramentos. O procedimento de coleta se deu tendo em vista as etapas descritas na seção a seguir.

Não houve restrições no processo de levantamento de fontes, no tocante a bancos de dados específicos ou bibliotecas físicas. Foram incluídos na amostra a ser revisada: (a) textos científicos; (b) publicados em forma de artigo ou capítulo de livro; (c) cujo conteúdo estivesse acessível diretamente em sua versão digitalizada (bibliotecas virtuais) ou impressa (acervo pessoal do pesquisador).

Enfatiza-se que a presente contribuição deve ser entendida como um ponto de partida e não como um ponto final. O método escolhido adquire centralidade, proporcionando o acesso a um acervo de autores relevantes a investigadores interessados em reproduzi-lo e/ou estendê-lo em percursos de literatura que poderão ser trilhados com boas perspectivas de ampliação dos conhecimentos expostos neste estudo.

No tocante às **etapas da coleta de dados**, foram elas divididas segundo os três grandes blocos constitutivos da tese, a seguir explicitados.

Bloco Capital Social

Etapa 1. Análise da obra organizada por Atria e Siles (2003);

- a. A obra de Atria e Siles (2003) destaca-se por ter sido o primeiro contato do pesquisador com o tema sob escopo deste bloco de coleta. A escolha por analisar com profundidade o material foi feita tendo em vista a vastidão e atualidade dos temas discutidos pelos autores. A obra está organizada em 19 capítulos, divididos em 6 partes, cada uma delas especificando um contexto de inserção do Capital Social: desenvolvimento, pobreza, marco analítico, políticas públicas, gêneros e mundo rural. Há ainda um conjunto de reflexões cujo conteúdo versa sobre o conceito de Capital Social, suas dimensões e estratégias para seu desenvolvimento. A obra foi eleita enquanto carro-chefe do bloco de informações face a verificação de que a maioria, senão a totalidade, de escritos a respeito do Capital Social, de uma maneira ou de outra se fazia presente na obra de Atria e Siles (2003).

Etapa 2. Consulta a outras fontes

- a. Consulta às referências expostas em Atria e Siles (2003);
- b. Busca no *Scielo* com a palavra-chave "*Capital Social*";

Etapa 3. Revisão das obras especificadas no Quadro 1.

- a. As obras selecionadas para revisão continham informações complementares àquelas expostas em Atria e Siles (2003) e faziam nexos com as categorias de análise estabelecidas pelo autor.

Bloco Pobreza

Etapa 1. Leitura de Ipea (2010);

- a. A publicação Ipea (2010) foi selecionada para análise porque traz um conjunto de indicadores relacionados à pobreza no Brasil, seus

Estados e regiões, extraídos da PNAD/IBGE, relativos aos anos de 1995 e 2008.

Etapa 2. Leitura do Censo IBGE (2000) e (2010);

- a. O Censo foi consultado por conter informações sistemáticas sobre a população brasileira nos decênios apontados acima.

Etapa 3. Busca de teses de doutorado cujos títulos contivessem a palavra-chave “pobreza”;

Etapa 4. Análise da tese de Carneiro (2005);

- a. A tese de Carneiro (2005) foi selecionada para análise por conter descrições minuciosas de diversas concepções de pobreza;

Etapa 5. Análise do Documento do MIDEPLAN (2002);

- a. O Documento do MIDEPLAN (2002) foi selecionado para análise por conter descrições detalhadas de todas as concepções de pobreza expostas na literatura;

Etapa 6. Análise da obra de Sen (1977; 2000);

- a. A obra de Sen (1977; 2000) foi consultada por conta das reconhecidas contribuições do autor ao estudo da pobreza e pela credibilidade que agrega a esse campo, na condição de Premio Nobel de Economia do ano de 1998.

Etapa 7. Leitura das obras especificadas no Quadro 1.

Bloco Família

Etapa 1. Análise da obra de Petrini (2003; 2005; 2007; 2008; 2010; 2012);

Etapa 2. Análise da obra de Donati (2003b; 2006; 2007; 2008);

Etapa 3. Leitura das obras especificadas no Quadro 1.

Tendo em vista o reconhecido gabarito dos autores entre a comunidade científica, e sua importância para o programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal, as obras de Petrini (2003; 2005; 2007; 2008; 2010; 2012) e Donati (2003b; 2006; 2007; 2008) foram selecionadas para análise.

O procedimento de análise de dados obedeceu ao mesmo critério de sistematização, a partir das três categorias de análise: Capital Social, Pobreza e Família. Conforme descrição abaixo, dessas categorias derivaram diversos tópicos que nortearam o enquadramento dos dados obtidos e consequente revisão da

literatura. No Quadro 1 foram dispostas as publicações revisadas de acordo com as categorias de análise anteriormente explicitadas.

Capital Social

- Paradigma:
 - Conceito;
 - Origem;
 - Definições;
- Tipos de Capital Social:
 - Individual;
 - Comunitário;
 - *Bonding*;
 - *Bridging*;
 - *Linking*;
 - Entre outros;
- Criação e mobilização de Capital Social;
- Capital Social e desenvolvimento socioeconômico;
- Capital Social e Ciência Econômica;
- Capital Social como capacidade;
- Capital Social e juventude;
- Capital Social e educação;
- Capital Social e redução da pobreza;
- Capital Social como problema;
- Capital Social como solução;
- Capital Social rural;
- Capital Social familiar.

Pobreza

- Pobreza como conhecimento:
 - Concepções de pobreza;
 - Medidas de pobreza;
- Pobreza como ação:
 - Políticas públicas
 - Proteção social
 - Experiências exitosas de superação da pobreza com a utilização do Capital Social no Brasil e em outros países.

Família

- Definições;
- Tipos de família;
- Políticas familiares;

- Família e formação de Capital Humano;
- Família e formação de Capital Social;
- Família e políticas públicas
- Família enquanto parâmetro para elaboração de políticas públicas.

Fica registrado não ter sido possível resgatar todo o material disponível para a feitura desta tese, mesmo porque não seria esta uma meta factível de ser alcançada, inclusive face ao verdadeiro “boom” de publicações a respeito do tema Capital Social e suas incursões relacionadas à Pobreza e à Família, a partir dos anos 1980. A escolha metodológica foi identificar fontes que apresentassem certo acúmulo de reflexão, conteúdo teórico e empírico sobre as questões trabalhadas nesta tese.

Quadro 1 – Categorização do material bibliográfico revisado de acordo com as categorias de análise.

POBREZA	FAMÍLIA
ARRIAGADA, Irma. (2003)	ALCANTARA, Miriã Alves Ramos de. (2007)
ARRIAGADA, Irma; MIRANDA, Francisca. (2003)	BAUMAN, Zygmunt. (2004)
BUSSO, Gustavo. (2001)	BAUMAN, Zygmunt. (1999)
CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. (2005)	BECK, U. (2006)
CASTEL, Robert. (2010)	BECKER, G. (1996)
CAVALCANTI, Vanessa R S. (2005)	CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). (2002)
CODES, Ana Luiza Machado. (2008)	CASTELLS, Manoel (2003)
Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. (2000)	DONATI, Pierpaolo. (2003b)
COSTA, Sérgio. (2002)	DONATI, Pierpaolo. (2008)
DE HAAN, Arjan (2000)	FONG, Saulo. (2006)
DE LOS RÍOS DANAE, Barros Paula. (1996)	GIDDENS, Anthony. (1991)
DEININGER, K.; SQUIRE, L. (1998)	GIDDENS, Anthony. (1993)
ESPINOZA, Vicente; CANTEROS, Eduardo. (2001)	GIDDENS, Anthony. (2000)
GACITUA-Mario, Estanislao. (2001)	GRIFFA, M. C.; MORENO, J. E. (2001)
GEREMEK, Bronislaw. (1995)	GROOTAERT, C. et al. (2003)
GLENNERSTER, Howard et al. (1999)	JUNCKEM, E.T. (2005)
HENRIQUES, Ricardo. (2004)	KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). (1998)
HICKS, Norman; WODON, Quentin. (2001)	KELLER, K.L. (1998)
HOLZMANN, Robert; JORGENSEN, Steen. (2000)	MEDEIROS, Marcelo. (2000)
IBGE. (2009)	OLIVEIRA, M. (2007)
KAZTMAN, Rúben. (2001)	PETRINI, G.; FONSECA, R.; PORRECA, W. (2010)
KLIKSBERG, Bernardo. (2003)	PETRINI, Giancarlo (Org.). (2007)
KOWARICK, Lúcio. (2002)	PETRINI, Giancarlo. (2005a)
LACERDA, Fernanda Calasans Costa. (2009)	PETRINI, Giancarlo. (2003)
LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F. (2003)	PETRINI, Giancarlo; DIAS, Marcelo Couto. (2012)
LIPTON, M.; RAVALLIO, M. (1993)	POCHMANN, Márcio. (2004)
MOLLAT, Michel. (1989)	SARTI, Cynthia Andersen. (1994)
MIDEPLAN (2002)	SARTI, Cynthia Andersen. (1995)
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). (2008)	SARTI, Cynthia Andersen. (1996)
MOSER, C. (1998)	SARTI, Cynthia Andersen. (2002)
MURRAY, Colin. (2001)	SARTI, Cynthia Andersen. (2004)
NARAYAN, Deepa. (2000)	SWINTON, S.M.(2000)
OCAMPO, José Antonio. (2003)	
ORSHANSKY, M.; (1969)	

<p>PAUGAM, Serge. (2003) PETRINI, Giancarlo (Org.). (2007) POOGE, Thomas W. (2004) RAHNEMA, M. (2000) ROCHA, Sônia. (2003) ROSSETTI, José Paschoal. (1994) ROWNTREE, B. S. (1902) SARTI, Cynthia Andersen. (1995) SEN, Amartya. K. (1977) SEN, Amartya. K. (2000) SILVA, Benedito. (1986) SILVER, Hilary (1995) SMITH, Adam. (1996) SUNKEL, Guillermo. (2003) TOWNSEND, Peter. (2002) UPHOFF, Norman. (2000) YUNUS, Muhammad. (2003)</p>	
CAPITAL SOCIAL	
<p>ABRAMOVAY, M. (2003) ADAMS, D. W.; FITCHETT(1992) AKERLOF, George. (1970) ALCANTARA, Miriã A. R. et al. (2007) AMARASINGHE; SAKTHIVADIVEL; MURRAY-RUST, (1998) ARAÚJO, Luiz Coelho de. (2011) ARROW, Kenneth Joseph. (1974) ARROW, Kenneth Joseph. (1994) ARROW, Kenneth Joseph. (2000) ATRIA, Raúl, (2001) ATRIA, Raúl (2003) ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo (2003) AXELROD, Robert. (1997) AXELROD, Robert. (1984) BANCO MUNDIAL (1990) BANCO MUNDIAL (2000 - 2003) BANDEIRA, Pedro S. (2003) BANDEIRA, Pedro S. (1999) BANFIELD, E. (1958) BAQUERO, Marcello. (2001) BARBER, Terry. (2009) BARROS, E. (1999) BASSANI, Cherylynn. (2007) BAUMAN, Zygmunt. (1997) BECK, U. (2006) BECKER, G. (1974) BECKER, G. (1996) BILLES, J.J.; LINDON, R. y SILES, Marcelo E. (2001) BITTENCOURT, Gilson (1999) BOBBIO, Norberto. (1982) BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. (2000) BOULDING, K. (1989) BOURDIEU, Pierre. (1985) BOURDIEU, Pierre (1986) BURT, R.S. (1992) CARNEIRO, T.F. (2001) CARNEIRO, T.F. (2003) CASTELLS, Manuel. et al. (1996) CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam (2005) CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. (2005)</p>	<p>KNACK, S.; KEEFER, P. (1997) KRUTILLA, J. (1967) LA PORTA, R. et al. (1998) LEIPZINGER, D. et al. (1996) LÉVY, Pierre. (1993) LÉVY, Pierre. (2003) LIN, Nan. (1982) LIN, Nan. (2000) LIPOVETSKY, G. (1989) LIPOVETSKY, G. (2002) LIPOVETSKY, G. (2004a) LIPOVETSKY, G. (2004b) LIPOVETSKY, G. (2011) LUCAS, R. (1988) MAIA, José Afonso Ferreira. (2008) MARSHALL, T. H. (1975) MASLOW, A. H. (1962) MATURANA, Humberto. (1993) MATURANA, Humberto. (2004) MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. (1995) MAUSS, Marcel. (1966) MAUSS, Marcel. (2001). MCMILLAN, David W.; CHAVIS, David M (1986) MEIER, G. (1995) MESTRUM, F. (2002) MIDEPLAN (2002) MINAYO, M. C. (2008) MONASTÉRIO, Leonardo (2000a) MONASTÉRIO, Leonardo (2000b) NARAYAN, Deepa. (2000) NARAYAN, Deepa; PRITCHETT, L. (1999) NARAYAN, Deepa; WOOLCOCH, Michael (2000) NARAYAN, Deepa; CARSIDY, Michael (2001) NASCIMENTO, Humberto Miranda do (2003) NAZZARI, Rosana Cátia. (2006) NIEM (2004) NORRIS. (2003) NORTH, D. (1981) NORTH, D. (1990) NUPESSEL(2004)</p>

<p> CEPAL (1997) CEPAL (2004) CEPAL-PNUD (2008) CHAMBERS, R. (1995) CLAGUE, C. (1993) CLAGUE, C. (1997) CPRC. (2004) COASE, R. (1937) COLEMAN, James. (1988a) COLEMAN, James. (1990) COLLINS, S; BOSUVORTH(1996) CORDAZ, D.; SALVINI (2004) COX, E. (1995) CRESPO, Antonio; GUROVITZ, E. (2002) DASGUPTA, P. (2000) DAWES, R. M; TAVISH, J; SHAHLEE, H. (1977) DE HAAN, A. (2000) DITTRICH, A. (2003) DONATI, P. (2003) DONATI, P. (2008) DURSTON, John. (1999) DURSTON, John. (2000) DURSTON, John. (2001) DURSTON, John. (2003) DURSTON, John; MIRANDA, Francisca. (2001) DURLAUF, Steven. (1997) EDGEWORTH, F.Y. (1881) ELSTER, J. (1998) EVANS, P. (1996) FAFCHAMPS, Marcel. (1992) FIRTH, R. (1963) FLORES, Margarita; RELLO Fernando. (2001). FONSECA, Claudia(2002) FONSECA, Gianetti. (1994) FOSTER, George. (1961) FRANCO, Augusto de. (2001a) FRANCO, Augusto de. (2005a) FRANCO, Augusto de. (2005b) FRANCO, Augusto. (2000) FREY, Bruno S.; BOHNET, Iris; Huck, S. (2001) FRIEDMANN,John. (1992) FURTADO, Celso. (1974) FUKUYAMA, Francis. (1992a) FUKUYAMA, Francis. (1995) FUKUYAMA, Francis. (1999). FUKUYAMA,Francis. (2003) GALOR, O.; ZEIRA, J. (1993) GIDDENS, Antony. (1991) GIDDENS, Antony. (1992) GIDDENS, Antony. (1993) GIDDENS, Antony. (2000) GLAESER, E. et al. (1999) GODBOUT, J. (1999) GRACEFFO, Antonio. (2011) GRANOVETTER, Mark. (1973) GRANOVETTER, Mark. (1984) GRANOVETTER, Mark. (1985) GROOTAERT,C.(2001) GROOTAERT,C.(2002a) GROOTAERT,C.(2002b) </p>	<p> OCAMPO, José Antonio. (2003) OLSON, Mancur. (1982) OLSON, Mancur. (1965) OSTROM, Elinor. (1990) OSTROM, Elinor. (1997) OSTROM, Elinor. (2000) OSTROM, Elinor. (2002) PALDAM, M.; SVENDSEN, G. Tinggaard. (1999) PNUD (1997) PERRY,G.; ROBISON, L. (2001) PETTAN, K. (2004) PETRINI, Giancarlo. (2003) PETRINI, J.; MENEZES, J. MOREIRA,L. (2008) PETRINI, Giancarlo. et al (2012) PETRINI, Giancarlo; DIAS, Marcelo Couto.(2012) PORRECA, Wladimir. (2008) PORTES, Alejandro. (1998) PRÁ, Jussara Reis. (2004) PRANDINI, R. (1998) PRANDINI, R. (2003) PRANDINI, R. (2007) PUTNAM, R.; HELLIWELL, J. (1995) PUTNAM, Robert; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. (1993) PUTNAM, Robert. (1996) PUTNAM, Robert. (2000) QI-MCS. (2003) RAVALION, M. (1985) RIEDL, M. (2003) ROBISON, Lindon; SILES, Marcelo; SCHMID, A Allan.(2003) ROBISON, Lindon; SILES, Marcelo; MEYERS,Y.(2002) ROBISON, Lindon; SCHIMID, Alan. (1991) ROBISON; SILES; OWENS, (2002) ROGERS, C.R. (1961) ROMEIRO, A. R.(2003) SABATINI, F. (1998) SALLY, D. (2000) SANTOS, Milton. (2007) SANTISO, Javier. (2000) SEM, Amartya.(1999) STANZANI, S. 2003 SCHMIDT, João Pedro. (2004) SERALGEDIN, Ismael; GROOTAERT, Christian.(2000) SILES, Marcelo et al. (1994) SILVEIRA, Angelita Fialho. (2006) SINGER, P. (1999) SKINNER, B. (2006) SKINNER, B. (2007) SMITH, Adam. (1996) SOLOW, Robert. (1995) SOLOW, Robert. (2000) SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. (2002) STANZANI, S. (2003) STIGLER, George J. (1961) STIGLITZ, J. E. (2000) STRANGES, M. (2008) SUNKEL, Guillermo (2003) SZTONPKA, P. (1998) THALER, R. (1980) </p>
--	---

GROOTAERT,C.(2003) GUIZZARDI, L. (2006) HIRSCHMAN, (1984) HOCHSCHILD, A. R. (1983) HAYAKAVA. (1962) HOMANS, G. (1971) HULME, D; MORE,K. (2001) HUME, David. (1740) HUME, David. (1975) IBGE – PNAD (2009) IBGE (2010) INSIGHTS ISSUE (2003) IPEA (2007) IPEA (2010a) IPEA (2011) ISHAM,J; KAHKONEN, S. (2002) ISEG (2000) JACOBS, J. (1961) JOHNSON, A. (1997) KANBUR, Ravi; SQUIRE, Lyn. (1999) KEIL,Ivete Manetzeder.(2004) KIM, J; LAU, L. (1996)	TOCQUEVILLE, Alexis.(1998) ULIAN, Ana Lúcia Alcântara de Oliveira. (2008) UPHOFF, Norman. (2005) USLANER, Eric M. (2003) WHETTEN; CAMERON (1995) VERSPAGEN, B. (1993) VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. (1944) WILLIAMSON, O. (1975) WILLIAMSON, O. (1985) WOOLCOCK, Michael. (1998) WRONG, Donis (1961) ZAK, P. J.; KNACK, S. (1998) ZAMAGNI, S. 2002.
---	--

1.4 DEFINIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Abstraída essa Introdução, que corresponde ao primeiro capítulo da tese, o segundo capítulo tem como tema o Capital Social, em que é mostrado ser o conceito algo inacabado e em processo de construção, apesar da vasta produção sobre o assunto, de forma paralela ao amadurecimento do seu paradigma e ao reconhecimento da sua existência e efetividade em situações exemplares de aplicação virtuosa em ações de combate e superação da pobreza. São trazidos à colação os autores mais relevantes e suas respectivas teorias, aplicações e resultados, bem como o seu atual posicionamento no debate acadêmico nacional e internacional. O capítulo apresenta também o relato do processo de valorização desse capital e evidencia como ele pode vir a contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas destinadas ao combate da pobreza, consoante o alcance das suas diferentes tipologias e dos elementos que o compõem.

A inserção do conceito nos quadros teóricos da Psicologia e da Ciência Econômica é outro aspecto de interesse, conformando nesta última uma “equação do desenvolvimento” que incorpora as diferentes dimensões do capital (físico-

financeiro, humano e social) e possibilita a discussão mesma do que seja o desenvolvimento e suas distintas acepções nos dias de hoje.

O terceiro capítulo trata sobre a pobreza, sua trajetória e seus vários enfoques e concepções. É apresentado o conceito de Pobreza segundo a perspectiva de Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, e de outros autores de relevo, inclusive o Premio Nobel da Paz de 2006, Muhammad Yunus, criador do microcrédito e mentor de um banco “diferente”, o Grameen, que já emprestou recursos acima de US\$ 5 bilhões a mais de seis milhões de pessoas, difundindo essa sistemática para mais de 40 países, entre os quais o Brasil, em uma perspectiva de pobreza como flagrante violação dos direitos humanos. Tratou-se do seu contexto histórico e econômico, bem como da delimitação dos grupos que mais sofrem com essa condição e para os quais são destinados, potencial ou efetivamente, os programas e políticas de proteção social Com base nas estatísticas do IBGE e SEI, para o período entre 2000/2010, o Estado da Bahia foi analisado de acordo com as diferentes concepções de pobreza apresentadas nesta tese, refletindo os indicadores uma melhoria significativa em termos relativos, porém com a persistência de números alarmantes, em termos absolutos, da pobreza urbana e rural, em todas as suas regiões.

O quarto capítulo é destinado à abordagem da família, que, em última instância, corresponde ao conjunto dos beneficiários de programas sociais e comunitários de combate à pobreza e, ao mesmo tempo, revela-se como o *locus* privilegiado de aplicação do Capital Social com base no empoderamento dos seus membros para a superação de condições opressivas de vida. Este empoderamento fundamenta-se na solidariedade, na cooperação, na reciprocidade e na confiança que presidem a convivência familiar, vista atualmente como um importante objeto de estudo e um dos mais relevantes recursos de sustentação para seus membros.

Vê-se também, neste capítulo, a importância dos vínculos familiares, as mudanças na própria família e na sociedade na qual está inserida, além do seu papel como parceira imprescindível do poder público e outras organizações na geração/implementação de políticas públicas e sociais que visam combater e reduzir a pobreza.

O quinto capítulo foi destinado a identificar as formas e os resultados da atuação do Capital Social em situações concretas de busca da superação da pobreza. Trata-se da geração e consolidação do Capital Social comunitário, da

distribuição deste capital e da apresentação das evidências de que o Capital Social pode ser usado com sucesso para combater a pobreza, tanto no Brasil como em outros países, notadamente em experiências em comunidades rurais, com a participação efetiva dos grupos e pessoas beneficiárias.

Nos capítulos relatados foram desenvolvidas, ao final de cada um deles, considerações sintéticas a respeito do conteúdo e dos destaques teóricos e/ou empíricos a eles vinculados, como uma forma de auxiliar o leitor para um melhor e mais abrangente entendimento de cada uma das partes que compõem a tese.

O objetivo do último capítulo, referente às Considerações Finais, é extrair uma síntese do trabalho de tese, no confronto entre a questão-base norteadora e as inferências obtidas ao longo da sua elaboração. Deixa-se claro, aí, que a contribuição a ser oferecida pelo autor não foi direcionada a prover solução para os problemas postulados em seu conteúdo, mas sim, buscar pôr em disponibilidade um quadro consolidado sobre esse novo enfoque do Capital Social, dentro de uma nova perspectiva que se vem construindo acerca do tema.

Nessa nova perspectiva, o Capital Social passa a ser um elemento relevante para superar o que se considera hoje como uma inquestionável violação dos direitos humanos. Representada pela persistência e amplitude da pobreza e pelas desigualdades de renda e oportunidades que caracterizam a história da humanidade, adquire especificidades nesta etapa econômica e social denominada de globalização.

2 CAPITAL SOCIAL

2.1 CAPITAL SOCIAL: UM DEBATE TEÓRICO INACABADO

Em relação ao conceito de Capital Social, existe um intenso debate composto por um conjunto de hipóteses que constituem um "foco conceitual emergente" de grande interesse, rico em distinções e altamente relevante para orientar o desenho de políticas públicas destinadas à promoção da participação nas estratégias de superação da pobreza. (MIDEPLAN, 2002, p. 23, tradução nossa)¹

As primeiras formulações teóricas sobre o conceito de Capital Social datam dos anos 1980 e as revisões críticas e reformulações do mesmo são dos idos de 1990. Na atualidade, apesar do grande avanço dos enfoques conceituais com respeito à noção de Capital Social, existe uma percepção generalizada de que esse ainda é um conceito inacabado, encontrando-se, portanto, no centro de um instigante debate teórico, com alguns consensos entre os principais estudiosos do tema².

Um desses consensos é a definição de que o Capital Social se refere a certo recurso intangível que possibilita a obtenção, por parte das pessoas, de determinados benefícios. John Durston (2001) debruçou-se a destacar algumas definições formuladas por alguns pioneiros do Capital Social. Um deles é Pierre Bourdieu (1985, p. 304), para quem o Capital Social é "o agregado dos recursos reais ou potenciais ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo".

Já para James Coleman (1990, *apud* DURSTON, 2000, p. 8), Capital Social são "os recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro desta estrutura". Para este autor, o Capital Social, à semelhança dos outros tipos de capital, é produtivo, possibilitando conquistas que não seriam possíveis na sua ausência. Para Putnam, Leonardi e Nanetti (1993), Capital Social são os aspectos das organizações

¹ [...] en relación al concepto de Capital Social, existe un intenso debate compuesto por un conjunto de hipótesis que constituyen un "foco conceptual emergente" de gran interés, rico en distinciones y altamente relevante para orientar el diseño de políticas públicas destinadas a la promoción de la participación en las estrategias de superación de la pobreza.

² Ver seção 2.2, na qual é feita uma síntese de conceitos do Capital Social e seus respectivos autores.

sociais, tais como as redes, as normas e a confiança que facilitam a ação e a cooperação para benefício mútuo.

Durston (2001, p. 304) com base nas definições de Bourdieu, Coleman e Putnam, estabeleceu que o Capital Social é

O conteúdo de certas relações sociais: as que combinam atitudes de confiança com comportamentos de reciprocidade e cooperação, que proporcionam maiores benefícios para aqueles que o possuem que o que poderia alcançar-se sem este ativo.

No sentido usado pelo autor, a confiança individual é uma atitude (não uma emoção) com base na expectativa da conduta de outra pessoa que participa de uma relação e no afeto que existe entre ambos. Possui um suporte cultural no princípio da reciprocidade e um suporte emocional no afeto que se sente por outras pessoas que se apresentam como confiáveis e manifestam confiança em nós. Expressa-se de maneira que comunica a confiança em discursos e em ações de entrega do controle sobre bens.

Confiar implica em entregar o controle de bens próprios a outro (ou no caso de uma instituição, às suas autoridades). Significa, por conseguinte, superar o medo do risco pelo menos com esta pessoa ou grupo.

No entanto, quanto maior for o valor dos bens cujo controle é cedido ou compartilhado, maior será o custo de oportunidade de se manter confiável. Os riscos e as ameaças tornam a confiança uma necessidade humana, de ter em quem confiar. Todos os grupos sociais exercitam práticas e internalizam normas de identidade comunitária para evitar a traição. Quando essa ocorre, torna-se um aprendizado traumático. Um reforço negativo contra a confiança.

Eric M. Uslaner (2003) apresenta um trabalho relevante principalmente para os países da América Latina. Nos seus estudos, faz um confronto entre a corrupção e a confiança. Para este autor, a corrupção se constitui numa calamidade que transfere renda dos pobres para os ricos. Esta lamentável ocorrência traz como consequência impostos adicionais e menor produção de serviços públicos, restringe o comércio, impede o funcionamento dos mercados e obstaculiza o crescimento econômico.

Diametralmente oposta à corrupção, a existência da confiança traz benefícios concretos. Promove a tolerância para com as pessoas de diferentes raças e grupos

étnicos, faz surgir a empatia, redistribui recursos dos ricos para os pobres, diminui a criminalidade e alavanca o crescimento econômico.

Uslaner (2003) questiona: como podemos reduzir a corrupção e incrementar a confiança? Essa pergunta é de caráter fundamental para o estudo não só do Capital Social e do Desenvolvimento, mas também para as Ciências Sociais e todas as atividades humanas. Segundo ele, foca-se o debate em providências dirigidas à redução da corrupção e o aumento da confiança. O primeiro enfoque tem por objetivo diminuir a corrupção nos altos níveis, fruto da idéia de que uma corrupção menor aumenta a confiança. O segundo enfoque tem por finalidade o desenvolvimento de uma cultura da confiança desde os níveis mais baixos – o que o autor denomina como “Tese da Recomendação” – com base na noção de que o aumento da confiança reduz a corrupção.

Outro conceito importante nas Ciências Sociais, em especial na Antropologia, é o da reciprocidade, edificado a partir do *Ensayo sobre el Don* de Marcel Mauss (2001). Esse clássico publicado nos anos 1950 identifica a reciprocidade como um princípio regulador das relações institucionais, formais e informais, na esfera da comunidade. Desde as sociedades pré-mercantis lança-se mão de um método de intercâmbio alheio à lógica de mercado (embora algumas operações sejam viabilizadas no mercado) que envolvem as trocas baseadas em objetos, ajuda e favores. Um obséquio é um sinal de disposição para iniciar uma relação social e se torna uma obrigação necessariamente retributiva. Essa reciprocidade difusa que implica numa obrigação é bem diferente das transações mercantis, que requerem compensações imediatas.

Nas comunidades de habitantes estáveis, as relações tendem a se estabelecer entre as mesmas pessoas e famílias em todos os níveis e em todas as instituições da vida humana: religiosa, jurídica, política, familiar e econômica, em um mesmo momento. Por isso, assinala Mauss (1966), são “fenômenos totais” e as comunidades, que são as mesmas, tornam-se sistemas totais de caráter econômico, religioso e jurídico. Sendo assim, a reciprocidade que a princípio parecia um fenômeno social menor é aceito como a base das relações e instituições de Capital Social.

Além de Mauss, outros antropólogos, a exemplo de Raymond Firth (1963), com seu “Conceito de Organização Social”, e George Foster (1961), com seus “Contratos Diádicos”, avançam nos estudos da reciprocidade, uma vez que tratam

das relações regulares que geram instituições e estruturas sociais e no link das redes centradas no indivíduo.

A cooperação é outro atributo do conceito de Capital Social que contempla uma ação complementar com a finalidade de cumprir objetivos compartilhados de um empreendimento comum. Distingue-se da colaboração, tendo em vista que os objetivos desta são diferentes, embora compatíveis. As frequentes interações de estratégias individuais são resultantes da sinergia entre cooperação, confiança e os vínculos de reciprocidade. A sustentação teórica dessa sinergia encontra-se nas Teorias dos Jogos e da Cooperação (AXELROD, 1984), que observa ser possível estimulá-la a partir de oportunidades de confiar ou trair.

Margarida Flores e Fernando Rello (2001) argumentam que se existem várias definições de Capital Social é possível distinguir-se três componentes básicos que fazem parte da maioria destas definições: as fontes e a infraestrutura do Capital Social; as ações individuais e coletivas; e as consequências e resultados destas ações.

- 1) - **As fontes e a infraestrutura do Capital Social:** compreendem aquilo que torna possível seu nascimento e consolidação: as normas, as redes, a cultura e as instituições;
- 2) **As ações individuais e coletivas,** que essa infraestrutura viabiliza; e
- 3) **As consequências e resultados destas ações,** que podem ser positivas ou negativas.

Flores e Rello (2001) complementam a análise incorporando definições do Capital Social selecionadas de acordo com estes componentes:

- Para Woolcock (1998) - normas e redes que facilitam ação coletiva e o benefício comum;
- Para Fukuyama (1995) - recursos morais, confiança e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais; e
- Para o Banco Mundial (2003) - instituições, relações, atitudes e valores que governam a interação de pessoas e facilitam o desenvolvimento econômico e a democracia.

Os autores chegam à conclusão de que “o importante do Capital Social para os indivíduos e os grupos que o possuem, é a potencialidade que ele lhes confere e de que carece o indivíduo isolado” (FLORES; RELLO, 2001, p. 03). Ou seja, o essencial do Capital Social é que é uma *capacidade*. Representa a capacidade de obter benefícios a partir do aproveitamento de redes sociais.

Cabe ressaltar as variações próprias do conceito, pois estabelecem distinções com respeito à noção de capacidade para defini-lo. Algumas dessas variações evidenciam que esta capacidade se firma principalmente nas características individuais dos sujeitos, enquanto outras afirmam que esta se forma na esfera da cultura. E, por último, se enfatiza que tem ela sua origem nos sistemas sociais complexos e nos diferentes agentes que o compõem.

Da mesma maneira, o Capital Social também pode ser visto como o atributo de indivíduos que se expressam nas redes a que têm acesso e/ou nos atributos das estruturas sociais cujos proprietários são as comunidades, classes e sociedades inteiras.

No conceito do Capital Social podem ser ressaltados os seguintes elementos:

- Memória Social
- Identidade (incluindo etnicidades)
- Religião
- Vizinhança
- Amizade
- Parentesco
- Princípios de Reciprocidade horizontal e vertical
- Satisfações socioemocionais: pertencimento, carinho, honra, prestígio, altruísmo, estima, entre outros.

Todos estes elementos são universais e existem potencialmente em todos os conjuntos humanos, com variações de magnitude e maneiras como se combinam em cada um dos grupos. É preciso deixar claro que a existência de alguns desses elementos não significa automaticamente a presença do Capital Social.

As diversas concepções teóricas, ainda segundo Durston (2001), deixam patente que o conceito é aplicável, utilizável, e sua significância se efetiva na

mudança causada na análise reducionista que se tem praticado em relação ao fenômeno da pobreza até o momento.

2.1.1 Tipos de Capital Social

Do ponto de vista de Robison, Siles e Schmid (2003, p.57), Capital Social é entendido como

[...] os sentimentos de solidariedade de uma pessoa ou um grupo por outra pessoa ou grupo. Esses sentimentos podem abarcar a admiração, o interesse, a preocupação, a empatia, a consideração, o respeito, o sentido de obrigação, ou a confiança com respeito a outra pessoa ou grupo.

Essa definição sugere a existência de várias classes e intensidades de relações de solidariedade. Identifica-se um tipo de Capital Social que se alicerça no afeto e na preocupação pelo outro. Outro formato de Capital Social se baseia nos sentimentos de companheirismo e boa vontade recíproca existentes em pessoas que possuem o mesmo status e iguais recursos. Existe também um tipo de Capital Social que tem sua base nos sentimentos de respeito ou consciência da existência do outro, que pode existir entre pessoas que apresentam assimetria de poder e influência.

A distinção entre os diversos tipos de Capital Social nos leva a defini-los como Capital Social de união (*Bonding Social Capital*), de vinculação (*Linking Social Capital*) e de aproximação (*Bridging Social Capital*). Esses tipos de Capital Social não devem ser confundidos com aqueles admitidos por Putnam, Leonardi e Nanetti (1993) Putnam e Helliwell (1995) e Putnam (1996), que fazem uma distinção entre Capital Social de aproximação (que gera vínculos entre grupos) e Capital Social de união (que cria vínculos intragrupos).

Segundo Robison, Siles e Schmid (2003), o Capital Social de união (compromisso estabelecido mediante um laço ou um pacto) encontra-se em relações socialmente estreitas. São pontos de coincidência que se tornam compromissos para toda a vida e os contatos pessoais são extremamente frequentes. O Capital Social de união é caracterizado por sentimentos intensos de conexão que incluem sentimentos de preocupação, afeto e interesse pelo outro à semelhança de uma família.

Já o Capital Social de vinculação assemelha-se aos vínculos de uma cadeia que tem o mesmo tamanho e resistência, e cujos elos se encontram submetidos ao mesmo nível de tensão, sendo identificado em relações sociais medianamente estreitas, com origens nos pontos de coincidência adquiridos nos compromissos a médio prazo. O Capital Social de vinculação é originado por sentimentos moderadamente intensos de conexão, como o respeito, a confiança e o companheirismo que podem existir, por exemplo, em pessoas que realizam tarefas parecidas e que compartilham responsabilidades similares.

O Capital Social de aproximação (uma ponte que liga duas massas continentais de diferentes superfícies, recursos e populações) se efetiva nas relações assimétricas entre pessoas que têm escassos pontos de coincidência, um pequeno contato pessoal e normalmente diferenças profundas quanto aos recursos que possuem. Caracterizam-se por sentimentos assimétricos de conexão, aqueles que podem existir entre o empregador e o empregado, o professor e o estudante, uma pessoa famosa e um admirador.

Segundo Durston (2001), o Capital Social se manifesta pelo menos de cinco formas diferentes, que identificam a estruturação e composição das suas esferas de abrangência:

1- Capital Social Individual: aparece em relações sociais caracterizadas como um contrato diádico e conteúdo de confiança e reciprocidade, se estendendo através de redes egocentradas. O Capital Social individual é o ativo acumulado pelas pessoas em suas relações sociais constituídas de favores que tenham feito e que esperam retomar em um momento oportuno sua reciprocidade. Ressalte-se que o recurso adquirido pelo Capital Social individual não se instala na pessoa, mas nas relações entre as pessoas. Pode-se dizer que se caracteriza por uma reciprocidade difusa, um contrato informal entre duas pessoas se expressando em redes possuídas por cada pessoa.

2 - Capital Social Grupal: constitui-se uma extensão das redes egocentradas que se encontram em um grupo, como resultado do cruzamento das relações entre estas redes e passam a se plasmar como um grupo apto a funcionar como equipe. O grupo pode dar origem a relações de poder tanto de modo horizontal quanto vertical,

geralmente quando possuem um líder. A característica básica do Capital Social grupal é a reciprocidade individual entre os componentes do grupo.

3 - Capital Social Comunitário e de Bairro: possui as estruturas que dão origem às instituições de cooperação grupal. Manifesta-se em sistemas complexos, em suas estruturas normativas de gestão e sancionárias. A instituição nesta definição é entendida como a reunião relativamente estável de papéis e relações bem estabelecidas, com normas que atuam como sistema e com maior complexidade que uma rede.

4 - Capital Social de Ponte: de certa maneira se constitui uma extensão do Capital Social dos tipos antes explicitados, mas tem sua referência aos vínculos que podem acessar pessoas e instituições distantes, tanto horizontais como verticais. Sua relevância está no poder de facilitar o acesso a outras formas de recursos, econômicos e políticos, sendo o exemplo mais frequente a relação estabelecida entre as comunidades pobres e o Estado.

5 - Capital Social Societal: é o Capital Social das sociedades. Apesar das sociedades se apresentarem muito segmentadas, as instituições que possuem poder estabelecem e evidenciam a existência deste capital.

Quatro tipos de Capital Social são distinguidos por Flores e Rello (2001).

Capital Social Individual: para este tipo de capital existe a capacidade de obter vantagens e benefícios ao selecionar uma rede de relações úteis.

Capital Social Empresarial: considera-se um conjunto de recursos que venham a ser mobilizados numa rede de relações sociais estendidas, que permitam à empresa uma vantagem competitiva.

Capital Social Comunitário: é visto como uma possibilidade de atuar como coletivo, procurando alcançar metas e benefícios definidos em comum. O mais importante deste tipo de capital é a capacidade coletiva de atuar conjuntamente e de tomar decisões contando com componentes da estrutura social como a confiança, as redes, as associações e as instituições. É importante que se distinga o Capital Social endógeno e exógeno: o primeiro diz respeito a parte da rede de relações sociais

que participam do grupo; o segundo é formado pela rede de relações sociais externas à comunidade, como as ONGs.

Capital Social Público: constituído pelas redes de relações com agentes económicos e sociais que configuram as entidades estatais e que tornam suas tarefas mais eficazes.

Para Flores e Rello (2001), a magnitude do Capital Social depende de condições internas e externas da comunidade, assim como das fontes e infraestrutura na qual se encontra Capital Social. A magnitude considerada ótima depende dos objetivos que se desenham na comunidade.

Estas considerações sinalizam a relevância de se distinguir duas formas básicas de Capital Social: O Capital Social Individual, encontrado principalmente em redes interpessoais, e o Capital Social Comunitário, que se encontra em instituições sociais mais complexas.

O processo em que o Capital Social Comunitário surge do individual é complexo, variado, pouco compreendido. O Capital Social individual é um precursor do comunitário e este se constitui num dos recursos que possibilita a acumulação daquele, isto é, se reforçam mutuamente.

No tocante ao Capital Social Comunitário, em sua definição não se pode esquecer que as comunidades são muito mais que redes. No que se refere às instituições, estes são sistemas complexos, um conjunto praticamente estável de papéis e relações definidas, com normas que regulam o desempenho destes papéis por diferentes pessoas através do tempo. Ao se admitir que as instituições são sistemas complexos, socioculturais, se estende o conceito, anexando o cultural (normas, crenças) e o social (práticas, relações e estruturas).

Pode-se afirmar que o Capital Social Comunitário é propriedade do grupo e contribui para o seu benefício. Durston (2003) advoga que a institucionalidade do Capital Social Comunitário surgiria por meio de quatro processos diferentes:

- A co-evolução de estratégias das pessoas;
- As decisões racionais e conscientes dos indivíduos membros da comunidade;
- A socialização das normas relevantes de uma cultura na infância e na adolescência;

- Pode ser induzida por uma agência externa através da aplicação de gestão comunitária.

As características institucionais e funcionais do Capital Social comunitário são:

- O controle social: imposição de normas compartilhadas;
- Criação de confiança entre os componentes de um grupo;
- A cooperação coordenada em tarefas com maior capacidade que uma rede;
- A resolução de conflito por líderes ou pela justiça institucionalizada;
- A mobilização em gestão de recursos comunitários;
- A legitimação de líderes e executivos com funções na gestão e administração; e
- A geração de âmbitos e estruturas de trabalho em equipe.

Outra definição de Capital Social é dada de maneira sintetizada por Raúl Atria (2003), que realça duas dimensões em um conceito: uma ilustra a mobilização de determinados recursos através de um grupo; e a outra é a disponibilidade de redes de relações sociais.

Na primeira dimensão, a mobilização se conecta com a liderança e o empoderamento. Na segunda dimensão se identificam o conceito de associatividade e a especificidade horizontal e vertical das redes sociais, redes que podem conformar-se em diversos âmbitos.

Para Atria (2003, p. 583), então, o Capital Social comunitário pode ser definido como “a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente e em benefício do conjunto os recursos associativos que se estabelecem nas distintas redes sociais a que têm acesso os membros do grupo em questão”.

Coloca-se que os recursos associativos que têm significado para dimensionar o Capital Social de um grupo ou comunidade são as relações de confiança, reciprocidade e cooperação.

2.1.2 Capital Social Familiar

Nos idos de 1980 a família apresentava um caráter de ambivalência: importante para a socialização primária, por um lado, e, por outro, tida como não funcional às exigências das sociedades modernas (BECK, 2006), razão pela qual a família não fez parte de início das preocupações dos pesquisadores, acadêmicos e estudiosos do Capital Social. Registra-se aqui a afirmação de Ulrich Beck (2006, p. 172) que se insere de maneira bastante significativa nesta linha de pensamento: “uma modernidade modelada no mercado e pensada até as últimas consequências implica uma sociedade sem famílias e filhos”. Entretanto é indiscutível a imprescindibilidade da família para a transmissão e internalização aos membros das novas gerações de aptidões e hábitos, tanto positivos quanto negativos, que venham a facilitar ou dificultar seu desenvolvimento.

Petrini e Dias (2012) informam em seus escritos que alguns renomados autores ressaltaram a relevância da família na conceituação e na geração de Capital Social, através de suas investigações (CORDAZ, 2004; COX, 1995; DONATI, 2003b; GUIZZARDI, 2006; PRANDINI, 2003; STANZANI, 2003; STRANGES, 2008). A partir desses autores, a família adquire o status de um Capital Social de grande valia para a sociedade, porquanto nas relações que são estabelecidas entre os seus membros são produzidos “bens relacionais”, no dizer de Pierpaolo Donati (2003b), destacando-se entre estes bens a confiança, a reciprocidade, o amor e a proteção, fundamentais para a pessoa e significativos para o convívio social. Além disso, a família possibilita que a pessoa construa sua orientação pró-social.

O dom e a reciprocidade constituem a base do modo como a família orienta seus membros, o que produz afabilidade, confiança e amizade ao longo do tempo e, conseqüentemente, uma memória viva responsável pela identidade da pessoa.

As relações familiares com base no dom, na gratuidade e na reciprocidade afetiva são institucionalizadas e condensam expectativas recíprocas, de tal maneira que as ações dos membros podem ser dirigidas no sentido do bem e da harmonia com os outros.

A obra de Marcel Mauss (2001), brevemente referida nesta tese ao se abordar a noção de ‘fenômenos totais’, introduziu o tema do dom nas Ciências Sociais. A dádiva, apesar de ser tratada nessa obra de Mauss como uma categoria

sintética, agrega uma série de significados simbólicos que ultrapassam a utilidade que porventura possibilite uma mensuração.

Na troca dadivosa a criação do vínculo, efetivada pelo dom, unindo de maneira importante os donatários e os doadores, é considerada com uma relevância maior do que o objeto doado. A troca de dons faz surgir um profundo nexos entre a pessoa que doa e a que recebe o dom. Uma aliança de vida é conformada, assim como um pacto de amizade alimentado e consolidado através da aceitação e da retribuição dos dons:

O que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de mais nada, amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras cujo mercado não é senão um dos momentos, em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato mais geral e muito mais permanente. (MAUSS, 2001, p. 55 apud PETRINI; DIAS, 2012, p. 09).

As observações feitas por Mauss (2001) a respeito das trocas dadivosas tornam-se fatos totais, pois, além de mobilizarem os múltiplos setores da sociedade, envolvem uma gama de aspectos sociais que se entrelaçam de tal maneira que a remessa de um para o outro é exigida numa compreensão mais abrangente.

Mauss (2001) adverte que os fenômenos tratados são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, estéticos, morfológicos, etc. Nessa perspectiva, o dom produz relações que se diferenciam das relações mercantis, uma vez que as relações originárias do dom são dirigidas à totalidade das pessoas envolvidas. Outra distinção é que a relação criada pelas trocas mercantis se exaure na entrega e no pagamento da mercadoria, enquanto que no caso do dom, ao ser oferecido e recebido, surge uma relação que tende a prolongar-se no tempo.

Entre os muitos comentadores do tema da dádiva vale ressaltar Godbout (1999), que realçam as relações estabelecidas entre dádiva e família. Esses autores esclarecem que nenhum outro lugar é tão próprio para a prática da dádiva do que a família em qualquer sociedade, porquanto, a dádiva na família é vivenciada com maior intensidade e somente a família é o lugar para o seu aprendizado.

O Capital Social Familiar é composto de bens relacionais produzidos de maneira não competitiva entre os membros da família. No desenvolvimento das relações familiares de reciprocidade e de cooperação entre sexos e entre as

gerações estabelece-se o ambiente micro social indispensável para a criação e aprendizado de ativos emotivos, cognitivos, normativos e valorativos que são os alicerces dos vínculos sociais (PRANDINI, 1998).

O Capital Social Familiar tem uma dimensão interna às relações familiares e uma dimensão social. A primeira oferece benefícios diretamente aos membros da família e a segunda, a dimensão social, oferece recursos para o conviver em sociedade, recursos dos quais as pessoas se apropriam. É relevante que fique bem claro que se constitui de uma propriedade da **relação** e não dos indivíduos. Na família, obviamente, o Capital Social Familiar encontra o seu lugar básico para a sua geração, tanto para os seus membros quanto para a sociedade, uma vez que gera vínculos intersubjetivos e sociais.

Porreca (2008), em sua tese, comenta Prandini (2007), que considera a família como Capital Social para a sociedade. Admite como pressuposto que é no interior da família que surgem os bens fundamentais que terão validade para a sociedade: confiança, amor, proteção; e que propiciam ao ser humano o seu desenvolvimento físico, psíquico, espiritual e social, a visão de mundo de cada pessoa, e adverte que estas mesmas condições são produzidas na realidade extra-familiar. Desta maneira, a família tem a capacidade de transformar em recursos o seu Capital Social Familiar para a sociedade.

Essa lógica de transformação do Capital Social Familiar em Capital Social apresenta um alto grau de complexidade e requer uma atenção especial do observador, pois existem famílias bem dotadas em Capital Social Familiar interno que não conseguem traduzí-lo em Capital Social generalizado ou comunitário (PORRECA, 2008). Torna-se oportuna a descrição de Stefano Zamagni (2002) na qual se observa os modos de externalidade social positiva geral da família:

Primeiro, na reprodução da sociedade; se bem que as decisões de colocar filhos no mundo é um fato privado, que, todavia produz consequências de grande porte no plano coletivo. Como são todos aqueles que se ocupam da transição demográfica e do equilíbrio econômico-financeiro entre as gerações... uma segunda forma de externalidade positiva concerne na integração e na redistribuição das rendas do trabalho., todos observam a capacidade da Família de reequilibrar a distribuição pessoal das rendas, a qual provem mais igualitária quando se passa da distribuição pessoal àquela familiar...uma terceira forma de externalidade positiva é aquela que se chama a causa da flexibilização da participação laborativa dos sujeitos femininos e dos jovens. A Família é a instituição que mais do

que qualquer outra sustenta e tutela os sujeitos mais fracos – desde as crianças em idade pré-escolar até aos anciãos não auto-suficientes; dos cuidados aos pobres à assistência aos doentes. (ZAMAGNI, 2002, p. 101-102)

É evidente que este capital será função da organização e da qualidade das relações que são vividas pela família. Esta constatação permite observar diferenças substantivas nas famílias conjugais, nas parentais, nos vínculos temporários e nas diversas etapas do ciclo da vida familiar. Poderá haver também, do ponto de vista das relações familiares, uma deficiência de bens relacionais e na ocorrência de violência intramembros e de outros percalços, inclusive fazendo surgir um Capital Social Familiar negativo.

Não se poderia deixar de ressaltar o papel da variável tempo e sua influência na geração e forma do Capital Social Familiar. São alvos de observação o contexto histórico cultural, o tempo do ciclo familiar, as interações entre os membros da família e os eventos especiais que hajam ocorrido. A temporalização do Capital Social Familiar assume centralidade para evitar que se considere este acervo de recursos como um estoque fixo de bens, sem atentar para o fato de que se modifica com o passar do tempo e com a alteração de outros fatores.

A ser bem compreendido, o Capital Social Familiar proporciona horizontes favoráveis para a implantação de políticas públicas de tipo **subsidiário**, que tenham o objetivo específico de fortalecer as relações familiares, nas ocasiões de fragilidade ou em condição de risco, para que as famílias possam efetivamente realizar as suas tarefas próprias e não substituídas por órgãos públicos (PETRINI; DIAS, 2012).

Isso nos remete diretamente à dicotomia atual vivida pela família, em termos da sua dimensão privada, sustentada por regras jurídicas que estabelecem o formato e as repercussões das relações conjugais, paternais e familiares quanto aos aspectos patrimoniais e sócio-econômicos perante o conjunto da sociedade. No dizer de Petrini (2003, p. 82), “querem, em suma, que sua vida **privada** seja reconhecida **publicamente** e estruturada segundo as modalidades do direito”, o que implica na tendência a reduzir-se “a importância da família como instituição” sob a dupla influência da administração pública, com suas normas protetivas dos direitos da criança e adolescente, da mulher e do idoso, e do mercado, que “coloniza o mundo da vida, estendendo [...] sua lógica, seus critérios e valores a todos os aspectos da existência, inclusive os mais íntimos” (PETRINI, 2003, p. 83).

Ressalta este mesmo autor que “a família não é apenas um bem particular, isto é, um ‘mundo privado’, mas configura um espaço público, no qual são vividos valores e práticas comuns de inegável significado social” (PETRINI, 2003, p. 83). Nessa dimensão dupla, entrelaçam-se o empenho do Estado em regular e intervir no sentido da preservação da identidade da família, através das chamadas “políticas familiares”, e a própria ação dos membros desse grupo especial, estimulando-o a assumir os papéis para os quais tem sido historicamente demandado, na proteção e acolhimento dos mais fracos que o integram, convergindo esse esforço comum na mobilização de uma energia transformadora do ambiente e das relações interpessoais em seu núcleo básico – o Capital Social Familiar, fundado na solidariedade, na confiança, na reciprocidade, no afeto, enfim, que unifica e confere “cidadania” à família, como entidade singular nos contextos em que se insere.

2.2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS NA LITERATURA SOBRE CAPITAL SOCIAL

Tendo em vista o propósito de dar a esta tese um caráter também social, decidiu-se, para introduzir e desenvolver o tema, por um cuidadoso exame de argumentos que trouxessem as visões que dão sentido à pretensão referenciada. Destarte, foram objeto de análise comentada, num primeiro momento, estudos de José Antonio Ocampo, secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe – CEPAL, do professor Francis Fukuyama, da Universidade John Hopkins, e do sociólogo Augusto de Franco, criador do conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável –DLIS.

Na dimensão macroeconômica, tratou-se de abordar as várias dinâmicas do investimento; no nível comunitário enfatizou-se a importância das entidades formais e informais, distinguindo-se as ONGs, por exemplo; e na esfera familiar avaliou-se a contribuição das pessoas diante do objetivo traçado.

2.2.1 Cepal / Ocampo

Em 2001, a CEPAL promoveu, junto com a Universidade do Estado de Michigan, a conferência *Em busca de um novo paradigma: Capital Social e redução da pobreza na América Latina e Caribe*, que produziu um alentado conjunto de informações reunidas no trabalho *Capital Social e agenda do desenvolvimento* (OCAMPO, 2003).

Admitindo a diversidade de conceitos sobre o Capital Social, “debate caótico” no dizer de Durston (2003), o entendimento da CEPAL privilegia a noção de Capital Social como “o conjunto das relações sociais caracterizadas por atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade”, constituindo-se num “recurso pertencente às pessoas, aos grupos e às coletividades em suas relações sociais”, adquirindo força e dinamismo nas redes de associatividade. (OCAMPO, 2003).

À semelhança da renda e da riqueza, o recurso Capital Social está desigualmente distribuído nos diversos segmentos da sociedade, razão pela qual persiste uma questão fundamental quanto às perspectivas de contribuição de ferramentas que incrementem a criação e a mobilização de Capital Social, capazes de operacionalizar políticas sociais que potencializem a aptidão para, efetivamente, reduzir a pobreza.

Na dimensão econômica, a CEPAL apregoa um novo equilíbrio entre mercado e interesse público. No âmbito das políticas públicas, uma adequação nas concepções que as orientem em suas ações para objetivos comuns, que não se restrinjam às iniciativas do Estado. Esse caminho se revela extremamente promissor, na medida em que provoca um empoderamento da sociedade civil e uma perspectiva de lidar com e superar a crise permanente do Estado, em todos os países, em qualquer nível de desenvolvimento.

Na abordagem do desenvolvimento, os documentos que expressam o pensamento da CEPAL enfatizam a indispensabilidade de focar o tema de maneira integral, articulando uma nova visão da estabilidade macroeconômica, a reavaliação de estratégias, uma melhor concatenação entre o desenvolvimento econômico e social e o robustecimento da cidadania.

Interessa, especialmente, a questão social a mover-se num universo de políticas de longo prazo que venham dar impulso à equidade e assegurar a inclusão social, solidamente fundamentada na universalidade, solidariedade e eficiência.

Entende-se esse movimento num contexto de crescimento econômico capaz de gerar empregos de qualidade em volume adequado e de minimizar as diferenças entre grandes e pequenas empresas e entre setores da economia.

Este detalhamento a respeito do desenvolvimento, aparentemente excessivo, tem a finalidade de pôr em realce o princípio da equidade, consensualmente aceito como condição ética e estratégica, imprescindível ao desenvolvimento e obstaculizada pela persistência da pobreza. A redução da pobreza torna-se um imperativo que transcende, portanto, as razões óbvias e sobejamente conhecidas que motivam os esforços para a sua efetivação e assume um caráter multidimensional.

Na operação de combate à pobreza, faz-se mister atacar os fatores estruturais que a determinam e a reproduzem na sequência das gerações: a desigualdade no acesso às oportunidades educacionais e ocupacionais; a má distribuição da renda; a elevada dependência demográfica; e os níveis étnicos e de gênero que lhes estão associados.

Dentro dessa linha de pensamento, educação e emprego de qualidade destacam-se como prioridades. A educação por constituir-se instrumento fundamental para o crescimento equitativo, o desenvolvimento democrático e pessoal e a solidificação da cidadania. Além dessas virtudes, ressalta-se que em países que apresentam elevado grau de segmentação social, a educação é, também, um fator que alimenta e, muitas vezes, determina essa segmentação. Ressalta-se, ainda, que o tratamento especial dado à educação não pode deixar de levar em consideração os outros determinantes da pobreza assinalados.

No que concerne ao emprego, tornam-se necessários, face à velocidade e à complexidade das inovações tecnológicas, os programas de capacitação e requalificação de mão de obra, priorizando-se as empresas que apresentem melhor relacionamento e proporcionem favoráveis condições trabalhistas aos seus empregados. Para que haja geração de empregos é preciso que o contexto econômico apresente uma situação macroeconômica estável e condições favoráveis de crescimento dinâmico.

A expressa preocupação com a interação da educação, emprego de qualidade e panorama econômico demonstra o propósito de construir marcos integrados de políticas de combate à pobreza. A existência desses marcos estará na dependência de instituições que proporcionem efetiva participação e coordenação

econômico-social, além de real capacidade de intervenção nas camadas mais pobres da população. O desempenho de instituições eficazes pode vir a garantir a incorporação das prioridades sociais à política econômica.

A abordagem renovada sobre a agenda do desenvolvimento promove a inclusão do atingimento do bem estar material – objetivo tradicionalmente buscado pelo sistema econômico – em desideratos sociais mais amplos, nos quais o pertencimento, a identificação com aspirações coletivas e a criação de laços de solidariedade fazem parte das metas do desenvolvimento econômico. Para tanto, em virtude da fragilidade das redes sociais, emerge a necessidade de “criar sociedade”, objetivo que se adequa perfeitamente às potencialidades do Capital Social, que tem nas atividades de natureza associativa seu núcleo central de operacionalização.

A diversidade de conceituação do Capital Social não deve impedir a busca de um enfoque mais integrado, que permita a utilização do seu potencial no enfrentamento dos problemas da pobreza e das desigualdades, uma vez que o insumo para a produção de Capital Social existe em todos os lugares, assim como o seu uso se manifesta no cotidiano das pessoas, na tentativa de satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e afetivas. Acrescente-se, ainda, que são inerentes ao ser humano as capacidades de trabalhar em conjunto, de ajudar-se mutuamente e de organizar-se para alcançar metas de interesse comum.

Mesmo admitindo-se aspectos promissores para as perspectivas de “criar sociedade” via utilização do Capital Social, existem fatores importantes de conotação negativa a respeito das expectativas explicitadas. O Capital Social negativo produzido em culturas que obedecem a lógicas e dinâmicas diferentes e, muitas vezes, contrárias à formação de Capital Social produtivo; e as desigualdades na distribuição do Capital Social que privilegiam os estratos mais afortunados através de mecanismos culturais e sociais inerentes ao próprio Capital Social, que lhes permitem assenhorar-se das melhores oportunidades de vida que a educação lhes proporciona.

As ações de combate à pobreza e de busca da equidade social devem estar articuladas em contextos econômico, sociopolítico e sociocultural favoráveis, nas quais as instituições desempenham um papel fundamental:

A mobilização do Capital Social dos setores mais pobres deve ser complementada com um sistema econômico dinâmico e abrangente,

mas também com um sistema sociopolítico mais amplo que seja coerente com este objetivo de inclusão. Desta maneira, o desenho de instituições formais de associação e participação, e a capacitação dos supostos beneficiários em sua gestão, nunca conseguirão seus objetivos a menos que as instituições socioculturais informais de confiança, cooperação, liderança, prestígio e clientelismo sejam também temas da política pública. Estas formas 'positivas' e 'negativas' de Capital Social seguem dinâmicas cuja capacidade de determinação de resultados é maior que as das lógicas formais. (OCAMPO, 2003, p. 29, tradução nossa).³

Na esteira dessas considerações exige-se do Estado uma atuação mais proativa no sentido de proteger as iniciativas associativas dos segmentos excluídos, com o objetivo de fortalecer e consolidar o Capital Social em formação, ao garantir que os recursos alocados cheguem aos seus reais destinatários. Na condição de atores sociais efetivos, ao tomarem consciência da sua situação, os pobres têm a oportunidade de rever e transformar as relações de poder extremamente desiguais e que se constituem no próprio Capital Social dos mais afortunados.

À luz dessa concepção renovadora, os pobres não devem ser vistos desde uma perspectiva de carência, mas como sujeitos capazes de gerar Capital Social e dotados, também, de Capital Humano, aptos a desenvolver ações produtivas em prol das comunidades a que pertencem.

A percepção dessas potencialidades possibilita – como já constatado em programas e políticas sociais de combate à pobreza – uma vinculação efetiva do Capital Social com as políticas públicas. Algumas experiências exitosas nas áreas de saúde e educação mostraram que a mobilização do Capital Social de populações pobres pode influir decisivamente para o sucesso alcançado. Considera-se tais avanços fruto da visão renovadora na qual o agente público transforma sua maneira de atuar junto às populações, tornando-se parte dela e estabelecendo relações de produção de bens compartilhados, gerando a fusão de horizontes entre a agência estatal e as populações beneficiadas.

³ La movilización del Capital Social de los sectores más pobres debe ser complementada con un sistema económico, dinámico y incluyente, como y algo hemos mencionado, pero también con un sistema sociopolítico más amplio que sea coherente con este objetivo de inclusión. De esta manera, El diseño de instituciones formales de asociación y participación, y la capacitación de los supuestos beneficiarios en su gestión, nunca lograrán sus objetivos a menos que las instituciones socioculturales informales de confianza, cooperación, liderazgo, prestigio y clientelismo sean también temas de la política pública. Estas formas 'positivas' y 'negativas' de Capital Social siguen dinámicas cuya capacidad de determinación de resultados es mayor que la de las lógicas formales.

O Capital Social comunitário (DURSTON, 2003) tem-se mostrado bastante funcional na complementaridade dos serviços públicos, em especial em termos de articulação com as famílias, fator chave nos programas de superação da pobreza, e no aumento da eficácia das microempresas, graças ao empoderamento das redes associativas. A lição mais relevante que se pode tirar do enfoque renovado da concepção de uso dos instrumentos que norteiam o Capital Social é a integração das redes interpessoais com o Estado, afastando a idéia de estamentos distintos e isolados, tornando real e viável uma relação Estado-Sociedade promissora e, espera-se, irreversível.

2.2.2 Fukuyama

Francis Fukuyama (2003) analisa a relação entre Capital Social e desenvolvimento, buscando elucidar o lugar que o conceito de Capital Social ocupa na atualidade, sua inclusão no cabedal de conhecimentos sobre esse relacionamento e como, no futuro, poderá ser utilizado para gerar crescimento e reduzir a pobreza.

É enfatizada pelo autor a existência, já, de uma vasta produção intelectual sobre o tema Capital Social, principalmente na década de 1990. Entretanto, a maior parte dela voltou-se para questões conceituais e históricas, propiciando uma mudança de enfoque para uma postura mais pragmática, com a finalidade de buscar a operacionalização do Capital Social, conhecer onde são mais eficazes os meios empregados para criá-lo e obter maior conhecimento sobre as instituições formais e legais que têm a capacidade de promover a sua utilização.

Com isto, tornou-se possível melhorar o entendimento sobre os nexos existentes entre o Capital Social e a corrupção política e entre o Capital Social e as mudanças culturais, aprimorando a atenção na interseção do Capital Social com a democracia e com as reformas econômicas.

Salientando o poder legitimador da democracia liberal e a influência decisiva do Capital Social no seu fortalecimento, o autor explicita:

Portanto, se bem o Capital Social não é a única coisa que falta no Consenso de Washington⁴, segue aparecendo em várias dimensões do desenvolvimento. Tal capital influencia diretamente na capacidade das pessoas de organizarem-se com fins econômicos; é importante para que a sociedade seja capaz de criar instituições e fazer cumprir a lei; e é um ponto indispensável da democracia, que é a fonte da legitimidade e do marco político em que se dá o desenvolvimento. (FUKUYAMA, 2003, p.37, tradução nossa).⁵

Fukuyama (2003) expressa preocupações quanto à agenda conjunta do Capital Social e desenvolvimento. O foco dessas preocupações está na falta de uma definição consensual de Capital Social e, por consequência, na inexistência de medidas e metodologias que sugiram meios de empregá-lo no desenvolvimento. O autor aponta, ainda, problemas graves a respeito do conceito de Capital Social que impedem seu uso nos modelos de desenvolvimento, como acontece com o capital físico e humano, à semelhança de James Coleman (1990), que privilegia, em sua definição de Capital Social, as normas e valores compartilhados que fomentam a cooperação social. Deste ponto de vista, o Capital Social torna-se uma maneira utilitária de ver a cultura que, apesar de ser um fim em si mesmo, passa a ser considerado, em termos econômicos, um meio passível de mensuração.

Outro aspecto ressaltado é a desigualdade entre os estoques de Capital Social dos diversos países. Esta constatação é motivada, em especial, na América Latina – onde a grande maioria das empresas é constituída por organizações familiares – pelo familismo, um fenômeno recorrente que revela uma crise permanente de confiança, confinada no âmbito restrito das relações de parentesco. Nesse caso específico, identifica-se um aspecto negativo do Capital Social Familiar, o que não invalida, em absoluto, a enorme potencialidade que este tipo de capital encerra, do ponto de vista da produção de bens relacionais, da construção de projetos de vida e como recurso valioso para a redução da pobreza.

⁴ O Consenso de Washington compreendia uma série de políticas econômicas liberalizantes que procuravam livrar da inércia opressiva do Estado as economias em desenvolvimento e em transição [...] aplicadas, com maior ou menor êxito, em diversos países na Europa Oriental e na União Soviética, até a América Latina, Ásia, Ásia Meridional e outras partes do Terceiro Mundo. (FUKUYAMA, 2003, p. 34)

⁵ Por tanto, si bien el Capital Social no es la única cosa que falta en el Consenso de Washington, sigue apareciendo en varias dimensiones del desarrollo. Dicho capital influye directamente en la capacidad de las personas de organizarse con fines económicos; es importante para que las sociedad sean capaces de crear instituciones y hacer cumplir la ley; y es un puntal indispensable de la democracia, que es la fuente de legitimidad y el marco político en que se da el desarrollo.

Para além da inexistência de consenso quanto à definição, outros problemas sérios podem ser identificados no conceito de Capital Social. A contestação do *status* de capital para o Capital Social, levado a termo por Robert Solow (2000, apud FUKUYAMA, 2003) por não se tratar de um bem homogêneo, fungível e, portanto mensurável, sujeito às externalidades positivas e negativas levantadas por Partha Dasgupta (2000, apud FUKUYAMA, 2003), para quem o Capital Social tende a produzir, no conjunto, mais externalidades negativas que positivas.

A questão dos vínculos fracos é trazida por Dennis Wrong (1961, apud FUKUYAMA, 2003), em que o membro menos comprometido com os destinos da rede é o elemento que a representa. E as estratégias do Capital Social para aplicação na política democrática em que, algumas vezes, o exagero de grupos de interesses pode ocasionar sentimentos menores a respeito da política.

Atribui-se essa dificuldade ao caráter cultural das normas e valores que levam à cooperação social e, principalmente, à falta de confiança social presente na maioria dos países pobres. A desconfiança generalizada que envolve essas sociedades, fruto de conflitos e/ou ações deliberadas de atomização dos indivíduos, constitui-se num grave empecilho para a criação do Capital Social e dá conotação inquestionavelmente cultural ao fracasso econômico com que convivem.

As possibilidades de sucesso para a criação de condições que tornem viável a cooperação em sociedades que apresentem alto nível de desconfiança são muito reduzidas. O problema está em criar ou restaurar a confiança perdida, o que realmente não é fácil.

As medidas que podem ser adotadas no sentido de criar Capital Social são o fortalecimento político das leis e o revigoramento das instituições estatais, iniciativas que fazem parte de programas de desenvolvimento em qualquer caso. Além disso, políticas de incentivo a aproximação de grupos isolados devem ser tentadas, com o olhar voltado para o problema fulcral: a confiança, uma vez que a experiência tem mostrado que as sociedades só (re)adquirem confiança quando as instituições formais funcionam adequadamente.

Para a criação de Capital Social através de políticas, faz-se mister que sua implantação se mova num universo micro. Neste particular, o campo das microfinanças é um exemplo significativo, pois as redes associativas são fontes importantes no fornecimento de informações que atendam às exigências de critérios

que satisfaçam os interessados na obtenção de crédito, quanto à confiabilidade, garantias e avaliação do empreendimento projetado.

A criação do Capital Social na organização assemelha-se à do Capital Humano. A diferença reside no enfoque dado à educação para cada um dos âmbitos. A educação formal apregoa atitudes e comportamentos para uma área específica do conhecimento e gera Capital Social como subproduto, enquanto que a educação voltada para a criação de Capital Social enfatiza normas e valores, obtendo um produto primário.

Na construção de uma agenda futura que empodere o Capital Social como instrumento de desenvolvimento e de combate à pobreza, Fukuyama (2003) privilegia cinco áreas que deverão ter tratamento especial, no sentido de produzir avanços que enriqueçam acadêmica e praticamente a abordagem do tema, a saber:

- 1) Conhecer experiências exitosas e os meios utilizados para obtê-las, bem como iniciativas mal sucedidas. As chamadas “revoluções associativas” devem merecer exame cuidadoso;
- 2) Aprofundar as pesquisas das condições formais, legais-institucionais que promovem o Capital Social para evitar as fraudes praticadas pelas pseudo ONGs que prejudicam a legitimidade dessas organizações;
- 3) Examinar com rigor a questão do Capital Social com a corrupção política e propor medidas que impeçam principalmente o nepotismo por meio de mecanismos, como por exemplo, o reforço das normas.
- 4) Adquirir conhecimento maior sobre a relação entre Capital Social e mudanças culturais, com destaque para o crescimento inusitado do protestantismo evangélico na América Latina; e
- 5) Elucidar a interseção entre Capital Social, democracia e reforma econômica, na tentativa de buscar meios democráticos que dificultem ações excessivas de grupos de interesses que venham a prejudicar a implantação de políticas impopulares, mas necessárias, de reforma econômica.

2.1.2 Franco

Augusto de Franco (2005), um dos autores centrais do tema Capital Social, responsabilizou-se por uma comunicação pessoal intitulada “Carta Capital Social” na qual, quinzenalmente desde o ano de 2001, mantinha milhares de agentes de desenvolvimento e outras pessoas interessadas no assunto, no Brasil e em alguns países de língua portuguesa e espanhola, com suas ideias e o aprofundamento de conhecimentos. O tema principal tratado nestas cartas era o desenvolvimento, ou seja, a sustentabilidade do desenvolvimento. A carta Capital Social número 93 apresenta de maneira resumida – sem perda da excelência do conteúdo em narrativa – tópicos extremamente importantes para os estudiosos e pesquisadores do desenvolvimento e do Capital Social.

A primeira ênfase conferida pelo autor refere-se à diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, mostrando que a antiga implicação “Crescimento – Desenvolvimento” não está correta.

É bastante simples a ilustração deste equívoco (FRANCO, 2001) que vem se repetindo há muito tempo. Basta lembrar que o Brasil foi campeão de crescimento econômico, principalmente no período que vai de 1850 a 1980. No início dos anos 1980, ocupávamos o 8º lugar entre as economias do mundo (medido pelo valor do PIB), mas éramos também o país que apresentava a maior diferença entre os valores do PIB e os índices de desenvolvimento social.

Segundo o autor, o interesse pela investigação das relações entre crescimento e desenvolvimento transforma-se numa obrigação, tendo em vista a magnitude da desigualdade de renda e da disparidade entre os macro-números da economia e a qualidade de vida e da convivência social.

Na equação complexa do desenvolvimento tem-se no mundo das variáveis econômicas dois capitais propriamente ditos: o Capital Financeiro e o Capital Físico. Verifica-se que a equação fica em aberto, se não forem considerados também fatores extra- econômicos que funcionam como se fossem outros tipos de Capital. O primeiro a ser considerado é o chamado Capital Natural, na medida em que o meio ambiente natural, os recursos naturais herdados funcionam também como um tipo de capital, exatamente aquele que se vincula ao desenvolvimento sustentável.

Em seguida considerou o Capital Humano, que retrata as condições necessárias para a reprodução da vida humana e para a realização das

potencialidades dos indivíduos. Saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, e outros fatores (como o empreendedorismo individual, a capacidade de sonhar e correr atrás dos próprios sonhos) fazem parte do Capital Humano.

Tem ele uma relevância toda especial no período que estamos vivendo, de transição para uma sociedade de conhecimento, em que o conhecimento será o componente mais importante desse tipo de capital para o século XXI.

Completando a equação do desenvolvimento, apresenta-se o chamado Capital Social, uma ideia mais difícil de compreender do que o Capital Humano, tendo em vista a confusão que ainda é feita entre as realidades humana e social. As pessoas imaginam que a dinâmica da sociedade (conjunto de elementos humanos) pode ser captada ou inferida a partir das características dos seus componentes, argumento bastante contestável, considerando que o social advém do que ocorre entre as pessoas e não propriamente nas pessoas (FRANCO, 2001).

O pioneirismo de Tocqueville⁶ foi enfatizado por Augusto de Franco, que se tornou um autor central na questão do Capital Social, efetuando investigações sobre as novas dinâmicas que regem a mudança social nos complexos sistemas pós-industriais na era da informação.

Não foi apenas a perplexidade teórica diante das realidades sociais que surgem no início do milênio que motivou o autor a empreender tais pesquisas. Uma razão fundamental reside no fato de que as realidades sociais não mais funcionam como tentam explicar as visões mecanicistas que determinaram o pensamento sociológico desde o seu nascedouro e continuam a prevalecer na economia. Além disso, o autor ocupava uma posição que lhe exigia a elaboração e o aconselhamento de novas políticas para o desenvolvimento humano e social sustentável do Brasil. Durante o processo de criação e implementação do desenvolvimento local, integrado e sustentável, a principal inquietação do autor foi buscar respostas diferentes das tradicionais para perguntas do tipo:

Qual pode ser o impacto de pequenas ações desenvolvidas por populações marginalizadas, em localidades com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico, em um país continental como o Brasil com um imenso contingente de pobres, submetido à dinâmica avassaladora dos fluxos de capital, característica do mundo globalizado? (FRANCO, 2001, p. 18).

⁶ Ver seção 2.2.3

Na tentativa de encontrar respostas convincentes para perguntas como essas, encontrou-se o autor com um conceito de Capital Social tão debatido atualmente, principalmente sob a égide dos organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento. Uma primeira descoberta, que ele chamou a atenção, foi quanto às estratégias de incremento ao desenvolvimento local sustentável que eram fundamentalmente investimentos em Capital Social.

O trabalho exigiu a análise dos fundamentos do conceito sendo necessário o exame ou re-exame dos:

[...] supostos políticos antevistos por Tocqueville, a fenomenologia sociológica detectada, pioneiramente por Jane Jacobs, as implicações cívicas constatadas por Putnam e as especulações mais recentes de Fukuyama sobre seus pressupostos antropológicos, antro-po-biológicos ou biológicos mesmo” (FRANCO, 2001, p. 19).

Além desses autores, foi necessário também o exame de teóricos que não lidavam com o conceito de Capital Social. Franco considerou a dinâmica da sociedade em rede estudada por Castells (1996; 2003), os pressupostos para uma teoria da cooperação lançados por Maturana (1993; 1995; 2004), o estudo da democracia em tempo real de Pierre Lévy (1990 - 1998) e as ideias dele próprio sobre a radicalização ou a democratização da democracia, baseadas em Giddens (1991; 1992; 1993; 2000), Bobbio e Bovero (1982) e também numa teoria que vem sendo trabalhada por Franco, em que apresenta o confronto entre tradicionalidade e modernidade como paradigmas da civilização.

A validade do esforço, mesmo não tendo conseguido formular uma nova teoria, reside numa nova seleção e organização de leituras e na proposta de um outro conceito de Capital Social. O tema central da obra, que seria o processo de desenvolvimento como transformação social, passou a ser este novo conceito de Capital Social.

Admitindo que o ser humano tenha uma propensão básica para colaborar, esta propensão jamais se ampliará socialmente se os padrões de organização forem hierárquico-verticais e se os modos de regulação de conflitos forem autocráticos, baseados na violência e na coerção. Capital Social é uma coisa que só pode florescer plenamente em comunidades ou sociedades de parceria, quer dizer, em coletividades que adotaram um padrão de organização em rede e que regulam seus conflitos democraticamente (FRANCO, 2001, p. 25).

Assumindo a existência entre os humanos de uma propensão espontânea para a cooperação, esta tendência é obstaculizada quando da transformação das diferenças entre os seres humanos em separações que chegam a se institucionalizar como hierarquias, mantendo tais separações como separações superiores e inferiores: normalmente entre fortes e fracos, ricos e pobres, sábios e ignorantes, tornando os conflitos sistemáticos, ou seja, pertencentes à organização social baseada nas separações “cristalizadas”.

Franco (2001) salienta que um tipo hierárquico de relacionamento característico de uma atitude de heteronomia face ao poder, e a prática da autocracia modulando a regulação, que equivale a uma atitude monárquica diante da política, são os dois entraves à produção, acumulação e reprodução do Capital Social, cujo conceito se relaciona indubitavelmente com o **poder** e com a **política**.

Desta maneira “quanto menos hierarquia e quanto menos autocracia incidirem numa coletividade humana, mais condições essa terá de constituir-se como comunidade” (FRANCO, 2001, p. 22). Ou seja: “quanto mais relações horizontais – em rede – se formarem entre pessoas e grupos de uma coletividade e quanto mais democráticos forem os processos políticos praticados nessa coletividade, mais forte será a **comunalidade**” (*Ibid*, p. 22). Isto significa a manifestação da comunidade como entidade socialmente “viva”, com possibilidade de aumento substancial do seu nível de Capital Social.

Em oposição a essa situação favorável, padrões hierárquicos, verticais, de organização, e modos violentos ou coercitivos de soluções de conflitos caracterizam coletividades humanas detentoras de vida social inferior ao das comunalidades, segundo os ditames da complexidade, diversidade, conectividade e organização do que se identifica como vivo em conjuntos humanos, razões que não deixam florescer o Capital Social.

O padrão (estrutural) de organização e o modo (dinâmico) de regulação são os fatores que dão vida às comunalidades – fenômeno já pressentido por Jane Jacobs (1961). As estruturas horizontais e as dinâmicas democráticas consubstanciam uma metáfora bastante ilustrativa sobre a vida das coletividades. Neste sentido, estruturas e dinâmicas são consideradas como o “corpo” e o “metabolismo” sociais das comunidades que se expressam como comunalidades, admitindo-se naturalmente a presença da propensão básica dos humanos para a cooperação, sem a qual a prática cooperativa nunca se ampliaria socialmente.

A ampliação social da cooperação é, justamente o que se chama de Capital Social; a sua conseqüente reprodução numa escala ampliada é o que dá origem ao fenômeno que o conceito de Capital Social quer expressar. O conceito de Capital Social que proponho é, portanto, na verdade, muito simples – **padrões de organização e modos de regulação: tudo depende disso**. (FRANCO, 2001, p. 23 – 24, grifo nosso).

Para a existência da cooperação espontânea é necessário que exista altruísmo. Não há dúvida de que o ser humano é dotado de altruísmo, que pode ser visto como uma virtude. O reconhecimento e a valorização de tal virtude são exaltados pela humanidade. Uma prova disso é o tratamento dado pelas religiões às pessoas dotadas de alto grau de altruísmo.

É preciso ter claro que o estoque de Capital Social de uma sociedade não é a soma das virtudes humanas de um indivíduo a outras virtudes humanas de outros indivíduos. O estoque de Capital Social depende sim do padrão de organização e o modo de regulação adotado pela sociedade que podem, ou não, favorecer o Capital Social em escala ampliada.

As mudanças de vida das pessoas, resultantes de ações postas em marcha nas comunidades, podem vir acompanhadas de impacto considerável, mesmo que estas ações sejam empreendidas por pequena parcela destas pessoas. Esse fato é, para o autor, o mais surpreendente na questão em tela, sintetizando as suas ideias na assertiva de que ações de pequena monta, efetivadas pelas comunidades, impactarão o desenvolvimento na medida em que sejam introduzidos novos padrões horizontais de organização e novos modos democráticos de regulação.

Refazendo passo-a-passo as etapas de construção do conceito de Capital Social obedecendo primeiramente uma ordem metodológica, Franco (2001) observou que essa variável do desenvolvimento não poderia ser enquadrada às formas conhecidas de Capital propriamente dito.

As suas constatações empíricas evidenciaram que na presença deste fator ocorria:

- a) Melhor aproveitamento das oportunidades por parte da sociedade;
- b) Maior eficiência das organizações;
- c) Redução dos “custos de transação”;
- d) Melhor funcionamento das instituições;

- e) Redução do uso da violência na regulação de conflitos;
- f) Maior produção de bens públicos e privados;
- g) Aumento da constituição de atores sociais; e
- h) Elevação da força da sociedade civil.

Verificou, em segundo lugar, que os efeitos assinalados se manifestam de maneira mais duradoura quanto mais expressiva for a presença do fator. Constatou-se ainda, que este fator é função das relações sociais (estáveis e duráveis) efetivadas em determinada sociedade, sendo o conjunto dessas relações o que determina a dimensão e a importância deste fator. Destas observações imputou a este fator, ainda desconhecido:

- a) Ser uma variável do desenvolvimento;
- b) Por ser algo que tenha propriedade de ser produzido, acumulado e reproduzido, adquire o status de **um tipo de capital**; e
- c) Ter uma origem **social**, por depender da configuração do conjunto das relações sociais estabelecidas.

Baseado nessas constatações, denominou este fator do desenvolvimento, com natureza de tipo de capital e origem social, de Capital Social.

Em sequência, elencou as capacidades adquiridas pelas pessoas de dada sociedade, a partir da exploração desse Capital Social:

- a) Subordinação dos interesses individuais aos interesses de grupos maiores;
- b) Trabalhar em conjunto, na busca de objetivos comuns ou benefícios mútuos;
- c) Buscar associar-se a outras pessoas e constituir novas associações;
- d) Compartilhar valores e normas:
 - (i) Para constituir grupos e organizações estáveis;
 - (ii) Para implantar e exercer uma gestão compartilhada e, em síntese, **viver em comunidade**.

Os teóricos do Capital Social não discordam do exposto até aqui, entretanto o autor considerou imprescindível, para construir uma teoria do Capital Social, a necessidade de obter respostas sistemáticas as seguintes questões:

- 1) A que diz respeito esta capacidade?
- 2) Como as pessoas (ou as sociedades humanas) adquirem esta capacidade?
- 3) De que maneira esta capacidade pode ser produzida, acumulada e reproduzida (ou esgotada, dissipada ou destruída)?
- 4) Como pode seu potencial ser detectado e como pode ser quantificada?

Todos os aspectos das capacidades do Capital Social arrolados acima “poderiam ser resumidos à capacidade de viver em comunidade, *latu senso*, ou seja, de interagir socialmente de sorte a criar e manter contextos onde se manifeste um *ethos* de comunidade” (FRANCO, 2001, p. 53). Uma vez admitido, isto nos possibilita investigar o que vem a ser essa “capacidade de comunidade” referenciada pelo conceito de Capital Social.

A “capacidade de constituir comunidade” corresponde a uma classe particular de interações sociais que possibilitam:

- a) O reconhecimento mútuo;
- b) A confiança;
- c) A reciprocidade e a ajuda mútua;
- d) A solidariedade; e
- e) A cooperação.

A classe particular de interações acima referenciadas trata de um tipo de relação que vem sendo chamado de **relação de parceria**. Tal denominação abrange o conjunto das cinco expressões acima, constituindo-se, portanto numa convenção.

É preciso notar que não é suficiente a existência de relações de parceria para que ocorra tal capacidade, mas equivale a afirmar que será impossível a realização dessa capacidade sem a presença de relações de parceria.

As relações de parceria que estão sendo referenciadas devem constituir-se em algo que apresente sociabilidade estável e durável para formar normas e

instituições capazes de reproduzir o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade e a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação.

Isso não poderá ocorrer a partir da soma de relações interpessoais de parceria. Faz-se mister a existência de uma função sistêmica que se relacione a um **padrão** de organização e a um modo de **regulação** (de conflitos) para produzir ou para estender tal fenômeno.

Esta argumentação demonstra que o Capital Social é verdadeiramente social; não é pessoal ou interpessoal.

Em suma, dever-se-ia concluir que, se valores e atitudes de confiança, reciprocidade, cooperação etc., fossem apenas a expressão de virtudes pessoais, eles não gerariam esse fator social de desenvolvimento chamado Capital Social. E que o Capital Social, portanto, diz respeito a virtudes sociais, virtudes encarnadas em coletividades humanas. Poder-se-ia apresentar evidências para corroborar tais conclusões, mostrando que as referidas virtudes sociais não se manifestam, a não ser muito pontualmente, em sociedades dominadas por governos autocráticos. E mostrando que quanto menor for a incidência de relações horizontais (redes), quanto maior for a presença de estruturas verticalizadas (como, por exemplo, as dos Estados totalitários), menor será o nível do Capital Social (FRANCO, 2001, p. 57 – 58).

Por serem as comunidades “usinas” de Capital Social, quanto maior for o número de comunidades existentes numa sociedade mais Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente.

Para que essa afirmação seja compreendida é necessário o entendimento do que seja comunidade. Um ponto de partida seria admitir que comunidades *stricto sensu* são unidades sociais onde, segundo Franco (2001), devem existir:

- a) valores compartilhados;
- b) sentido de identidade e pertencimento;
- c) cultura e atividades econômicas e políticas comuns;
- d) coordenação de atividades voltadas para propósitos coletivos; e
- e) algum grau de autogoverno.

Vale registrar as diferenças existentes entre comunidades de uma sociedade pós-industriais e pré-industriais. Na contemporaneidade as comunidades se manifestam através de um tecido social com padrão diferente de organização.

Na atualidade, as comunidades são coletivos que apresentam laços de interdependência entre pessoas em interações em rede, capazes de encarnarem, com diversidade e flexibilidade, normas e instituições responsáveis pela consolidação e reprodução de valores e atitudes de parceria.

No período pós-industrial (sociedade do conhecimento) o aparecimento de redes torna possível um novo padrão de organização social, uma vez que nessas redes pode-se identificar a interdependência, a diversidade e a flexibilidade. Esse novo padrão, num primeiro momento, só se estabelece em partes do conjunto da sociedade, podendo, portanto, possibilitar a criação de contextos sociais que possam fazer surgir ou ressurgir o *ethos* da comunidade.

Mesmo admitindo a diferença significativa entre as comunidades contemporâneas e as tradicionais, pode-se afirmar que estas últimas são realmente comunidades. Infere-se, portanto, que as instituições com *ethos* comunitário podem se materializar na atualidade como organizações em rede.

Levando em conta essas considerações, a produção do Capital Social se apresenta tal qual a questão proposta por John Durston (2000 p. 23): “como emergem as instituições do Capital Social comunitário?”.

Ao se admitir que é possível produzir, acumular e reproduzir Capital Social, mesmo que seja em sentido metafórico, deve-se considerá-la algum tipo de **recurso**.

Para os fundadores do conceito, principalmente para Coleman (1990), esses “recursos sociais” são produtivos à semelhança de outros tipos de capital: Franco (2001, p. 61) defende que “se são recursos, se são sociais e se são produtivos, então estamos tratando de outra forma de capital – que deveria mesmo ser chamada de Capital Social. Isso é bastante razoável”. Bourdieu (1985) define Capital Social como um “agregado de recursos, reais ou potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de reconhecimento mútuo”. Coleman fala de “recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro dessa estrutura” (Coleman, 1990).

Em experiências de crédito rotativo e de microcrédito, muitas vezes os tomadores de empréstimo não dispõem de bens físicos para apresentar como garantia e então empenham suas relações sociais. Esta atitude, ou seja, este fator (relações sociais empenhadas) pode ser assumido como “Capital” Social. Se as

relações sociais empenhadas podem ser aceitas, inclusive em termo de eficiência Econômica, como equivalente a bens físicos, então sem sombra de dúvida constituem-se numa forma de capital. Uma vez que se trata de relações **sociais**, este tipo de capital é **social**. Isto segundo o autor também é bastante razoável, e novamente é estabelecida uma relação de equivalência com recursos.

As características qualitativas do conceito dificultam sobremaneira a mensuração do Capital Social, uma vez que não é possível medir a qualidade; medir é discriminar para estabelecer uma comparação, sendo pois, necessário, um padrão comum para possibilitar a comparação entre objetos.

2.2.3.1 *Porque os seres humanos podem ter “capacidade de comunidade”*

A maioria das abordagens teóricas do Capital Social tem em sua base um conjunto de pressupostos que quase nunca são explicitados. A existência destes pressupostos é incontestável. São pressupostos filosófico-antropológicos que tomam emprestado suas matrizes conceituais de outras ciências e ramos, como a biologia e a biologia da evolução, construindo meta-hipóteses sociológicas a partir de hipóteses levantadas na tentativa de explicar como funcionam os organismos ou partes de organismos, ou na busca de explicação para comportamentos animais.

Estudos já revelaram que só é possível analisar os fundamentos do conceito de Capital Social desvelando seus pressupostos. Isto, em si, não é uma tarefa trivial,

Porquanto envolve elementos teóricos de procedências distintas e *status* diversos: assertivas tomadas axiomáticamente por sistemas (ou discursos) filosóficos, do tipo “o homem é um animal político” (Aristóteles); conclusões deslizadas da biologia para a antropologia social, como: “os seres humanos cooperam para competir” (Alexander, 1990); especulações com as teorias da evolução – por exemplo, sobre a existência de uma “natureza humana” – que supostamente indicariam que o Capital Social “tende a ser gerado de forma instintiva pelos seres humanos” (Fukuyama, 1999); além, é claro, de todas as crenças morais (e imorais) subsumidas em teorias econômicas, como a de que não é possível explicar o comportamento de grupos a não ser em termos dos interesses dos indivíduos e de que esses interesses são basicamente egoístas. (FRANCO, 2001, p. 63-64).

Apesar disso, os economistas e outros adeptos da estrita racionalidade

[...] frequentemente expressam surpresa pelo fato de haver tanta cooperação no mundo, uma vez que a teoria dos jogos sugere que as soluções cooperativas são, muitas vezes, difíceis de obter... [e continuam tendo grandes] dificuldades para explicar por que tantas pessoas votam, fazem doações a entidades caritativas ou permanecem leais aos seus empregadores, porque seus modelos de comportamento egoísta sugerem que é irracional fazer isso. (Fukuyama, 1999, p. 172).

É inevitável o surgimento da pergunta que confronta a citação acima, uma vez que os seres humanos, além de sociáveis, obtêm recompensas emocionais pelo reconhecimento social que advém da prática da colaboração. Talvez a resposta para tal questão esteja no âmbito ideológico, incrustada na teoria com o objetivo de elevar a verossimilhança do discurso.

Para responder a esses questionamentos que estão na base da questão de se os seres humanos podem ter capacidade de comunidade, torna-se obrigatória a incorporação dos pressupostos do conceito de Capital Social.

A 'capacidade de comunidade' a que se refere o conceito de Capital Social é constituída, fundamentalmente, pela capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com outros seres humanos. Este último termo é melhor por ser mais abrangente: 'co-laborar' evoca a noção de trabalho conjunto, enquanto que 'co-operar' se refere a quaisquer (oper)ações conjuntas, algumas delas fundamentais porquanto constitutivas do humano como é o caso, por exemplo, na visão de Humberto Maturana (1988), compartilhada aqui, do 'con-versar' (FRANCO, 2001, p. 66 - 67).

Se a intenção é criar sociedade, em Ocampo (2003) constata-se que é necessário ter como ponto de partida um patamar de "acumulação" de Capital Social, o que quer dizer, de cooperação ampliada socialmente; Se o ensejo for mudar a sociedade, tem-se que efetuar alterações na composição (quantidade e qualidade) desse Capital Social. Já se deixou claro que essas mudanças vão depender do **padrão** que serve de referência para a distribuição do poder na sociedade e do modo como essa adota a **regulação** de seus conflitos.

Portanto, há que se admitir que o desenvolvimento resulte sempre em mudança social, tanto do padrão de organização quanto do modo de regulação

predominantes numa sociedade. À luz dessas considerações, pode-se admitir que desenvolvimento social é primordialmente um problema de **poder** e de **política**.

Sendo assim, só poderá haver geração de Capital Social num contexto político e todos os programas de investimento no Capital Social são de caráter político, isto é, programas que geram mudanças de natureza política.

É preciso ressaltar que os processos de mudança social nas complexas sociedades da contemporaneidade são bem diferentes de como imaginava-se que ocorresse tal mudança.

As novas dinâmicas das mudanças sociais exigem a reconstrução do conceito de Capital Social a partir de outro ponto de vista – **os das teorias da complexidade**. Nesse debate, assumem lugar de destaque os pressupostos lançados nas décadas passadas por Robert Axelrod (1994; 1997), Kenneth Arrow (1994) e Steven Durlauf (1997), além de John Durston (2000), que apresentou a mais importante das contribuições.

Ao tratar de investimento em Capital Social é preciso deixar claro que não se trata de cuidar dos problemas sociais que se manifestam numa sociedade. Se houvesse, por exemplo, um investimento maciço em saúde e educação públicas, que naturalmente elevariam o grau de Capital Humano, isto não seria suficiente para o aumento do Capital Social.

Ao contrário do que se pensa, o Capital Social não é consequência direta de um elevado grau de Capital Humano. Isso, pelo simples motivo de que o “social” não é resultado do somatório dos indivíduos. Existe uma função sistêmica que sintetiza a natureza do fenômeno social. E é essa função sistêmica que determina a natureza do Capital Social e também a natureza dos investimentos nesta modalidade de “capital”.

Segundo Franco (2001), constituem programas de investimento em Capital Social aqueles:

- 1) – de incentivo a formação de redes e inter-redes;
- 2) – baseados na parceria;
- 3) – que ampliam uma esfera pública não estatal;
- 4) – que descentralizam a gestão, distribuindo o poder de decidir e estimulam o co-governo; e
- 5) – que democratizam procedimentos.

As diversas formas de indução ao desenvolvimento local são exemplos de uma classe de programas de investimento em Capital Social, que se caracterizam por estabelecerem parcerias entre iniciativas do Estado, do mercado e da Sociedade Civil, articuladas intra e intergovernamentalmente e na convergência e integração das ações que objetivem alcançar a **sustentabilidade**⁷.

Explicita claramente o chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, a citação que se segue:

Desenvolvimento sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades que buscam atingir um padrão de organização em rede dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Observar como as características acima compõem nos ecossistemas para tentar estabelecer seus "correspondentes" nas comunidades humanas é uma tarefa que... a rigor, talvez não possa mesmo ser feita sem que se avance na compreensão mais geral do comportamento dos sistemas complexos organizados em rede... Os esforços empreendidos nos últimos anos pelos que trabalham com a chamada Agenda 21 Local estão baseados na ideia de que a conquista da sustentabilidade passa pela implementação local de processos de desenvolvimento orientados por princípios que, em suma, expressam se não todas pelo menos algumas das características mencionadas acima. (FRANCO, 2000, p. 50-56).

O DLIS pode ser considerado como um exemplo típico de uma classe de programas de investimento em Capital Social. A concepção do processo e as especulações sobre os indicadores do DLIS mostram que o Capital Social não é somente um fator a ser fortalecido para a promoção do desenvolvimento, mas sua alteração sinérgica poderá vir a captar a dinâmica sistêmica das trajetórias de desenvolvimento que buscam a sustentabilidade, assemelhando-se a um índice integrado do funcionamento e do impacto dessas trajetórias nos seus vários níveis: econômico, empresarial, humano e social⁸.

O que se tem presenciado é que a maioria dos programas executados pelo Poder Público ainda não internalizaram esta concepção. Os programas sociais

⁷ “Sustentabilidade é uma função do tipo de dinâmica sistêmica que se instala num processo de desenvolvimento. Uma dinâmica sistêmica sustentável se instala quando os fatores de desenvolvimento interagem em ciclos fechados, percorrendo círculos virtuosos, ou seja, formando laços de realimentação de reforço” (FRANCO, 2001b, p. 517).

⁸ As circunstâncias e as operacionalizações do DLIS são muito mais ricas do que as aqui apresentadas. A densidade da explicação do seu funcionamento inviabiliza um tratamento mais ampliado do tema.

executados em todos os países são, na maioria das vezes, programas de **desinvestimento em Capital Social** (FRANCO, 2001), ou seja, são programas:

- Centralizados;
- Baseados unicamente na oferta estatal;
- Sem exigência de contrapartida e sem parcerias;
- Assistencialistas;
- Administrados por estruturas hierárquico-verticais, controlados por uma burocracia que se alimenta das carências que supostamente quer suprir;
- Clientelistas, que geram dependência dos beneficiários;
- Rígidos, que não se deixam afetar pelas inovações que desencadeiam e que assim não modificam seu desenho original;
- São programas mortos para sociedades mortas; e
- Que impedem a gestação, o nascimento e o crescimento de **comunalidades**.

Os problemas aos quais se dirigem programas sociais são eminentemente problemas políticos – falta de **empoderamento** – que só poderão ser solucionados na medida em que houver alterações nos padrões de organização responsáveis pela distribuição do poder numa sociedade, e, também, alterações nos modos de regulação adotados para resolver os conflitos políticos nessas sociedades. Nesse sentido os problemas sociais só terão soluções sociais se forem acompanhados de programas políticos, à semelhança dos programas de investimento em Capital Social.

Franco (2001) especula que para investir em Capital Social não há uma receita pronta, mas o desenho de uma orientação genérica que:

- Construa comunalidades em vários níveis, articulando em rede pessoas e grupos humanos praticando formas diretas e participativas de democracia; isso certamente gerará Capital Social (produção);
- Não interrompa o processo iniciado e acumule, cada vez mais, Capital Social (acumulação); e

- Articule, então, inter-redes e amplie a democracia em tempo real no interior desse espaço ampliado; isso certamente reproduzirá o Capital Social numa escala ampliada (reprodução).

Investir em Capital Social significa, portanto, produzir uma perturbação sistêmica com o objetivo de transformar a sociedade.

Estará atuando como agente político de uma revolucionária mudança social, de modo, porém, bastante diferente do que queriam fazer os revolucionários que deram plantão nos dois séculos passados. Porque na era da informação passa a valer o que chamo (sem autorização do autor) de *equação de Castells*: 'comunidade-rede-inovação = mudança social'. Os processos pelos quais pode se realizar, hoje, aquilo que chamávamos, ontem, de revolução, são processos de inovação que introduzem alterações no padrão de organização (o padrão de distribuição de poder na sociedade) e no modo de regulação (o modo como os conflitos são resolvidos nessa sociedade). Inovações que introduzem perturbações organizacionais e regulacionais no sistema constituem estímulos que podem ser amplificados, transformando a sociedade toda – desde que se dêem no sentido da formação de redes e da radicalização da democracia" (FRANCO, 2001, p 489).

2.2.3 Tocqueville

Na primeira metade do século XIX, a efervescência democrática da sociedade americana daquela época constituía-se no principal interesse de observação de Aléxis de Tocqueville em sua viagem à América. O que mais chamou a atenção de Tocqueville, sobretudo na região da Nova Inglaterra, foi o espírito de associação, o vigor associacionista flagrantemente generalizado. A associatividade fazia parte do cotidiano dos americanos para a realização da grande maioria das tarefas que eram executadas no Velho Mundo.

Um aspecto extremamente interessante era o fato de que as crianças trocavam as brincadeiras de cavaleiros e reinados para divertir-se com as instituições republicanas, fato destacado por Tocqueville no seu clássico da literatura política intitulada *A Democracia na América*, disponível ao público a partir da década de 1830.

Franco (2001) conta um caso particular narrado por Tocqueville, que convence o leitor da riqueza democrática vivenciada pelos americanos da época.

Quando passava pela rua de uma cidade, presenciou o abalroamento de duas carroças, cuja velocidade média deveria ser mais ou menos 14 km/h por hora. Com o choque das carroças uma delas virou, derramando a mercadoria que carregava. Tocqueville aproximou-se do tumulto para presenciar o que iria acontecer. Mas a solução do problema foi completamente diferente daquela imaginada pelo observador. O que se seguiu foi uma lição de democracia, de associativismo, de confiança, de reciprocidade, de cooperação, de solidariedade.

Os circunstantes se juntaram espontaneamente em um tipo de comitê e convocaram os condutores das carroças, ouviram a palavra de cada um deles, sopesaram suas razões e, depois de breve discussão amigável, chegaram a um veredicto (supondo-se que deve ter sido dada alguma indenização ao responsável pelo acidente). O mais importante de toda essa história é que os envolvidos no acidente aceitaram a decisão coletiva, cada um seguiu seu próprio destino e a rua voltou ao seu ritmo normal.

O ineditismo daquele comportamento coletivo teve um impacto tão impressionante sobre Tocqueville que, naquele momento, ele cunhou uma expressão que passou a ganhar vulto paulatinamente: “Governo Civil”.

Apesar de, no primeiro momento, a expressão Governo Civil não ter ganhado o realce que merecia pelos leitores e estudiosos de Tocqueville, pode-se afirmar que *o Governo Civil é o antepassado, em linha direta, do conceito de Capital Social*.

Ressalte-se ainda que a expressão Governo Civil foi criada por Tocqueville (1998) para mostrar a competência da sociedade humana em gerar ordem espontaneamente, a partir da cooperação. A autonomia que as pessoas podem obter ao se reunirem para resolver um problema, ao invés de buscar soluções em entidades superiores, é extremamente saudável e significa auto-organização, ordem emergente.

No entender de Tocqueville (1998) com a sua nova expressão abriu-se uma linha de pensamento sobre a sociedade civil que abriga uma nova visão sobre esta sociedade, diferente daquelas tradicionais de Locke, de Hegel e Gramsci, e que se aproxima daquela de John Stuart Mill. Uma sociedade que subsiste por si mesma, que busca uma teoria não-hobbesiana do Estado, desconstruindo, assim, o argumento de que os seres humanos, deixados à sua própria sorte, não seriam capazes de conseguir organizar o seu comportamento e a sociedade acabaria num campo de batalha de todos contra todos (FRANCO, 2005).

2.2.4 Outros autores relevantes para o debate sobre o Capital Social

Na construção do quadro teórico, cumpre, ainda que brevemente, registrar a contribuição fornecida por Banfield, Fafchamps, Granovetter, Narayan e Nan Lin.

2.2.5.1 *Granovetter*

Granovetter (1985) ressalta que os laços interpessoais fortes, tais como parentesco ou amizade profunda, são suplantados, no que se refere à coesão comunitária e à ação coletiva, pelos laços interpessoais fracos, a exemplo de conhecidos ou colegas de associações comunitárias.

Granovetter argumenta quanto a necessidade de estimular a confiança nos sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais de que são dotadas as sociedades. Para ele, no âmbito da participação cívica (clubes, associações, sociedades culturais e esportivas, cooperativas, entre outras) é gerada uma significativa interação horizontal que se constitui em fator essencial na potencialização do Capital Social. Esse autor realça que isso ocorre porque os sistemas de participação cívica favorecem o surgimento de sólidas regras de reciprocidade, tornando possíveis a comunicação e o fluxo de informações, socializando os sucessos de contribuições anteriores.

2.2.5.2 *Fafchamps*

Como resultado das investigações feitas na literatura por Fafchamps (1992), ressalta-se que a generosidade das pessoas aparece durante a escassez, quando são precárias e incertas as condições de sobrevivência individual. Nestas situações é natural o aparecimento de comportamentos de ajuda mútua, sendo, portanto, a reciprocidade uma conduta absolutamente necessária para o funcionamento efetivo dos mecanismos de ajuda mútua.

O autor comenta que a interação entre as pessoas em um horizonte longo do tempo, faz surgir a cooperação, como uma consequência natural. Fafchamps (1992) admite que o comportamento negativo das pessoas pode ser alvo de punição no futuro, neste particular, ficando elas sem assistência quando necessitarem.

Ele enfatiza, ainda, que a solidariedade é um tipo de seguro mútuo, pois o que se espera de quem recebe ajuda é que no futuro possa auxiliar alguém que esteja em situação de necessidade.

Nesta rede de solidariedade alguns problemas podem surgir. Pessoas podem omitir sua situação real de necessidade por vergonha ou por orgulho. Algumas outras podem efetivar ações não éticas, usufruindo, utilizando a dissimulação, de recursos dos outros membros da rede.

Em contrapartida, o autor enfoca a solidariedade que existe em algumas comunidades sem que para isso exista autoridade ou normas que regulem tal comportamento.

Fafchamps (1992) enaltece a Teoria da Repetição Infinita dos Jogos como princípio básico para a regulação da cooperação. O raciocínio é que a interação das pessoas por um longo período de tempo sustenta a cooperação, que gerará recompensa para cada membro da rede e a exclusão daqueles que apresentem um comportamento oportunista.

2.2.5.3 *Banfield*

Em seu clássico estudo *The Moral Basis of a Backward Society* (apud Fukuyama 1992, p. 98), Edward Banfield (1958) constatou que na empobrecida vila de Montegrano, na Itália, as pessoas só se sentiam obrigadas moralmente em relação à sua própria família nuclear. Esse fato foi denominado por Banfield pelo termo “familismo amoral”, que desde então passou a fazer parte do vocabulário das Ciências Sociais.

Banfield observou também que tal termo não poderia ser usado para toda a Itália, que apresenta grandes contrastes. O Sul, que se assemelharia à vila de Montegrano e sua quase completa falta de associações; e o Norte da Itália, onde floresceria uma densa rede de organizações sociais intermediárias e se viveria intensamente a tradição de comunidade cívica.

Putnam (1993; 1996) e Putnam e Helliwell (1995) avançaram em relação aos achados de Banfield e mediu, na Itália, o que nominou de “comunidade cívica”: a tendência que têm as pessoas de constituir organizações que não envolvam parentesco. Putnam constatou a não existência de comunidades cívicas no sul da

Itália. Na região norte (Piemonte, Lombardia e Trentino) e em especial na Toscana e na Emilia-Romana presenciou uma intensa rede de comunidades cívicas (FUKUYAMA, 1992, p. 101). Desta maneira, a “acumulação” de Capital Social no norte e no centro da Itália foi fundamental para a promoção da prosperidade econômica dessas regiões. Segundo Fukuyama (1992), somente as empresas familiares da Itália que possuem alto grau de Capital Social apresentaram-se como as mais dinâmicas, inovadoras e prósperas, situadas nas regiões central e norte.

2.2.5.4 *Narayan*

Sabe-se que as sociedades são divididas em classes, castas, religiões, etnias, gêneros, etc. O que ocasiona diferentes acessos aos recursos disponíveis, ao poder, propiciando a existência de Capital Social que conduza a resultados positivos ou negativos.

A ocorrência de um alto grau de Capital Social no interior de um grupo foi chamada por Narayan e Pritchett (1999) de “Bonding Social Capital”, que se refere à união (cola), possibilitando que os membros dos grupos se mantenham unidos mediante valores, normas e instituições compartilhadas. Pode ocorrer que aquelas pessoas que pertencem a estes grupos sejam excluídas de outros grupos, o que caracterizaria a falta de “bridging social capital”, relativa às “pontes” que conduzem as pessoas de um grupo a participar de grupos heterogêneos, mais frágeis, mas que na maioria das vezes promovem a inclusão social (Narayan, 2000; Narayan; Cassidy, 2001; Narayan; Woolcock, 2000)

Segundo a autora, grupos poderosos podem estabelecer restrições ao acesso, a exemplo das castas na Índia. Podem existir grupos ricos em Capital Social que não praticam o tipo de “capital ponte” e assim não favorecem o surgimento de uma sociedade livre de pobreza, corrupção e conflitos.

Na ausência de conexão de grupos primários entre si, os grupos poderosos agem sobre as estruturas governamentais e excluem os outros grupos. Na agudização deste processo, os grupos poderosos informais poderão até substituir o Estado com as consequências danosas já vivenciadas em várias regiões do mundo.

2.2.5.5 Nan Lin

Nan Lin (2000) trata do Capital Social como recursos disponíveis na estrutura social que poderão vir a ser acessados e/ou mobilizados em determinadas ações. Essa definição faz admitir que a noção de Capital Social contém presenças básicas: recursos enraizados na estrutura social; acessibilidade dos recursos pelos indivíduos; e o uso e a mobilização desses recursos em ações propostas. Nesta perspectiva, identificam-se no Capital Social três elementos priorizando estrutura e ação: o estrutural (enraizamento), a oportunidade (acessibilidade) e os aspectos de ação orientada (uso).

Esses três elementos já fazem parte do léxico das Ciências Sociais e são normalmente citados por acadêmicos que têm o Capital Social como objeto de estudo. Lin (1982) propõe que o acesso e o uso do Capital Social, que se constituem em recursos enraizados em redes sociais, melhoram a posição sócio-econômica dos indivíduos, enfatizando a idéia de que o acesso e o uso desses recursos sociais são determinados pela posição que os indivíduos ocupam na estrutura hierárquica.

2.3 O CAPITAL SOCIAL E A JUVENTUDE

Terry Barber (2009), em *Participation, citizenship, and well-being: Engaging with Young people, making a difference*, afirma que o debate sobre o bem-estar na juventude deve ser conectado à noção de estar o jovem igualmente na condição de cidadão na comunidade e envolvido em atividades que trazem satisfação. A associação, em sentido cultural, tem influenciado sempre a juventude nos níveis objetivo e emocional. David Mcmillan e David Chavis (1986) disponibilizam quatro dimensões de um modelo que capta muito bem estes elementos emocionais:

1. Participação, definida como sentimento de fazer parte de uma comunidade (comunidade territorial ou comunidade relacional). Isto inclui percepção de limites compartilhados, história e símbolos: sentimentos de segurança emocional e investimento pessoal na comunidade;

2. Influência, identificada com a oportunidade de participação dos indivíduos na vida comunitária, dando sua própria contribuição na relação recíproca (influência percebida que uma pessoa tem sobre as decisões e ações da comunidade);

3. Integração e satisfação de necessidades, ou seja, os benefícios que as pessoas obtêm de suas participações para a comunidade. Isto se refere à relação positiva entre indivíduos e comunidade, na qual eles podem satisfazer algumas necessidades como um grupo ou como membros de uma comunidade;

4. Conexões emocionais compartilhadas, definidas como compartilhamento de uma história comum, eventos significativos e laços sociais de qualidade.

Todas essas dimensões estão presentes nas últimas manifestações populares no Brasil, lideradas por jovens em busca de participação e aparentemente apertados, evidenciando a força surpreendente das redes sociais na mobilização dos cidadãos, em sua imensa maioria jovens patriotas de cara pintada e bandeira brasileira nas mãos, para a linha de frente do debate político, social e econômico. Com "a voz das ruas" estão fazendo ouvir o seu clamor contra a corrupção, o aumento das tarifas de ônibus, o crescimento exponencial da insegurança, as péssimas condições dos sistemas de saúde, de educação pública e de mobilidade urbana, os gastos com a Copa do Mundo, entre outros grandes problemas do país ignorados pelos poderes constituídos da República, perplexos ante "o Gigante que acordou". O Povo, nas regiões metropolitanas e em centenas de cidades médias, aos milhares, em passeatas continuadas, enfrentando a velha truculência policial do gás lacrimogêneo, do spray de pimenta e das balas de borracha a serviço das oligarquias e da manutenção do "status quo".

As demonstrações de **solidariedade**, a formação de **pontos de coincidência** adquiridos e a **cooperação** social ampliada presentes nesses eventos, possibilitam identificar a geração de Capital Social, em específico, de aproximação (*bridging social capital*). Esta classe de Capital Social se baseia nos sentimentos de consciência da existência do outro com quem se tem limitado contato pessoal, significativa diferença com respeito à posse de recursos e se mantém uma relação assimétrica de poder e influência.

Barber (2009) ressalta que participação, cidadania e bem-estar da juventude podem ser encontradas em construções teóricas disponibilizadas pela Teoria do

Capital Social. Para tanto, lança mão dos conceitos emitidos pelos mais conhecidos autores que se dedicaram ao tema.

Em rápidos comentários, realça Pierre Bourdieu (network) e seu *The forms of Capital* (1986), Robert Putnam (reciprocity) e seu *Bowling alone. the collapse and revival of American Community* (2000), James Coleman (trustworthiness) (1988a) e seu *The creation and destruction of Social Capital: Implications for the Law* e Francis Fukuyama (cooperation) e seu *Trust: the Social virtues and the creation of prosperity* (1995).

Entretanto, Bassani (2007) adverte que o modelo advindo da Teoria do Capital Social referente à juventude não é o mesmo que o aplicável aos adultos. A autora acha que os jovens, por serem muito mais confiantes em seus grupos primários e escola, sobrepõem o modelo adulto da Teoria do Capital Social, que em relação ao contexto da juventude é imperfeito. Em sua obra *“Five dimensions of Social Capital Theory as they Pertain to Youth Studies”*, a autora apresenta e discute cinco dimensões da Teoria do Capital Social específicas para a juventude e demonstra como e porque deve a juventude aumentar a sua participação social, mediante a utilização das novas tecnologias e ferramentas virtuais para a conformação de redes gigantescas e de relações inovadoras, até mesmo revolucionárias, cujos limites de atuação e participação ainda estão para serem testados.

No Brasil, alguns trabalhos da Universidade de Ijuí (RS) têm se dedicado à investigação da importância das agências socializadoras, a exemplo da família, escola e meios de comunicação, e de sua contribuição para a produção de Capital Social entre a juventude. O alcance deste objetivo tem como referência as mudanças ocasionadas pela globalização em sociedades periféricas e à natureza da socialização política que experimentam os jovens brasileiros.

No trabalho realizado por Rosana Cátia Nazzari (2006), *Capital Social, Cultura e Socialização Política: a juventude brasileira*, argumenta-se que o problema central a ser estudado consiste em avaliar a contribuição prestada pelas agências de socialização política na promoção de resultados favoráveis dos jovens em relação ao Capital Social, englobando a confiança, a cooperação e a participação política dos cidadãos – principais variáveis do Capital Social – que envidam esforços para incentivar políticas públicas no sentido de que estas se tornem eficazes para a prosperidade comunitária. Admite ela que o processo e os instrumentos de empoderamento do cidadão poderão possibilitar mudanças nas relações pessoais e

nos intercâmbios sociais, para que produzam mais redes de cooperação e solidariedade; é o Capital Social.

Já Baquero (2001, p. 36) alerta: “O Capital Social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os seus membros e que estas normas são aquelas exigidas para a participação política”. Sendo assim, é possível incrementar o Capital Social alavancado pela socialização, criando um potencial de comportamentos participativos e cidadãos.

O debate sobre o conceito de Capital Social vem apontando para três variáveis consideradas principais: a confiança, a cooperação e a participação. A confiança fomenta a previsibilidade das relações sociais e faz surgir nas pessoas a cooperação. Por sua vez, a cooperação incrementa a confiança e a reciprocidade entre os componentes das associações e alimenta a participação em associações voluntárias.

É interessante frisar ainda as principais dimensões que essas variáveis assumem nos planos individual, social e institucional. No que diz respeito ao plano individual florescem sentimentos de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade. No que se refere ao social, há um fortalecimento da cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público. E na dimensão institucional privilegia-se a presença em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais (NAZZARI, 2006).

Torna-se, portanto, imprescindível o exame das implicações que dizem respeito ao processo de socialização política para a produção de Capital Social entre a juventude brasileira no início do século XXI. Para tanto é necessário detectar os impactos da globalização sobre a juventude brasileira, verificar a promoção de índice de Capital Social entre os jovens a partir do processo de socialização política, medir os níveis de confiança, cooperação e participação dos jovens e aquilatar o grau de interferência do Capital Social na cultura política.

O estudo de Nazzari (2006) procura entender de que maneira a socialização política incide sobre o Capital Social da juventude no Brasil, operacionalizando tal propósito utilizando duas estratégias principais: a primeira de cunho teórico e a segunda de natureza estatística.

Tal estudo é norteado pela perspectiva de que a socialização política tem possibilidade de alterar padrões de participação política e de organização

democrática, fazendo surgir uma nova comunidade cívica que seja capaz de ajudar na feitura de um projeto de desenvolvimento, econômico, humano e igualitário, mesmo considerando os impactos da globalização sobre o comportamento dos jovens e o cenário em que se inserem.

A autora verificou que a socialização política não tem incentivado nos jovens a participação em atividades associativas e políticas. Tal comportamento não possibilita a acumulação de Capital Social na comunidade, uma vez que esta participação é pequena e eventual.

Foi identificado que as meninas possuem índices de Capital Social um pouco maiores do que os meninos, no que se refere à participação em atividades sócio-políticas. Constatou-se, destarte, que o processo de socialização da juventude na escola e em outros âmbitos que promovem relações sociais apresenta falhas, principalmente quando se trata de reconhecer a importância da participação política e da motivação de realizar atividades com outras pessoas.

As atitudes e os comportamentos que fazem parte do Capital Social não estão sendo adequadamente incentivados pela socialização política vigente, criando a propensão nos jovens a desenvolverem apatia e indiferença ou envolvimento e participação em manifestações associativas.

O engajamento político da juventude tem sido objeto de um número cada vez maior de pesquisas na área da ciência política. Angelita Fialho Silveira (2006), em seu *O empoderamento e a constituição de Capital Social entre a juventude*, utiliza a noção de Capital Social na ciência política para enaltecer as sociedades em que existe trabalho cooperativo para o bem comum e onde os cidadãos confiam uns nos outros. Essas atitudes devem permitir um melhor desempenho político e econômico.

A preocupação da autora é discutir de que maneira o Capital Social, como “ingrediente indispensável para um Estado mais próximo do povo e para um estilo da política marcado pela divisão de poder e pela presença popular na arena das decisões públicas” (SCHMIDT, 2004, p.152), pode efetivar valores positivos de apoio à democracia e estratégias de empoderamento entre a juventude, de tal maneira que passe ela a se envolver em assuntos políticos, transformando-se os jovens em cidadãos com maior participação e engajamento.

A categoria juventude só passou a ser considerada objeto sistêmico de investigação a partir de 1920. De início, o jovem é considerado na sua resistência à

ação socializadora e manifesta condutas reprováveis; no período conhecido como Pós-Guerra é tido como sujeito de mobilização e de mudança social.

Nesta perspectiva, deriva-se pelo menos três enfoques de análises: a geracional, a classista e das culturas juvenis. Na teoria geracional, a juventude pertence a um conjunto social que compartilha uma fase específica de vida. Na versão classista, a visão do jovem é feita a partir das relações de classes. E no âmbito de culturas juvenis, a juventude se manifesta por meio de um sistema de valores internalizados influenciados por diferentes cenários e situações (PRÁ, 2004).

Com o advento da globalização são reestruturados a produção de bens e o consumo, e com as novas tecnologias surge a necessidade de maiores qualificações na esfera do conhecimento; assim, os impactos da globalização exigem e afetam, sobretudo, a população juvenil.

Embora seja verificado um aumento substancial nas oportunidades e facilidades, com o surgimento de novas tecnologias há também um aumento brutal em relação às desigualdades de acesso e possibilidades.

Na esteira da globalização, os países em desenvolvimento passam a ostentar um tipo de sociedade marcada por conflitos de natureza social e política que induz o jovem à produção de uma cultura individualista, o que naturalmente diminui a capacidade cooperativa e participativa.

Os conflitos sociais se desnudam quando se examina indicadores estatísticos referentes ao contexto vivido pelos jovens brasileiros. Assumem importância assustadora os indicadores referentes à violência entre os jovens.

Em *Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na Pólis?*, Keil (2004) afirma que os jovens se comportam em consonância com o contexto em que se encontram. Afirma ainda que a juventude dos anos 1960 e 1970, em um contexto caracterizado por robustos sentimentos libertários e desenvolvimentistas, se manifestava de uma maneira reformadora e tinha na participação uma proposta de mudança estrutural do sistema. O jovem dos anos 1980 e 1990, vivendo num contexto em que o capitalismo dominou em todas as esferas, inclusive na social, comporta-se como consumista e sem grandes ideologias, percebendo a participação política como desestimuladora e inútil, interessando-se sem muito entusiasmo pela realização de atividades voluntárias, desvinculadas de partidos políticos.

Neste sentido, Castro e Abramovay (2005, p.55), questionam: “Quais seriam as marcas desta geração, e de gerações, como a dos jovens, nos tempos atuais?” A resposta, certamente provisória, é dada pelas mesmas autoras, no trecho a seguir transcrito:

O apelo da sociedade do espetáculo e padrões de consumo conviveriam com chamadas para responsabilidade social e associativismo. Essas e outras tendências contraditórias também potencializariam vulnerabilidades negativas e positivas (no sentido de fragilidades, obstáculos, Capital Social e cultural e formas de resistência no plano ético-cultural). Desta forma, discutir juventudes pede discutir modernidade e sua realização em distintos planos e para distintos grupos sociais. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005, p. 63 - 64).

Com relação ao que foi dito, Souza (2002, p. 3) adverte que “os jovens estão gestando novos modos de organização da vida cotidiana, de negação institucional, e novas formas sociais contra- institucionais, de enfrentamento contra a ordem”. Na mesma linha de raciocínio, Norris (2003) ressalta que o desalento com as instituições políticas da democracia representativa faz com que os jovens busquem alternativas informais de mobilização política.

Reforce-se que as novas formas de sociabilidade e de participação política, adotada pela juventude, precisam ser dirigidas de forma positiva para o bem comum da sociedade. O conceito de Capital Social e empoderamento ajuda na compreensão da tentativa de potencialização da juventude nos processos de participação política.

Estudiosos que adotam este argumento buscam uma motivação eficaz para que se consiga um maior interesse e envolvimento dos jovens pela política. Nessa perspectiva, as investigações são concentradas sobre Capital Social e juventude e o uso do conceito acima referido.

O termo empoderamento refere-se a um processo que visa fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum. Assim, busca dotar os indivíduos de autonomia e de capacidade de intervenção na realidade de modo a lhes permitir uma vida autodeterminada e auto-responsável nos processos de participação, discussão e decisão. O surgimento deste conceito coincide com a eclosão dos movimentos sociais (estudantis, de negros, das mulheres etc.) do final da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970. (FRIEDMANN, 1992, p. 166).

Estabelecer um nexó entre o empoderamento e o projeto de criação do Capital Social na juventude torna imperiosa a necessidade de efetivar intervenções na realidade social, como tentativa de reversão do estado de apatia e da atitude de repúdio à vida política.

O ato de empoderar é fundamental para o desenvolvimento do Capital Social, em especial quando da implantação de projetos coletivos numa comunidade ou instituição e no surgimento do senso de responsabilidade, de solidariedade e de cooperação.

Do que foi exposto é imprescindível reter duas lições. A primeira ensina que para praticar uma democracia com graus positivos de apoio é preciso que se fomente a participação capaz de atingir as diferentes realidades culturais da juventude. A segunda diz respeito a articulação e canalização em esforços teóricos que atinjam a realidade juvenil quanto a pertinência dos conceitos aqui apresentados..

O empoderamento entre os jovens é o termômetro para que se possa aquilatar o envolvimento da juventude em atividades coletivas e cooperativas. Em pesquisa realizada pela Nupesal e Niem (2004), foi constatado que os jovens acreditam ser importante a participação (79%) em atividades associativas, parecendo em um primeiro momento que existe uma predisposição positiva para esta espécie de envolvimento. Entretanto, mais da metade dos entrevistados afirmaram que a participação neste tipo de atividade só se efetivaria por parte deles se houvesse algum retorno pessoal ou positividade direta em suas vidas. Esses resultados indiscutivelmente comprometem o processo de geração de Capital Social entre os indivíduos, ficando patenteada uma "cultura de desmobilização".

Entre os jovens ficou flagrante, também, que inexistente uma cultura de empoderamento, tendo em vista a não existência dos comportamentos de cooperação e envolvimento em atividades associativas. Assim, não basta a existência de uma predisposição entre os jovens para o envolvimento em atividades coletivas, na medida em que não existem incentivos para que estas práticas sejam realizadas.

Não obstante essas considerações, a partir das observações da literatura, os comentários feitos nesta seção a respeito das novas ações populares em prol de uma democracia direta, instantânea, denotam o potencial explosivo de utilização das

redes sociais para o empoderamento, decorrente do pertencimento a grupos identitários, unidos pelas novas ferramentas de comunicação de massa.

2.4 O PARADIGMA DO CAPITAL SOCIAL

Uma aproximação do que seja um paradigma é a descrição de um tema que envolve as definições, a identificação e descrição de variáveis, juntamente com as relações esperadas de causa e efeito. Na medida em que os especialistas no tema aceitam as opiniões propostas sobre o assunto em questão, constata-se o amadurecimento de tal paradigma. Um paradigma maduro reduz os conflitos e despesas inerentes aos acordos, facilitando a ação cooperativa. O paradigma do Capital Social coloca em evidência a influência exercida nas relações sobre as transações sociais, emocionais e econômicas. E contempla conceitos de praticamente todas as Ciências Sociais.

A importância do paradigma do Capital Social só se firma na medida em que haja uma reunião de todos os elementos do paradigma e posterior exame de sua interdependência. Tal providência faz com que o aprendizado dos elementos que o compõem se torne bem maior que quando estudados separadamente. Uma vantagem fundamental desta iniciativa é que a comunicação entre as disciplinas se torna bem mais fácil, uma vez que um vocabulário comum permite a pessoas de diferentes áreas trabalharem juntas em torno de um mesmo problema.

Faz-se mister, portanto, conhecer com mais detalhes os elementos que compõem o paradigma do Capital Social, compreendendo o próprio Capital Social, os bens socioemocionais, os valores afetivos, as redes, as instituições e o poder.

2.4.1 Bens socioemocionais

Neste tópico em particular são enaltecidos o conhecimento de si, a autoestima e a aprovação social com a preservação da imagem como pontos fundamentais para o bem-estar socioemocional e físico do ser humano. Robison, Siles e Schmid (2003 p. 67) definem os bens socioemocionais como “emoções que

se expressam entre pessoas que mostram aprovação, manifestam interesse ou oferecem informação que aumenta o próprio conhecimento e a autoestima”.

Uma vez que os bens socioemocionais suprem as necessidades fundamentais de conhecimento de si mesmo e de autoestima do ser humano, passam a ter valor na efetivação dos intercâmbios e até mesmo podem ser trocados por bens e serviços materiais. O importante dessas trocas de bens socioemocionais é que se constituem no meio primário de investimento em Capital Social, idéias que tomaram por base Whetten e Cameron (1995), que investigaram o conhecimento de si, concluindo ser ele, juntamente com a auto-estima, “fundamentais para o bem-estar socioemocional e físico do ser humano” (WHETTEN; CAMERON, 1995 apud ROBISON; SILES; SCHMID, 2003, p. 66).

Os bens socioemocionais são eleitos e sua eleição poderá influenciar a alocação de recursos. Elster (1998), ao descrever a eleição entre bens socioemocionais e outros bens, afirma que é o próprio intercâmbio que se modifica quando da efetivação de uma das recompensas que se trocam.

Entre os primeiros economistas a reconhecer a relevância dos bens socioemocionais, “receita social” no dizer de Becker (1974), Nassau Sênior (apud ROBINSON; SILES; SCHMID, 2003, p. 67) afirmou que o desejo de ser reconhecido acompanha o homem durante toda a sua vida, podendo ser considerado a mais poderosa de todas as paixões humanas (MARSHALL, 1975). Várias indústrias, segundo Hochschild (1983), envidaram esforços no sentido de produzir bens emocionais utilizando o “trabalho emocional”.

Com a formalização da Teoria da Demanda do Consumidor, o conceito de bens socioemocionais começou a ser relegado a segundo plano. Becker (1974) foi quem melhor descreveu a transição em que os bens socioemocionais foram sendo excluídos das preocupações dos economistas, principalmente quando a Teoria da Demanda do Consumidor ia adquirindo maior rigor.

Apesar disso, não há como admitir uma teoria do intercâmbio sem a inclusão de bens socioemocionais. A realidade nos mostra que em todas as operações financeiras, em um banco por exemplo, além dos serviços financeiros que normalmente são prestados, tal instituição se esmera em atender o cliente cordialmente, o que naturalmente contribui para a reafirmação de sua autoestima, aumentando a possibilidade de uma maior fidelidade desse cliente mediante a combinação de eficientes serviços financeiros e bens socioemocionais.

Para se produzir bens socioemocionais é necessária a existência de Capital Social. Sendo assim, o tipo de intercâmbio composto tanto de bens e serviços materiais como bens socioemocionais será afetado pela distribuição do Capital Social. Em algumas ocasiões poderá ocorrer a oferta de um bem material para ser trocado unicamente por bens socioemocionais, correspondente a um Capital Social ampliado. Como os bens socioemocionais podem substituir outros bens, admite-se que cumpram também as funções de moeda. Os detentores de Capital Social podem vir a trocar bens socioemocionais por dinheiro, em um intercâmbio que venha a reduzir o Capital Financeiro necessário para efetivar a transação.

Nos termos de intercâmbio, quando são incluídos bens socioemocionais a valoração, medida em termos de bens e serviços materiais e capital financeiro, se altera, dependendo do volume de Capital Social de ambas as partes envolvidas na transação.

Algumas consequências dos bens socioemocionais, que fazem parte do paradigma do Capital Social, são explicitadas por Robison, Siles e Schmid (2003):

- A inclusão de bens socioemocionais pode agregar valor a um intercâmbio. Sabe-se também que os bens socioemocionais possuem uma relação de dependência frente ao Capital Social, sendo maiores as possibilidades de realização de intercâmbio para quem possui Capital Social;
- Tendo em vista a facilidade fornecida pelo Capital Social a uma pessoa para realização de uma troca, se tal Capital Social pode produzir bens socioemocionais os perfis destes intercâmbios interferem nos investimentos em Capital Social;
- Algumas vezes os bens socioemocionais podem ser usados em substituição ao dinheiro e aos bens materiais em determinadas trocas. Como consequência disto o preço em dinheiro talvez não corresponda ao seu valor monetário. Qualquer mudança na valoração dos bens socioemocionais provocará uma modificação nesta, se medida em unidades monetárias.

Robison, Siles e Schmid (2003, p. 66 - 67) destacam outros autores que contribuíram para a consolidação da noção de bens socioemocionais, nos termos em que aqui se apresenta:

Rogers (1961) sugeriu que existia uma necessidade humana básica de auto-estima que era mais poderosa que as necessidades fisiológicas. Homans (1971, p. 457) escreveu: “Todas as provas indicam que para muitos homens a aprovação social é uma recompensa valiosa, e que dificilmente chegam a saciar-se dela”. Hayakawa (1962) sustentou que a primeira lei da vida não era o instinto de conservação, mas a necessidade de preservar a imagem de si. Maslow (1962, p. 57) assinalou que “tendemos a ter medo de saber tudo aquilo que nos possa infundir desprezo por nós mesmos, ou que possa fazer-nos sentir inferiores, débeis, insignificantes, malvados, infames”. Harris (1981, p. 57) observou que “o conhecimento de si mesmo se adquire em contextos sociais que dependem das reações dos demais”.

Dentro dessa linha de pensamento, disponibilizou-se, mesmo ao nível de primeiros passos, uma leitura do tema sob a perspectiva da Psicologia, tendo em vista as práticas culturais que geram benefícios para terceiros e o elevado grau de similaridade nas concepções de bens que compõem seus arcabouços teóricos.

Tal leitura, de modestas pretensões – como frisado anteriormente – em específico quanto à análise do comportamento, pode ser desenvolvida a partir das idéias de B.F. Skinner, expoente psicólogo do século XX, que influenciou mais profundamente a Psicologia moderna com o seu Behaviorismo Radical. Defendeu ele que uma compreensão abrangente do comportamento só seria possível caso se assumisse que é este o produto de três histórias: a filogenética, a ontogenética e a cultural. Tal paradigma ficou conhecido como o modelo skinneriano de seleção de comportamentos pelas consequências (SKINNER, 2006).

Inspirado na teoria da evolução de Charles Darwin, Skinner (2007) enfatizou o papel dos mecanismos de variação e seleção – agora aplicados ao comportamento – como fatores determinantes do *modus operandi* dos organismos no ambiente em que estão inseridos. Ao referir-se ao nível filogenético, Skinner (2006) impõe que o olhar do investigador se volte aos padrões comportamentais típicos da espécie, ou seja, aqueles que foram selecionados por viabilizarem ou contribuírem para a sobrevivência de uma dada espécie. A título de exemplo, ao entrarem em contato com superfícies superaquecidas os indivíduos que se afastam apresentam maior

probabilidade de sobreviver e perpetuar sua carga genética, quando comparados àqueles insensíveis à variável ambiental mencionada.

No que tange à história ontogenética, analisa-se o repertório comportamental adquirido pelo organismo ao longo da vida nas suas interações com as circunstâncias do seu mundo – considerando tanto as variáveis físicas quanto as sociais. Como descreve Dittrich (2003), no nível ontogenético de seleção estamos diante de comportamentos que não produzem, como na filogênese, a sobrevivência da espécie, mas sim, consequências funcionalmente úteis para um organismo em específico. Para designar tais consequências Skinner (2007) assumiu o vocábulo *reforço*.

Em síntese, ao discutir a ontogênese analisa-se comportamentos que foram selecionados por serem seguidos de reforços, ou seja, variáveis que atuam aumentando a probabilidade de ocorrência de determinadas respostas do organismo. Por exemplo, uma criança que ao chorar produz a aproximação e cuidados de um adulto tenderá a chorar no futuro, em condições fisiológicas semelhantes.

Ao abordar-se a influência cultural na seleção dos comportamentos de um organismo, lida-se diretamente com padrões de ação que, a despeito da possibilidade de prejuízo imediato para um dado indivíduo, produzem consequências funcionais para o grupo responsável pela sua manutenção. O descarte de lixo pode servir como ilustração: apesar de ser mais econômico, em termos de custo comportamental para um indivíduo, despejar seus resíduos domésticos no primeiro local à vista, variáveis culturogênicas impõem-se de modo a estabelecer e manter seu comportamento de encaminhar seu lixo aos locais próprios para coleta.

Dittrich (2003), ao investigar o sistema ético de Skinner, analisou que bens éticos são as consequências produzidas por determinados comportamentos. Falamos em bens pessoais quando tratamos daquelas ações que produzem como efeito a sobrevivência da espécie, ou seja, são consequências diretamente ligadas ao nível filogenético de seleção. Para a espécie humana, o autor elenca como principais bens pessoais o alimento, sexo e segurança física.

Quando se consideram os bens dos outros se está analisando as consequências produzidas pelo comportamento de um dado organismo que beneficiam outros indivíduos. Uma análise superficial pode levar a falsa concepção de que estes comportamentos operam única e exclusivamente para benefício de outrem – o “altruísmo” é um exemplo deste padrão. Contudo, a vantagem inerente a

este tipo de comportamento pode ser o aval para pertencimento a determinado grupo social. Ou seja, deixar-se comportar para/pelo outro é recompensado com a possibilidade de que o outro se comporte para/por si.

Por último, os bens das culturas são aqueles que contribuem para a sobrevivência da cultura que os promove. Defende-se aqui que a noção de sobrevivência da cultura está dissociada da ideia de desenvolvimento, sendo o fortalecimento de determinados padrões comportamentais o que produz a manutenção de uma cultura, seja ela moralmente julgada como boa ou má.

Uma leitura do Capital Social sob a ótica skinneriana, em nossa concepção, não pode escapar da discussão do estabelecimento e manutenção de atitudes e comportamentos que geram como consequências benéficas para terceiros; e do fortalecimento de práticas culturais que dêem suporte e promovam atitudes de confiança e comportamentos como a solidariedade, a cooperação e a reciprocidade.

De acordo com Ulian (2008) tais sentimentos só poderão ser desenvolvidos se forem ensinados por membros da cultura que se preocupem em promover condições para que os outros aprendam a identificar suas ações e os contextos em que elas ocorrem, levando-os a planejar situações e tomar decisões que melhorem sua qualidade de vida, fazendo assim o que se chama “análise de contingências”, que é uma prática cultural que pode ser aprendida como qualquer outra, além de ser um ideal ético.

Ao se proceder a leitura do tema sob a perspectiva da Psicologia, privilegiando-se a cultura e as práticas culturais, inclusive a análise de contingências, tornou-se indispensável- dentro do mesmo patamar de pretensão – uma (re)visita ao clássico *A Interpretação das Culturas* (1989), de Clifford Geertz, um dos *antropólogos* mais reconhecidos da sua geração, que se notabilizou pela dedicação à proposta do movimento intelectual para revitalizar o caráter de sistema simbólico do estudo da cultura.

Em *A Interpretação das Culturas* (1989), Geertz expressa suas concepções sobre a definição de cultura, o papel que esta desenvolve na vida social e de que maneira deve ser estudada na busca de esclarecer de modo sistemático o próprio conceito de cultura em seus nexos com o comportamento real de indivíduos e grupos.

O conceito de cultura está presente, direta ou indiretamente, em todos os quinze capítulos do livro. Por não agradar ao autor afastar-se muito da vida social,

os estudos apresentados são empíricos , fugindo o quanto possível das dissertações teóricas.

Um entre tantos outros marcos louváveis da obra de Geertz (1989) é não ater-se apenas à redefinição de cultura, o que seria esperado de um antropólogo. O autor trata também da problemática de outras áreas afins, como Organização Social, História Comparada, Ciência Política e Ecologia Cultural. Além disso, estuda as relações entre cultura e evolução biológica e brinda o leitor com um ensaio sobre a obra de Lévi- Strauss.

A Interpretação das Culturas mostra a posição de Geertz no contexto antropológico e substitui, em preponderância, interesses anteriores como o funcionalismo, por outros mais recentes como a semiótica. A logicidade da linha de pensamento, a robustez da coerência e o esforço em transmitir sistematicamente idéias originais fazem de *A Interpretação das Culturas* um dos principais livros de Antropologia Cultural do sec. XX.

Os ensaios constantes do livro sob comento buscam demonstrar a utilidade do conceito geertziano de cultura que é essencialmente semiótico:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele próprio teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis , mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p.15)

Alerta Geertz (1989) que o comportamento deve ser motivo de muita atenção, pois é através do fluxo do comportamento (Ação Social) que as formas culturais conseguem articular-se. Entretanto, a enorme diversidade de comportamento humano leva os antropólogos a fugir das particularidades culturais quando se defrontam com a questão de definir o homem.

Outro ponto sublinhado pelo autor é a fronteira mal-definida e vacilante entre o que é controlado de forma inata e o que é originário da cultura no comportamento humano. Afirma que quase todo o comportamento humano complexo constitui-se no resultado interativo e não aditivo dos dois.

Nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais – na verdade, produtos manufaturados a partir de

tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos, e, não obstante, manufaturados. (GEERTZ, 1989, p. 62)

A Dimensão Cultural é uma das Dimensões Dinâmicas do Capital Social e será examinada, em termos de ampliação do horizonte de escolha, quando do relato a ser feito sobre a experiência exitosa da APAEB/Valente na região sisaleira do semi-árido baiano.

2.4.2 Valores afetivos

Quando em um objeto se incorporam bens socioemocionais, esse objeto modifica o seu significado e o seu valor. A mudança que se produz no valor desse objeto, causada pela incorporação dos bens socioemocionais, é o que se nomina de **valor afetivo**.

Duas outras noções mantêm vínculos com o conceito de Valor Afetivo. O “Efeito Patrimonial”, denominado por Thaler (1980) para descrever o maior valor adquirido de um bem para um comprador quando este bem passa a ser incorporado ao seu patrimônio individual. O outro conceito trata do “Valor de Existência”:

Quando se trata da existência de uma grande maravilha panorâmica ou de um ecossistema único e frágil, sua conservação e continuidade constituem uma parte importante da renda real de muitas pessoas às quais a extinção de espécies ou a deterioração de um lugar de grande beleza paisagística causam uma profunda angústia e uma sensação de verdadeiro empobrecimento relativo (KRUTILLA, 1967 apud ROBISON; SILES; SCHMID, 2003, p.779).

No mundo dos negócios é muito comum contratar-se pessoas famosas, detentoras de grande Capital Social, e associá-las a determinado produto. Esta providência, aos olhos dos compradores, tem um efeito de valor afetivo e as vendas naturalmente serão aumentadas. Discriminam-se abaixo algumas características dos valores afetivos, isto é, valores que incorporam bens socioemocionais:

- Quando o valor de um objeto é atribuído, principalmente, ao seu valor afetivo, os compradores potenciais serão pessoas que valorizam os bens socioemocionais incorporados nesse objeto;

- Quando o dono de um objeto lhe incorpora uma grande quantidade de bens socioemocionais, que provavelmente não sejam compartilhados pelos possíveis compradores, este objeto raramente sairá para venda no mercado. É por isto que os objetos que se guardam como recordações raramente se comercializam, a não ser quando seu dono falece;
- Qualquer pessoa que deseje comprar um objeto que tem valor sentimental para si estará disposto a pagar por este objeto mais do que ele vale materialmente. Existem colecionadores que pagam milhões de dólares por bolas de basebol com valor afetivo, quando poderiam ter comprado bolas com propriedades físicas semelhantes por alguns poucos dólares;
- Os objetos imateriais podem adquirir um valor afetivo. Por exemplo, as leis e costumes que se obedecem de boa vontade geralmente têm um valor afetivo. Caso contrário, seria necessário oferecer outro tipo de motivação para que fossem respeitadas. Existem Estados que promulgaram leis que exigem que os ciclistas usem capacetes; porque para algumas pessoas esta exigência contém um valor afetivo negativo, a lei para estas não se cumpre e é difícil impô-la;
- Quando associamos um objeto a uma pessoa que nos desagrade ou a uma causa que desaprovamos, se criam valores afetivos negativos. Como exemplo de objetos com valores afetivos negativos para algumas pessoas, podem citar-se as estátuas de Buda com séculos de antiguidade destruídas por talibãs no Afeganistão. Com frequência, os bens pessoais dos indivíduos ou grupos que inspiram rejeição adquirem um valor afetivo negativo. São exemplo deles os bens pessoais de casais divorciados, os símbolos do partido nazista e a publicidade dos advogados especializados em processos por danos pessoais.

2.4.3 Redes

Para Burt (1992), cada estrutura de rede tem consequências para a eficiência Econômica e a geração de Capital Social. Essa afirmativa remete a algumas das

consequências das redes do paradigma do Capital Social (ROBISON; SILES; SCHMID, 2003):

- Quem participa em redes ricas em Capital Social vai atuar no âmbito dos interesses dos componentes da rede, em detrimento das pessoas não pertencentes a esta;
- O aumento do Capital Social dentro de uma rede eleva a produtividade e diminui as desigualdades de renda entre os participantes, embora possam existir diferenças de produtividade e renda entre os próprios membros da rede. Infere-se daí que uma das causas da pobreza pode constituir-se na exclusão dos pobres das redes ricas em produção;
- A **permeabilidade** diferencia as redes. São menos permeáveis aquelas baseadas em pontos de coincidências legados, em relação àquelas cujos pontos de coincidência foram adquiridos;
- Quando para se pertencer a uma rede se exige características herdadas, isto poderá vir a constituir-se em um entrave para a redução da pobreza e o desenvolvimento;
- Para que seja facilitado o desenvolvimento é necessário que os membros da rede tenham características adquiridas. Neste caso, existem maiores possibilidades de adequação às alterações demográficas e às novas oportunidades;
- Se na formação das redes existem assimetrias nas relações, são gerados obstáculos para o fluxo de recursos. A rede será considerada instável e o fluxo de recursos será restringido se, por exemplo, existe Capital Social entre os indivíduos A e B, e entre A e C, mas as relações entre B e C são de hostilidade.

2.4.4 Instituições

As instituições incorporam as normas que possibilitam a realização de intercâmbios ordenados e significativos. Além disso, formulam direitos de propriedade, critérios para a aquisição da qualidade de membros, regras reguladoras

de conflitos e atuações para a criação de novas instituições. Se constituem no resultado da reação coletiva dos componentes da rede em relação às ações de outros. Normalmente se originam de regras que atribuem responsabilidades. As instituições põem à mostra a distribuição do Capital Social e também influem na geração do Capital Social no futuro. Na ausência delas, o caos se instala.

Quanto ao caráter das instituições, apresentam-se elas de maneira formal ou informal (STIGLITZ, 2000). Os aumentos ou reduções do Capital Social determinam o desenvolvimento das instituições informais. As instituições informais são normalmente aceitas dentro de uma rede, a exemplo de aniversários, o cuidado de crianças e idosos e a responsabilidade pelos outros em épocas de crise.

As instituições informais apresentam melhor preparação para intercambiar bens socioemocionais e bens de grande valor afetivo. Entretanto, nem sempre obtêm resultados eficientes do ponto de vista econômico, a não ser que os eventos organizados sejam no interior das redes de união.

As instituições formais são normas sociais aceitas inclusive por estranhos. São estabelecidas por escrito, comunicam-se por canais públicos e se aceitam ou modificam através de atos formais. A manutenção e legitimidade deste tipo de instituição são função, em parte, do seu valor afetivo criado a partir de relações de Capital Social. Se não fosse dessa maneira, seus custos seriam maiores do que os possíveis benefícios. As instituições formais devem amenizar os transgressores potenciais quando esses são em número reduzido.

Não se pode conceber uma economia desenvolvida que não conte com instituições formais que possibilitem a realização de intercâmbios entre estranhos. É fundamental que os pobres aceitem as instituições formais, senão estarão excluídos das vantagens que a economia formal pode vir a oferecer. Não obstante, para que os pobres possam oferecer valores afetivos a estas instituições formais, é fundamental que participem da criação e manutenção delas e, obviamente, consigam algum benefício a partir de sua existência.

Uma diferença importante entre as instituições formais e informais é o raio de aplicação. As instituições formais, por motivos óbvios, têm um raio de aplicação bem maior do que as instituições informais, que têm um caráter mais local. Sendo assim, as instituições informais têm o apoio de redes ricas em Capital Social, enquanto que as instituições formais dependem de um mais alto grau de valores afetivos. Não há dúvidas de que as instituições formais e informais estão sempre intimamente

vinculadas entre si, sendo crucial que as instituições formais sejam legitimadas pelas instituições informais, evitando a necessidade de aplicação de medidas punitivas para regular os conflitos que porventura venham a ocorrer.

O exemplo clássico que ilustra a conexão existente entre as instituições formais e informais é a questão dos códigos tributários que tratam da evasão do pagamento dos impostos, tendo em vista o aproveitamento do alto custo de vigilância fiscal. Isso acontece com mais frequência nos países não desenvolvidos.

Normalmente, ao serem criadas as instituições formais surgem alguns conflitos, tendo em vista a imposição de custos além da distribuição de benefícios. Alguns podem aumentar seu poder com promessas de benefícios a determinadas pessoas ou grupos, desviando recursos do erário público. O Capital Social é peça chave na regulação e conseqüente redução de conflitos relacionados à criação e manutenção de instituições formais.

A inexistência de Capital Social invalida o trabalho conjunto no marco das instituições vigentes. Ressalte-se que uma entidade de governo pode usar como parâmetro, para medição do nível de Capital Social que possui, sua capacidade de criar e manter instituições formais sem provocar insurreições e violência. A existência de Capital Social a nível geral de país é constatado quando se pratica a verdadeira democracia, ao passo que os governos coercitivos são prova de sua inexistência.

2.4.5 Poder

O poder é exercido através da capacidade que tem uma pessoa de influir nas ações de outra (BOULDING, 1989), e se efetiva a partir de recompensas ou sanções potenciais. Algumas fontes de poder são ligadas ao Capital ou aos recursos controlados por uma pessoa. Vale registrar que o Capital Social pode constituir-se numa forma diferente de poder que Boulding (1989) chama de “Poder do Abraço”.

Não há dúvida de que nem todo Capital Social de uma pessoa tem o mesmo valor. É interessante notar que o poder que se conquista através da utilização do próprio Capital Social pode tomar a forma de perda da qualidade do membro, exclusão, sub-valorização e perda de prestígio.

O poder ainda tem a condição de adotar formas ilegais de sanções, como a violência física, não respeitar os direitos de propriedade das outras pessoas ou utilizar falsos argumentos para aplicar sanções.

A inexistência de poder é uma das causas principais para a existência da pobreza. Os pobres dispõem de escassos recursos de todos os âmbitos e o seu Capital Social se estabelece em redes onde pouquíssimas pessoas têm poder para ajudá-los. Para a grande maioria, sair dessa condição depende de conseguir gerar Capital Social com pessoas muito diferentes, através dos “laços fracos”, como denomina Granovetter (1973).

As pessoas que detêm Capital Social capaz de produzir bens socioemocionais preferem intercambiá-los dentro de suas próprias redes de Capital Social. As diferenças de Capital Social não podem ser empecilhos para o estudo da redução da pobreza. Desta maneira, os agentes independentes não podem atuar somente nas suas esferas de interesse, como sugerem os modelos neoclássicos habituais. O raciocínio deverá ser diametralmente contrário, admitindo que os agentes econômicos individuais e suas redes de Capital Social são unidades de análise revestidas de importância crítica.

2.5 O CAPITAL SOCIAL NA BUSCA DE UM PARADIGMA MADURO

A obra de Robinson, Siles e Schmid (2003) traz lições importantes a respeito do tema Capital Social. Em virtude da limitação de espaço que se deve obedecer neste trabalho de tese, foram selecionados apenas alguns aspectos considerados indispensáveis na abordagem do tema sob escopo.

Para eles e muitos outros cientistas sociais, o Capital Social é como se fosse um antigo vinho em uma garrafa nova: um velho conceito com um nome novo. A diferença que se verifica atualmente é que o interesse pelo tema se multiplicou e o Capital Social passou a ser assunto que faz parte da agenda e das discussões dos cientistas.

Este diálogo, estabelecido entre profissionais de diversas áreas do conhecimento, tem feito surgir um **paradigma** com maior riqueza e utilidade. A disseminação da utilidade deste novo paradigma refletiu-se em questões muito distintas, tais como o aproveitamento escolar, a atenção a saúde, a diminuição da

delinquência, o investimento em bens públicos, a retenção de clientes, a publicidade, o desenvolvimento comunitário, o crescimento econômico e a diminuição da pobreza (ROBISON, SILES E SCHIMD, 2003).

Portes (1998) e Woolcock (1998) afirmam que o compartilhamento de um paradigma com o mundo, por parte de cientistas e profissionais sociais de diferentes áreas (interdisciplinaridade), tem como consequência natural diversas definições do Capital Social. Entretanto, essas definições têm pontos em comum que permitem o entendimento dos profissionais de diversas áreas sobre o paradigma do Capital Social e sua aplicação alicerçada numa interpretação similar.

Essa definição equipara o Capital Social à solidariedade, pois esta se torna essencial para a realização de transações interpessoais e o poder social. Sobre essa relação, Sally (2000, p. 575, tradução nossa) refletiu que “se por Capital Social entendemos aqueles ativos arraigados e valorados na interação social, então a solidariedade é, também neste caso, o processo pessoal essencial”⁹.

Vale a pena reproduzir a descrição da importância da solidariedade feita por David Hume (1740) em seu *Tratado da Natureza Humana*:

As mentes de todos os homens são similares em seus sentimentos e funcionamento; nenhum deles pode reagir ante um afeto frente ao que os demais não sejam suscetíveis em alguma medida. Ao igual que as cordas de um instrumento que se tensam da mesma forma, o movimento de um se comunica aos demais; de uma pessoa a outra, provocando movimentos similares em todas as criaturas humanas. (HUME, 1740, p.576, tradução nossa).¹⁰

Nesta “ode à solidariedade” não se poderia deixar de registrar o escrito de Cooley (1902), citado por Sally (2000, p. 115, tradução nossa):

Aquele pelo qual não sinto antipatia se converte em meu irmão. Se considerarmos que devemos ajudar a outro, é porque esse outro vive e luta em nossa imaginação, e por ser ele parte de nós mesmos. [...] Se penso em alguém que padece uma injustiça, não é o ‘altruísmo’ o

⁹ Si por Capital Social entendemos aquellos activos arraigados y valorados en la interacción social, entonces la solidaridad es, también en este caso, el proceso personal esencial.

¹⁰ Las mentes de todos los hombres son similares en sus sentimientos y funcionamiento; ninguno de ellos puede reaccionar ante un afecto frente al que los demás no sean susceptibles en alguna medida. Al igual que las cuerdas de un instrumento que se tensan de la misma forma, el movimiento de uno se comunica a los demás; de una persona a otra, provocando movimientos similares en todas las criaturas humanas.

que me faz desejar corrigir essa injustiça, senão um simples impulso humano.¹¹

O primeiro economista que incorporou a solidariedade a uma função de utilidade específica foi Edgeworth (1881). Em sua proposta de maximização da utilidade dos agentes, esta seria encontrada somando a sua própria utilidade à de outra pessoa, considerando um coeficiente de solidariedade. Esta função de utilidade linear foi aplicada inclusive por Sally (2000) na análise do jogo do “Dilema do Prisioneiro”, levando em conta a solidariedade entre os jogadores. Muitos outros economistas aplicaram este modelo na Ciência Econômica, inclusive Becker (1974), Prêmio Nobel de Economia em 1992.

Adam Smith (1996, p. 06) admitiu que a solidariedade se constituísse em “nossa companhia no sentimento de qualquer paixão”, que aparece de “pôr-se no lugar de quem sofre”. David Hume, seu contemporâneo, opinou a respeito da solidariedade de maneira similar.

Sally (2000, p. 572) resumiu de maneira brilhante a ubiquidade da solidariedade e concluiu dizendo que “em suma, a solidariedade é tão inseparável da interação social e a percepção pessoal como a vista o é da percepção visual”.

A maior crítica sofrida pelo Capital Social é a de que não reúne as condições essenciais para que seja acreditado como uma forma de capital, porquanto não dispõe de uma definição única que seja aceita pelos membros da comunidade científica e profissional e porque não pode ser medido (ARROW, 2000; SÓLON, 1999). Tais críticas não se sustentam, pois se aplicam também em qualquer forma de capital. No caso do Capital Físico, sua definição e mensuração do seu potencial de serviço não apresentam menos dificuldades do que as do Capital Social, haja vista a dificuldade que o Capital Físico tem para efetivar a medição do potencial de serviços de automóveis, casas e fábricas.

A aceitação do Capital Social como uma forma de capital advém do conjunto de requisitos que os especialistas entendem deva reunir para obter o “status” desta variável econômica:

¹¹ Aquel por el que no siento antipatía se convierte en mi hermano. Si consideramos que debemos ayudar a otro, es porque ese otro vive y lucha en nuestra imaginación, y por ello es parte de nosotros mismos. [...] Si pienso en alguien que padece una injusticia, no es el “altruismo” lo que me hace desear corregir esa injusticia, sino un simple impulso humano.

- O Capital Social apresenta o potencial de oferecer serviços e ainda assim manter sua identidade;
- O Capital Social se diferencia dos serviços que presta;
- O Capital Social é duradouro;
- Há um consenso quanto aos serviços que pode prestar o Capital Social, no tocante à valoração que se dá às manifestações de aprovação e interesse que os amigos intercambiam e que estão dispostos a envidar seus melhores esforços para conservá-los;
- O Capital Social é flexível (amigos são importantes em diferentes situações);
- O Capital Social é parcialmente fungível; e
- O Capital Social poderá eventualmente substituir ou complementar outras formas de capital.

Quanto ao valor do Capital Social de cada pessoa, Robison, Siles e Meyers (2002, p. 50) refletem que “poderia deduzir-se em função da diferença que existe entre o preço que o vendedor cobraria a um amigo por um bem, e o preço que cobraria a um estranho por este mesmo bem”.

Uma pergunta que surge na abordagem do Capital Social diz respeito a sua origem. Admite-se que o Capital Social se origina nas características comuns rotuladas de pontos de coincidência (*Kernels of Commonality*). Tais características podem ser adquiridas ou herdadas, e acredita-se que são imprescindíveis para o desenvolvimento do Capital Social.

Como pontos de coincidência herdados pode-se selecionar o sexo, a idade, a genealogia, a nacionalidade, a língua materna e as características físicas entre tantas outras. Como pontos de coincidência adquiridos pode-se considerar a educação, os objetos adquiridos, o pertencimento a clubes, organizações cívicas e equipes desportivas, os passatempos, os lugares de visitas e as opiniões políticas e econômicas.

Evidentemente não se pode atribuir o mesmo grau de relevância para todos os pontos de coincidência. A importância de cada um vai depender de vários fatores. A quantidade de pessoas que compartilham um ponto de coincidência influi em sua

capacidade de gerar Capital Social. Quanto maior a quantidade de pessoas detentoras de determinado ponto de coincidência, este se torna menos importante, pois não identifica um grupo a ser distinguido.

Há casos em que as características comuns adquiridas são descobertas durante interações que permitam descobrir os pontos de coincidência. O Capital Social pode criar-se durante o processo de formação de características comuns adquiridas. Pode haver estudantes de muitas diversas origens que frequentam a universidade e que ao compartilhar experiências, criam pontos de coincidência adquiridos que se convertem na base do seu Capital Social. (ROBISON; SILES; SCHMID, 2003, p. 61).

Sendo assim, a importância de um ponto de coincidência é identificada quando as pessoas que o compartilham intercambiam **bens socioemocionais** e materiais relevantes.

2.6 O CAPITAL SOCIAL E OS TERMOS DE INTERCÂMBIO

Existem evidências cada vez mais convincentes de que o Capital Social altera os termos e níveis de intercâmbio. Os experimentos de Dawes, McTavish e Shaklee (1977), e de Frey, Bohnet e Huck (2001) mostraram em resultados percentuais que na comunicação entre as pessoas ou na própria Teoria dos Jogos, a cooperação seria capaz de mudar completamente a partir do aumento da atitude de consideração.

É interessante realçar as conclusões dos estudos elaborados por Frey, Bohnet e Huck (2001, p. 104, tradução nossa) a respeito do assunto:

Quando as pessoas se comunicam entre si, as situações de conflito se atenuam devido a que se manifesta uma maior 'consideração pelo outro'. As pessoas tendem a atuar em forma menos egoísta e levam mais em conta o interesse dos demais participantes. Em uma situação como a do jogo do Dilema do Prisioneiro, as pessoas estão dispostas a contribuir ao bem comum atuando em forma mais cooperativa e menos individualista¹²

¹² Cuando las personas se comunican entre sí, las situaciones de conflicto se atenúan debido a que se manifiesta una mayor «consideración por el otro». Las personas tienden a actuar en forma menos egoísta y toman más en cuenta el interés de los demás participantes. En una situación como la del juego del Dilema del prisionero, las personas están dispuestas a contribuir al bien común actuando en forma más cooperativa y menos individualista.

Em trabalhos de Robison e Schmid (1991), de Siles, Robison e Hanson (1994), Robison Meyers e Siles (2002) e Perry e Robison (2001) são narrados episódios em que os amigos e vizinhos obtêm sempre descontos bastante generosos nas compras que efetuam entre amigos, e pesadas sobretaxas são cobradas aos estranhos ou vizinhos desagradáveis que se dispõem a comprar os mesmos bens.

À luz destas constatações Robison, Siles e Schmid (2003) elencam, entre outras, as consequências positivas e negativas do Capital Social abaixo discriminadas:

- As pessoas ou grupos possuem Capital Social quando são objeto dos sentimentos de solidariedade de outras pessoas ou grupos;
- As pessoas ou grupos aportam Capital Social quando experimentam sentimentos de solidariedade a outras pessoas ou grupos;
- Aqueles que possuem Capital Social têm acesso aos recursos daqueles que proporcionam esse Capital em condições mais favoráveis que as que caberia esperar em relações mais distantes;
- O aumento do Capital Social fomenta a cooperação, altera os termos e níveis de intercâmbio, promove os intercâmbios, reduz o individualismo, internaliza os fatores externos e produz um aumento das inversões em bens públicos ou com um alto custo de exclusão realizadas por pessoas e grupos que possuem Capital Social;
- O Capital Social conduz à criação e o apoio de instituições formais e não formais, assim como a criação de redes entre essas instituições e o Capital Social;
- O Capital Social existente dentro de um grupo pode conduzir à discriminação e exclusão das pessoas ou grupos que não formem parte dele; e
- O Capital Social existente dentro de um grupo pode conduzir a determinadas pessoas ou grupos a atuar em detrimento das instituições e normas sociais que geravam gastos públicos em benefício dos poucos membros de suas redes ricas em Capital Social.

2.7 O CAPITAL SOCIAL E A CIÊNCIA ECONOMICA

A identificação dos múltiplos sentidos da noção de Capital Social cria a necessidade de uma discussão sobre as contribuições teóricas e questões concretas que fazem com que economistas de formação neoclássica se aproximem de tal conceito. Interessa apreciar os argumentos postos pela Nova Sociologia Econômica, possuidora de recursos que a tornam mais apropriada para o desenvolvimento de pesquisas sobre o Capital Social do que aquele já consagrado pelo *mainstream* da Ciência Econômica.

Nos últimos anos da década de 90, o conceito de Capital Social despertou uma atenção muito especial nos cientistas sociais. O entusiasmo despertado fez com que o conceito recebesse os epítetos: “Elo perdido das Ciências Sociais”, “O conceito fundamental”, “Condensador da fumaça que envolve o debate sobre instituições”, entre outros com igual carga de entusiasmo¹³. Embora os conceitos e definições de Capital Social sejam tratados de maneira mais específica em outras partes deste trabalho, em primeira aproximação apresenta-se a definição dada por Putnam (1996, p. 177) que facilitará a abordagem da relação entre Capital Social e Economia: “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Não resta dúvida que os elementos focalizados foram importantes para a vida econômica desde sempre; a novidade foi a motivação que envolveu cientistas de várias áreas distintas que recorreram à noção sob foco: o economista heterodoxo Samuel Bowles, o cientista político pertencente ao *establishment* Francis Fukuyama, sociólogos de linhas de pensamentos tão diferentes como James Coleman e Pierre Bourdieu; todos referenciaram positivamente o Capital Social.

¹³ Em seu livro *Philosophy in a New Key*, Susanne Langer observa que certas idéias surgem com tremendo ímpeto no panorama intelectual. Elas solucionam imediatamente tantos problemas fundamentais que parecem prometer também resolver *todos* os problemas fundamentais, esclarecer todos os pontos obscuros. Todos se agarram a elas como um “abre-te sésamo” de alguma nova ciência positiva, o ponto central em termos conceituais em torno do qual pode ser construído um sistema de análise abrangente. Entretanto, ao nos familiarizarmos com a nova idéia, após ela se tornar parte do nosso suprimento geral de conceitos teóricos, nossas expectativas são levadas a um maior equilíbrio quanto às suas reais utilizações, e termina a sua popularidade excessiva. A segunda lei da termodinâmica ou princípio da seleção natural, a noção da motivação inconsciente ou a organização dos meios de produção não explicam tudo, nem mesmo tudo o que é humano, mas ainda assim explicam alguma coisa. Nossa atenção procura isolar justamente esse algo, para nos desvencilhar de uma quantidade de pseudociência à qual ele também deu origem, no primeiro fluxo da sua celebridade. (GEERTZ, 1989, p.13-14)

Nessa questão da incorporação do Capital Social à economia, cabe analisar a classificação de Eduardo Fonseca (1994) quanto a sua suposição do surgimento do Capital Social graças a fatores internos e externos à economia. Os fatores internos são um esforço feito pela Ciência Econômica para incluir novos temas que venham a preparar o terreno intelectual para os passos seguintes. Quanto aos fatores externos, busca-se vincular a Ciência Econômica com as situações-problema do mundo real e o instrumental utilizado pelos economistas neoclássicos na interpretação do Capital Social e suas principais limitações, possibilitando o levantamento de perspectivas teóricas a respeito do tema (MONASTÉRIO, 2000a).

Da mesma maneira que as outras ciências não conseguem delinear uma definição consensual e inequívoca do Capital Social, a Ciência Econômica tem consciência de que esta tarefa também estaria fadada ao fracasso. A busca pela unificação do conceito levou apenas a óbvios resultados de que o Capital Social possui múltiplos sentidos, ou então, viu-se desvanecer o seu conteúdo a partir da ampliação dos referidos sentidos. Mesmo assim, parece interessante a apresentação das três definições básicas adotadas pela Ciência Econômica, cuja adoção deve-se a Seralgedin e Grootaert (2000), a seguir comentadas.

a) Putnam e as associações horizontais

Apesar da amplitude – que pôde ser verificada na definição conhecida anteriormente –, operacionalmente este autor utiliza uma versão simplificada que inclui apenas as associações e normas de cooperação entre os agentes. Justifica tal opção através dos hábitos cívicos e o espírito de cooperação que contribuem para o desenvolvimento do Capital Social. A instituição pensada por Putnam tem caráter horizontal, não-hierárquica e sem fortes barreiras à entrada. O desempenho econômico seria então favorecido pelas associações em que os agentes possuem o mesmo status e o mesmo poder (PUTNAM, 1996).

Contribuem de maneira importante para a formação do caráter produtivo do Capital Social a diminuição dos custos de transação derivados da disseminação da **confiança** e da coerção do comportamento oportunista. Para Putnam e Helliwell (1995), baseados em evidências empíricas italianas, deve-se priorizar a sociedade civil como garantia da qualidade de políticas públicas. Ainda baseados nestas

observações, os autores concluíram que quanto maior a densidade de associações horizontais melhor será a qualidade dos governos locais e mais elevadas serão as taxas de crescimento econômico.

b) Granovetter, Coleman e as Redes Sociais

À luz dos escritos de Monastério (2000a), a Nova Sociologia Econômica teve um papel relevante na disseminação do conceito de Capital Social para outras áreas de pesquisa. Mark Granovetter, em 1985, publicou uma espécie de “manifesto” deste movimento, o *“Economic Action And the Social Structure: the problem of embeddedness”*, no qual critica os dois comportamentos econômicos adotados mais amiúde: a sub-socialização, neoclássica, que adota como padrão o indivíduo atomizado, ignorando todas as relações sociais; e a sobre-socialização, a mais adotada no pensamento sociológico, em que os agentes se comportam exatamente como o esperado para sua classe social.

Essa dicotomia pode, segundo Granovetter, ser superada por um enfoque dito *“embedded”* que supõe as ações econômicas dos agentes como participantes de uma rede de relações sociais. Dessa maneira, a escolha dos indivíduos não se dá no vácuo, mas sim como parte de uma malha de conexões associadas a outros agentes.

Os relacionamentos cooperativos podem ser semeados a partir dos nexos específicos entre os agentes das redes, e então as boas ou más reputações podem vir a fluir. As redes sociais são ressaltadas por Granovetter, do ponto de vista do *embeddedness approach*, por darem conta da questão da confiança e até mesmo da organização da atividade econômica.

Granovetter (1985), mesmo sem utilizar a expressão Capital Social, percebeu a potencialidade que as redes sociais possuem para resolver **o dilema do prisioneiro**¹⁴ e promover a confiança, conforme a apreciação de Singer (1999) a seguir explicitada:

¹⁴ “Singer (1999, p. 44) resgata o famoso Dilema do Prisioneiro, um exemplo clássico da Teoria dos Jogos, que procura mostrar, num jogo com apenas dois atores, a decisão que cada um dos atores tenderá a tomar. Dois prisioneiros foram acusados de colaborar em um crime. A cada um deles foi pedido que confessasse o crime. Se ambos os prisioneiros confessarem, cada um receberá uma pena de 5 anos de prisão. Se nenhum deles confessar, será difícil obter provas do crime, portanto os prisioneiros teriam sua pena reduzida para apenas 2 anos cada um. Por outro lado, se apenas um dos prisioneiros confessar, o que confessou receberá uma pena de apenas 1 ano, enquanto o outro

[...] A única solução permanente é mudar o pay-offs, para que fraudes não prosperem. [...] Precisamos pensar sobre como criar as condições em que a cooperação prospera. O primeiro problema a resolver é o de escala. Olho por olho não pode funcionar em uma sociedade de estranhos que nunca vão se encontrar outra vez. Não é de admirar que as pessoas que vivem nas grandes cidades nem sempre mostrem a consideração ao outro que é a norma em uma vila rural, em que as pessoas se conhecem todas as suas vidas. Que estruturas podem superar o anonimato das grandes sociedades altamente móveis, que vieram a existir neste século e mostrar todos os sinais de aumento em tamanho, com a globalização da economia mundial? (SINGER, 1999, p. 52, tradução nossa)¹⁵.

James Coleman, um dos principais responsáveis pela introdução do Capital Social nas agendas de pesquisa, seguiu de perto as ideias de Granovetter. Tanto é que adotou a escolha racional como uma boa opção de trabalho; entretanto, chama a atenção para que não se deixe de levar em consideração a estrutura social. Coleman é considerado, junto com Putnam e Bourdieu, um dos fundadores do Capital Social, sendo a sua compreensão do tema um marco, que balizou todo o desenvolvimento do conceito e dos elementos do Capital Social.

A definição de Coleman é mais ampla que a de Putnam e nela estão incluídas as maneiras como as relações sociais podem contribuir para a produção: reciprocidade, confiança, laços horizontais e até mesmo organizações verticais que muitas vezes podem vir a resolver problemas de ação coletiva.

c) Capital Social como ambiente institucional

passará 10 anos na prisão. Os prisioneiros enfrentam um dilema. Se eles pudessem ambos entrar em um acordo de não confessar, então cada um deles iria para prisão por apenas dois anos. Mas eles não podem conversar entre si, e mesmo que eles pudessem, eles poderiam confiar um no outro? Se um deles não confessar, ele arriscará ser trapaceado por seu antigo comparsa. Afinal, não importa o que o Prisioneiro A faça, o Prisioneiro B leva vantagem confessando, e vice-versa. Portanto, ambos os prisioneiros provavelmente acabam confessando e vão para a prisão por 5 anos cada". (PINDYCK e RUBINFELD, 1997, p.455-456)

¹⁵ [...] the only permanent solution is to change the pay-offs so that cheats do not prosper. [...] We need to think about how to set up the conditions in which cooperation thrives. The first problem to deal with is that of scale. Tit for Tat cannot work in a society of strangers who will never encounter each other again. No wonder that people living in big cities do not always show the consideration to each other that is the norm in a rural village in which people have known each other all their lives. What structures can overcome the anonymity of the huge, highly mobile societies that have come into existence in this century and show every sign of increasing in size with the globalization of the world economy?

Nesse tópico, considera-se o ambiente político e social que contribua para a eficiência produtiva como componente do Capital Social, incluindo a qualidade do governo, do sistema jurídico e a garantia de liberdades políticas e civis dos indivíduos e do estado de direito. Observando-se mais detidamente este aspecto, o Capital Social passa a ser um sinônimo de “boas instituições”.

Aqueles estudiosos que lançam mão desta acepção objetivam conhecer o desempenho comparado dos países e não temas regionais como os que Putnam se ocupou. Um trabalho característico deste tipo de enfoque foi elaborado por Clague (1997) da Universidade de Maryland. Trata-se de um trabalho econométrico *cross-sections*, incluindo indicadores de qualidade da burocracia, confiança nas instituições e risco político como variáveis independentes quando da determinação das taxas de crescimento dos países.

2.7.1 Desenvolvimento e crescimento econômico

É oportuno estabelecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, que muitas vezes o senso comum considera como sinônimos. Existe uma diferença fundamental entre os dois termos e a velha implicação crescimento – desenvolvimento não corresponde à realidade.

O exemplo do Brasil é bastante ilustrativo para caracterizar esta distinção básica. No período de 1850 a 1980 o país foi o de maior crescimento econômico em âmbito mundial, e no início dos anos 80 do século passado ostentava o 8º lugar entre as economias do planeta, estabelecendo-se hoje entre o 5º e o 6º lugares, posição alcançada tendo em vista o valor do PIB (Produto Interno Bruto), que não pode ser considerado isoladamente como um indicador de prosperidade econômica.

Em contrapartida, o Brasil apresentava (e continua apresentando) um espantoso distanciamento entre o valor do PIB e os índices de desenvolvimento social. Considerando o tamanho da economia brasileira, nenhum outro país do mundo tem evidenciado defasagem tão significativa entre crescimento e desenvolvimento. Por ser o conceito de desenvolvimento aplicado a sociedades humanas, deve ser ele considerado como desenvolvimento social, não podendo haver qualquer veleidade quanto ao nível de progresso alcançado por um país sem que se verifique de fato o seu grau de desenvolvimento social. Tal disparidade entre

os macronúmeros da economia e as condições de vida e de convivência social torna obrigatória uma análise menos superficial da diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico-social (MONASTÉRIO, 2000b).

Quem mais avançou nesse campo, ainda nos anos 60/70 do século XX, com a sua ‘Teoria da Dependência’ e a abordagem do subdesenvolvimento como uma categoria autônoma do desenvolvimento econômico dos países cêntricos, foi indubitavelmente Celso Furtado, que em sua obra de síntese *O mito do Desenvolvimento Econômico* (1974, p. 75), assim se expressou a respeito: “a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema”.

De acordo com o seu ponto de vista, haveria um “crescente peso da minoria privilegiada dos países periféricos no conjunto da população que desfruta de alto nível de vida no sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p. 73), mas a tendência predominante seria a manutenção e aprofundamento do fosso entre esse grupo de privilegiados e a grande maioria da população de seus respectivos países, excluindo-se “nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; [...] nos países periféricos [...] a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte” (FURTADO, 1974, p. 74).

Nessa mesma linha de abordagem, Furtado afirma categoricamente que

[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (1974, p. 75 – 76)

Citando o Brasil, observa ele que este “constitui exemplo ... de quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento” (FURTADO, 1974, p. 95). Entre elas “uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica e massas crescentes de pessoas sub-empregadas nas zonas urbanas” (Ibid, p. 95).

Diante disso, assevera:

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular. (FURTADO, 1974, p. 109).

Com cerca de 40 anos de antecedência, Furtado anteviu

[...] a possibilidade de que ocorram, em determinados países e mesmo de forma generalizada, mutações nos sistemas de poder político, sob a pressão das massas excluídas, com modificações de fundo na orientação geral do processo de desenvolvimento. (1974, p. 74)

Para que se constate a veracidade destas palavras “proféticas”, basta que se atente para a derrocada da União Soviética e do comunismo no Leste europeu; a ascensão da China no contexto geopolítico mundial, com o seu crescimento anual de dois dígitos há mais de 20 anos e a posição que hoje ostenta na economia global; o novo papel dos acordos comerciais, com a formação de blocos econômicos regionais e alianças de interesses extra-regionais; as mudanças significativas ocorridas no Oriente Médio; e a sucessão de crises econômico-sociais originadas no centro do sistema – EUA e União Européia, entre outros fatos ocorridos no período, com repercussões ainda não de todo previsíveis em relação à hegemonia do poder em âmbito mundial.

Um desses fatos marcantes foi a constituição formal em 2009 de um acordo de interesses extra-regionais, com alcance global, denominado BRICS, um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China) e à África do Sul, que juntos formam um grupo político de cooperação. (HALPIN, Tony, 2009)

Em 14 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla original para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: South Africa) ao grupo. Apesar de ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, os países do BRICS têm procurado formar um "clube político" ou uma "aliança", e assim converter seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais. A sigla “BRIC” foi cunhada por Jim O’Neill em um estudo de 2001, intitulado *“Building Better Global Economic BRICs”*. Desde

então, passou a ser amplamente usada como um símbolo da mudança no poder econômico global, distanciando-se das economias desenvolvidas do G7 e aproximando-se dos países em desenvolvimento. (GRACEFFO, Antonio 2011).

Dentre os acordos políticos e econômicos que envolvem alguns ou todos os BRICs, cita-se a Organização para Cooperação de Xangai (entre os Estados-Membros, Rússia e China, e como observador a Índia) e o Fórum Trilateral IBAS, que reúne Brasil, Índia e África do Sul em diálogos anuais. O G20, uma coalizão de países em desenvolvimento, inclui todos os BRICs.

A África do Sul foi admitida oficialmente como uma nação do BRIC em 24 de dezembro de 2010, após ser convidada pela China. O presidente Jacob Zuma já participou da cúpula do BRICS em Pequim, em abril de 2011, como membro pleno. O país está em uma posição única para influenciar o crescimento econômico e o investimento no continente africano, cujo PIB global é semelhante ao do Brasil e da Rússia e ligeiramente superior ao da Índia. A China, maior parceira comercial da África do Sul e da Índia, quer ampliar os laços comerciais com os países do continente, que tem na África do Sul a sua maior economia, mas ocupa apenas o 31º lugar entre os principais PIB's do mundo.

A decisão de convidar a África do Sul poderia fazer pouco sentido comercial, mas foi politicamente astuta, dadas as tentativas da China em estabelecer uma presença na África. Além disso, a inclusão da África do Sul no BRICS pode traduzir-se em um maior apoio sul-africano para a China em fóruns globais.

A robustez geopolítica é aumentada com as credenciais africanas, pois possibilitam ao BRICS influenciar e comercializar em quatro continentes diferentes. A adesão da África do Sul constitui-se em uma significativa vantagem política que reforça ainda mais o poder do BRICS em múltiplos espaços da economia mundial.

Os países BRIC reuniram-se para a sua primeira cúpula oficial em 16 de junho de 2009, em Ecatimburgo, Rússia, com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, Dmitry Medvedev, Manmohan Singh e Hu Jintao, respectivamente líderes de Brasil, Rússia, Índia e China. Durante a cúpula foram discutidos vários temas relacionados à crise econômica de 2008, tais como comércio internacional, o papel do dólar como moeda de reserva e sua possível substituição, a participação nos organismos internacionais, entre outros. (BBC NEWS, 2009). Uma semana antes da cúpula, o Brasil ofereceu \$10 bilhões ao Fundo Monetário Internacional. Foi a primeira vez que o país fez um empréstimo desse tipo. O Brasil já recebeu

anteriormente empréstimos do FMI e este anúncio foi tratado como uma demonstração da mudança de sua posição econômica. A China e a Rússia também fizeram anúncios de empréstimos ao FMI, de \$ 50 bilhões e US \$ 10 bilhões respectivamente. (KOWITT, Beth, 2009)

Na Segunda cúpula do BRIC, nos dias 15 e 16 de abril de 2010, em Brasília, que incluiu uma reunião preparatória no dia 14, realizada no Rio de Janeiro, foram discutidos - pela primeira vez - oportunidades de negócios e investimentos para setores de energia, tecnologia da informação, infraestrutura e agronegócio. A África do Sul também foi uma das participantes. A Rússia anunciou demandas para investimentos em rodovias e aeroportos; e o Brasil, em ferrovias, aeroportos, hidrovias e estrutura urbana. A China sugeriu a troca de informações para a segurança alimentar, ou seja, para evitar grandes altas nos preços dos alimentos. (BRICS, 2011)

Tabela 1 – BRICS (Indicadores básicos)

INDICADORES 2011		BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	ÁFRICA SUL
1	Presidente	Dilma Rousseff	Vladimir Putin	Pranab Mukherjee	Xi Jinping	Jacob Zuma
2	Primeiro-Ministro	-	Dmitry Medvedev	Manmohan Singh	Li Keqiang	-
3	Inflação [%]	6,6	8,9	10,6	5,5	5,9
4	PIB [trilhões US\$]	2,52	1,88	1,84	6,99	0,42
5	Crescimento do PIB [%]	2,7	4,3	7,8	9,2	3,4
6	PIB per capita [milhares US\$]	11,6	16,7	3,7	8,4	11,0
7	Reservas [bilhões US\$]	357,9	513,0	345,8	3.200,0	50,3
8	Força de Trabalho [milhões pessoas]	104,3	75,4	487,6	816,2	17,7
9	Taxa de Desemprego [%]	6,0	6,8	9,8	6,3	23,9
10	Investimento Próprio [% PIB]	19,0	21,1	30,7	54,2	18,4
11	Investimento Estrangeiro [bilhões US\$]	426,0	343,4	225,0	776,0	124,6
12	Dívida Pública [% PIB]	54,4	8,7	51,6	43,5	35,6
13	IDH 2012	0,730	0,788	0,554	0,699	0,629
14	Previsão Crescimento do PIB 2013 [%]	3,5	3,7	5,9	8,2	2,8

Fontes: O Povo - O Globo – FMI -2012

2.7.2 A equação do desenvolvimento

A esta altura do trabalho, evidencia-se a necessidade de estabelecer o que é o desenvolvimento e quais os fatores que compõem a equação do desenvolvimento. Os fatores ou variáveis que dão consistência ao significado podem ser de ordem propriamente econômica, o capital financeiro e o capital físico (capital produtivo ou empresarial), e extraeconômicas, que em termos de funcionamento equivalem a outros tipos de capital: o Capital Natural (o meio ambiente natural), considerado pelos estudiosos de desenvolvimento como o primeiro dos “capitais” extraeconômicos a compor a equação do desenvolvimento. Ressalte-se que este capital envolve o ar atmosférico, a água, os recursos minerais, a fauna e a flora, os ecossistemas e os biomas.

A aceitação do Capital Natural deu espaço para o surgimento de outros tipos de capital. Passou-se a trabalhar com a ideia de Capital Humano, que reproduz a vida humana e realiza as potencialidades das pessoas. O Capital Humano seria composto de condições de saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, ganhando também uma conotação poético-empREENDEDORISTA na manifestação dos indivíduos, na capacidade de sonhar e “correr atrás” dos próprios sonhos.

O último dos fatores que compõem a equação complexa do desenvolvimento assumiu a importância de que se reveste hoje somente a partir de quinze anos atrás. Trata-se do Capital Social, um conceito inacabado e que continua provocando debates no mundo acadêmico e nos foros internacionais, persistindo ainda a dificuldade de compreensão exata da idéia e dos mecanismos operacionais do Capital Social. Talvez esta confusão possa ser iluminada, admitindo-se que o social diz respeito ao que acontece **entre** as pessoas, e não propriamente **nas** pessoas, de acordo mesmo com o conceito de Capital Social que hoje se emprega, e que somente foi cunhado no início dos anos 60 do século XX por Jane Jacobs (1961).

Uma vez conhecidos os diversos “capitais” que compõem a equação do desenvolvimento – capital financeiro, capital físico, Capital Natural, Capital Humano e Capital Social – cumpre chamar a atenção para a importância da interação entre esses fatores. As diversas variáveis desta equação devem influenciar-se mutuamente, preservando um alto grau de sinergia entre os valores que assumem. Faz-se necessário uma espécie de equilíbrio entre essas variáveis, pois o crescimento ilimitado de uma única delas poderia paradoxalmente trazer dificuldades

ao invés de benefícios. Os valores dessas cinco variáveis devem mover-se em torno de valores ótimos, sendo tautológico que para haver desenvolvimento estes valores ótimos dependem dos valores das outras variáveis.

Alguns exemplos trazidos por Franco (2005b) clarificam a argumentação anterior e relevam a importância do Capital Social como componente, senão determinante, pelo menos com alto grau de influência no processo de desenvolvimento. A Argentina possui mais Capital Humano, maior qualidade de Capital Natural, renda *per capita* superior e, no entanto, não pode ser considerada como mais desenvolvida que o Brasil. Isso se deve, objetivamente, à diferença de Capital Social entre os dois países. O Brasil ostenta um grau de confiança social bem maior do que o país vizinho, onde predomina um elevado grau de desconfiança social. Cingapura apresenta desenvolvimento econômico muito maior que o do Brasil e, no entanto, seu nível de Capital Natural está em patamar muito inferior ao Brasil. Tendo Cingapura um território reduzido, a sociedade deve ser bastante conectada, o que lhe garante uma superioridade significativa em termos de Capital Social.

É ilustrativo observar que baixos valores de determinada variável da equação de desenvolvimento podem ser compensados por maiores valores de outras variáveis. Entretanto, no caso particular do Capital Social, no nível de patamares muito baixos não poderá haver compensação. Isso se deve a diferenciação que existe na essência do Capital Social, pois o mesmo assume a condição de “**fator ambiental em termos sociais**”.

Vale ressaltar que as realidades sociais são indiscutivelmente sistemas complexos compostos de variáveis econômicas e extra-econômicas, e que ainda se desconhece a maneira como se combinam. Sabe-se que as posturas mecanicistas e lineares usadas pela economia e pelas Ciências Sociais não dão conta da explicação de tais combinações. Talvez, como argumenta Franco (2005b), a elucidação dessas inter-relações fosse desvendada a partir de um sistema de equações diferenciais que, no atual estágio de conhecimento, não apresentaria uma solução aceitável. Sendo assim, não se consegue estabelecer o valor ideal das variáveis que possam vir a produzir “círculos virtuosos” que capacitam o sistema a adquirir autonomia e gerar sustentabilidade, ou seja, a alteração de um dos elementos da equação gerando uma mudança previsível em outro(s) fator(es) da referida equação.

É preciso lembrar que em sistemas complexos **mais não significa melhor**, como muitos economistas acreditam. Imagine-se como seria danoso para a estabilidade do sistema se a renda crescesse ilimitadamente, gerando uma sequência produção – consumo – produção inalcançável, ou então, se houvesse uma elevação no patamar de conhecimento de tal maneira que todas as pessoas da comunidade com mais de 28 anos fossem portadoras de títulos de pós-doutoramento. Esse tipo de raciocínio pode ser estendido para todas as variáveis que influenciam o desenvolvimento e por razões óbvias os resultados desembocariam na instabilidade e na insustentabilidade (MONASTÉRIO, 2000b).

2.7.3 A influência do Capital Social no crescimento humano

Entre os adeptos da “Nova Economia” assume centralidade a questão das instituições, corroborada pela frase bastante enfática de Monastério (2000b, p. 867): “Somos todos institucionalistas”. Ou a sua veemente objeção ao argumento de que “as instituições não importam”. Este novo tipo de convencimento advém do consenso de que não apenas aspectos econômicos, materiais, tangíveis, são relevantes para a vida econômica; nas próprias teorias de crescimento econômico são incluídos traços institucionais que se revelam significativos para o equilíbrio de longo prazo (VERSPAGEN, 1993).

Observações casuísticas e empíricas têm mostrado que o direito à propriedade tem sido mais cogitado do que o grau de abertura dos regimes políticos dos países. A partir da disseminação do conceito de Capital Social e a crença de que este instrumento aumenta a eficiência da sociedade, os estudiosos do desenvolvimento apressaram-se em incluir o novo (velho) conceito como importante fator nos seus modelos de desenvolvimento.

Faz-se necessário, portanto, examinar de que maneira o Capital Social, ou seja, os seus mecanismos já identificados influenciam o desenvolvimento econômico. Embora esta influência algumas vezes não possa ser comprovada com a robustez desejada, admite-se que o Capital Social pode ser considerado como um fator de produção, como fomentador da produtividade total dos fatores, acumulação de capital físico e humano, inovação tecnológica e qualidade das políticas governamentais. Ainda é digno de nota um aspecto que fragiliza o possível poder do

Capital Social em influenciar o desenvolvimento, o fato de que a contabilidade do crescimento não identifica o seu papel (MONASTÉRIO, 2000b).

2.7.4 O Capital Social como fator de produção

Renomados autores, em especial Coleman (1990), advogam que uma das primeiras constatações sobre o Capital Social é admiti-lo juntamente com outros fatores, fazendo parte da função de produção. Neste status de capital, à semelhança dos outros tipos de capital, passa a ser considerado como produtivo e em consequência, gera um fluxo de rendimentos para indivíduos e grupos que detêm o seu poder.

Nas palavras de Coleman (1990, p. 302, tradução nossa): “como outras formas de capital, o Capital Social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que não seriam viáveis na sua ausência”¹⁶.

Claro que o Capital Social não é totalmente maleável e muitas vezes só poderá ser usado para um problema único. Entretanto se considerarmos um ambiente repleto de confiança obteremos um recurso aplicável na solução de diversos problemas.

O termo “Capital” sempre foi questionado na perspectiva dos cânones econômicos. Este questionamento tem em Arrow (2000) um dos seus mais ferrenhos formuladores, tendo em vista principalmente que o Capital Social, diferentemente dos outros fatores que ostentam o mesmo termo, não necessita de sacrifício presente para obtenção de benefícios futuros. Esta posição, embora respeitável, tendo em vista o conceito internacional do defensor, não se constitui num consenso na bibliografia sobre o tema. Glaeser et al (1999) e Stiglitz (2000), por exemplo, ostentando a mesma credibilidade de Arrow (2000), afirmam que existe realmente um investimento em Capital Social, pois há trabalho e tempo gastos na organização das redes sociais. Entre estas posições dispares, existe um consenso quanto à depreciação do Capital Social, que se traduz no fato de que quanto mais o Capital Social é utilizado mais valorizado se torna (OSTROM, 1997; 2000).

¹⁶ Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would no be attainable in its absence.

Uma taxa de retorno para o Capital Social pode ser admitida em termos retóricos, mas não se justifica a busca de uma precisão como a que é exigida para o Capital Físico, porquanto a contabilização do Capital Social esbarra em obstáculos insuperáveis, uma vez que ainda se desconhece que espécie de dado deveria ser buscado para a efetivação desta contabilidade. Face a estas dificuldades, o Capital Social se aproxima – por ser também intangível – do Capital Humano, mas a dificuldade de mensuração se mantém, pois trata-se de medir o que acontece nas relações entre as pessoas. Apenas através de *proxys* é que se pode detectar a presença do Capital Social.

Apesar de todas estas dificuldades, o Capital Social é entendido e assumido por Paldam e Svendsen (1999) como um dos elementos da função de produção que se apresenta da maneira abaixo, com os fatores de produção capital físico (K), trabalho (L), Capital Humano (H) e Capital Social (Q):

$$Y = F (K, L, H, Q)$$

Onde $Y/Q > 0$ e $Y^2/Q^2 < 0$

O Capital Social está associado à elevação da produtividade total dos fatores de produção. Nesta acepção, guarda uma semelhança com a tecnologia, mais do que com os outros tipos de capital. Reproduz-se aqui a afirmação de Solow (2000), que embora critique a expressão “Capital Social” traz uma mensagem bastante significativa:

Tais coisas como a confiança, a vontade e a capacidade de cooperar, o hábito de contribuir para um esforço comum, mesmo que ninguém esteja prestando atenção, todos esses padrões de comportamento, e outros têm um retorno em termos de produtividade global. (SOLOW, 2000, p. 970, tradução nossa)¹⁷.

Formalmente, ter-se-ia a equação proposta por Paldam e Svendsen (1999):

¹⁷ Such things as trust, the willingness and capacity to cooperate, the habit of contributing to a common effort even if no one is watching- all these patterns of behavior, and others have a payoff in terms of aggregate productivity.

$$Y = Q.F (K, L, H)$$

Onde $Q > 0$

Verifica-se à luz da expressão que, à semelhança do progresso técnico, um aumento no Capital Social teria como consequência uma elevação em toda a função de produção. Ou seja, poder-se-ia, com as mesmas quantidades de fatores, aumentar a produção de bens e serviços. Este impacto seria creditado ao Capital Social, que em forma de confiança, aumenta o rendimento das variáveis da função, mesmo que os seus valores permaneçam os mesmos. Sabe-se que a confiança diminui os custos de transação.

A confiança é um lubrificante importante do sistema social. É extremamente eficiente; poupa muitos problemas ter um bom grau de confiança na palavra de outras pessoas. [...] Os valores de confiança e similares, lealdade e confiabilidade, são exemplos de que o economista chamaria de "externalidades". [...] Eles aumentam a eficiência do sistema, permitem-lhe produzir mais bens ou mais de qualquer valor que você tem em alta estima. Mas eles não são mercadorias para que o comércio no mercado aberto seja tecnicamente possível ou mesmo significativo. (ARROW, 1974, p. 17, tradução nossa)¹⁸.

Há de se evitar a ocorrência de assimetrias e imperfeições informacionais, tendo em vista o aparecimento de comportamentos oportunistas, de desvios morais e seleção adversa que só poderão ser restringidos com elevação dos custos de transação, capazes de, inclusive, impedir a formação de mercados. É bom lembrar que Paldam e Svendsen (1999) alertam para a relação linear entre o produto e o Capital Social, que neste caso assume a posição de exógeno.

Conforme Stiglitz (2000), a relação entre Capital Social e desenvolvimento econômico no longo prazo seria mais complexa do que a apresentada até aqui. Por ocasião da formação dos mercados, o Capital Social age com as funções alocativas e distributivas, sendo neste instante bem mais difícil o aparecimento de comportamentos indesejáveis. Em economias consideradas mais avançadas, esse

¹⁸ Trust is an important lubricant of social system. It is extremely efficient; it saves a lot of trouble to have a fair degree of reliance on other people's word. ... Trust and similar values, loyalty and truth-telling, are examples of what the economist would call "externalities". ... They increase the efficiency of the system; enable you to produce more goods or more of whatever values you hold in high esteem. But they are not commodities for which trade on open market is technically possible or even meaningful

tipo de Capital Social poderá ser substituído por um sistema judiciário eficaz. Ainda segundo o mesmo autor, em economias capitalistas avançadas, o Capital Social pode tomar a forma de conhecimento tácito (*tacit knowledge*), que comprovadamente aumenta a eficiência tanto de mercados quanto de organizações.

2.7.4.1 *Capital Social e Capital Humano*

Coleman (1988a), em um dos trabalhos pioneiros do programa de pesquisa de Capital Social, identificou a relevância de tal variável para a obtenção de capacidades e qualificações que elevam a produtividade do trabalho humano. A partir de dados estatísticos norte-americanos, ele concluiu: quanto mais integrada uma sociedade e mais densos os laços entre pais e filhos, maiores serão os indicadores do Capital Humano.

Essa conclusão de Coleman (1988a), baseada em dados estatísticos norte-americanos, vem corroborar com os resultados da pesquisa sobre Capital Social do mesmo autor, os quais identificam o Capital Social como relevante para a obtenção de capacidades e qualificações que aumentam a produtividade do trabalho. *Proxys* do Capital Social em municípios de Minas Gerais, que compõem um trabalho de Leipzinger et al. (1996), mostram a relação direta entre estes *proxys* e a performance dos alunos dos municípios mineiros em testes padronizados em 1994.

Outras conexões entre Capital Social e Humano podem ser detectadas:

- Galor e Zeira (1993) afirmam que numa sociedade onde existe plena confiança, os pobres participam também dos níveis não básicos da educação. Neste sentido, os custos de oportunidade do estudo são mais altos e os retornos esperados da escolaridade também seriam mais elevados. Ainda é digno de nota que o Capital Social, na medida em que melhora a qualidade do governo, indiretamente aperfeiçoa a qualidade das escolas públicas.
- Em alguns estudos, o Capital Social é tratado como um atributo individual, o que lhe faculta compor o Capital Humano de cada agente. Para Becker (1996) e Glaeser et al. (1999), que adotam essa orientação,

“o agente investe no relacionamento com outros agentes, visando os ganhos privados futuros” (MONASTÉRIO, 2000b).

- Dasgupta (2000) age como conciliador nas visões de caráter público e privado do Capital Social. Para este autor, as redes sociais originam externalidades positivas, mas ao mesmo tempo admite que o Capital Humano é beneficiado com a incorporação do valor econômico privado de cada agente.

A conclusão de Monastério resume de maneira bastante elucidativa a relação sob escopo:

O Capital Social contribui para a acumulação do Capital Humano por tornar mais eficiente o processo educacional, por elevar os retornos privados da escolaridade e, diretamente por valorizar o Capital Humano dos agentes participantes de uma rede de conexões. (MONASTÉRIO, 2000b, p. 872).

2.7.4.2 *Capital Social e Investimento em Capital Físico*

Knack e Keefer (1997), em testes empíricos *cross-sections*, sugerem que países com acúmulo de Capital Social mais elevado apresentam maior taxa de acumulação de capital físico, indicador representado pela relação entre investimento/PIB. Uma recorrência interessante foi verificada entre o grau de confiança e o investimento. Um aumento de sete pontos percentuais na confiança obtido em pesquisa de opinião em trinta países teria como resultado um investimento de um ponto percentual na taxa de acumulação.

Vale ressaltar, como foi mostrado por Zak e Knack (1998), que existe uma relação direta entre confiança e taxa de acumulação. Investigações ulteriores mostraram que sociedades desiguais e com escassas instituições formais ou informais para fazer frente ao oportunismo apresentam elevados patamares de diligência ótima e insignificantes taxas de acumulação de capital físico.

Segundo Knack e Keefer (1997) constituem-se numa conexão importante entre o Capital Social e o investimento, dependendo do grau de confiança praticado. No caso específico de confiança generalizada, o ambiente se torna mais previsível e

a gestão macroeconômica mais crível e, portanto, mais eficientes, facilitando inclusive o alargamento do horizonte temporal.

2.7.4.3 *Capital Social e Inovação Tecnológica*

Diversos autores, entre eles Clague (1993) e Knack & Keefer (1997), ressaltam que a conexão entre a tecnologia e a confiança é intuitiva; Fukuyama (1999) aborda a confiança como um dos fatores mais importantes. Afirma ele que na ausência da confiança os empresários teriam que realocar parte dos seus recursos para monitorar as transações, tendo em vista as possibilidades da ocorrência do comportamento oportunista de empregados e fornecedores, deixando, portanto, de utilizar tais recursos em pesquisa.

Essa relação entre Capital Social e Inovação Tecnológica tem sido motivo de elaboração mais refinada no âmbito da economia regional. Neste nível de conhecimento são pequenas as chances de construção de cooperação entre as empresas, considerando que a pouca confiança fará acreditar que as outras empresas agirão de maneira oportunista.

Ressalte-se que nos Sistemas Regionais de Inovação (SRI), a pesquisa e o desenvolvimento assumem centralidade e reforçam o papel da confiança e das redes sociais para o seu funcionamento. Os problemas de pesquisa e desenvolvimento ou mesmo os problemas de ação coletiva que visem o financiamento das inovações tem na cooperação entre as empresas a solução para a coordenação, o que faz dos SRI “o mundo das maravilhas”. *“A competição entre as firmas traria os benefícios conhecidos, enquanto a cooperação ampliaria as capacidades inovadoras da região”* (MONASTÉRIO, 2000b, p. 873).

O notável desempenho econômico do Vale do Silício, considerado uma experiência exitosa de SRI com base no Capital Social, está alicerçado numa densa rede que inclui empresas, universidades, institutos de pesquisa e o setor público. Um fato que não se pode ignorar é que a dimensão espacial é primordial para a formação destas redes.

2.7.5 O Capital Social e o Estado

A relação do Capital Social com o Estado implica no reconhecimento da qualidade das políticas públicas e instituições governamentais para o processo de crescimento econômico, que, no atual nível de evolução encontra-se bem fundamentado tanto teórica quanto empiricamente. Na busca de um aprofundamento, a tendência recai na identificação dos determinantes da qualidade destas instituições. Características mais persistentes dos países, a exemplo da colonização, religião, tradição legal, entre tantas outras, foi o recurso utilizado para endogeneizar esta variável em termos de pesquisa empírica (LA PORTA et al, 1998).

Uma observação de Putnam para a Itália dos anos 1970 demonstrou uma inusitada relação unívoca de valores cívicos de uma sociedade e a qualidade do seu governo. Secundarizando a geração de dependências da trajetória (path-dependência), em suas observações constatou que as regiões com maior intensidade de Capital Social ostentavam indicadores de desempenho governamental mais positivos. Além das observações, testes econométricos corroboraram com a hipótese levantada, deixando claro o mecanismo subjacente que assegura a conexão entre participação cívica e bom governo.

Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar os seus objetivos comuns. Pelo lado da oferta, o desempenho do governo representativo é favorecido pela infraestrutura social das comunidades cívicas e pelos valores democráticos tanto das autoridades quanto dos seus cidadãos. (PUTNAM, 1996, p. 191).

Putnam, como bom discípulo de Tocqueville, desmitifica a crença de que uma sociedade forte acarreta o desempenho fraco do Estado. Embora simplista, a conexão causal elaborada pelo autor elucida a lógica do seu argumento: aloca parte do Capital Social para o bom desempenho do governo e em seguida para o crescimento econômico.

Evans (1996) chama a atenção para as relações entre o Capital Social e as ações públicas. Com base em experiências exitosas do terceiro mundo, o autor conserva-se otimista quanto à sinergia entre a organização da sociedade e a ação

governamental e vice-versa. Para tanto utiliza duas formas gerais que determinariam tal assertiva: a complementaridade e o enredamento (*embeddednes*).

A complementaridade compreende o fornecimento por parte do Estado de bens e serviços que normalmente são oferecidos pelos agentes de maneira ineficiente. Enquanto que o enredamento trata das relações entre a sociedade e o Estado em termos dos laços que ligam os cidadãos e os agentes da intervenção pública. Muitas vezes, esses laços se tornam tão estreitos como no caso da gestão de recursos hídricos em Taiwan, cujos responsáveis preocupavam-se de forma sincera com a boa qualidade do serviço prestado e com o juízo de valor que a sociedade emitia sobre a prestação do serviço.

Em algumas regiões governadas por oligarquias locais, causa espécie que, mesmo com o peso negativo de sua tradição, são elas capazes de possibilitar a implantação de projetos que venham, em pequena escala, beneficiar a parcela da sociedade menos favorecida. Presencia-se então as elites locais proporcionando aos mais carentes a acumulação de Capital Social.

As posições de Putnam e Evans nesse particular se associam e se complementam, tendo em vista que o primeiro advoga que a acumulação de Capital Social no longuíssimo prazo determina a qualidade do governo, e o segundo acredita que o Capital Social é ampliado a partir da sinergia entre a intervenção governamental e a sociedade.

No tocante ao aparecimento do Capital Social nos estudos de contabilidade nacional, é interessante realçar que Solow (1995), Kim e Law (1996), Collins e Bosworth (1996), Olson (1982) e Dasgupta (2000) desenvolveram estudos para esclarecer a contribuição do Capital Social ao processo produtivo. Entretanto, continua em aberto a mensuração dessa contribuição.

Quem mais se aproximou de uma solução, não totalmente convincente, foi Dasgupta (2000) quando comparou duas economias com a mesma quantidade de fatores e com o Capital Social diferenciado, à semelhança de outros aspectos apenas referenciados e que necessitam da continuidade de pesquisas. A maneira de mostrar o Capital Social nos estudos de *growth account*, foi enfocada por Olson (1982, p. 04, tradução nossa), ilustrando de maneira bastante elucidativa a sua visão desses estudos: “Eles não rastreiam as fontes do crescimento a partir de suas

causas fundamentais; eles seguem a água do rio para os córregos e lagos de onde vem, mas eles não explicam a chuva”¹⁹.

2.7.6 A absorção do conceito de Capital Social pela Ciência Econômica

Como foi visto anteriormente, a absorção do conceito de Capital Social pela Ciência Econômica levou em consideração fatores “internos” e “externos” à economia.

2.7.6.1 Fatores Internos

2.7.6.1.1 Teoria dos jogos

O pioneirismo do estudo de Von Neumann e Morgenstern (1944), em *The theory of games and economic behavior*, é reconhecido no âmbito da pesquisa econômica, pois trouxe à economia a propriedade de ir além dos estudos de agentes atomizados, permitindo o tratamento das interações estratégicas entre os indivíduos. A teoria dos jogos permitiu o descolamento da racionalidade individual e a coletiva, e apesar dos avanços seu instrumental tornou-se mais árido, compensado pelos promissores *insights* e resultados que foram surgindo. Do ponto de vista do tema em estudo a questão central fixa-se na cooperação entre os agentes²⁰.

Mesmo havendo um convencimento de que a adoção das relações entre os agentes se baseou na Teoria dos Jogos, que identificou a perda mais fundamental do Capital Social, a rede de interações entre os indivíduos, não se pode deixar de

¹⁹ They do not trace the sources the growth to their fundamental causes; they trace the water in the river to the streams and lakes from which it comes, but they do not explain the rain.

²⁰ Um necessário aprofundamento a respeito da questão Teoria dos Jogos exigiria um muito maior conteúdo, inclusive sobre o equilíbrio de Nash e os experimentos computacionais realizados por Axelrod que submete a estratégia de cooperação a um critério olho-por-olho – *tit-for-tat*. Durante o desenvolvimento da Teoria dos Jogos ficou constatado empiricamente que por razões diversas o comportamento cooperativo aparece mesmo em jogos estáticos, contrariando as previsões da Teoria dos Jogos. A abordagem deste assunto nas suas diversas esferas, apesar de altamente significativo, não encontra lugar neste trabalho de tese por ser quase que exclusivamente um tema pertencente à Ciência Econômica.

ressaltar duas contribuições da Teoria dos Jogos para que o conceito de Capital Social fosse incorporado ao *mainstream* da economia:

- Superação por parte da ortodoxia econômica da análise atomizada dos indivíduos e legitimação do estudo das interações entre os agentes;
- Em certos modelos a cooperação mútua pode constituir-se num equilíbrio possível e em certas condições o indivíduo pode dispensar uma racionalidade míope para adotar uma estratégia de longo prazo.

2.7.6.1.2 Lógica da ação coletiva

O distanciamento entre a racionalidade individual e coletiva é atribuída por Mancur Olson (1965) ao fracasso da ação coletiva a partir de estudos de um instrumental de escolha racional. Ao longo das observações empíricas, esse pensamento é contradito em grupos com poucos membros, mas, para grupos grandes há uma tendência significativa para a incapacidade de organização que permita o desenvolvimento de uma ação coletiva.

Entretanto, muitas vezes os indivíduos superam o dilema da ação coletiva: trabalhos como os de Elinor Ostrom (1990) mostraram que sociedades pouco desenvolvidas conseguem criar mecanismos que eliminam o problema do *free-rider* (“caroneiro”, que aguarda a decisão dos outros para tomar uma posição) e da gestão de recursos em comum. A literatura sobre Capital Social valeu-se dessas evidências para asseverar que quando existe cooperação e confiança mútua o bem estar material se torna mais elevado.

2.7.6.1.3 Capital humano em Becker e Lucas e seus nexos com o capital social

É percebida a pouca relevância que os modelos de crescimento recentes dão ao estoque de Capital Humano, chegando inclusive a considerar o seu estoque como um indicador do número de anos de escolaridade média da população. Vale a pena ressaltar, mesmo ligeiramente, as definições de dois renomados economistas neoclássicos pela sobreposição a alguns dos sentidos do Capital Social:

Acumulação de Capital Humano é uma atividade social, envolvendo grupos de pessoas de uma forma que não tem contrapartida na acumulação de capital físico. [...] Nós sabemos a partir da experiência comum, que existem interações de grupo que são fundamentais para a produtividade individual e que envolvem grupos maiores do que a família imediata e menores do que a família próxima e menores do que a raça humana como um todo. (LUCAS, 1988, p. 09, tradução nossa)²¹.

Para Lucas (1988), a geração de Capital Humano depende das relações sociais e a produtividade individual é função de características grupais para além dos “laços fortes”.

A partir de 1964, Gary Becker, juntamente com outros notáveis economistas como Marshall, preocupou-se com as interações sociais:

Meu interesse em interações provavelmente pode ser rastreada para o estudo da discriminação e preconceito. [...] Outras reflexões me convenceram de que a ênfase do economista antes merecia ser levado muito mais a sério, porque as interações sociais tiveram um significado, transcendendo em muito os casos especiais acima discutidos (BECKER, 1974, p. 1064, tradução nossa).²²

Para Becker, um economista de formação neoclássica, é inevitável o aparecimento de limites metodológicos para o tratamento de relações sociais. Num trabalho publicado em 1996, Becker voltou a aplicar o conceito de Capital Social, todavia sem perder de vista o referencial base da sua formação. No tocante às preferências dos agentes, afirma que estas são influenciadas pelo Capital Social dos indivíduos: “A influência das ações passadas por colegas e outros em rede social de um indivíduo” (BECKER, 1996, p. 829, tradução nossa)²³.

²¹ Human capital accumulation is a social activity involving groups of people in a way that has no counterpart in the accumulation of physical capital... We know from ordinary experience that there are group interactions that are central to individual productivity and that involve groups larger than the immediate family and smaller than immediate family and smaller than the human race as a whole.

²² My interest in interactions can probably be traced to the study of discrimination and prejudice... Further reflection convinced me that the emphasis of earlier economist deserved to be taken much more seriously because social interactions had significance far transcending the special cases discussed above.

²³ The influence of past actions by peers and others in an individual's social network.

2.7.6.1.4 A nova economia institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) reuniu trabalhos que permitiram o desenho do enfoque do Capital Social. Em alguns momentos, ambas as linhas de pesquisa são tão próximas que chegam a se confundir. É muito comum os estudiosos ligados ao Capital Social citarem recorrentemente os trabalhos da NEI, desde o texto seminal de Coase (1937) até os escritos de North (1981).

A partir do *insight* fundamental de Coase nos anos 1960, em que ficou flagrante a distância entre as transações econômicas da fluidez e transparência ditadas pelos livros-textos, novas perspectivas se abriram para a pesquisa do tema. A mudança foi de tal ordem que as instituições e a definição dos direitos de propriedade passaram a influenciar decisivamente os resultados econômicos. Com a adição das contribuições de Stigler (1961) sobre a Economia da Informação, questões outras, anteriormente descartadas pelo foco central da economia, a exemplo do comportamento oportunista, passaram a ser trabalhados pelo *mainstream* da Ciência Econômica.

Para o estudo do Capital Social, existe uma obra de importância fundamental escrita por George Akerlof (1970): *The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism*. Nessa obra, Akerlof, com base em Stigler, tratou, além de informações imperfeitas, da sua distribuição de maneira assimétrica entre as partes, obtendo como resultado a possível extinção do mercado pela tendência apresentada em expulsar os bens de qualidade acima da média. Atente-se para o fato de que o princípio não é apenas microeconômico, podendo ter, segundo Akerlof, uma aplicação bem mais ampla, chegando inclusive a influenciar de maneira importante o mercado de crédito dos países subdesenvolvidos.

Akerlof (1970) tece considerações ainda quanto as instituições e formas de controle de qualidade, incluindo aí a reputação de um agente como forma de evitar que os bens de baixa qualidade tomem o lugar daqueles de alta qualidade no mercado.

Arrow, Akerlof (1970) e Williamson (1985) realçam a importância da confiança nas transações econômicas, confiança essa que é um dos pilares do Capital Social.

A aceitação definitiva da abordagem da NEI deve-se à publicação dos livros de Oliver Williamson (1975; 1985) e de Douglas North (1981; 1990) não apenas por

incluir autores ganhadores de Premio Nobel, mas também pela grande aceitação dos primeiros livros-textos tratando desta abordagem.

Registre-se que a NEI não se constitui num consenso, pois para alguns autores o Capital Social não tem nenhuma importância e para outros ele se confunde com a própria concepção de NEI. Deixa-se claro que mesmo sem abandonar o princípio da maximização da utilidade, essa linha de abordagem, por tentar ser mais realista, flexibiliza os axiomas neoclássicos, possibilitando o tratamento de temas para o enfoque do Capital Social como confiança, espírito cívico, cooperativismo.

Com esta postura, os estudiosos da NEI mantêm as condições de dialogar com os economistas neoclássicos. Neste esforço de manutenção de diálogo é admirável a posição assumida por North, que mesmo sem perder o jargão neoclássico, incorporou aos seus estudos de desenvolvimento econômico aspectos informais como valores, convenções, códigos de conduta, normas e até ideologias. A legitimação da pesquisa em Capital Social ficou bastante facilitada, tendo em vista ser North ganhador do prêmio Nobel e inquestionavelmente reconhecido pela ortodoxia da Ciência Econômica (MONASTÉRIO, 2000b).

2.7.6.2 Fatores Externos

2.7.6.1.2 Evidências empíricas acerca do desenvolvimento econômico

A complexidade dos mecanismos de crescimento econômico foi mostrada pelos dados internacionais em comparação com os modelos neoclássicos iniciais. A aplicação de tais modelos mostrou surpreendente distância entre países pobres e ricos. O desenvolvimento do Capital Humano aumentou a credibilidade e o poder explicativo de tais modelos, mas a solução do problema longe está de ser encontrada. Além do desconhecimento dos mecanismos que permitem a migração entre as situações de pobres e ricos, Clague (1997) e Olson (1982) mostraram que ainda não foram compreendidos os estímulos que sustentariam a acumulação de capital e o progresso técnico.

Acredita-se que na diferença do estoque de Capital Social esteja a resposta para os enigmas do desenvolvimento econômico. Tanto o trabalho de Putnam (1993; 1995; 1996) quanto a bibliografia empírica em que se utiliza *proxys* do Capital Social

confirmam a hipótese da sua relevância para o desempenho econômico. A interpretação destas evidências deve ser muito cuidadosa, tendo em vista os riscos naturais da econometria e o questionamento dos indicadores do Capital Social.

2.7.6.1.3 O Desempenho dos Projetos de Desenvolvimento e o Banco Mundial

A avaliação feita pelo Banco Mundial mostrou que 23% dos seus projetos de desenvolvimento tiveram resultados “desapontadores” e 10% do total foram avaliados como “perda total” (MEIER, 1995). Esse alto índice de fracasso foi atribuído à desconsideração pelos técnicos do Banco de aspectos referentes ao Capital Social. Vários são os exemplos que ilustram o insucesso dos projetos por negligenciamento do Capital Social, muitas vezes já existente. O mais desapontador foi relatado por Ostrom (2000) que trata de um projeto de irrigação em Chiregad, Nepal, no qual os economistas solaparam a organização social já existente. O resultado foi desastroso. A área atendida foi diminuída, a irrigação tornou-se mais incerta e constatou-se o esfacelamento das organizações de agricultores. Além disso, houve um grande desperdício do capital produtivo e até depreciação do Capital Social.

A partir daí, os economistas passaram a levar em consideração a abordagem do Capital Social nos projetos de desenvolvimento. Uma alteração na cúpula de direção do Banco Mundial possibilitou tal mudança, reforçada inclusive por um novo dirigente especialista em Economia da Informação.

Na atualidade, o Banco Mundial é a referência na reflexão do tema Capital Social. São identificados no Banco três grupos bem definidos: os entusiastas (que valorizam sobremaneira o Capital Social); os táticos (que vêem no Capital Social uma maneira de dialogar produtivamente com os economistas); e os céticos (consideram que a Economia nada tem a adicionar ao entendimento da função econômica das relações sociais). Felizmente, os dois primeiros grupos (entusiastas e táticos) são reconhecidamente hegemônicos e responsáveis pela orientação e implantação dos projetos (MONASTÉRIO, 2000b).

2.7.6.1.4 Legitimidade e Adaptação ao Mainstream

A legitimação do conceito de Capital Social se deve às contribuições de autores ligados à ortodoxia econômica. Esta legitimação se deu de duas maneiras. Primeiro, com o fornecimento dos fundamentos microeconômicos que tornaram possível a incorporação aos modelos das relações sociais e da confiança. E em segundo lugar, por terem estas contribuições vindas de estudiosos notabilizados nos meios acadêmicos, como é o caso de pelo menos quatro ganhadores do Prêmio Nobel, Arrow, Axelrod, Becker e North.

Cabe destacar o pensamento de Glaeser, Laibson, Schrinkman e Souter (1999), pesquisadores das Universidades de Harvard e Chicago ligados ao *mainstream*. O trabalho que desenvolveram aponta as dificuldades quase intransponíveis da teoria neoclássica para a aceitação do Capital Social.

Logo na introdução os autores criticam a concepção de Putnam por levar em consideração grupos e não indivíduos. Fiéis à ortodoxia mais arraigada, Glaeser et al. (1999) seguem o individualismo metodológico, tese difícil de ser sustentada. É interessante frisar que muitos autores, a exemplo de Putnam, respeitam o princípio do individualismo metodológico, desde que este seja **ontológico**. Esta concepção se fundamenta na não-existência própria do Capital Social, independente dos indivíduos. Escolher um patamar de análise superior ao individualismo significa evitar a perda de conteúdo analítico que haveria caso o Capital Social ficasse na esfera dos indivíduos.

Outra lacuna na análise de Glaeser et al. (1999) está na restrição do Capital Social à tendência de cooperação em experimentos com dois jogadores, pois isso acarretaria a não-inclusão das relações de rede e seus aspectos mais relevantes. No tocante aos ganhos privados do Capital Social, seu estudo baseado nesse retorno, apesar de ser aceitável em termos específicos, não o é para os pesquisadores dedicados ao desenvolvimento econômico, pois nesta perspectiva perde-se o devir mais interessante do Capital Social enquanto bem público, considerando a intensidade de suas externalidades, que faz parte de uma lógica superior àquela estritamente maximizadora.

2.7.6.3 *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*

Na medida em que evoluía a elaboração do conceito de Capital Social e ampliava-se a sua absorção pelas Ciências Sociais e econômicas, tornou-se uma necessidade premente desenvolver instrumentos empíricos capazes de mensurar o Capital Social em uma determinada localidade ou região a partir de um conjunto de elementos e indicadores.

Em resposta a essa necessidade, por meio de estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Temático sobre Capital Social do Banco Mundial, que congrega alguns dos mais notáveis estudiosos sobre o tema, a exemplo de Grootaert, Narayan, Nyhan Jones e Woolcock, foi elaborado, em 2003, o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), instrumento de pesquisa capaz de fornecer um conjunto de dados e informações essenciais para todos os interessados em compreender o funcionamento e mensurar os resultados da aplicação das várias dimensões do Capital Social, em situações concretas da realidade de grupos periféricos aos processos de desenvolvimento, em diferentes países.

De acordo com os responsáveis por sua elaboração, o propósito do questionário em pauta foi “prover um conjunto de ferramentas empíricas para medir Capital Social”, com foco em aplicações nos países e regiões pobres, de tal modo que seja “ampliado o conhecimento das dimensões sociais do desenvolvimento” e se torne possível “implementar estratégias de redução da pobreza mais eficazes”. (GROOTAERT et al, 2003, p. 01, em anexo).

Neste sentido, a sua elaboração foi baseada em experiências locais de utilização do Capital Social na África (Tanzânia, Gana, Uganda, Burkina Faso), Ásia (Indonésia), leste europeu (Albânia), América do Sul (Bolívia) e Central (Guatemala), levando em consideração não apenas os resultados da atuação do Banco Mundial e dos projetos por ele aprovados em todo o mundo, mas igualmente a noção básica de que o Capital Social apresenta uma “natureza multidimensional”, de tal sorte que o questionário direcionou-se para explorar:

- a) os tipos de grupos e redes com os quais as pessoas em situação de pobreza podem contar e a natureza e extensão de suas contribuições para com outros membros desses grupos e redes; [...]
- b) as percepções subjetivas dos entrevistados acerca da confiabilidade das outras pessoas e das instituições cruciais que modelam suas vidas, assim como as normas de cooperação e

reciprocidade que envolvem as tentativas de se trabalhar juntos para resolver problemas. (GROOTAERT et al, 2003, p. 06)

Seguindo as linhas consolidadas do debate acadêmico e das constatações empíricas a respeito do Capital Social, o *survey* do Grupo Temático do Banco Mundial foi estruturado de acordo com as “seis dimensões” ou categorias desse tipo de capital, avaliadas a nível dos indivíduos ou dos domicílios:

1) os grupos e redes aos quais as pessoas estão vinculados, o seu patamar de envolvimento, as lideranças, as contribuições individuais para com os interesses grupais;

2) confiança e solidariedade para com vizinhos, prestadores de serviços e estranhos à comunidade, e como essas percepções mudaram no decorrer do tempo;

3) ação coletiva e cooperação, envolvendo questões referentes a projetos conjuntos ou a atuação dos indivíduos em situações de crise na comunidade, bem como em relação às expectativas geradas anteriormente por essas ações coletivas;

4) informação e comunicação, em que as questões buscam aferir as formas pelas quais os domicílios pobres recebem informações sobre o mercado e os serviços públicos essenciais, e até onde têm acesso à infraestrutura de comunicação;

5) coesão e inclusão social, aí incluída a busca da compreensão dos conflitos e convergências dentro da comunidade, os mecanismos de seu gerenciamento, os grupos excluídos, as formas cotidianas de interação social;

6) empoderamento e ação política, tomados como equivalentes a ter autoridade ou capacitação para o exercício de algum nível de controle sobre instituições e processos que afetem diretamente o bem estar das pessoas e dos grupos domiciliares, com as questões buscando averiguar aspectos subjetivos, como os sentimentos de felicidade, eficácia pessoal e capacidade para influenciar nos resultados.

Dentro do escopo de sua elaboração, direcionado para o nível micro e no âmbito local, o questionário aproxima-se das Pesquisas de Padrão de Vida (PPVs), tendo as amostragens um foco nos indivíduos a nível domiciliar, e não no conjunto das comunidades onde as questões são aplicadas.

Sabe-se que existem, na literatura, diversas abordagens aplicáveis para medir a intensidade do Capital Social. Contudo, o QI-MCS, como ferramenta capaz de facilitar essa mensuração, apresentou-se como método mais confiável e compatível com os propósitos das pesquisas relacionadas ao Capital Social. Não obstante, é preciso que fique claro a necessidade de sua adaptação, uma vez que nem todas as questões ali enumeradas poderão ser úteis em todos os lugares; nem todas as enunciações de uma questão em particular poderão ser apropriadas para todos os contextos e/ou facilmente traduzidas para outras línguas; e, de acordo com Grootaert et al. (2003), várias questões de natureza local talvez precisem ser acrescentadas.

Por isso mesmo, os seus autores enfatizam a pertinência da execução de testes-piloto junto às comunidades, pessoas e domicílios onde se aplicará a pesquisa, bem como em relação ao treinamento prévio dos entrevistadores e ao processo posterior, de tabulação dos dados, em que será consolidada a análise, fundada em “três indicadores básicos do Capital Social”: participação em associações e redes (Capital Social estrutural), confiança e adesão a normas (Capital Social cognitivo) e ação coletiva (uma medida de resultado), tomando-se a frequência das respostas como a maneira mais simples de organizar a informação e extrair as mensagens básicas que contém, a exemplo do quanto de Capital Social se constata entre diferentes tipos de domicílio e as principais características ou dimensões desse Capital Social.

Apesar de ser um instrumento fundamental para medir o Capital Social, o QI-MCS não foi utilizado nesse trabalho, por sua complexidade e necessidade de mobilização de recursos e de equipes habilitadas para os levantamentos de campo, tabulações e avaliações, constando apenas a nível de informação sobre a sua existência e capacidade de mobilização, uma vez que o objetivo deste estudo não é mensurar o Capital Social e sim expô-lo, tal qual se apresenta na literatura, como instrumento relevante na geração de políticas sociais efetivas para o combate à pobreza e para o empoderamento grupal, comunitário e familiar. Então, à luz do exposto, tornou-se indispensável anexar o QI-MCS nesta tese.

2.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPITAL SOCIAL

Neste capítulo, quase “enciclopédico”, por sua dimensão quantitativa e pela diversidade de assuntos abordados em torno do tema Capital Social, tendo sempre a perspectiva de que “a família é um Capital Social precioso para a sociedade” (PETRINI; DIAS, 2012, p, 08), buscou-se o embasamento na literatura acadêmica no sentido da comprovação inicial da sua existência e da efetividade dos seus resultados em ações de combate à pobreza promovidas por governos nacionais e organismos internacionais com foco nas comunidades e nas famílias.

Com o respaldo de reconhecidos autores de diferentes áreas do conhecimento (Coleman, Franco, Fukuyama, Grootaert Narayan, Ocampo Putnam, Woolcock, entre outros), que o conceituaram de várias maneiras, a abordagem do Capital Social foi enriquecida com a determinação de um paradigma, ainda em construção, constituído pelos bens sócio-econômicos, valores afetivos, redes, instituições e poder, capaz de evidenciar o modo como este capital funciona nas relações sociais e quais os espaços de atuação dos seus distintos tipos, entre estes o Capital Social propriamente dito, o Capital Social comunitário e um seu sub-grupo especial, o Capital Social familiar, já reconhecido e valorizado pelo Banco Mundial, a CEPAL, a FAO, em seus programas de redução da pobreza em países periféricos da economia mundial, direcionados não para indivíduos, mas para os domicílios familiares e seus integrantes.

Embora não incorporando a noção de Capital Social em sua concepção, cabe referir também aos programas do Estado brasileiro com o mesmo desiderato de redução da pobreza, reunidos hoje sob a denominação de Bolsa Família.

De especial relevância tornou-se a constatação, feita inclusive por autores que foram agraciados com o Premio Nobel de Economia (Akerlof, Arrow, Becker, North, Sen, Stiglitz), de que o Capital Social é mensurável, integrando uma equação do desenvolvimento devidamente reconhecida, em que compõe com os capitais físico-financeiro, natural e humano uma expressão quantitativa que possibilitaria o cálculo do produto da economia inclusive em dimensão superior à do PIB tradicional, a despeito da dificuldade de sua mensuração em termos de uma unidade monetária comum aos demais tipos de capital.

Em outro grande avanço para o seu reconhecimento efetivo pelos economistas, foi o Capital Social relacionado como um fator de produção, em

estudos econométricos que evidenciaram a sua capacidade para elevar mais que proporcionalmente o produto total com o seu acréscimo, a exemplo do que se constatou em relação à tecnologia, sendo as suas variáveis a confiança, a cooperação, a solidariedade, a colaboração entre os membros dos grupos beneficiários desse capital, em prol do bem comum.

Por ser economista de formação o autor desta tese, deu-se destaque neste capítulo à absorção do Capital Social pela Ciência Econômica, cabendo nesse contexto uma análise mais detida das questões relativas ao desenvolvimento econômico, revisitando-se as ideias de Furtado (1974) sobre o que o próprio autor denominou de “mito do desenvolvimento econômico”, sua teoria da dependência e a noção do subdesenvolvimento como uma categoria autônoma dentro do capitalismo, considerando a sua abordagem que a pobreza crescente nos países periféricos é um resultado estrutural das relações decorrentes da divisão internacional do trabalho e da desigualdade interna no processo de apropriação da renda gerada, aumentando mais e mais à medida em que cresça o Produto da economia.

Disto decorreria a importância da inclusão do Capital Social como um elemento deflagrador de mudanças estruturais no marco sócio-econômico, com a valorização de aspectos hoje negligenciados pela lógica das relações entre o lado real e monetário das economias nacionais, capazes de prover aos mais pobres uma condição de empoderamento para a superação das suas dificuldades e sua reinserção no tecido societário em novas bases relacionais.

Neste sentido, resenha-se no final do capítulo o documento de Grootaert et al. (2003), denominado “Questionário Integrado para Medir Capital Social”(QI – MCS), correspondente a um *survey* cuja função é possibilitar a utilização do Capital Social familiar ou comunitário em políticas públicas de combate à pobreza, mediante um conjunto de informações coletadas ao nível domiciliar que incorpora seis dimensões relevantes desses tipos de capital, trazendo novas expectativas de superação das condições adversas em que vivem as famílias pobres, por seus próprios esforços e pela capacidade de empoderamento de que dispõem quando mobilizam Capital Social gerado endogenamente, com o suporte das suas relações externas nas redes sociais, com organismos estatais e organizações privadas, como as ONG's.e entidades outras direcionadas para o enfrentamento desse fenômeno.

Outro destaque foi dado à contribuição da psicologia para o melhor entendimento do Capital Social, contemplando-se uma abordagem específica sobre

as idéias de Skinner e seu behaviorismo radical, que nos remete à noção dos bens socioemocionais, um dos paradigmas do Capital Social, que podem ser também traduzidos como “bens skinnerianos”, tal a proximidade dos conceitos.

Quadro 2 – Principais definições do Capital Social

Autor	Definições	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Putnam	"Características da organização social como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo."	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leituras da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica	Individuais e coletivos
Coleman	"O Capital Social é definido pela sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades tendo duas características em comum: todas elas consistem de algum aspecto da estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o Capital Social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que não seriam alcançáveis na sua ausência. "	Sistemas de apoio familiar. Sistema escolares (católicos) na constituição do Capital Social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (social exchanges) sociais seriam o somatório de interações individuais.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.
Bourdieu	"O total dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. O Capital Social é "constituído por obrigações sociais ("conexões"), que é conversível, em	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que o produzem.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.

	certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado sob a forma de um título de nobreza. “			
Hanifan	Ativos intangíveis que contam para a maioria das pessoas na vivência diária	Confiança, companheirismo, simpatia e relacionamento social entre indivíduos e famílias que compõem uma unidade social.	A integração entre vizinhos favorece para que haja acumulação de CS, que pode satisfazer imediatamente suas necessidades sociais e que pode ter uma potencialidade suficiente para a melhora substancial das condições de vida em toda comunidade	Satisfação das necessidades sociais advindas da integração entre vizinhos. Benefícios individuais e coletivos.
Grootaert et al.	A capacidade de relacionamentos dos indivíduos, suas redes de contatos sociais baseadas em expectativas de reciprocidade e comportamento confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual.	Grupos e redes; confiança e solidariedade; Ação coletiva e cooperação; grau de acessibilidade à informação	Instituições, relações e normas que conformam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade.	Diminuição do grau de conflitos e violência na comunidade, inclusão social;
Fukuyama	Um conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si.	Depende fundamentalmente do grau de confiança dos membros de uma comunidade entre si.	Capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns.	Cooperação dentro do grupo. Coletivismo.
Jane Jacobs	É definido como “redes”. Redes formam comunidades, ou comunidades se caracterizam por apresentar um padrão de rede.	Ligações não-sanguíneas, não genéticas.	Pessoas conectadas horizontalmente com pessoas a partir de normas e valores comuns, por “laços fracos” (quer dizer, não consangüíneos, não genéticos e por ligações não imediatamente interessados, isto é, extra-econômicos).	Relação de confiança dentro da comunidade gera mais estabilidade e
Franco	Capacidade de construir comunidades, porque comunidades são “usinas” de Capital Social	Reconhecimento, confiança, reciprocidade e a ajuda mútua; a solidariedade e a cooperação	Quanto mais comunidades existirem numa sociedade, mais Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente.	----- ---
Woolcock	A informação, confiança e normas de reciprocidade inerentes em nossas redes sociais	Normas e redes	Facilitam a ação coletiva	Benefício é comum.

Gary Becker	Toda interação social de efeito contínuo, diferente de comportamentos individuais e atomizados e realizado fora do mercado.	-----	Uma externalidade que corrige imperfeições do mercado.	Individualismo
Narayan	Define como "Bonding Social Capital" que se refere à "cola" que permite que os grupos se mantenham unidos através de valores, normas e instituições compartilhadas.	Sistemas de Castas na Índia, grupos políticos, grupos poderosos como banqueiros e afins.	Carência de "Bridging Social Capital", ou seja "pontes que liguem os grupos uns nos outros. Os grupos podem ser ricos em CS, porém não têm ligações heterogêneas o que impossibilita o CS de ponte.	Coletivismo e individualismo do grupo.

3 POBREZA

A solidão, a alienação e os desentendimentos foram descritos como uma fonte de grande estresse psicológico. Os pobres também reclamam de oportunidades negadas e de tratamento humilhante por parte de policiais e seguranças de supermercados, médicos, enfermeiras, professores e comerciantes. Assim, uma definição resumida do conceito de pobreza dada pelos pobres é: “Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.11).

O objeto de estudo deste trabalho é a utilização do Capital Social como instrumento de combate à Pobreza. Este propósito remete a um esforço importante no sentido de um conhecimento a respeito da pobreza cuja densidade permita sinalizar a contribuição do Capital Social no seu enfrentamento. Não se trata de um aprofundamento de natureza historiográfica, pois esta pretensão, embora meritória e extremamente relevante na contemporaneidade, ultrapassaria os limites estabelecidos para a elaboração desta tese. O marco histórico aqui consignado objetiva dar coerência à trajetória do pensamento que, ao longo do tempo, vem orientando a maneira de focar a pobreza e as formas de lidar com os pobres.

Entretanto, faz-se mister uma conduta acadêmica que acolha as principais questões que envolvem o estudo da pobreza, desde o pensamento baseado na **predestinação** até as concepções, praticamente consensuais, que abordam a pobreza como um fenômeno **multidimensional e complexo**.

Os caminhos dessa evolução ajudam a compreender melhor as manifestações e mudanças de perfil da pobreza, o enfoque científico que lhe foi atribuído, as diferentes maneiras de administrar a carência por aqueles que vivem sob a sua égide e as lentes diferenciadas com que diversas ciências lhe dirigem o olhar.

Apesar do interesse, preocupação e dos labores analíticos e práticos, a pobreza persiste como desafio para o conhecimento e a ação, um problema essencial que Minayo (2008) considera como sendo uma das perguntas que a ciência continua sem conseguir responder.

A perplexidade que o tema encerra é bem caracterizada nas palavras de Uphoff, (2000) que corrobora com a ênfase dada à necessidade de um conhecimento mais denso acerca da pobreza:

Para que o Capital Social constitua um mecanismo de apoio eficaz que permita melhorar as situações não desejadas, devemos conhecer as coisas ou as relações que podem efetivamente aumentar-se e aproveitar-se para melhorar as oportunidades de vida dos seres humanos que vivem na pobreza. A condição de pobre, sobretudo quando persiste de geração em geração, não é somente sinônimo de privações e humilhações para quem a têm, senão também uma perda e uma vergonha para os que não estamos compreendidos nessa categoria (UPHOFF, 2000, p. 117, tradução nossa)²⁴.

3.1 A QUESTÃO DO CRESCIMENTO ECONOMICO E DA POBREZA

No que concerne ao equacionamento do problema da pobreza, ressalte-se a importância conferida aos modelos de desenvolvimento que privilegiam o crescimento econômico como instrumento capaz de combater eficazmente o fenômeno da pobreza. Entretanto tal proposição *per si* mostrou-se problemática, tendo em vista as evidências, sobejamente conhecidas, de áreas em todo o planeta nas quais a recuperação e/ou o crescimento econômico não foram suficientes para mudar o quadro prevaiente de pobreza.

Neste sentido é oportuno destacar a experiência do Peru, constante do relatório de 2004 do Chronic Poverty Research Center, citado por Carneiro (2005, p. 79, tradução nossa):

Embora os indicadores de desenvolvimento humano tenham melhorado ao longo das últimas duas décadas, o agregado de gastos per capita familiar evoluiu pouco - em média, menos da metade de um por cento - apesar da recuperação econômica e crescimento positivo em 1990. Em alguns países, como o Peru, a taxa de pobreza

²⁴ Para que el Capital Social constituya un mecanismo de apoyo eficaz que permita mejorar las situaciones no deseadas, debemos conocer las cosas o las relaciones que pueden efectivamente aumentarse y aprovecharse para mejorar las oportunidades de vida de los seres humanos que viven en la pobreza. La condición de pobre, sobre todo cuando persiste de generación en generación, no es solamente sinónimo de privaciones y humillación para quienes la tienen, sino también una pérdida y una **vergüenza** para los que no estamos comprendidos en esa categoría

aumentou e as lacunas de pobreza aumentaram junto com o crescimento econômico substancial.²⁵

A crença no crescimento econômico como fator determinante para a eliminação da pobreza continua a nortear as medidas de política econômica que perseguem o atingimento desse propósito. Tal constatação se efetiva, apesar das mais respeitadas agências internacionais terem incorporado ao desenho de seus modelos a variável **desigualdade** como crucial para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Este elemento novo a fazer parte dos modelos teóricos advém das impressionantes constatações que emergem com a sofisticação dos recursos utilizados pela Estatística. A título de ilustração, Pogge (2004) afirma que as posses de apenas três bilionários têm valor monetário maior que a soma dos Produtos Internos Brutos (PIBs) de todos os países menos desenvolvidos, que abrigam 600 milhões de habitantes. E, ainda, estimativas apontam que se houvesse a duplicação da renda das pessoas em condições de pobreza extrema, cerca de dois e meio bilhões, em praticamente nada afetaria a vida dos 10% mais ricos, pois os rendimentos desta faixa da população seriam diminuídos em apenas 1,5%.

A preocupação com a desigualdade na América Latina tem levado a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) a debruçar-se sobre os estudos dos impactos sobre a pobreza decorrente da redução do nível de concentração de renda na região. Para o Brasil, o atingimento da meta de diminuir pela metade a pobreza extrema em onze anos, cumprindo assim o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), só seria viabilizado se houvesse um crescimento de 3,1% ao ano na renda *per capita*. Entretanto este percentual cairia para 2,1%, caso o país conseguisse reduzir apenas 0,025 pontos no Coeficiente de Gini²⁶, indicador que mostra o nível de concentração de renda.

A CEPAL aponta a severa desigualdade de distribuição de renda como uma das mais importantes **causas estruturais** da pobreza na América Latina (OCAMPO, 2003), sendo tal preocupação explicitada com realce em seus documentos oficiais:

²⁵ Although human development indicators have improved over the past two decades, aggregate per capita household expenditure has barely risen – on average less than a half a percent – despite economic recovery and positive growth in the 1990s. In some countries, such as Peru, poverty rates rose and poverty gaps widened alongside substantial economic growth.

²⁶ Descrever indicador

O anterior corrobora a importância da redistribuição da renda como um fator muito importante que poderia facilitar à região o cumprimento das metas de redução da pobreza, sobretudo naqueles casos em que as taxas de crescimento requeridas são de difícil realização. Neste sentido, o aumento da inversão social e dos programas assistenciais, assim como a maior integração das pessoas de poucos recursos ao aparelho produtivo, é fundamental para avançar na direção proposta. (CEPAL, 2004, apud CARNEIRO, 2005, p. 70, tradução nossa)²⁷.

As constatações quanto à insuficiência do crescimento econômico, *per se*, para lograr uma redução da pobreza num período de tempo razoável, mudaram a centralidade das concepções de desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a elaborar seus modelos desde a perspectiva do **Desenvolvimento Sustentável**, cuja formatação tem como eixo a preservação ambiental e a colocação do ser humano como foco central, dando à nova ordem de preocupação o cunho de **Desenvolvimento humano**. Tal fato não descartou a importância da dimensão econômica neste espaço do conhecimento que o privilegiou, inclusive, como um dos três componentes chaves para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Dentro deste contexto de ideias é relevante registrar as relações que podem ser estabelecidas entre **crescimento, desigualdade e pobreza**, trazidas para discussão por Carneiro (2005), baseado nas considerações de Henriques (2004). Este autor salienta que a perspectiva que alimenta o debate sobre pobreza e crescimento econômico é o pensamento de que pobreza é carência de riqueza e que crescimento gera riqueza. Assim, o fomento ao crescimento, como estratégia, produziria efeitos positivos na redução da pobreza. No entanto, evidências colhidas ao longo de experiências vividas têm mostrado, claramente, que somente através da combinação de crescimento com diminuição da desigualdade poder-se-á obter resultados importantes naquela direção.

Em pesquisa realizada sob a coordenação de Petrini (2007), "*Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais: rotas de inclusão*", foi ressaltado que as linhas de pobreza foram criadas, cestas básicas de produtos foram pensadas, e a

²⁷ Lo anterior corrobora la importancia de la redistribución del ingreso como un factor muy importante que podría facilitar a la región el cumplimiento de las metas de reducción de la pobreza, sobre todo en aquellos casos en que las tasas de crecimiento requeridas son de difícil consecución. En este sentido, el aumento de la inversión social y de los programas asistenciales, así como la mayor integración de las personas de bajos recursos al aparato productivo, son fundamentales para avanzar en la dirección propuesta.

escassez da renda combatida. A pobreza era vista em última instância como um problema de falta de recursos que poderia ser eliminado pelo crescimento econômico e posterior distribuição de renda. Recentemente, a literatura econômica inverteu a ordem dos fatores e a distribuição tornou-se condição essencial para o crescimento e eliminação da pobreza. A lógica subjacente, contudo, permaneceu: a pobreza é uma questão de baixas rendas que, numa versão mais utilitarista, se revelaria pela baixa satisfação de desejos.

Este debate continua a ocupar os fóruns mais importantes do planeta e as contribuições do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o indiano Amartya Sen, nos âmbitos do desenvolvimento e da pobreza, adquirem importância cada vez mais reconhecidas. Para este autor, “o crescimento do produto não é suficiente para que um país consiga desenvolver-se. As nações terão que procurar atingir também objetivos sociais, dedicando particular atenção aos seus cidadãos mais vulneráveis.” (AMARTYA SEN, 1977, apud ISEG, 2000).

Ainda com relação ao crescimento econômico, é oportuno registrar as considerações de Petrini (2007) no tocante à valorização da contribuição dos grandes economistas clássicos, colocando-se em posição diametralmente oposta ao que tange ao valor do indivíduo. Amartya Sen desenvolve toda sua crítica com relação aos estudos sobre o tema da pobreza. A sua perspectiva da pobreza de capacidades torna o sujeito agente de transformação ativa de sua vida, uma vez que dá importância intrínseca à liberdade efetivamente desfrutada por cada um para levar a vida que tem razão para desejar. Além disso, destaca que nessa perspectiva o crescimento econômico não é visto como fim em si mesmo, mas como fator constitutivo do bem viver.

São muitos os exemplos ilustrativos a respeito da insuficiência do crescimento econômico *per se* para a redução da pobreza, com a urgência ética e política que se faz imperiosa. Os mais recentes dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010, p. 14) mostram, de maneira bastante evidente, que:

O crescimento econômico, ainda que indispensável, não se mostra suficiente para elevar o padrão de vida de todos os brasileiros. A experiência recente do país permite observar que as regiões com maior expansão econômica não foram necessariamente as que mais reduziram a pobreza e a desigualdade.

Verifica-se que no mesmo **Comunicado nº 58 de 13 de julho de 2010**, o IPEA, utilizando informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e das Contas Regionais e Nacionais do IBGE (2009), destaca que no período de estabilidade econômica – entre 1995 e 2008- a região que apresentou a maior taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Brasil foi a Centro- Oeste (5,3%). No entanto, esta região registrou uma taxa de redução da pobreza absoluta (rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal) de apenas 0,9%, o pior desempenho de todas as regiões brasileiras e o segundo em termos da taxa de pobreza extrema (rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto do salário mínimo), não atingindo mais que 2,3%.

Corroborando com a trilha de raciocínio aqui desenvolvida, a região Sul, com uma elevação média anual do PIB por habitante bem inferior (2,3%) foi aquela que melhor desempenho apresentou: redução da pobreza absoluta de 3,0% e de pobreza extrema de 3,7% para o mesmo período. Ressalte-se ainda as *performances* significativamente positivas dos estados de Tocantins (9,2%), Distrito Federal (6,5%) e Maranhão (6,2%), as maiores do país no que concerne à expansão do PIB *per capita*, sem, no entanto, apresentarem as mesmas posições de liderança no que tange à diminuição da pobreza absoluta.

Essas constatações podem ter sido ocasionadas pelo perfil assumido pelo crescimento econômico, a capacidade das políticas públicas adotadas e o envolvimento da sociedade na busca de soluções para os problemas que a afligem. (IPEA, 2010, p.14).

Guillermo Sunkel (2003) utilizando considerações desenvolvidas por Arraigada (2003) apresenta os principais traços característicos que se pode atribuir ao fenômeno da pobreza nos anos mais recentes:

- 1) Um acelerado processo de urbanização da pobreza a partir da metade dos anos 1980, como resultado da maciça emigração da zona rural. Ilustra bem este tipo de afirmação o fato de que, na América Latina e Caribe, em 1970 a percentagem de pobres urbanos era de 37% e a de pobres rurais 63%, ao passo que entre 1994 e 1997 a urbanização da pobreza já apresentava um percentual em torno de 62% (SUNKEL, 2003, p.85), significando que em menos de trinta anos houve uma total inversão na territorialidade da incidência da pobreza;

- 2) A pobreza na América Latina passou por um processo de transformação estrutural: os indicadores de necessidades básicas insatisfeitas e a insuficiência de rendas que a identificavam foram sobrepujados por aspectos monetários. Tal fato traz para a pobreza na América Latina uma conotação predominantemente econômica;
- 3) As cidades intermediárias, mais que as metrópoles, têm experimentado um crescente poder de atração sobre os habitantes da zona rural, tornando estes centros muito mais dinâmicos do ponto de vista demográfico. Assim, a gravitação prevalecente nas cidades de médio porte traz em sua esteira o crescimento de uma pobreza mais complexa: a **pobreza crônica**, com enormes dificuldades nos campos da educação e do emprego;
- 4) As metrópoles continuam a abrigar um elevado percentual de pobres, uma vez que as “city light” não perdem sua fantasiosa valorização. Entretanto, nestes territórios, a pobreza manifesta-se como puramente econômica;
- 5) Pesquisas recentes têm evidenciado que a redução da pobreza ocorreu com mais celeridade nas grandes cidades do que em urbes intermediárias, mas que tal processo parece tender a ser interrompido.

Complementando esta abordagem, Sunkel (2003) examina três âmbitos determinantes para o processo de **exclusão social** que se efetiva na área urbana das grandes metrópoles: segmentação laboral; segmentação educativa; e segregação socioespacial.

3.1.1 Pobreza, Exclusão Social e suas Repercussões.

A exclusão social, um subconjunto mais severo da pobreza, é aqui entendido como a fragilização ou a ruptura dos laços que vinculam o indivíduo com a sociedade, causando perdas irreversíveis em todas as dimensões do universo em que deveria se mover.

A segmentação laboral diz respeito aos vínculos estabelecidos com o mercado de trabalho. O emprego para o ser humano tem um significado que ultrapassa os limites da obtenção de renda que propicia o sustento da família, a aquisição de reconhecimento e integração com a sociedade. O estar empregado, o trabalho, está associado a valores morais, à dignidade, constituindo-se num eixo importante da análise de Sarti (1995) sobre os valores das famílias pobres brasileiras, fundamentados num modelo hierárquico com papéis familiares bem definidos.

Petrini (2007) alerta que o trabalho teria um valor moral vinculado a uma ética do provedor e não apenas à execução da atividade laboral. E que o essencial não seria a sobrevivência material, mas o valor moral e a dignidade pessoal que estão implícitos na possibilidade de não ser humilhado, de não morrer de fome.

Alguns mecanismos influenciam a exclusão dos pobres urbanos do mercado de trabalho, entre os quais cita-se:

a) Pessoas aptas para o trabalho que se encontram desempregadas. A taxa de desocupação nos domicílios mais pobres chega a ser vinte vezes maior que nos lares do quintil de renda mais alta, sendo que as mulheres registram as mais elevadas percentagens de desocupação. (SUNKEL, 2003, p. 309);

b) A falta de qualificação afasta os pobres dos empregos que remuneram de forma aceitável e oferecem proteção social. É cada vez mais evidente a diferenciação entre trabalhadores qualificados e não qualificados;

c) A instabilidade ocupacional é uma característica na trajetória laboral dos pobres, que além de ocuparem- quando conseguem- empregos de baixa qualidade e de péssima remuneração, não são protegidos por contratos ou seguridade social.

Esses mecanismos que reduzem a integração dos pobres com o mercado de trabalho são responsáveis também pelas altas taxas de precariedade e instabilidade apresentadas pelas pessoas que têm a desventura de experimentar tal condição. A fragilização dos vínculos com o mercado de trabalho, que tais elementos acarretam, faz emergir um efeito pernicioso que Kaztman (2001) denominou de **segmentação**. Este efeito, além de diminuir as oportunidades de interação entre grupos de estratos socioeconômicos distintos e de inter-relacionamento entre trabalhadores qualificados

e não qualificados, gera um isolamento social dos pobres com reflexos extremamente impeditivos no tocante à mobilidade social.

Espinoza e Canteros (2001) analisaram a relação entre os contatos que os pobres estabelecem e suas carreiras laborais, chegando a resultados muito ilustrativos a respeito do isolamento progressivo dos pobres e da dificuldade de efetivação da mobilidade social. Foi constatado, entre outros aspectos, que os pobres começam a trabalhar com 12-13 anos de idade, sendo a ocupação oportunizada por contatos existentes, na imensa maioria de casos cabendo ao homem essa trajetória laboral. Observou-se, também, que os trabalhadores pobres mantêm contatos frequentes, alta confiança e compromisso pessoal. (ESPINOZA; CANTEROS, 2001), características altamente positivas na perspectiva de criação e mobilização do Capital Social para a superação da condição de pobreza.

À semelhança da segmentação laboral, a **segmentação educativa** obstaculiza de maneira importante o inter-relacionamento entre estratos socioeconômicos distintos e a mobilidade social.

Os mecanismos de exclusão vivenciados pelos pobres no campo educacional podem ser sintetizados da maneira que se segue:

1) A qualidade da educação pública oferecida às crianças pobres é comprovadamente inferior àquela que se disponibiliza nos estabelecimentos de ensino privados às crianças de estamentos sociais mais afortunados. Esta afirmação é facilmente comprovada através dos resultados obtidos nos diversos instrumentos de avaliação utilizados pelos países, em especial na América Latina.

Há, também, uma dimensão territorial a influenciar a desigualdade da qualidade do ensino. Resultados das avaliações levadas a efeito pelos órgãos governamentais revelam que os alunos moradores de bairros ou regiões pobres atingem pontuações sempre muito mais baixas do que aqueles de áreas de médias e altas rendas.

2) **A menor quantidade de anos de escolaridade** impingido aos pobres, por força da necessidade de ingresso prematuro no mercado de trabalho, é também fator importante com respeito à exclusão. A diferença de anos de escolaridade influencia sobremaneira na qualidade do emprego e na remuneração a ser auferida. Estudos do Banco Mundial (2000 - 2003) informam que as pessoas necessitam de,

pelo menos, doze anos de escolaridade formal para assegurar sua condição de não vulnerabilidade em relação à pobreza;

3) A baixa escolaridade das camadas pobres da população pode ser atribuída ao denominado **clima educacional do lar**, traduzido pela média de anos de escolaridade dos pais. Pesquisas recentes, empreendidas também pelo Banco Mundial (2000 - 2003), revelaram que cerca de 60% do rendimento escolar diferenciado têm origem em fatores extraescolares, figurando em primeiro lugar o clima educacional do lar. Infere-se, inclusive, que este fator tem influência importante na transmissão intergeracional da pobreza.

A segregação socioespacial se manifesta através dos grandes conglomerados urbanos, onde se concentram as famílias de mesma condição social que adquirem dinâmicas de socialização próprias e modos de vida que dependem de contextos específicos, tanto nacionais quanto de cada cidade.

Alguns aspectos desta realidade geográfica merecem destaque:

1) Historicamente, o desenvolvimento das cidades tem obedecido a uma lógica de estratificação por nível de renda. Sunkel (2003), analisando a distribuição espacial da cidade de Santiago do Chile, afirma que o desenvolvimento de Santiago tem expressado historicamente uma tendência de composição social homogênea dos bairros.

2) A segregação exerce uma influência negativa nos comportamentos de risco (defasagem escolar, jovens desocupados, mães adolescentes) e no maior ou menor êxito no mercado de trabalho (KAZTMAN, 2001);

3) A segregação para os pobres tende ao acirramento da polarização e o endurecimento das distancias sociais;

4) A segregação tem sido de certa maneira, ao longo do tempo, incentivada e praticada pelo Estado. Entretanto, a aproximação de estratos sociais distintos tem sido observada em grandes empreendimentos habitacionais de classe média, em espaços anteriormente ocupados pelas camadas populares. Este tipo de iniciativa é vista como perspectiva bastante saudável e de positividade consensual, uma vez que proporciona, segundo Sabatini (1998), uma redução das distâncias entre famílias de condições sociais distintas, propiciada pela localização, e o

compartilhamento de espaços, socialmente diversificados, principalmente de cunho comercial. (SABATINI, 1998 *apud* SUNKEL, 2003, p. 12).

3.2 DA IDÉIA DE PREDESTINAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTIFICO SOBRE POBREZA

A pobreza persiste desde os tempos mais remotos. Na Antiguidade, a existência de ricos e pobres era atribuída à predestinação. À pessoa cabia apenas conformar-se com a condição que ocupava na hierarquia social, pois assim determinavam as leis divinas que não podiam ser questionadas, sendo este comportamento uma afronta às leis consideradas supremas. (LACERDA, 2009)

As primeiras manifestações do pensamento econômico emergem com os Filósofos-Políticos universais de Grécia e Roma, a partir das civilizações que surgem no Mediterrâneo: Egito e Mesopotâmia, que exploram a terra: as cidades fenícias, que realizam trocas internacionais por via marítima; e Roma, que realiza a justaposição e a interpenetração das possibilidades da terra e do mar.

Na Grécia, Platão já clamava por correções de injustiças sociais na planificação de um Estado ideal, Aristóteles discutiu principalmente o Estado, a usura e a formação da riqueza, e Xenofonte ocupou-se da agricultura e do sistema tributário.

Em Roma, Catão propôs uma nova distribuição de terras, Varrão advogava o retorno aos campos como meio de evitar o empobrecimento das massas e do Estado, e Columela e Paládio pregavam a diversificação das atividades agrícolas. (ROSSETTI, 1994)

Durante a Idade Média, mesmo sob a égide da crença das leis divinas incentivadas por quem delas se locupletava, a livre utilização dos campos e das águas permitia que as pessoas, precariamente, atendessem às suas necessidades de sobrevivência e de sustento de suas famílias.

O destaque deste período é o esforço da Igreja para desempenhar as funções sociais que sempre lhe foram atribuídas. Desenvolveu um pensamento econômico próprio, fiel à ética professada historicamente, buscando reduzir os danos causados pela debilidade da produção e proteger os consumidores. Consideravam-se pobres

aqueles portadores de deficiências físicas e psíquicas, normalmente pela Igreja e pela própria comunidade.

O expoente escolástico responsável pela formalização do pensamento econômico da Igreja foi Tomás de Aquino (1225-1274). Os assuntos econômicos tratados na sua vasta produção literária versavam, em especial, sobre comércio, utilização de propriedade privada, sistema de preços e lucro como remuneração do trabalho e não como um fim em si.

Com o advento da Revolução Comercial, os campos e as águas passaram a ter donos e a serem cercados para o pasto das ovelhas, objetivando atender à indústria têxtil nascente. A consequência foi a expulsão dos camponeses e a agudização da pobreza, uma vez que se viram privados de suas fontes de sobrevivência.

Os cientistas sociais que têm se dedicado ao estudo do tema pobreza, entre eles sociólogos, antropólogos e historiadores, produziram um vasto material de reflexão sobre essa indesejável condição social, o que resultou em metodologias e em olhares diversos sobre o tema.

A própria definição de “pobreza” não é unívoca. Ora é homogeneizadora, ora revela a existência de distintas variações. Verificando o verbete “pobreza” em dicionários de Sociologia, por exemplo, encontra-se sua concepção mais geral baseada no sentido de carência: “[...] situação na qual pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver” (JOHNSON, 1997, p. 176). Depara-se, também, com assertivas que apontam a historicidade do termo pobreza, indicando um processo de resignificação semântica:

Historicamente, e no âmbito social, a pobreza sempre foi vista como a antítese da riqueza ou então como a separação entre ricos e pobres. Há um século, os termos opostos começaram a se transladar para o campo da chamada questão social, referente à relação mais ou menos conflitiva entre patrões e empregados (SILVA, 1986, p. 906).

Sendo uma expressão originalmente latina, a pobreza, de acordo com Michel Mollat (1989), diversificou-se a partir dos séculos XII e XIV. De acordo com ele, quando referir-se ao termo ‘pobre’, deve-se levar em consideração que a função qualitativa da palavra precedeu o seu uso substantivo. Uma pessoa que é **pobre** passa a ser um **pobre**.

A pobreza designa inicialmente a qualidade, depois a condição de uma pessoa de qualquer estado social atingida por uma carência. [...] Devemos, ainda, tomar em consideração que os homens são sempre mais ou menos pobres que outros. Alguém pode ser pobre aos olhos de um empresário bem sucedido e rico ante um favelado. Trata-se de um termo relativo e polissêmico. Falamos em um indivíduo 'pobre de espírito', no 'pobre diabo' e no 'pobre de Cristo'". (MOLLAT, 1989, p. 02).

Entende-se, então, que a definição de pobre e do seu estado é bastante ampla. Para alguns autores, o pobre é aquele que, de maneira permanente ou temporária, vê-se em uma situação vulnerável, de dependência e humilhação, que se caracteriza pela privação dos meios de sobrevivência que lhe assegurariam a força e a consideração social necessária para ser aceito, tais como: honorabilidade de nascimento, capacidade intelectual, dinheiro, influência, relações, poder, qualificação profissional, ciência, vigor físico, liberdade e dignidade pessoal (MOLLAT, 1989).

O fenômeno da pobreza é algo complexo de ser estudado ou mesmo mensurado. Bronislaw Geremek (1995), um historiador muito conhecido no estudo de tal fenômeno, compartilha desta opinião e diz que em épocas diferentes, muda-se a função principal da imagem do pobre, altera-se a ordem dos valores em que ele está inscrito, modifica-se a avaliação ética e estética dessa personagem.

Majid Rahnema (2000), em seu livro "Dicionário de Desenvolvimento", especificamente no capítulo sobre a pobreza, diz que são inúmeras as percepções e as palavras em diversos idiomas que a caracterizam. O autor cita, por exemplo, que na língua persa havia mais de 30 expressões para designar aqueles que eram tidos como pobres. Mostra também que na África eram utilizadas cinco ou mais palavras para identificar a pobreza e que na Idade Média eram mais de 40 expressões só de origem latina para designar os pobres.

Descrevendo o surgimento da pobreza como um problema social, o mesmo autor assevera que:

[...] foi somente depois da expansão da economia mercantil, dos processos de urbanização levando ao empobrecimento massivo e, por certo, da monetização da sociedade, que os pobres passaram a ser definidos como carentes daquilo que os ricos podiam ter em termos de dinheiro e posses. (RAHNEMA, 2000, p. 230).

Codes (2008), inspirada na obra de Castel (2010) e Mestrum (2002), diz que as tradições de pesquisas e análise sobre o fenômeno da pobreza remontam às promulgações das primeiras *Poor Laws*²⁸ do período elisabetano da Inglaterra, de 1531-1601²⁹.

Autor imprescindível quando se trata da questão da pobreza é o Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen. Segundo ele, a pobreza pode ser definida como: “uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido” (SEN, 1999 *apud* CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 05).

3.2.1 Conceitos e requisitos da pobreza

Como enfatizado anteriormente, as estratégias para a superação, combate e redução da pobreza são temas recorrentes, bastante antigos, que constam da agenda de assuntos econômicos, sociais e políticos, tanto nas esferas internacionais como nacionais. A partir dos anos 1990, alcançou-se um dos grandes consensos sobre a questão da pobreza: especialistas passaram a ter opiniões convergentes quanto a ser o fenômeno da pobreza complexo e multidimensional, tanto nas causas que a geram quanto nos efeitos (MIDEPLAN, 2002). Tal consenso exigiu renovação das reflexões e a busca de definições mais amplas, ecléticas e integradas, com o redesenho de medições que sejam coerentes com essa multidimensionalidade consensual.

Uma primeira concordância é a expressão mesma dessa multidimensionalidade na abordagem do fenômeno:

O que se entende por pobreza?. Segundo a definição básica, é a falta de acesso ou domínio dos requisitos básicos para manter um nível de vida aceitável. Isso significa que uma pessoa é pobre se não tem suficiente alimentação ou carece de acesso a uma combinação de serviços básicos de educação, atenção de saúde, moradia,

²⁸ Leis dos Pobres

²⁹ Originalmente, a preocupação com a pobreza encontrava-se refletida na dinâmica daquelas leis, que se consistia em organizar a “caça aos vagabundos” e em obrigar todos os indivíduos considerados saudáveis ao trabalho.

sistemas de proteção social e empregos adequados. (MIDEPLAN, 2002, p. 04, tradução nossa)³⁰

No debate em torno da pobreza e de como superá-la, o primeiro lugar, na esfera do **conhecimento**, é ocupado pela maneira como se deve definir e medir a pobreza. E em segundo lugar, que seria o campo da **ação** propriamente dita, está a escolha das políticas e estratégias para enfrentá-la. Os nexos que são estabelecidos entre os dois eventos são cruciais, a ponto de Kanbur e Squire (1999) afirmarem que a definição de pobreza é o motor para a seleção de políticas³¹.

Considerando a definição, essa se tem ampliado no transcurso das duas últimas décadas,

[...] desde um enfoque centrado nas variáveis econômicas de renda ou consumo, a outras que têm incorporado dimensões da vida das pessoas, tais como a longevidade, analfabetismo e condições de saúde, ou bem, a vulnerabilidade, o risco, e a “impotência e a falta de voz”, entre outros condicionantes que afetam significativamente aos pobres. (MIDEPLAN, 2002, p. 05)³²

São diversas as definições clássicas de pobreza:

- A pobreza existe quando uma ou mais pessoas estão ou caem abaixo de um certo nível de bem-estar econômico considerado como um mínimo razoável, seja em termos absolutos ou pelos padrões de uma sociedade específica (LIPTON; RAVALLION, 1993).
- A pobreza é definida como a incapacidade de obter um padrão de vida mínimo. (BANCO MUNDIAL, 1990).
- A pobreza significa falta de necessidades físicas, bens e renda. Inclui, - mas é mais do que o fato de ser pobre por renda (CHAMBERS, 1995)

³⁰ ‘qué se entiende por pobreza’. Según la definición básica, es la falta de acceso o dominio de los requisitos básicos para mantener un nivel de vida aceptable. Esto significa que una persona es pobre si no tiene suficiente alimentación o carece de acceso a una combinación de servicios básicos de educación, atención de salud, vivienda, sistemas de protección social y empleo adecuados.

³¹ La definición de pobreza es el motor para la selección de políticas.

³² [...] desde un enfoque centrado en las variables económicas de ingreso o consumo, a otras que han incorporado dimensiones de la vida de las personas, tales como la longevidad, analfabetismo y condiciones de salud, o bien, la vulnerabilidad, el riesgo, y la “impotencia y la falta de voz”, entre otros condicionantes que afectan significativamente a los pobres.

- Uma pessoa é considerada pobre se ele ou ela não tem acesso (ou não tem a capacidade de acesso) a um pacote de bens, serviços e direitos estabelecidos normativamente (CEPAL, 1997)
- Se o desenvolvimento humano é sobre o aumento de escolhas, a pobreza significa que as oportunidades e escolhas mais básicas para o desenvolvimento humano são negados - de viver vida longa, saudável e criativa e desfrutar de um padrão de vida decente, liberdade, auto-estima e respeito ao outro (PNUD, 1997) .

Vislumbra-se neste conjunto de definições a busca de um consenso geral, caracterizando a pobreza como um fenômeno multidimensional por envolver muitos aspectos materiais e não materiais, a exemplo da renda, saúde, carências relacionadas com a liberdade, dignidade, autoestima e direitos das gerações, onde estes elementos estão diretamente correlacionados entre si. Este ecletismo conceitual criou a necessidade de ampliar a definição da pobreza para melhor caracterizar o fenômeno e em consequência, a mudança nas estratégias e políticas para reduzi-la (KANBUR; SQUIRE, 1999).

Com essa ampliação, as definições que se orientavam basicamente em variáveis econômicas como a renda e o consumo, foram sendo agregadas a outras variáveis que deram origem a novos enfoques conceituais e medidas de pobreza.

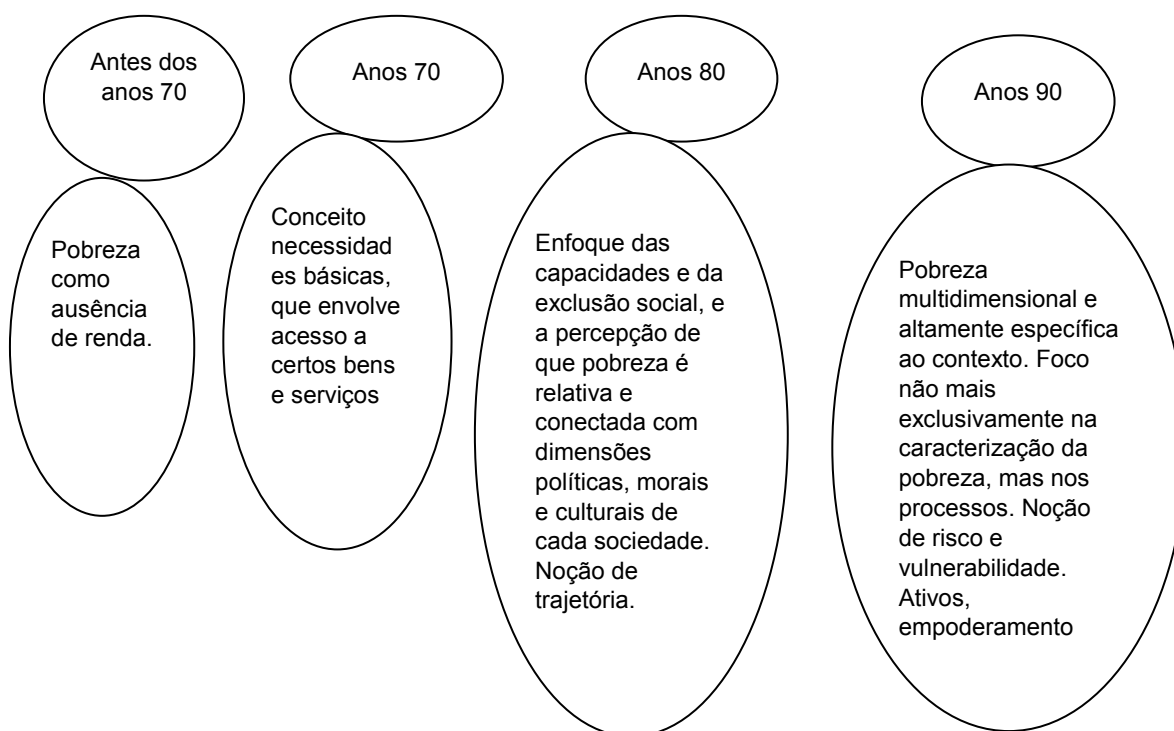
Laderchi, Saith e Stewart (2003 apud CARNEIRO, 2005) registram os pontos diversos que fazem a distinção dos enfoques e as diferentes estratégias de mensuração:

- o grau em que os parâmetros utilizados em um conceito podem ser aplicados sem alterações significativas em outros;
- a ênfase em aspectos objetivos ou subjetivos na mensuração do fenômeno;
- a visão uni ou multidimensional da pobreza; seleção de unidades de análises (indivíduos, famílias, territórios);
- definições de cadeias de causalidade da pobreza e estratégias para a sua superação.

Com base nessas considerações, Amartya Sen (1999), estabeleceu a identificação de certa linha temporal graficamente representada que vale a pena ser

reproduzida, tendo em vista a inteligência da identificação das várias etapas que orientaram o pensamento a respeito da pobreza e os eventos substantivos que acompanharam o movimento das idéias sobre ela. Na figura elaborada por Carneiro (2005, p. 36) está muito bem ressaltado o enfoque das capacidades de Sen (1999), que se constitui num divisor de águas, desenvolvido a partir das críticas ao enfoque do utilitarismo e às concepções de bem-estar daí derivadas.

Figura 1 – Enfoque sobre a pobreza em uma linha temporal



Fonte: CARNEIRO, 2005, p.36

3.2.1.1 *Enfoque Biológico*

O marco desse enfoque é o famoso estudo de Seebohm Rowntree (1902), que definiu as famílias em situação de pobreza primária³³ como aquelas sem

³³ O estudo de Rowntree, em 1902, foi o primeiro *survey* realizado sobre a pobreza na cidade de York. Sua intenção foi a de estimar, com base nos padrões nutricionais mínimos recentemente estabelecidos, a linha de “pobreza primária”, definida a partir de padrões nutricionais acrescidos de custos com roupas e moradia. Diferentemente de Booth, os dados de Rowntree foram recolhidos diretamente em uma amostra de 2/3 dos domicílios existentes, sendo que os entrevistadores foram

condições de ao menos manter a simples eficiência física. Tal requerimento de sobrevivência foi utilizado também frequentemente para a eficiência no trabalho e para definir uma linha de pobreza. Isso se deve ao fato de que a fome é claramente o elemento mais flagrante da pobreza.

O uso deste enfoque tem sido bastante atacado recentemente por apresentar sérios problemas:

1) Variações significativas de acordo com as características físicas, as condições climáticas e os hábitos de trabalho. Os requerimentos nutricionais são difíceis de estabelecer com precisão e encerram uma arbitrariedade intrínseca;

2) Para converter requerimentos nutricionais mínimos em requerimentos mínimos de alimentos é preciso selecionar os bens específicos. As rendas que permitem satisfazer os requerimentos nutricionais dependem em grande medida dos hábitos de consumo das pessoas;

3) É difícil definir os requerimentos mínimos para os itens não alimentares.

É interessante ressaltar que depois de questionar cada um dos procedimentos do enfoque biológico, que se pode fazer: ignorar simplesmente este enfoque? Ou verificar se algo fica que mereça salvar-se? Rowntree (1899) afirma que fica algo.

A respeito da imprecisão, o problema não é se os padrões nutricionais são vagos, mas sim se a imprecisão é do tipo requerido. O exercício de identificação, segundo o enfoque nutricional, não tem que passar em absoluto pela etapa intermediária da renda.

Parece claro que a desnutrição tem um lugar central na concepção da pobreza. A forma precisa que este lugar tem de especificar-se está ainda por estudar-se, mas a tendência recente a descartar todo

orientados para observar domicílios nos quais, embora apresentando uma renda para manter eficiência mínima, as pessoas viviam em situação de pobreza, designada "pobreza secundária". Ao distinguir entre pobreza primária e secundária, Rowntree postulou causas diferentes para os dois tipos de pobreza como também a dimensão relativa existente a ser incorporada na mensuração da pobreza. Existem padrões de estilo de vida ou de bem estar considerados aceitáveis - contextual e temporalmente - como mínimo adequado (LADERCHI, 2003, p.7) e essa condição não permitiria que se considerasse a pobreza sob uma forma absoluta, supondo, sem problematização, a possibilidade de se estabelecer uma linha de demarcação entre pobres e não pobres de forma inequívoca e imune a questões valorativas (CARNEIRO, 2005).

o enfoque é um exemplo notável de refinamento fora de lugar (SEN, 1999, p. 23)

3.2.1.2 *O enfoque da desigualdade*

As transferências dos ricos para os pobres podem ter um impacto bastante importante na pobreza em muitas sociedades. Mesmo no tocante à linha da pobreza tem-se que levar em conta os padrões contemporâneos na comunidade de que se trate. Desta maneira, a pobreza poderia parecer muito similar à desigualdade entre as pessoas mais pobres e o restante da comunidade.

Defendem este tipo de afirmação Miller e Roby (1967), segundo os quais seus interesses se centram em fechar as brechas entre os que estão abaixo e os que estão melhor em cada dimensão da estratificação social.

Para Amartya Sen (1999), a desigualdade é um problema diferente da pobreza e analisar-se pobreza como um problema de desigualdade, ou vice-versa, será uma injustiça para os dois conceitos. Não há subsunção de um ao outro, embora os dois conceitos estejam relacionados. Ignorar informações sobre morte, inanição e fome; e ainda admitir outro sistema de distribuição que possa erradicar a pobreza, mesmo sem uma expansão das capacidades produtivas de um país, são fatos que nos levam ao convencimento de que o papel da desigualdade na prevalência da pobreza pode considerar-se na análise desta, sem equiparar-se com ela.

3.2.1.3 *Pobreza Relativa*

A literatura sociológica tem se valido da privação relativa para analisar a pobreza. Sendo o homem um animal social, é concebível admitir que a privação seja relativa. Nesta linha de entendimento são privilegiados os conceitos de sentimentos de privação e condições de privação. Peter Townsend (2002) desenvolveu um estudo a respeito destes últimos conceitos, advogando que as condições de privação são uma melhor aceção e sobre os papéis implícitos e explícitos dos dois conceitos, além da busca dos grupos de referência que se escolhem para fins comparativos.

3.2.1.4 *Um juízo de valor*

Muitos autores têm expressado de maneira convincente a concepção de que a pobreza é um juízo de valor, ou seja, a pobreza, como a beleza, está nos olhos de quem a percebe (ORSHANSKY, 1969). Indo de encontro a este enfoque, Sen(1999) afirma ser importante distinguir as várias maneiras em que a moral se pode incorporar no exercício da medição da pobreza. Não é o mesmo afirmar que o exercício é prescritivo de *per si* e dizer que deve tomar nota das prescrições feitas pelos membros da comunidade. Descrever uma prescrição prevalecente constitui um ato de descrição, não de prescrição.

Algumas perguntas são elaboradas por aqueles que estudam e medem a pobreza, neste particular. Para ilustrar a resposta a estas perguntas, cumpre registrar um escrito realizado há mais de duzentos anos por Adam Smith (1996):

[...] por bens necessários entendo não só os indispensáveis para o sustento da vida, mas todos aqueles cuja carência é segundo os costumes de um país, algo indecoroso entre as pessoas de boa reputação, mesmo entre as de classe inferior. A rigor, uma camisa de linho não é necessária para viver. Os gregos e os romanos viveram de uma maneira muito confortável apesar de não conhecerem o linho. Mas em nossos dias, na maior parte da Europa, um honrado jornalista se envergonha se tiver que apresentar-se em público sem uma camisa de linho. Sua falta denotaria esse desonroso grau de pobreza ao que se presume que ninguém poderia cair senão por causa de uma conduta dissipada. O costume tem convertido, do mesmo modo, o uso de sapatos de couro na Inglaterra em algo necessário para a vida, até o ponto de que nenhuma pessoa de um ou outro sexo ousaria aparecer em público sem eles (SMITH, 1996, p.769).

3.2.1.5 *A importância da definição de políticas de combate à pobreza*

Há uma questão essencial que diz respeito a certos padrões a serem obedecidos em relação à medição da pobreza. Os padrões devem ter muito que ver com noções amplas de aceitabilidade, mas isto não equivale a refletir objetivos precisos das políticas vigentes ou recomendadas. Se, por exemplo, a sociedade

pensa que é preciso salvar as pessoas de morrer de fome ou de frio, então será preciso definir a pobreza como ausência de comida e teto necessários para conservar a vida, definindo-se ações e políticas nessa direção. Em sociedades onde as rendas são baixas, as comunidades dificilmente podem comprometer-se além da sobrevivência física, entretanto, há outras sociedades mais capazes de apoiar seus cidadãos dependentes e aqueles que não o são.

Detectam-se dois problemas quanto à determinação de políticas adequadas para enfrentamento da pobreza: o primeiro decorre do fato de que as políticas públicas são uma função da organização política e dependem de fatores que incluem a natureza do governo, as fontes de poder e a força emprestada por outras organizações.

Em segundo lugar, o problema se refere ao entendimento do que sejam políticas, não necessariamente a política pública atual, mas as recomendações amplamente sustentadas pela sociedade. Nesse particular, Sen (1999) sustenta que a definição da política adequada se baseia em decisões quanto à forma e à extensão dos benefícios a serem direcionados para os mais pobres, defendendo este argumento com base no vínculo da superação da pobreza com o desenvolvimento econômico.

3.2.1.6 Padrões de necessidades e agregações

Quanto a este aspecto específico, existe uma dificuldade fundamental tendo em vista que os padrões de necessidades variam de uma sociedade para outra. O desdobramento desta dificuldade se estende aos elementos de comparação entre as sociedades, que nos obrigam inclusive a considerar como aceitável algum grau de arbitrariedade e ambiguidade na descrição da pobreza, com repercussões imediatas no tocante aos programas de ação e às políticas correlatas de combate ao fenômeno, cujo contorno depende de uma série de variáveis, que podem diferir muito de um para outro país, estabelecendo-se portanto diferenças significativas nos modos de seu enfrentamento e nos resultados esperados de tais políticas.

3.3 CONCEPÇÕES SOBRE POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO

Considerando que o enfoque monetário concebe a pobreza como condição exclusivamente econômica, e o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas envolve a noção de privações, tratar-se-á a partir de agora dos chamados novos enfoques teóricos que subsidiam as estratégias voltadas para a superação da pobreza.

3.3.1 O enfoque das capacidades básicas insatisfeitas: o divisor de águas

O Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen estabeleceu uma espécie de **divisor de águas**, quando enfocou o conceito de capacidades, pensado e elaborado como consequência das críticas à abordagem do utilitarismo e às concepções de bem-estar daí originadas³⁴. As contribuições formuladas são responsáveis pela ampliação dos enfoques que ultrapassam a renda e a utilidade, segundo De Haan (2000). Essa ampliação conceitual tem ocorrido em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento.

Na perspectiva de Sen, a pobreza é entendida e definida enquanto carência ou privação de **capacidades**, classificando como pobres aqueles que dispõem de poucas capacidades básicas para tomar parte do meio social, que não têm oportunidades para conseguir chegar a níveis mínimos de aceitabilidade de realizações, evento que pode não depender da renda que as pessoas dispõem.

Sen recusa a medida de bem-estar através do utilitarismo e também a maximização da utilidade como suposto de comportamento, e critica os fundamentos éticos do utilitarismo (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 14). Na visão de Sen, o bem-estar é considerado em relação à **realização do potencial humano**, tido como a liberdade de pessoas vivenciarem a existência que valorizam. A renda passa a ser meio para a aquisição do bem-estar e não o bem-estar em si. Nesse enfoque há um respeito pleno às diferenças entre os indivíduos, enfatizando que as

³⁴ A complexidade da perspectiva de Amartya Sen é significativamente maior do que a apresentada aqui. Suas concepções têm originado debates extremamente positivos tanto no âmbito acadêmico quanto nos âmbitos da economia, da filosofia e das teorias do desenvolvimento. Nesse breve recorte será mostrada a articulação que as contribuições de Sen determinam entre o enfoque econômico e o sociológico da pobreza.

diferenças de idade, saúde, condição física e contexto social, dentre outras, vão determinar necessidades diferentes, de tal modo que alguns indivíduos necessitam de uma maior quantidade de recursos do que outros para alcançar as mesmas realizações (LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003, p. 14).

Em tese, a renda, para Sen, possibilita a realização de uma capacidade, mas a centralidade está na capacidade e não na renda. Esta, como já vimos, é somente o meio e não o fim, os objetivos de uma boa vida incluem viver uma vida longa, saudável e criativa, desfrutar de um nível de vida decente, com liberdade, dignidade, auto-estima e respeito (MIDEPLAN, 2002, p. 11). Isto nos leva a considerar que o eixo do enfoque é a expansão das oportunidades, do aumento das capacidades básicas para que as pessoas possam desfrutar de uma vida com dignidade.

Existe o esforço, por parte de alguns autores, para realçar as semelhanças entre a abordagem monetária e a das capacidades³⁵; mesmo assim existe uma mudança de foco. Quanto à abordagem monetária, a ideia central se estabelece nos recursos privados que os indivíduos têm acesso; na abordagem das capacidades, o foco do exame está na vida que as pessoas podem ter. Nessa perspectiva é importante a formulação de uma pergunta: tendo em vista as oportunidades disponíveis em uma dada sociedade, quais podem ser os constrangimentos e possibilidades fornecidas pelas condições sociais, políticas ou econômicas que existem para proporcionar uma vida digna aos seus membros?

Carneiro (2005, p. 43), baseada em Sen, esclarece:

A abordagem de Sen destaca-se do conjunto dos enfoques apresentados, pois vai além da preocupação dominante com a mensuração da pobreza. Ao ser calcada em pressupostos e concepções próprias dos estudos sobre ética, economia, teoria da justiça e filosofia política e econômica, insere a dimensão da liberdade no centro da discussão sobre pobreza, justiça e direitos humanos. Uma passagem, dentre outras tantas possíveis, permite evidenciar o ponto, que trata das origens filosóficas das concepções de Amartya Sen. Para Aristóteles, de acordo com Sen, uma vida empobrecida é aquela na qual o indivíduo não tem liberdade para desenvolver atividades que tenha razões para escolher.

³⁵ Estes autores enfocam que ambas as concepções, monetária e das capacidades, seguiriam uma perspectiva individualista: privação de utilidade ou fracasso das capacidades passam a fazer parte ao plano do indivíduo, mesmo que as comunidades e a vizinhança possam agir como relevantes determinantes para a conquista do bem-estar individual. As duas concepções empregam padrões de avaliação externos (independentes do que os pobres percebem sobre sua condição), sendo que nenhuma delas se preocupa com as causas e a dinâmica da pobreza (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 20).

Adam Smith, 200 anos antes já desenvolvera a mesma concepção: para o pai da economia clássica, a definição das necessidades tem como ponto de partida os efeitos sobre a liberdade das pessoas para terem vidas não empobrecidas. No centro da análise sobre pobreza Smith colocou as noções de inclusão e exclusão, em especial na definição de necessidades para viver a vida de maneira decente, levando em conta também a capacidade de aparecer em público sem sentir vergonha ou humilhação. Na expressão de Smith:

[...] por coisas necessárias eu entendo que não apenas as mercadorias indispensavelmente necessárias para a manutenção da vida, mas o que sempre o costume do país considera indecente para pessoas de credibilidade, mesmo de ordem menor, estarem sem [...]. O estar personalizado tornou sapatos de couro um bem necessário da vida na Inglaterra. A pessoa digna mais pobre, de qualquer sexo, teria vergonha de aparecer em público sem eles (SMITH, 1776, p.769 apud SEN, 2000, p. 07, tradução nossa)³⁶.

A concepção das capacidades amplia o horizonte da pobreza para além dos níveis materiais. Entretanto, mesmo reconhecendo o componente relacional o foco se mantém no espaço dos indivíduos, no âmbito das capacidades que dão acesso para os indivíduos ao exercício da liberdade. A operacionalização da concepção das capacidades é dificultada porque se refere principalmente ao futuro, à capacidade de ser e de fazer algo. De maneira especial enfatizam-se as noções de autonomia e atuação, consequências da abordagem das capacidades. Estas noções permanecem nos enfoques da exclusão e da vulnerabilidade e adquirem maior materialidade ao se trabalhar com as noções de ativos e empoderamento.

3.3.2 Exclusão social: dimensões relacionais da pobreza

3.3.2.1 Conceito da exclusão social

A abordagem das capacidades, ao trazer para o centro do debate o tema da liberdade, recuperando suas raízes aristotélicas, relativas ao pertencimento a um todo social (Sen, 2000), articula-se com a

³⁶ "by necessities I understand not only the commodities which are indispensably necessary for the support of life, but what ever the custom of the country renders it indecent for creditable people, even the lowest order, to be without [...] Custom has rendered leather shoes a necessary of life in England. The poorest creditable person of either sex would be ashamed to appear in public without them"

perspectiva da exclusão social, a partir dos temas relacionados ao pertencimento, identidade e coesão social. A emergência da concepção de exclusão social agrega outro olhar sobre a pobreza, ressaltando a presença, na caracterização desse fenômeno, de aspectos subjetivos, relativos a valores, identidade, crenças e comportamentos, apontando para a dimensão relacional presente na produção e reprodução da pobreza” (CARNEIRO, 2005, p. 44).

O conceito de exclusão social surgiu na Europa na segunda metade dos anos 1960 e referenciava as pessoas desempregadas e não dotadas de seguro social.

Com as grandes transformações socioeconômicas ocorridas na Europa houve, entre outras dificuldades, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento do desemprego e a queda dos salários reais, fatores que impactaram diretamente na ampliação de uma gama de problemas sociais até então desconhecidos no continente europeu.

Adicione-se ao contexto anterior o envelhecimento da população, que produziu altos custos de manutenção dos serviços sociais, potencializando uma crise importante no interior dos Estados de Bem-estar. Sendo assim, o conceito de exclusão social foi atribuído a grupos desempregados, isto é, vinculou-se em especial com o mercado de trabalho.

Foram surgindo a partir dos anos 1970 outras formas de desvantagem e o tema começou a ser debatido na França dentro de um ambiente de crise econômica. O significado do conceito foi se expandindo e começou a ser aplicado a um número bem maior de pessoas, grupos e problemas sociais. A exclusão passa a ser entendida como uma falta de adaptação de certas pessoas ou grupos no contexto de crise econômica.

Mesmo com a recuperação da economia européia a partir dos anos 1980, alguns setores da sociedade se mantêm fora do processo de crescimento. Uma série de anomalias sociais foram constatadas que não podiam ser solucionadas nem dependiam do sucesso ou fracasso econômico. O conceito de exclusão social não mais seria uma problemática de grupos periféricos e desviados, para tornar-se uma situação que impactava setores ativos e chaves dentro da sociedade.

Dessa maneira, em meados dos anos 1980 o conceito de exclusão não se relacionava apenas com o aumento do desemprego, mas também com a instabilidade dos laços que mantinham unidos os sujeitos com a sociedade. A

exclusão expressava não apenas privações materiais, mas indicava incapacidade da sociedade de manter a coesão social.

A exclusão social é, então, concebida como um processo gradual de destruição dos laços sociais e simbólicos - com significados econômico, institucional e individual - que normalmente ligam o indivíduo à sociedade. Excluída, a pessoa corre o risco de ser privada do intercâmbio material e da troca simbólica com a sociedade como um todo (DE LOS RÍOS, 1996, p. 29, tradução nossa)³⁷.

O marco teórico deste enfoque apresenta como uma das características o surgimento de distintos paradigmas que se baseiam em enfoques diferentes sobre a ordem social, as relações entre pessoas e sociedade, e os direitos e obrigações. Estes são o paradigma da **solidariedade**, o paradigma da **especialização** e o paradigma **monopólico**.

Pode-se definir a exclusão social em termos bastante simples como “o processo que surge a partir de um debilitamento ou ruptura dos vínculos que unem o indivíduo com a sociedade àqueles que o fazem pertencer ao sistema social e ter identidade em relação a este” (GACITÚA, 2001, p. 29). Assumindo esta concepção se chega a uma nova forma de diferenciação social entre aqueles que estão incluídos e aqueles que estão excluídos.

Um detalhe característico da exclusão social é que deve ser entendida como um processo dinâmico, mais do que uma situação, quer dizer, que a mudança que experimenta é consequência daquelas efetivadas na sociedade.

À luz do exposto anteriormente, tem-se afirmado que a exclusão social se torna diferente de acordo com o contexto em que se elabora a análise: a exclusão é uma construção social circunstancial, realizada particularmente por cada sociedade.

Outra característica importante é a sua **multidimensionalidade**. Segundo De los Ríos (1996), o conceito de exclusão envolve três dimensões básicas: a primeira delas é a dimensão econômica, que focaliza os processos que impedem grupos ou indivíduos a terem acesso aos meios que lhes permitiriam fazer parte dos sistemas produtivos, obstaculizando o alcance da renda necessária para satisfação de suas necessidades básicas; a segunda é a dimensão política, análise que relaciona

³⁷ La exclusión social entonces se concibió como un proceso gradual de quebrantamiento de los vínculos sociales y simbólicos - con significación económica, institucional e individual - que normalmente unen al individuo con la sociedad. La exclusión acarrea a la persona el riesgo de quedar privada del intercambio material y simbólico con la sociedad en su conjunto.

exclusão social e cidadania, enfatizando processos geradores de desigualdades de direitos entre os componentes de uma sociedade, quer dizer, direitos civis, políticos e sociais; e a terceira dimensão é a sociocultural, expressando os processos que impedem a inclusão de pessoas e grupos ao cotidiano e à dinâmica da sociedade, podendo criar-se na precariedade ou na ausência de inclusão nas redes primárias, na relação entre pessoas e instituições sociais e no rompimento entre certos indivíduos ou grupos com a dimensão cultural da sociedade.

Os autores citados argumentam que estas dimensões têm possibilidade de relacionarem-se umas com as outras, e que possuem importâncias diferentes. Sendo assim, a exclusão tem gradações e intensidades diversas (MIDEPLAN, 2002).

É possível identificar de outra forma as dimensões do conceito de exclusão. Trata-se da distinção entre exclusão social nos mercados (trabalho, bens e serviços), no político e institucional (participação e representação), no cultural (identidade, percepção, conhecimento e valores) e no espacial (território, localização geográfica).

Ainda é possível fatores de exclusão que poderão vir a se manifestar indistintamente, tanto de forma conjunta quanto separada, tais como os fatores institucionais e os mecanismos socioculturais (normas, valores, prejuízos). Nos mecanismos socioculturais a exclusão se manifesta mediante a distribuição e/ou valoração desigual de bens simbólicos e identidade (gênero, idade, cultura, etnia, etc).

Identifica-se no conceito de exclusão social uma outra característica, a realização de escolhas por uma visão das relações sociais, mais do que das habilidades de grupos e indivíduos: a exclusão em si mesma é uma construção dentro da sociedade que se origina entre indivíduos, grupos e instituições, a partir da interação estabelecida entre eles.

A exclusão se atribui a si própria como uma relação com padrões específicos de integração. Como cada sociedade estabelece seus modos de integração, estar excluído se define a partir do que é estar incluído. Nessa perspectiva, no interior de cada sociedade se identifica movimentos de desintegração e integração: “as exclusões relevantes estão em relação com processos de desintegração permanentes e em certa medida irreversíveis, que geram desvantagens de longo prazo e que impedem participar na sociedade e nos benefícios que ela oferece” (DE LOS RÍOS, 1996, p. 30).

3.3.2.2 *Exclusão como processo: desfiliação e o lugar do trabalho e da sociabilidade.*

No debate sobre a exclusão social, Robert Castel desponta como um autor central. No seu livro *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário* (2010) é dada ênfase especial às trajetórias para melhor compreensão dos processos de exclusão social, denominados por ele de **desfiliação**. Respalhado nas mudanças do mundo do trabalho, esse termo tem como referência a perda de raízes e “situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes, inúteis e desabilitados socialmente” (KOWARICK, 2002, p. 73).

As transformações econômicas e sociais baseadas na questão social, tendo como requisito principal a integridade do tecido social, são tratadas por Castel como:

[...] a aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama de uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (CASTEL, 2010, p. 30).

Com base nas análises das mudanças no âmbito social, Castel (2010) salienta em especial o surgimento de “inúteis para o mundo, pessoas e grupos que se tornaram supranumerários face as novas competências sociais econômicas” (CASTEL, 2010, p. 32). No conjunto das trocas sociais os explorados de ontem não eram dispensáveis. Com as mudanças nas sociedades contemporâneas, outras questões são postas sobre o pauperismo. Os desintegrados, os vulneráveis e os desfiliaados de agora compõem um mesmo conjunto, mas a unidade deles continua a ser problemática. Castel (2010, p. 34) argumenta: “o que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com uma hemorragia de desfiliação que ameaça deixar exangue todo o corpo social?”.

Os termos desfiliação e invalidação social são preferidos por Castel (2010) ao de exclusão, por acreditar ele ser a exclusão um conceito estanque, não sendo capaz de trazer a lume processos, percursos e trajetórias que a determinam. A desfiliação tem como foco a constatação dos processos que se movimentam da

integração à vulnerabilidade, ou da vulnerabilidade para a “inexistência social”. O objetivo que se extrai desta noção em movimento é:

[...] dimensionar este novo dado contemporâneo: a presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, do pequeno trabalho à ocupação provisória... - quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto em que estão ou que vão se tornar? (CASTEL, 2010, p. 23).

Na análise da questão social o autor identifica o surgimento de uma nova instabilidade, com o desaparecimento do trabalho como eixo de integração social ou como “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 2010, p. 24). A centralidade é assumida então pelas relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social, passando a ser a “vulnerabilidade social uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (CASTEL, 2010, p. 24).

A concepção de vulnerabilidade é constituída de maneira geral pelo trabalho e sociabilidade. Castel (2010) argumenta ainda que o nível econômico, acompanhado pela instabilidade e regularidade do trabalho, e a dimensão social, tratando das redes de sociabilidade primária – família, vizinhança, comunidade – formam quatro zonas: de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação. A integração refere-se a uma situação de emprego estável e relações sociais sólidas; a vulnerabilidade reflete uma fragilização das possibilidades de inserção produtiva e social; a assistência trata do recebimento de subsídios públicos como maneira de impedir um desligamento social e econômico; e a desfiliação retrata uma situação de desemprego e de perda dos vínculos sociais (KOWARICK, 2002).

O equilíbrio existente entre estas zonas fornece a coesão de um conjunto social. Conseguir controlar e reduzir as zonas de vulnerabilidade é determinante para a “estabilidade de sua estrutura”. Para Castel (2010) permanece uma pergunta: a fratura na zona de integração, a expansão da zona de vulnerabilidade e a

desfiliação teriam como única solução a expansão da zona de assistência? (KOWARICK, 2002).

A centralidade, no enfoque da exclusão (desfiliação), põe em exposição os processos e trajetórias para âmbitos que ressaltam a importância das relações sociais na geração do fenômeno.

Na obra de Serge Paugam (2003) há um bom exemplo da abordagem que se acabou de explicitar. Ao analisar o processo da exclusão com respeito ao sistema francês de proteção social, Paugam (2003), de maneira mais concreta que Castel (2010), traz para a análise das trajetórias as categorias de dinâmica e processo, ao analisar os percursos das famílias em situação de pobreza, destituição ou exclusão social, ressaltando diferentes condições de vulnerabilidade que solapam a ordem e a coesão social.

Com base na produção francesa sobre o tema da exclusão social, Paugam (2003), levanta a questão da “desqualificação social” (“desfiliação” de Castel), estabelecendo relações entre a desqualificação e os serviços de proteção social.

O enfoque de Paugam (2003), está incluído na área de uma sociologia compreensiva³⁸:

[...] que busca recuperar, para além das condições objetivas da pobreza, o sentido e o significado que as pessoas conferem à sua situação vivida, tendo como pano de fundo questões relativas à construção da identidade, status e resistência ao estigma, variáveis centrais para compreender o processo de desqualificação social, tendo como foco grupos e indivíduos que gravitam, com intensidade distinta, em torno do sistema francês de proteção social. (PAUGAM, 2003, p. 48).

Carneiro (2005), analisando o enfoque de Paugam (2003), destaca as três fases do processo de desqualificação social: os *fragilizados*, correspondentes aos indivíduos que estão em situação temporária de vulnerabilidade, sem emprego e sem renda; os *assistidos*, relacionados com a dimensão da dependência dos

³⁸ “A perspectiva original é de Simmel que, dentre os clássicos da sociologia, analisou a construção social da pobreza, vendo a pobreza sob a perspectiva das representações sociais, das interações que delimitam um problema e denominam a realidade e o grupo dos pobres e excluídos. Essa abordagem traduz uma visão sociológica da pobreza, salientando a construção social dessa categoria, sendo os pobres definidos a partir de sua inserção nos sistemas de assistência social. Simmel afirma que a “pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica” (SIMMEL, 1998, apud LAVINAS, 2003, p. 32).

indivíduos ao sistema de proteção social e se encontram resignados com essa situação; e os *marginalizados*, que representam a ruptura do processo de assistência, constituindo o último processo de desqualificação social.

3.3.2.3 *As comparações entre os conceitos de pobreza e exclusão social*

O conceito de pobreza admitido pelas políticas sociais apresenta fundamentalmente um caráter técnico, não dispondo de um paradigma único a partir do qual possam ser entendidas e explicadas a dinâmica e a forma de reprodução das situações de pobreza. A vantagem que apresenta é a possibilidade de operacionalização do fenômeno. Nessa perspectiva é permitido afirmar que o conceito de exclusão pode ao mesmo tempo melhorar e complementar a análise da pobreza, porquanto leva em conta uma maior quantidade e variedade de fenômenos.

A abrangência do conceito de exclusão social não está condicionada apenas à grande quantidade de referenciais empíricos que têm a capacidade de elucidar os significados dos processos de exclusão, a exemplo do Centre for Analysis of Social Exclusion/ London School of Economics, Banco Mundial, Banco Interamericano, International Institute for Labour Studies/ UNDP; CEPAL; United Nations Development Programme/UNDP; Comparative Research Programme on Poverty/ CROP, entre outros, mas sim primordialmente por causa das múltiplas utilizações e significados do conceito de exclusão estarem presentes em diversos paradigmas das Ciências Sociais e diferentes ideologias políticas, trazendo à lume olhares diferentes a respeito da reintegração social e, em resumo, revelando diversos valores e visões de mundo (SILVER, 1995 p. 60 – 61).

Identificados como tipos ideias weberianos, os paradigmas da **solidariedade**, inspirada em Rousseau e Durkheim – dimensão coletiva, coercitiva e vinculadora da ordem social, ameaçada pela exclusão; da **especialização**, visão individualista da ordem social no que diz respeito ao método – afinada com o liberalismo – impossibilidade dos indivíduos terem participação livre nas trocas sociais; e do **monopólio**, exclusão como consequência da disputa de interesses conflitantes – noção weberiana de status como categoria central, perspectiva da social democracia, cidadania como fonte de integração – desvendam visões diferentes no

que diz respeito à ordem social, os seus fundamentos e os seus elementos explicativos centrais. Essas considerações tornam claros os usos diversificados do termo exclusão: “escolher uma definição significa aceitar a bagagem teórica e ideológica associada a ele” (SILVER, 1995, p. 70, tradução nossa)³⁹.

O conceito de pobreza leva consigo uma característica essencialmente econômica e a abordagem da exclusão possui uma visão bem mais ampla e integradora das desvantagens sociais, posto que não as transforma em elementos puramente materiais.

A concepção da pobreza apresenta uma tendência a definir tal condição como um **estado de relativa autonomia**, secundarizando as suas relações com outras formas de desvantagens. A condição de exclusão, ao contrário, objetiva efetivar interações entre as diversas dimensões de exclusão.

Define-se a pobreza como um atributo de determinados indivíduos ou grupos, sem se procurar o estabelecimento das relações que lhe dão origem, enquanto que a exclusão tem sido identificada a partir das suas origens como uma construção coletiva, fruto das interações e relações estabelecidas entre diferentes atores sociais.

A exclusão absoluta é tida como uma condição estática, quer dizer, se é ou não se é pobre de acordo com certas circunstâncias que podem ser medidas ou comparadas em certo instante no tempo. A exclusão é, ao contrário, um processo dinâmico traduzido no movimento constante que é gerado mediante as interações sociais cotidianas.

Para resumir as vantagens do conceito de exclusão social, Mideplan (2002), especifica abaixo os seguintes pontos:

- O enfoque da exclusão pretende situar-se enquanto temática central no interior da vida social. A sua contrapartida está na questão da inclusão e ambas formam o eixo da questão da integração social;
- O conceito de exclusão dispõe de um potencial prático, fornecido principalmente pela multiplicidade de dimensões que se pode usar como referência;

³⁹ Choosing one definition means accepting the theoretical and ideological baggage associated with it.

- O conceito de exclusão social apresenta outra vantagem, através do reconhecimento e incorporação das diferenças específicas entre áreas geográficas;
- O enfoque de exclusão apresenta inúmeras desvantagens consideradas como formas de exclusão social. Além da pobreza, este enfoque incorpora outras formas de desvantagens como as socioculturais e políticas. Deste ponto de vista o conceito de exclusão amplia o quadro de desvantagens existentes na sociedade.

3.3.2.4 *A exclusão social e as políticas sociais*

O ponto de partida do enfoque da exclusão é a concepção de que se trata de uma problemática construída no interior da sociedade. A exclusão é antes de tudo uma relação social que é formada entre indivíduos, grupos e instituições. A invisibilidade de certos grupos em relação à sociedade a que pertencem é de responsabilidade das interações sociais. Neste sentido torna-se imprescindível a atuação de outros atores sociais para a eliminação das desvantagens sociais e também para a intervenção efetiva dos setores excluídos no planejamento e na execução nas iniciativas de integração.

Considera-se também como outra dimensão o não-assistencialismo. Neste caso, a orientação das políticas deve obedecer à criação de habilidades para a constituição de cidadãos autônomos em relação ao Estado, as intervenções precisam estimular as iniciativas e atividades de comunidades, famílias e indivíduos que objetivem a aquisição de competências para buscar a inserção na sociedade, ou seja, devem auxiliar o empoderamento.

Outro tópico importante a considerar ao avaliar as políticas sociais:

[...] é o fato de que elas tenham sido apontadas como uma prioridade para a superação da pobreza e melhoria da condição de renda e necessidades básicas não satisfeitas. A abordagem da pobreza favorece a definição de desvantagens essencialmente econômicas e materiais, muito restrito para tematizar as múltiplas e

variadas formas de desvantagem que existem dentro da sociedade (MIDEPLAN, 2002, p. 31, tradução nossa)⁴⁰.

Do ponto de vista da exclusão, as desvantagens não se reduzem a carências econômicas e materiais dos excluídos. Assim, os esforços teriam a tendência de identificar desvantagens ou exclusões mais sutis que estejam em operação e que se constituam em chaves na geração de modos de desintegração profunda no interior da sociedade.

As propostas de políticas sociais para este enfoque, de acordo com o Mideplan (2002, p. 31) são as abaixo especificadas:

- Para a inclusão social os programas deverão tender para a integralidade e a multidimensionalidade;
- Programas precisam ser universais para garantir direitos, e localizados para possibilitar a minimização de riscos e diminuição da vulnerabilidade;
- O acompanhamento e avaliação do impacto e das políticas dos programas devem ultrapassar a medição agregada da pobreza e fazer presentes indicadores de vulnerabilidade e risco social;
- Em todas as fases das políticas e programas devem-se incorporar instrumentos de participação que garantam que serão consideradas as características socioculturais.

É importante, ao levar em conta o enfoque da exclusão nas políticas sociais, o contexto social e geodemográfico, locais de desenvolvimento das unidades de análises, geralmente os domicílios ou os indivíduos. As várias formas de desvantagens sociais estão incluídas nas redes de maior amplitude de interação, que precisam ser consideradas para a superação destas desvantagens.

⁴⁰ [...] es el hecho que ellas se han orientado de modo prioritario a la superación de la pobreza como mejora en la condición de ingresos y en las necesidades básicas insatisfechas. El enfoque de la pobreza privilegia una definición de desventajas esencialmente económicas y materiales, demasiado restringidas para la tematización de las múltiples y cambiantes formas de desventajas que existen dentro de la sociedad.

3.3.2.5 O enfoque da vulnerabilidade, a proteção social e o manejo social do risco

3.3.2.5.1 A vulnerabilidade no marco da proteção social

É flagrante na população latino-americana a percepção de incerteza, desamparo e insegurança na origem das robustas transformações socioeconômicas que caracterizaram as décadas de 1980, 1990 e início do século XXI.

Essa percepção tem estreita ligação com as condições de vida que têm sido modificadas no tocante ao acesso a emprego, rendas, consumo, moradia, crédito, seguridade social, entre outros. A confirmação dessas percepções tem a ver com a exposição maior dos países aos impactos da conjuntura econômica internacional, com a volatilidade dos mercados, o aumento da informalidade e a precariedade do trabalho, as oscilações nos salários reais, a saída do Estado na prestação de serviços básicos e as mudanças que estão acontecendo nas constituições familiares. Levando em consideração essas e outras dificuldades, emergem diferentes níveis de vulnerabilidade, tanto para indivíduos quanto para domicílios e comunidades.

A maneira como é trabalhado o conceito de desfiliação em Castel (2010), focalizando as trajetórias que conduzem à invalidação social, possibilita a agregação ao conceito de exclusão de outro fenômeno importante, o da vulnerabilidade. Esse tipo de visão teórica aproxima-se de maneira mais imediata à empírica, ao marcar posições distintas das pessoas e grupos no processo de exclusão, e torna possível diferenciar zonas e tipos diferentes de vulnerabilidade, o que gera trilhas mais diretas para a interferência pública, tanto a nível de assistência quanto a nível de proteção social.

A abordagem da vulnerabilidade auxilia a mudança na maneira de entender a pobreza. Ao invés da exclusão e vulnerabilidade orientarem-se por uma pesquisa *ex post*, como os enfoques mais tradicionais da pobreza, a preocupação nesta linha de entendimento obedece a uma concepção de vulnerabilidade *ex-ante*, para identificar as possíveis causas da vulnerabilidade à pobreza.

A partir dos anos 1995 emerge o enfoque da vulnerabilidade, originário das abordagens da marginalidade (anos 1960 e 1970 na América Latina), acompanhado dos referentes à exclusão social (anos 1980 e 1990 na Europa).

O enfoque da vulnerabilidade foi visualizado a partir dos estudos sobre o fenômeno da pobreza que ultrapassavam a unidimensionalidade da renda e buscavam também determinar dimensões psicossociais, educacionais, laborais, políticas e familiares. O potencial do enfoque da vulnerabilidade está em fornecer um instrumental analítico que combina diversos fatores com o objetivo de melhor explicar as dinâmicas de reprodução das desigualdades e desvantagens sociais.

O enfoque que associa pobreza à vulnerabilidade parte de uma literatura distinta da que examina o fenômeno da exclusão. Vulnerabilidade articula-se frequentemente com a ideia de risco e, conseqüentemente, com as estratégias de enfrentamento, prevenção e mitigação dos riscos. Liga-se diretamente com o campo da proteção social, o que não ocorre com o enfoque da exclusão, cujos trabalhos concentram-se ou na discussão conceitual sobre características peculiares do conceito e sua novidade ou se dedicam ao esforço de mensuração e estabelecimento de indicadores, tanto objetivos quanto subjetivos, para a identificação dos excluídos. A hipótese aqui é que a junção entre essas duas formulações - **exclusão e vulnerabilidade** – pode ampliar a capacidade das políticas locais para enfrentar a pobreza, pois possibilitaria adotar um marco analítico mais abrangente para subsidiar o desenho de alternativas de inclusão e redução das zonas de vulnerabilidades, tendo como foco a pobreza crônica. (CARNEIRO, 2005, p. 64 – 65).

3.3.2.5.2 O conceito de vulnerabilidade como noção multidimensional

A vulnerabilidade é concebida como “um processo multidimensional que conflui no risco ou probabilidade do indivíduo, domicílio ou comunidade de ser ferido, lesionado ou debilitado frente as mudanças ou permanência de situações externas e/ou internas” (MIDEPLAN, 2002, p. 32).

Várias são as maneiras como a vulnerabilidade social de sujeitos e coletivos pode se manifestar, desde fragilizada e indefesa ante as mudanças do entorno, até como descaso institucional do Estado; assim, a debilidade interna impede o enfrentamento das mudanças que os indivíduos e os domicílios poderiam aproveitar, face as oportunidades que surgem; como também é impeditiva a permanente

insegurança que paralisa, incapacita e desmotiva o pensar estratégico e o atuar no futuro para alcançar maiores patamares de bem-estar (BUSSO, 2001).

O indivíduo, domicílio ou comunidade sofre uma deterioração no nível de bem-estar como resultado de sua exposição a certos tipos de risco quando ocorrem situações de fragilidade, desamparo e incapacidade de defesa. Sendo assim, pode-se inferir que a base da vulnerabilidade se encontra na relação entre um interior e um entorno, cujas características levam a classificar como vulnerável a unidade de análise.

Três componentes centrais fazem parte do enfoque da vulnerabilidade: os ativos; as estratégias de uso dos ativos e o conjunto de oportunidades que oferece o mercado, o Estado e a sociedade aos indivíduos, domicílios e comunidades. Os tipos de ativos podem ser: físico, financeiro, humano (o Capital Humano) e social (o Capital Social) (MIDEPLAN, 2002).

A capacidade de responder que terão os indivíduos, domicílios ou comunidades depende dos ativos combinados com as estratégias. Ao mobilizar os ativos surgem as estratégias adaptativas, defensivas ou ofensivas, tendo como objetivo, ao mudar o conjunto de oportunidades, robustecerem a quantidade, qualidade e diversidade de ativos à disposição para possibilitar o acesso às oportunidades que o entorno disponibiliza.

Para os domicílios vulneráveis, respostas frequentemente encontradas estão nas estratégias de mobilização de ativos; diversificação de atividades que valorizam os ativos; e a aquisição ou geração de diferentes tipos de seguros, formais e informais, como defesa da possibilidade de impactos adversos. Ao se tratar dessas três estratégias, constata-se que os setores mais pobres são aqueles que apresentam desvantagens relativas maiores e que os tornam mais vulneráveis, sendo criado, portanto, um ambiente propício para a implantação de políticas públicas.

A vulnerabilidade é, sem dúvida, uma noção multidimensional, porquanto impacta diferentes níveis de bem-estar de diversas maneiras e com distintos graus de intensidade. Isto ocorre tendo em vista os diversos tipos de vulnerabilidade a que se está sujeito: vulnerabilidade econômica, ambiental, física, social, judicial, política, cultural, etc.

Vários fatores que determinam o nível de vulnerabilidade se relacionam, por um lado, com os riscos naturais e sociais, e por outro com os recursos e estratégias disponíveis aos indivíduos, domicílios e comunidades.

O fortalecimento da capacidade de resposta dos grupos que apresentam desvantagens sociais exige a diminuição de seus graus de vulnerabilidade face aos impactos vindos do seu exterior. Esta capacidade vai depender dos ativos possuídos e se segmentam, segundo Busso (2001), nos aspectos especificados abaixo e que se relacionam entre si:

- Características positivas de recursos internos;
- Capacidade de prever e determinar o grau de exposição a riscos;
- Características desejáveis da resposta;
- Envolvimento tanto na organização quanto na participação de indivíduos e grupos expostos a riscos;
- Nível de gravidade do choque externo.

3.3.2.5.3 Implicações do enfoque da vulnerabilidade

Em relação às diferentes abordagens que buscam expandir o conceito de pobreza e desvantagem social, pode-se fazer a seguinte distinção: enquanto a exclusão e vulnerabilidade se sobrepõem em vários aspectos, a abordagem centrada na exclusão social se refere a um processo de enfraquecimento dos laços sociais que ligam o indivíduo à comunidade e à sociedade, enquanto o foco de vulnerabilidade refere-se à condição de indivíduos, famílias ou comunidades que são mais susceptíveis de serem afetadas negativamente, e com menor capacidade de responder às mudanças no seu entorno. Por conseguinte, é possível observar que ambas as abordagens são complementares, e que a população que pode ser caracterizada como pobre também pode ser excluída e vulnerável no tocante às suas condições para inserir-se adequadamente no conjunto das oportunidades sociais (MIDEPLAN, 2002, p. 33, tradução nossa)⁴¹.

⁴¹ En relación a los distintos enfoques que intentan ampliar la concepción de pobreza y desventajas sociales, se puede hacer la siguiente distinción: si bien los enfoques de exclusión y vulnerabilidad se traslapan en varios aspectos, el enfoque que se ha centrado en la exclusión social hace referencia a un proceso de debilitamiento de los vínculos sociales que unen al individuo con la comunidad y la sociedad, mientras que el enfoque de la vulnerabilidad hace referencia a las condiciones de los individuos, hogares o comunidades que tienen mayor probabilidad de ser afectados de forma negativa y, con menor capacidad de respuesta ante cambios en el entorno. En consecuencia, es posible observar que ambos enfoques se complementan, en tanto la población que puede caracterizarse como pobre puede también ser excluida y vulnerable en cuanto a sus condiciones para insertarse en forma adecuada en el conjunto de oportunidades sociales.

O Estado e o mercado, para além de sua contribuição na geração de um cenário adequado para o desenvolvimento econômico, sociocultural, político e ambiental para os cidadãos, necessitariam fortalecer a quantidade, qualidade e diversidade de ativos e estimular hábitos de comportamento que diminuíssem a vulnerabilidade em qualquer que seja o grau de agregação.

Assim, o cenário, os incentivos e as estratégias poderiam ser acopladas à noção de vulnerabilidade, tanto na prevenção e impedimento de riscos quanto na reparação e compensação dos impactos gerados a partir de alterações no entorno.

Vale ressaltar as potencialidades desta abordagem, que permite abrir a discussão sobre a articulação dos fatores especificados abaixo: “1 – As dotações iniciais e as formas de reprodução de ativos; 2 – O uso de estratégias diferenciadas por parte de indivíduos, domicílios e comunidade em diferentes dimensões; e 3 – A conformação de cenários socioeconômicos e políticos sob responsabilidade de governos de todos os níveis” (BUSSO, 2001, p. 33).

As inter-relações destes aspectos identificariam certos grupos da população e territórios com características de vulnerabilidade, superando as medições de desvantagem sociais com base nas medições de pobreza.

Conclui-se que o incentivo à geração, reprodução, diversificação e fortalecimento dos ativos se posiciona como eixo de ação para a ideia de vulnerabilidade. Esse eixo é centrado naquilo que determina as forças exógenas e endógenas que impactam os ativos e as estratégias de indivíduos, domicílios e comunidades inseridos no conjunto de oportunidades oferecidas pelo mercado, o Estado e a sociedade.

3.3.2.5.4 Os sistemas de proteção social

Os efeitos negativos das políticas macroeconômicas sobre os grupos mais vulneráveis, que perturbam de maneira importante as variáveis socioeconômicas como a renda, o acesso a saúde e a escolaridade, são as raízes do surgimento dos sistemas de proteção social.

Nos países latino-americanos, apesar das políticas macroeconômicas que são implantadas para promover o crescimento estável e generalizado, a redução da pobreza tem sido de pequena intensidade.

Nesse sentido, o conceito de proteção social segue a orientação dos governos para estabelecer e apoiar sistemas de proteção social, programas e redes de seguridade, objetivando diminuir os efeitos negativos das políticas macroeconômicas, em especial nos grupos pobres, independentemente da ocorrência de crises.

Nesse particular, o setor público tem implantado alguns tipos de instrumento de proteção social. Hicks e Wodon (2001) ressaltam cinco deles, especificados a seguir:

- Programas de assistência laboral

Estes programas objetivam a geração de empregos através de projetos de obras públicas. São dirigidos às pessoas em situação de pobreza, localizando-as através da focalização geográfica. O emprego é por tempo limitado e a remuneração abaixo do preço de mercado, para incentivar os beneficiários a voltar para o mercado formal.

O maior problema desses projetos é que muitas vezes se emprega pessoas que estão trabalhando pela primeira vez ou donas de casa, o que torna a qualidade das obras públicas notoriamente deficientes. A vantagem se refere a capacidade de expandir-se com rapidez e chegar aos grupos mais pobres.

- Fundos de Investimento Social

Constituem-se numa resposta do Banco Mundial para evitar os problemas ligados aos programas de obras públicas de emergência.

São frequentes os financiamentos dos programas de nutrição, assistência técnica e microcrédito, além daqueles destinados a infraestrutura de pequena escala. Os maiores beneficiários são aqueles cujo foco está nas zonas rurais e pobres, financiando-se a mão de obra e os materiais dos respectivos projetos. Sua vantagem está na participação da comunidade local e sua debilidade é que não funcionam como uma rede de seguridade propriamente dita.

- Programas de nutrição e alimentação

São várias as formas de adoção destes programas, sendo uma delas fornecer alimentação direta aos necessitados. Uma outra alternativa são os cupons para a compra de alimentos.

Frequentemente esses programas são vinculados a outros referentes à saúde, especialmente de atenção da saúde materno-infantil.

- Transferências em efetivos condicionantes

Consistem em distribuir pagamentos em espécie aos domicílios. Esses programas surtem mais efeito nos países desenvolvidos que possuem bons sistemas administrativos.

Esses programas normalmente se vinculam à obrigação de acompanhamento na escola ou práticas sanitárias saudáveis, e visam também a eliminação do trabalho infantil.

- Seguro desemprego e outros programas

A frequência destes programas na América Latina não tem a mesma amplitude que nos países desenvolvidos, face aos custos serem bastante elevados.

Trata-se de um pagamento de indenização por término de contrato de trabalho. Adiciona-se a isso um plano de seguro desemprego, considerando os aportes mensais das folhas de pagamento e/ou do empregador, atribuindo direito ao trabalhador de receber um pagamento mensal num tempo limitado, cujo valor é muito baixo para não desestimular a procura ativa de trabalho. Face às características dos países da região, com a exclusão dos setores informal e rural, estes instrumentos não alcançam as áreas onde existem muitos pobres.

Conclui Busso (2001), no confronto de vantagens e desvantagens desses tipos de rede de seguridade, que uma rede ideal necessitaria levar em conta as características brevemente delineadas abaixo:

- Ter o foco naqueles que provavelmente serão mais afetados pelas crises, e selecionar os instrumentos a serem usados normalmente no enfrentamento pelos impactados;
- Disponibilizar uma cobertura suficiente da população que se quer atingir, principalmente os conjuntos mais vulneráveis, excluídos;
- Focalizar-se nos pobres, definindo regras claras quanto à elegibilidade e término de trabalho, de tal forma que a conexão seja simples e previsível;
- Ter a supervisão de instituições já existentes e que se desenvolvam de maneira satisfatória;
- Ser anticíclica e algumas vezes aplicar-se automaticamente quando houver desencadeamento de fatores previamente concordados;
- Ser sustentável em termos fiscais; operacionalizar benefícios com rapidez e fazer com que a maioria dos custos passe a desenvolver redes de renda;
- Complementar os programas de rede de seguridade e outras ferramentas de proteção social, mesmo que tenham caráter privado, ressaltando-se que a ideia é complementar e não substituir os programas;
- Reduzir a sua amplitude de maneira proporcional à medida que a crise vai diminuindo.

Alguns problemas devem ser realçados ao se implementar redes de seguridade. Um desses problemas é conseguir implantar novas instituições que tenham alcance nacional e sejam eficazes. Torna-se muito mais fácil aproveitar-se de redes de seguridade que já existam e tenham demonstrado bom funcionamento.

Um segundo problema é quanto à capacidade dos países para administrar estes programas. Assim, torna-se imperiosa a complementação da capacidade administrativa, sustentabilidade fiscal, aceitabilidade política, cobertura na intervenção e eficiência na focalização (MIDEPLAN, 2002, p.35).

Outro aspecto a salientar diz respeito à proliferação de programas menores em várias instituições do governo, problema que deve ser sanado pela constituição

de uma coordenação em âmbito interministerial capaz de evitar a duplicação ou superposição de programas com o mesmo desiderato.

3.3.2.5.5 A proteção social no marco conceitual do manejo social do risco (MSR)

A ampliação da definição tradicional de proteção social conforme Holzman e Jorgensen (2000), é fruto da potencialidade do marco conceitual do Manejo Social do Risco (MSR), pelo qual a proteção social compreende intervenções públicas para ajudar pessoas, domicílios e comunidades a melhorar seu manejo de risco e proporcionar apoio àqueles que se encontram em pobreza extrema.

Adotando tal perspectiva, a definição tradicional de proteção social apresenta alguns problemas: dá-se excessiva ênfase ao papel do setor público; há uma tendência a ressaltar os custos e gastos das redes, secundarizando seus efeitos potenciais positivos no desenvolvimento econômico; quando da classificação das interferências de proteção social e programas setoriais, se oculta o que existe em comum; e oferece pequena orientação sobre uma redução efetiva da pobreza.

Adiciona-se ao exposto anteriormente que os programas planejados com base neste marco tradicional têm obtido um sucesso bem moderado na mitigação da pobreza. Em consequência, para que se permita um melhor desenho de programas de proteção social como um dos fatores estratégicos para a redução da pobreza, é necessário que se estabeleça uma nova definição.

A idéia proposta na nova definição é que esta deve visualizar “a proteção social como intervenções públicas para assistir pessoas, domicílios e comunidades a melhorar seu MSR e proporcionar apoio aos que se encontram na extrema pobreza” (HOLZMAN; JORGENSEN, 2000, p. 36).

O MSR é baseado na ideia fundamental de que todas as pessoas, domicílios e comunidades podem ser considerados vulneráveis a inúmeros riscos. Nesse sentido, existe um nexos entre a pobreza e a vulnerabilidade, uma vez que a exposição aos riscos dos pobres é bem maior e estes possuem acesso restrito aos mecanismos de enfrentamento. Torna-se evidente, portanto, a maior urgência no trabalho de elevar sua proteção social.

Essa nova visão é importante na medida em que apresenta o conceito como uma rede de proteção que objetiva, além de proteger, auxiliar na superação da

pobreza, concebendo a intervenção como um investimento na geração de Capital Humano.

Na nova definição de proteção social alicerçada no MSR existe uma combinação de mecanismos tradicionais – intervenções direcionadas ao mercado laboral, programas de seguro social e redes de proteção social – com instrumentos que envolvem ações para a melhoria dos mecanismos de MSR com base no mercado e na informalidade.

Identificam-se abaixo os principais elementos do marco de MSR:

- Estratégias de MSR (redução, mitigação e superação de ocorrências negativas);
- Sisemas de MSR segundo o nível de formalidade (informais, de mercado e proporcionadas ou gestionadas pelo setor público); e
- Atores no MSR (indivíduos, domicílios, comunidades, ONG's, instituições de mercado, governos, organizações internacionais e a comunidade mundial em geral).

O grupo ao qual se refere é quem determina a medição do risco. A medida adequada do risco para os muito pobres é a máxima perda possível de bem-estar, conseqüentemente instrumentos pertinentes serão aqueles que reduzem a perda ao mínimo. Para os indivíduos que se localizam ao redor da linha de pobreza a melhor medida é reduzir ao mínimo a probabilidade de cair para baixo da linha. Portanto, as ferramentas adequadas serão as que tornarem possíveis a uniformização do consumo mediante a poupança/despoupança. Por último, para os mais aquinhoados em renda, a perda adequada é o desvio da renda e em consequência os mecanismos pertinentes deverão ser a diversificação da carteira dos seguros.

São três as categorias que fazem parte das estratégias do MSR:

- Estratégias de prevenção, que apresentam como objetivo diminuir a possibilidade de um risco adverso e são aplicadas antes que os riscos se produzam. É interessante observar que na redução do risco existe a interferência da gestão macroeconômica, as regulações e as políticas de desenvolvimento institucional que agem como escudo para impedir a ocorrência das crises;

- Estratégias de mitigação, cuja finalidade é reduzir o possível impacto de um risco de deterioração. São incluídos nessas estratégias a diversificação da renda e os mecanismos de seguros formais e informais; e
- Estratégias de superação, elaboradas para tornar menos grave o efeito de risco na medida em que for produzido.

Faz-se mister salientar a ampliação das fronteiras da proteção social a partir do marco conceitual do MSR. O papel das políticas públicas é importante na diminuição da vulnerabilidade dos grupos. A proteção social é promovida quando da diminuição da vulnerabilidade, característica dos grupos em condição de pobreza. Isto significa que inúmeras áreas das políticas públicas, quando atuam na prevenção dos riscos, se inserem no interior do marco conceitual do MSR.

A distribuição de renda como objetivo principal se constitui em outra maneira de se ampliar as fronteiras da proteção social através do marco teórico do MSR. A melhoria da capacidade de manejar os riscos é importante em termos redistributivos para as condições de bem-estar individual, mas não se requer uma distribuição direta da renda entre as pessoas para alcançar uma distribuição mais igualitária do bem-estar. Deve-se levar em consideração que muitos dos esforços redistributivos ultrapassam o cenário do marco conceitual do MSR e da proteção social.

Nesse marco teórico se insere também o tema da exclusão social. Uma vez que se levam em conta aspectos referentes não só às rendas, mas também à coesão social e temas afins, a proteção social integra o conceito de exclusão social.

Há um problema referente ao setor público que consiste na limitação da esfera da sua proteção social, tendo em vista que o campo da informalidade não permite o acesso dos programas oficiais incorporando novos atores nesse contexto, a exemplo das ONGs e instituições privadas. Se se ampliam os limites da proteção social, alcança-se mais pessoas pobres.

Apesar de apresentarem pressupostos comuns, as abordagens baseadas na visão da vulnerabilidade e riscos podem ser distinguidas, além do manejo de riscos já trabalhado anteriormente, por mais duas matizes e ênfases outras dentro de uma esfera de preocupações de um “paradigma”: os modelos de modos de vida e do portfólio de ativos.

- Enfoque dos modos de vida

A experiência mostra que os mecanismos e sistemas de seguros recíprocos seriam precários, frágeis, inadequados em casos de riscos e choques de grande envergadura e tenderiam a excluir do sistema de troca os mais pobres, que não teriam condições de retribuir favores de forma compensatória (HOLZMAN, JORGENSEN, 2000, p. 09). O isolamento e a fragilização dos vínculos sociais e comunitários são manifestações desse tipo de vulnerabilidade social. A definição elaborada por Chambers e Conway, em 1992, tem sido a mais bem aceita. Nesse sentido:

Um modo de vida compreende as capacidades, ativos (incluindo recursos materiais e sociais) e as atividades necessárias para dar significado à vida. O modo de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar de tensões e choques e manter ou melhorar as suas capacidades e recursos, tanto agora como no futuro, não minando a base de recursos naturais (MURRAY, 2001, p. 06, tradução nossa)⁴².

A amplitude desta perspectiva não permite uma configuração que apresente o enfoque com fronteiras muito definidas. Alguns outros enfoques poderiam compor a área de abordagem dos modos de vida (ODI, 2002). O enfoque surgiu quando do estudo da pobreza nas zonas rurais, nas áreas de interesse sobre o desenvolvimento, e paulatinamente passou a constar da pauta de agências de pesquisa e de financiamento, no contexto das políticas para o desenvolvimento, citando-se, entre elas, CASE, OXFAM, PNUD e DFID.

- Enfoque do portfólio de ativos

A vulnerabilidade de ativos é estudada a partir de duas visões: uma que reflete a sensibilidade do sistema (indivíduo, família, comunidade) com respeito aos eventos externos, e outro que expressa sua resiliência, ou seja, a facilidade e rapidez com que um sistema se recupera do *stress* (MOSER, 1998). Essas duas dimensões permitem identificar condições diversas de vulnerabilidade.

⁴² A livelihood comprises the capabilities, assets (including both material and social resources) and activities required for a means of living. A livelihood is sustainable when it can cope with and recover from stresses and shocks and maintain or enhance its capabilities and assets both now and in the future, while not undermining the natural resource base.

Dentro dessa linha de raciocínio o foco está nas estratégias e nos recursos que os pobres conseguem mobilizar para enfrentar situações de privação. A concepção de portfólio de ativos, que ganhou notoriedade a partir da formatação dada por Moser (1998), contribuiu para expandir o acervo de ativos, incorporando elementos importantes como o Capital Social e o papel das relações familiares como componentes de um *portfólio* de ativos. A abordagem nesse aspecto particular destaca tópicos de natureza mais sociológica, a exemplo de laços e relações familiares e comunitárias.

3.3.2.6 *O direito ao desenvolvimento*

3.3.2.6.1 O desenvolvimento como direito humano

Esta abordagem constitui a sistematização elaborada à luz dos documentos oficiais lançados pela mais alta comissão de direitos humanos das Nações Unidas e tem como base a Declaração do Direito ao Desenvolvimento assinada em dezembro de 1986.

Consta como consenso geral que **o direito ao desenvolvimento é um direito humano**. O processo de construção deste consenso tem originado ampla polêmica tanto no âmbito dos foros das Nações Unidas quanto fora deles. Este consenso foi obtido somente na Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, em Viena (Áustria), com a participação da grande maioria de seus membros.

A declaração e o programa de ação de Viena corroboraram com a adoção do direito ao desenvolvimento como direito universal e inalienável, adicionando inclusive que a característica universal não admite dúvida.

Algumas obras importantes têm tratado do assunto com bastante clareza e competência, a exemplo de “Desenvolvimento como Liberdade” de Amartya Sen, os informes sobre desenvolvimento mundial e as publicações do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que tomaram a si o estudo aprofundado do tema.

[...] o reconhecimento do direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável implica a exigência de legitimar recursos nacionais e internacionais para a sua realização e força os estados e outros organismos da sociedade, incluindo os indivíduos, para

concretizar esse direito. Os direitos humanos são os elementos básicos que fundamentam outros direitos criados pelos sistemas jurídicos e políticos. Portanto, sem dúvida, o dever dos Estados, a nível internacional, bem como de outros órgãos da sociedade civil nacional, é contribuir para a realização desses direitos com a maior prioridade (Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, 2000, p. 37, tradução nossa)⁴³.

Quanto ao direito ao desenvolvimento como um direito humano, este se refere a um processo de desenvolvimento em especial, possuindo dois elementos. O primeiro está ligado à necessidade de que a realização de cada direito humano e de todos eles conjuntamente seja tratada como um processo participativo, responsável e transparente, de tal forma que os benefícios do crescimento e do desenvolvimento sejam distribuídos sem desrespeitar os direitos civis e políticos.

O segundo elemento diz respeito aos objetivos do desenvolvimento, que devem traduzir reivindicações ou direitos de seus titulares, levando em conta a proteção e a promoção de acordo com as regulações internacionais de equidade e justiça.

A equidade, que é fundamental em toda noção de direitos, origina-se na igualdade de todos os seres humanos e está articulada com a imparcialidade e com os princípios de uma sociedade justa. A própria declaração sobre o direito ao desenvolvimento trata da responsabilidade primordial dos Estados na realização deste direito. Se o beneficiário é a pessoa humana, a comunidade internacional deve contribuir para que o Estado cumpra a sua responsabilidade.

Da mesma maneira, na declaração e no programa de ação de Viena se reconhece também a obrigação de todos os Estados e instituições multilaterais para que este direito seja realmente usufruído. Para tanto faz-se necessário a efetivação de políticas no plano nacional com referência às relações econômicas equitativas e o ambiente internacional favorável. Deve-se cuidar para que a promoção de um direito não interfira negativamente em outro.

Para a consolidação dos direitos reconhecidos nos pactos, são inúmeras as resoluções de conferencias internacionais quanto à função que devem desempenhar

⁴³ [...] el reconocimiento del derecho al desarrollo como derecho humano inalienable supone legitimar la exigencia de recursos nacionales e internacionales para su realización y, obligar a los Estados y otros organismos de la sociedad, entre ellos las personas individuales, a realizar ese derecho. Los derechos humanos constituyen los cimientos básicos sobre los que se basan otros derechos creados por los ordenamientos jurídicos y los sistemas políticos. Es por ello incuestionable la obligación de los Estados, a nivel nacional e internacional, así como de otros órganos de la sociedad civil, de contribuir a la realización de estos derechos con la máxima prioridad.

as organizações não governamentais para prevenção da violação destes direitos nos países, quando da operacionalização do enfoque do desenvolvimento fundado nos direitos humanos. As organizações não governamentais devem constituir-se num instrumento da sociedade civil, cuja função é fazer cumprir os direitos humanos.

As funções das organizações não governamentais se ampliam quando da supervisão dos programas de prestação de serviços que exigem participação dos beneficiários na decisão e na distribuição dos benefícios. Apesar da importância das organizações não governamentais, as questões de financiamento, identidade e vocação das ONGs são muito complexas, acarretando a necessidade do exame cuidadoso dessas organizações por parte das entidades que compõem a sociedade civil internacional, em função das suas áreas específicas de atuação e a sua compatibilidade com as diretrizes dos programas desenvolvimentistas.

3.3.2.6.2 Direito ao desenvolvimento e à redução da pobreza

As Nações Unidas apresentam um plano que corresponde à noção de realização progressiva para concretizar passo-a-passo o direito ao desenvolvimento. De acordo com o plano, os países em desenvolvimento devem pôr em prática seus próprios programas com o objetivo de superar as condições de pobreza de maneira sequencial, num período pré-determinado, como método para a realização do direito ao desenvolvimento. Este programa deve constar do processo de realização do direito ao desenvolvimento e constitui-se somente num elemento do programa total, uma vez que este programa total ultrapassa o objetivo de erradicar a pobreza e contempla todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Nesta linha de entendimento, a definição de pobreza adotada por Mideplan (2002, p. 39, tradução nossa)⁴⁴ explicita ser a pobreza

A violação mais abjeta dos direitos humanos, que nega concretamente todas as liberdades às pessoas que a sofrem. A erradicação da pobreza é, portanto, o primeiro passo para a realização progressiva do direito humano ao desenvolvimento.

⁴⁴ La violación más abyecta de los derechos humanos, que deniega prácticamente todas las libertades a las personas que la sufren. La erradicación de la pobreza sería pues el primer paso hacia la realización progresiva del derecho humano al desarrollo.

É importante ressaltar que sua posição se baseia na teoria da justiça, que enfatiza ser a equidade a essência do enfoque com base nos direitos humanos, e que a equidade para se fazer plena obriga que se atente para os grupos mais vulneráveis e menos privilegiados.

Kliksberg (2003,) corrobora com esta visão ao dizer que a pobreza apresenta múltiplas dimensões, e que não se trata apenas de uma questão de deficiências Econômicas:

Ela envolve violações dos direitos humanos em grande escala. Direitos tais como acesso à saúde, constituição de uma família e estabilidade para ela, acesso à nutrição, à educação, ao trabalho, à própria cultura, ser ouvido e poder participar (KLIKSBERG, 2003, p. 21)

As Nações Unidas, através da Resolução nº 217 A, aprovada por sua Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1948, ainda sob o impacto do fim da 2ª. Guerra Mundial e de acordo com o compromisso de garantir à humanidade o cumprimento dos direitos fundamentais do homem, garantiu a todas e a cada uma das pessoas na Terra, “como membro da sociedade”, entre outros direitos, um conjunto de ações protetivas que em última análise convergiram para a superação/erradicação da pobreza, se efetivamente implementados, em escala mundial⁴⁵. São esses os direitos referentes:

à segurança social e à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (art. XXII);

[...]

ao trabalho e a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, uma existência compatível com a dignidade humana”, [e o acesso] “a outros meios de proteção social (art. XXIII);

[...]

a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (art. XXV);

[...]

à instrução [...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (art. XXVI). (ONU, 1948)

⁴⁵ Vide Anexo A – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

De acordo com essa abordagem da ONU (1948), que se configura como um conjunto de medidas em prol do desenvolvimento com justiça social, e no bojo do qual a pobreza representa de fato uma violação dos direitos fundamentais da pessoa humana, a sua erradicação deve contemplar programas que assumam características participativas, responsáveis, transparentes, equitativas e não discriminatórias. Para que se realize um programa de direito ao desenvolvimento, as medidas que têm a finalidade de erradicar a pobreza devem estar contidas no programa de desenvolvimento de cada país, da ONU e dos demais organismos internacionais vinculados ao tema, como o Banco Mundial, a FAO, a Unesco, entre outros.

Na execução de um programa desta natureza, que objetive a erradicação da pobreza, há uma recomendação de Mideplan (2002) para que a taxa de crescimento não seja somente razoável, mas também **sustentável**, e concomitantemente não seja permitida a violação de qualquer direito humano, nem o retrocesso de índices já alcançados desses direitos.

A cooperação internacional, nas modalidades de recursos adicionais, transferência de tecnologia, acesso aos mercados para exportação, etc, dependeria de uma avaliação cuidadosa da capacidade nacional, da poupança interna e das possibilidades comerciais. A esperança reside em que a comunidade internacional venha a cumprir com o seu dever de não se furtar à cooperação.

Muitos outros direitos poderiam constar do programa de erradicação da pobreza. Como ilustração, sugere-se centralizar as ações em direitos tais como a alimentação, atenção primária de saúde e educação primária, por serem fundamentais e terem relação com o direito à vida, já contando com a experiência nestes aspectos da maioria dos países, bem como o apoio internacional da FAO, da OMS, da UNICEF, do Banco Mundial e doadores bilaterais.

Apesar dessa experiência, há uma opinião consensual entre os especialistas no sentido de que, no primeiro momento, sejam priorizados somente alguns desses direitos, porque os programas poderão ficar por demais amplos e a probabilidade de insucesso aumentaria bastante.

A pobreza tem uma dimensão que se relaciona com as rendas e com os recursos que impedem as pessoas de conseguir a capacidade necessária para melhorar, a ponto de ultrapassar de maneira duradoura as linhas de pobreza. Assim, é de suma importância que ao se alocar recursos para educação, saúde e alimentação, não haja qualquer tipo de prejuízo para outros direitos ou objetivos que

componham o programa de desenvolvimento. Os recursos adicionais deveriam então ser somados aos existentes para melhor realização do programa.

Nota-se também que a cooperação integrada, facilitadora da erradicação da pobreza e o desfrute dos direitos de alimentação, saúde e educação, dependem do grau de desenvolvimento de cada um dos países. Os países necessitam de um sistema jurídico que garanta a não violação dos direitos humanos. A operacionalização dessa pretensão é feita através de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos orientada por normas internacionais, que funcione com independência e com uma garantia suficiente de que o país honrará suas responsabilidades em termos de direitos humanos, de acordo com o pacto de desenvolvimento.

No contexto do pacto de desenvolvimento deverá constar o que cabe à comunidade internacional. Os países que cumprem suas obrigações em termos de direitos humanos deverão ter tratamento especial quanto ao acesso aos recursos para implementação do pacto, a despeito de todas as políticas discriminatórias e dos obstáculos à participação comercial, financeira e distribuição adequada do custo adicional para pôr em prática esses direitos.

Quando se trata de recomendações acerca da cooperação internacional é necessário que se saiba que um pacto é apenas um modelo de cooperação internacional e, portanto, torna-se imperioso examinar com cuidado a viabilidade prática desta ideia.

É significativo que esse elenco de recomendações, o Informe sobre o Desenvolvimento Mundial (2000) do Banco Mundial e os documentos sobre as estratégias de redução da pobreza tenham sido elaborados pelo FMI e o Banco Mundial em um cenário de iniciativas que podem vir a beneficiar os países pobres muito endividados.

Os pactos devem então ser estudados em consonância com esses organismos, principalmente considerando que a declaração sobre o direito ao desenvolvimento não se constitui num tratado internacional e não dispõe de ampla base legal. Neste sentido, estas recomendações fazem surgir a necessidade de os atores tomarem decisões por consenso, intentando a mobilização de recursos para tornar possível o direito ao desenvolvimento.

Verifica-se que o estado de desenvolvimento deste enfoque e o seu nexos com estratégias de redução da pobreza ainda estão em nível de debate, análise e

reflexão, despertando especial interesse das instituições que lidam com os direitos humanos, situação que gerará uma linha muito importante de atuação no conjunto das estratégias a serem operacionalizadas para a redução da pobreza no milênio que se inicia.

3.4 A POBREZA NA BAHIA SOB DIFERENTES ABORDAGENS

A Bahia é, como os demais estados da região Nordeste, demasiadamente pobre e desigual. De acordo com a SEI (2011), o fato da Bahia continuar tendo o maior quantitativo absoluto de pessoas (2,4 milhões) em extrema pobreza ou indigência, representando, percentualmente, o 8º lugar entre os estados brasileiros (IBGE, 2010), deve-se, em parte, às características geoeconômicas, mas também à inexistência, durante décadas, de políticas públicas voltadas para esse objetivo.

Com relação à evolução da pobreza na Bahia, algumas pesquisas apontam uma redução, enquanto outras atestam exatamente o contrário. Se observarmos com cuidado, podemos nos dar conta que o que as diferencia é a metodologia, o período estudado e as comparações com os demais Estados. Contudo, a questão permanece: houve ou não uma redução da pobreza na Bahia? Ou, de forma mais direta em termos de política pública, a última década foi positiva no combate à pobreza na Bahia?

Essas perguntas são relevantes porque é preciso ter uma visão clara do quadro social em um determinado período para a avaliação e formulação das políticas públicas. Embora haja um consenso quanto ao caráter multidimensional da pobreza, ela é muitas vezes mensurada observando-se somente uma dimensão (geralmente a renda), o que pode causar avaliações incorretas em termos de políticas públicas (GLENNERTER, 2000; LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003).

Para que isso não ocorra, optou-se por delimitar quatro abordagens da pobreza – renda, necessidades básicas, capacidades e exclusão social – encontradas na literatura (CODES, 2005; COSTA, 2002; HULME, MOORE, SHEPHERD, 2001; LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003; PAUGAM, 2003; ROCHA, 2003; SEN, 2000; GROOTAERT, 2001) e selecionaram-se indicadores que correspondessem a cada uma dessas abordagens.

Na definição da renda foi utilizada a linha de pobreza, a linha de indigência, o hiato de pobreza e o hiato de indigência. Os dois primeiros indicadores são os mais empregados na mensuração da pobreza de forma monetária, enquanto os dois últimos complementaram a análise.

Sob a perspectiva das necessidades básicas, foi utilizado um sistema de indicadores sociais para representar quatro diferentes dimensões da pobreza-renda, educação, saúde e moradia, analisadas de forma desagregada.

Na perspectiva da capacidade, empregou-se um índice sintético amplamente utilizado no mundo, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano -, enquanto para a exclusão social foram empregados alguns indicadores ligados à desigualdade (índice de Gini, Theil e de concentração de renda).

Segundo dados do IPEA (2011), a taxa de pobreza na Bahia passou de 49,5% em 2006, para 44,3%, em 2009, o que representa uma redução de 5,2 pontos percentuais. Estados como São Paulo, no mesmo período reduziram somente 1% dessa taxa.

O percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza passou de 32,7%, em 2008, para 30% em 2009, ao passo que o Índice de Gini passou de 0,560 em 2008 para 0,557 em 2009. Atualizando os valores de 2008 e 2009 para agosto de 2010, a ampliação no rendimento médio da população baiana em 2008 foi de R\$ 406,89, passando para R\$ 431,23 em 2009 (SEI, 2011).

Ainda de acordo com SEI (2011) o passivo social na Bahia é histórico e de grande amplitude, o que justifica uma preocupação especial dos governos federal e estadual em enfrentar o desafio de reversão desse quadro. O que não é fácil, pois grande parte da pobreza na Bahia, além do aspecto da renda, está associada a outras dimensões, como falta de água, baixa escolaridade, analfabetismo e a reduzida produtividade da agricultura familiar.

Tal quadro começou a ser enfrentado a partir de 2003, com as políticas de transferência de renda do governo federal e o aumento do poder de compra das famílias. O percentual de pobres caiu de 12% para 5% no Brasil, e de 24,4% para 9,8% na Bahia, entre 2003 e 2009, pelo critério do Banco Mundial (CARLEIAL; MORAIS; CASTRO NETO, 2011, p. 58):

Em 2003, eram aproximadamente 6,8 milhões de baianos vivendo em condição de pobreza, número que, em 2009, estava em torno dos 4,3 milhões, uma variação absoluta de 2,5 milhões de pessoas que

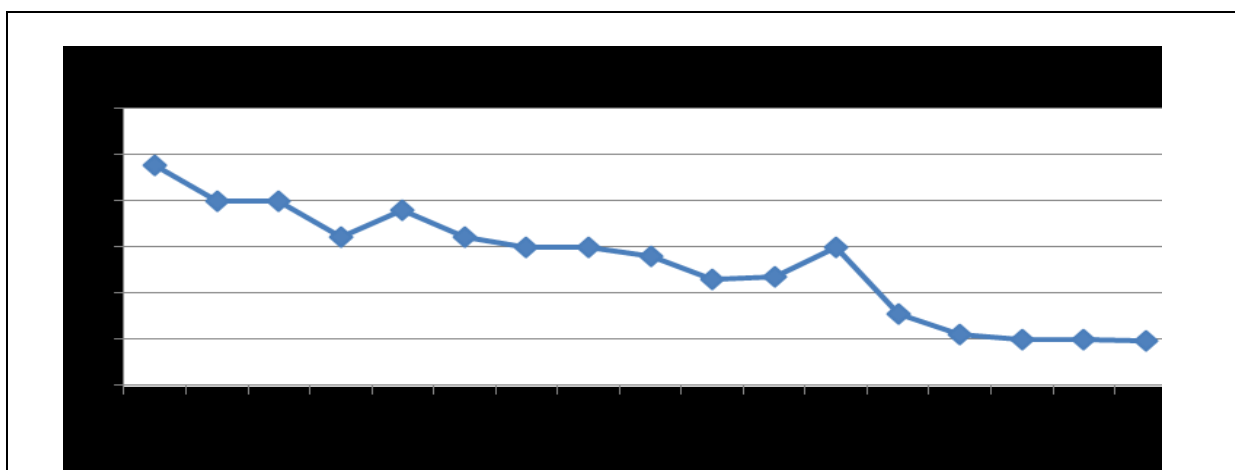
saíram da situação de pobreza. Comparando-se com 1992, constata-se uma redução de 39% do número de pessoas vivendo com renda domiciliar inferior a meio salário mínimo.

3.4.1 Pobreza na Bahia segundo critérios do Banco Mundial

De acordo com os critérios utilizados pelo Banco Mundial, mensuramos a pobreza na Bahia de três formas:

- 1- São considerados pobres aqueles que vivem com menos de um salário mínimo de renda *per capita* mensal; o valor em vigor na época da pesquisa do Censo 2010 era de R\$ 510,00;
- 2- São considerados indigentes todos aqueles que vivem com renda domiciliar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo;
- 3- São considerados extremamente pobres aqueles que vivem com menos de US\$ 1,25 de Paridade do Poder de Compra (PPC) diários.

Gráfico 1 – Percentual da população sobrevivendo com menos de U\$ 1,25 PPC por dia. Bahia (1990 – 2009)



Fonte: IBGE/ PNAD

A linha de pobreza internacional de US\$ 1,00 PPC diário por pessoa foi criada em 1985 pelo Banco Mundial, a partir de 33 linhas de pobreza nacionais, considerando o fator PPC disponível na época. Em 1993, foram produzidos novos fatores PPC, sendo a linha de pobreza atualizada para US\$ 1,08. Para as

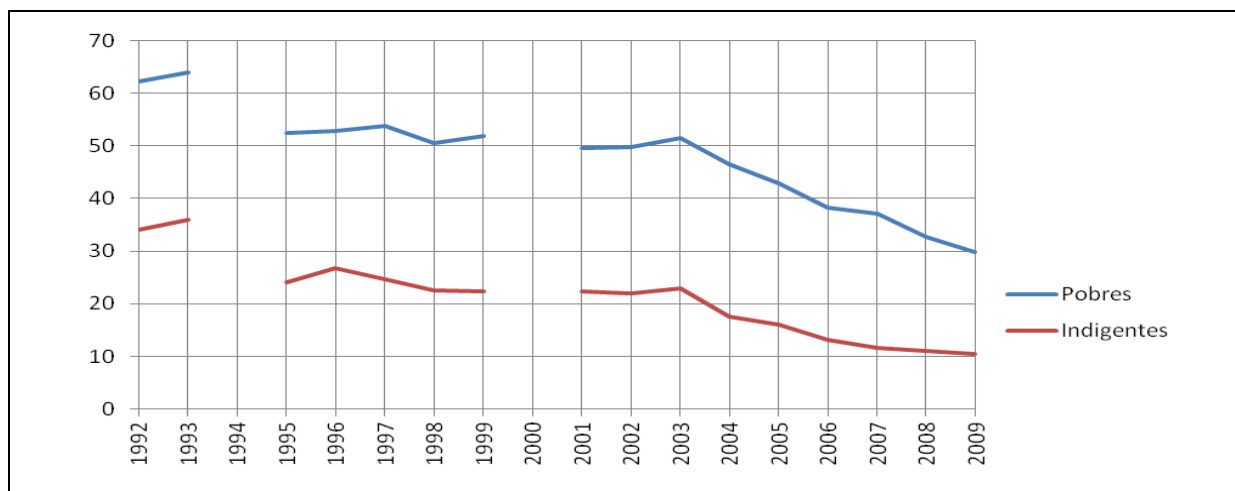
estimativas de pobreza global de 2009, a partir de 88 linhas de pobreza nacional, o Banco Mundial revisou o fator PPC e atualizou a linha de extrema pobreza para US 1,25 diários.

Pode-se entender o fator PPC como uma taxa de câmbio que considera o poder de compra: expressa quantas unidades monetárias locais são necessárias para comprar, no Brasil, o que seria comprado com US\$ 1,00 nos EUA. Para definir o fator, o Banco Mundial utiliza preço, taxa de câmbio e informações de consumo de diversos países, recorrendo a análises estatísticas sofisticadas (IPEA, 2010). Em 2009, a linha de pobreza no Brasil, utilizando a metodologia do Banco Mundial, ficou em R\$ 66,00 mensais.

Em relação à construção das linhas de meio e um quarto do salário mínimo, adotou-se o critério utilizado para o cálculo dos indicadores de pobreza dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas unidades da Federação: salário mínimo de 1992, anualizado e corrigido pelo INPC para os demais anos, sendo que a linha de pobreza ficou estimada em R\$ 144,25, e a de indigência em R\$ 72,13, para o ano de 2009. Adotou-se este critério pelas seguintes razões:

- a) Os valores que delimitam a pobreza aproximam-se dos utilizados pelos programas compensatórios federais;
- b) Fixando-se um salário mínimo em determinado ponto, evitam-se alterações na linha por políticas salariais;
- c) A opção pelo ponto inicial da série como referência evita atualizações anuais que implicariam a revisão para trás das proporções de pobres (SEI, 2011). As informações sobre rendimento foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No gráfico abaixo podemos ver a proporção de pobres para as linhas consideradas.

Gráfico 2 – Proporção de pessoas em condição de pobreza e indigência. Bahia (1992 – 2009)



Fonte: IBGE/PNAD. Cálculo da SEI com base nos microdados

3.4.2 Pobreza na Bahia sob o enfoque da renda

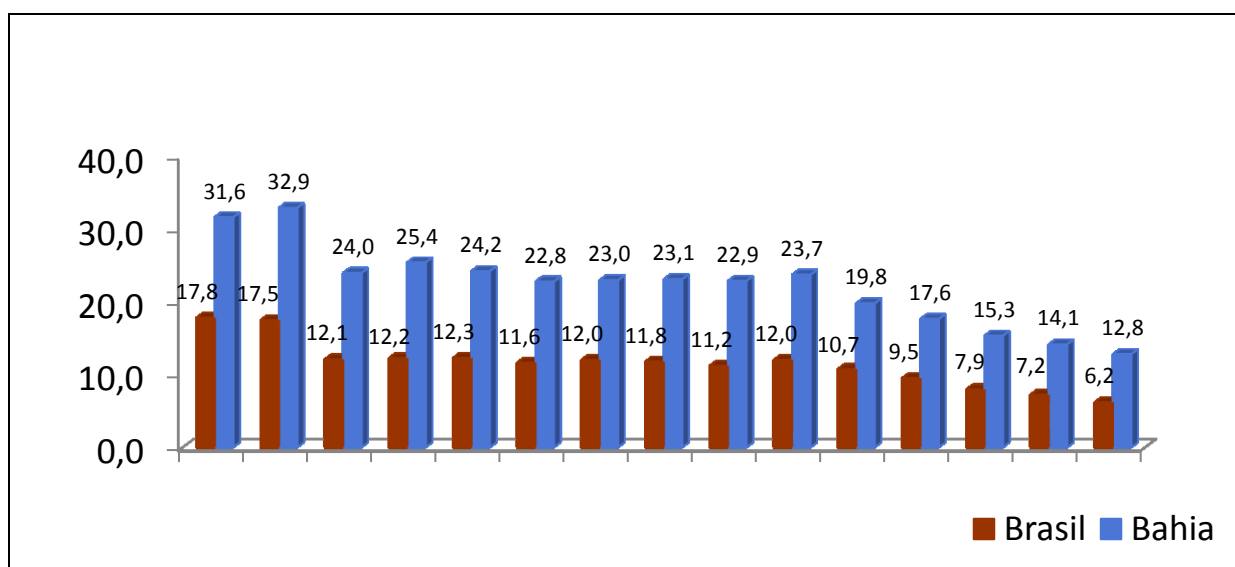
A definição de pobreza como insuficiência de renda é a mais utilizada e está diretamente relacionada com a possibilidade de sua mensuração, ao se converter em termos monetários certas necessidades consideradas mínimas. Neste caso a renda seria um *Proxy* daquelas, permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação intertemporal.

Uma outra opção é a utilização do salário mínimo ou da renda *per capita* como linha de pobreza. A primeira é empregada no Brasil para a determinação dos pobres por alguns pesquisadores e pelo governo federal para a concessão de benefícios de programas focalizados. A segunda opção é adotada, por exemplo, na International Standard of Poverty Line (ISPL), cuja linha de pobreza relativa equivale a 50% da renda *per capita* do país correspondente (COSTA, 2002)

No período entre 2000 e 2009, houve uma significativa redução da proporção da população que vivia em condição de pobreza e de indigência na Bahia. Em 2000, as proporções de pessoas abaixo das linhas de pobreza, indigência e extrema pobreza eram, respectivamente de 55,32%, 31,13% e 22,0%. Estas proporções correspondiam a 30,0% para pobreza, 11,2% para indigência e 9,8% para extrema pobreza em 2009 (SEI, 2011).

A proporção de pessoas em condição de indigência caiu em 1995, como efeito do Plano Real, e passou a oscilar entre 22% e 27% até 2004, quando se reduziu consideravelmente. A partir daí, manteve a tendência de queda, influenciada pelos programas assistenciais introduzidos a partir de 2003. Em 2009, a proporção de pessoas em condição de indigência correspondia a 11% na Bahia (SEI, 2011).

Gráfico 3 – Hiato de pobreza para uma linha de pobreza de ½ salário mínimo real. Brasil e Bahia, 1992 a 2008



Fonte: IBGE – PNAD. Elaboração: SEI, com base nos microdados da PNAD

Em uma análise estimativa da SEI, utilizando dados tanto do IBGE (2010) quanto do PNAD, a proporção de pobres estaria, em 2010, em torno de 32,9%, atingindo 26,2% em 2014, 11,3% em 2023, zerando apenas em 2030. A mesma estimativa afirma que a indigência chegaria a zero, obedecendo a uma tendência linear, em 2018 (SEI/ IBGE/ PNAD, 2011).

3.4.3 Pobreza na Bahia sob o enfoque das necessidades básicas

Neste ponto será discutida a pobreza na Bahia de acordo com a ideia que ela se refere ao não atendimento de uma série de necessidades consideradas básicas. A definição de pobreza com base na privação de necessidades passou a ser utilizada pelos organismos internacionais a partir da década de 70, e tem como

principal vantagem a retirada da renda como elemento central para uma abordagem mais multidimensional da pobreza (ROCHA, 2003).

Nela, é pobre aquele que não tem acesso a certas necessidades básicas, como habitação, esgotamento sanitário, água encanada e educação. Apesar de esta ideia estar presente no cálculo da linha de pobreza, a diferença aqui é a utilização de indicadores correspondentes às necessidades abordadas, como escolaridade e analfabetismo para educação, e tipo de residência para habitação.

Os indicadores selecionados buscam englobar as quatro dimensões importantes para esta abordagem: educação, saúde, moradia e renda. Esta última dimensão será vista através de um indicador diferente dos utilizados no tópico anterior, ou seja, a renda per capita. Este não delimita um corte entre pobres e não pobres, mas contabiliza o valor médio da renda entre os indivíduos em uma determinada área geográfica.

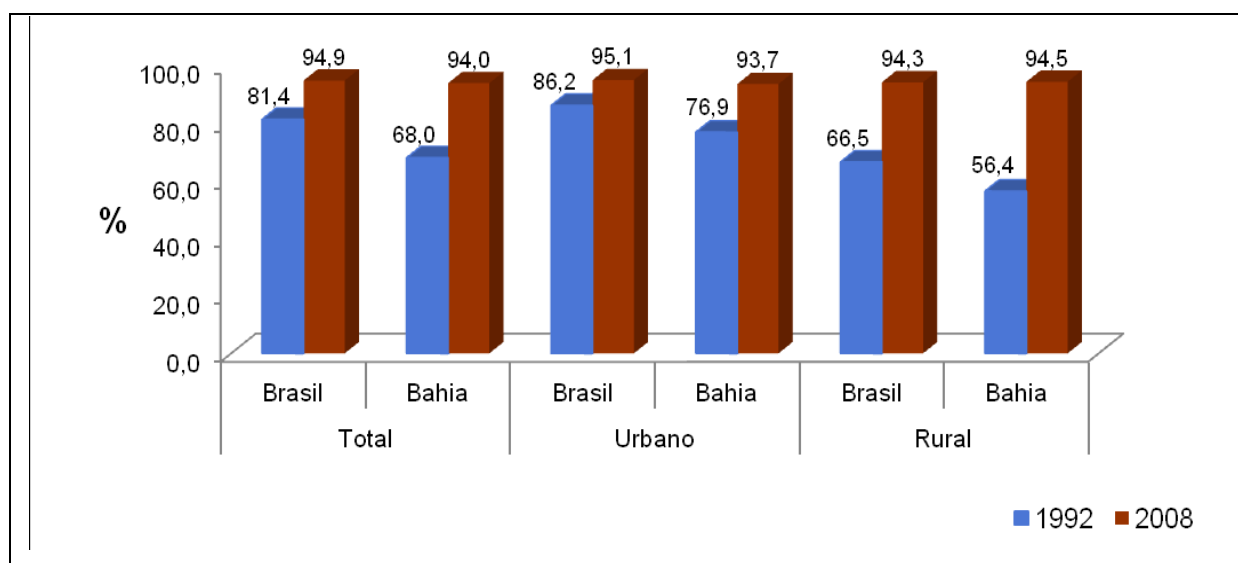
- Educação

De acordo com o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Bahia, a estrutura atual do sistema educacional brasileiro compreende a educação básica – que corresponde à educação infantil, ensino fundamental e médio – e o ensino superior.

Consoante a legislação vigente, cabe aos municípios atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. Aos Estados e Distrito Federal compete atuar no ensino fundamental e médio, enquanto o governo federal tem ação redistributiva e supletiva, prestando assistência técnica e financeira aos municípios, Estados e Distrito Federal, assim como organizando a educação de até 3 anos de idade, e em pré-escolar, para crianças de 4 a 6 anos. Um dos principais desafios de qualquer governo é universalizar a educação e melhorar cada vez mais o ensino, principalmente a educação básica, que é obrigatória aos jovens de 7 a 14 anos (MENEZES; SANTOS, 2002).

Os dados revelam que, tanto o Brasil quanto a Bahia estão prestes a atingir a meta de universalização do ensino, com respectivamente 95,3% e 93,7% dos jovens entre 7 e 14 anos frequentando a escola. Na zona urbana, o indicador para a Bahia saltou de 76,9% em 1992, para 94,3% em 2009, e, na zona rural, de 56,4% para 92,7% no mesmo período (IDEB, 2011).

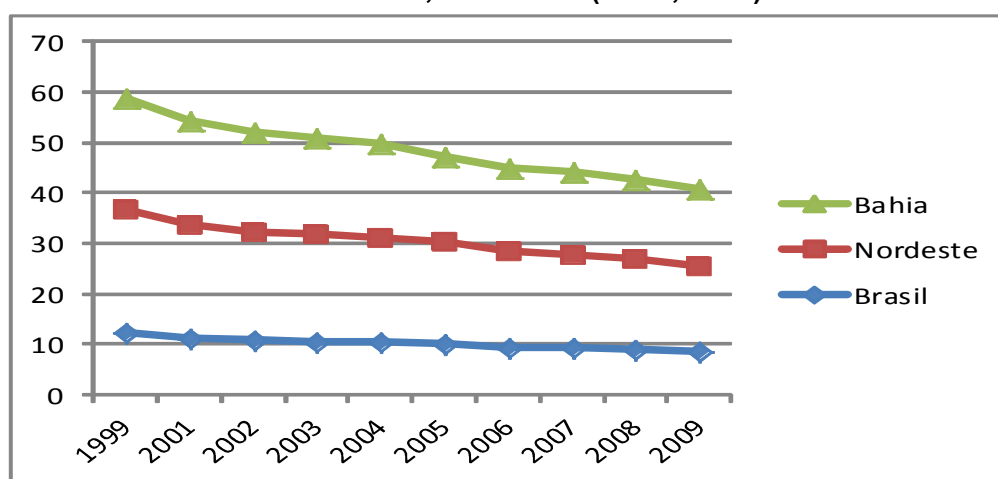
Gráfico 4 – Razão entre o número de pessoas de 07 a 14 anos de idade que frequentam o ensino fundamental e o total de pessoas nessa faixa etária. Bahia e Brasil, 1992 e 2008



Fonte: IBGE-PNAD

Houve uma melhora em todos os indicadores analisados referentes à educação entre 1999 e 2009. Na Bahia houve uma redução de 7,1% na taxa de analfabetismo entre crianças de 10 anos ou mais, sendo que no Nordeste houve uma redução de 7,4% e em todo o Brasil uma redução de apenas 3,4% no mesmo período, como se pode ver no gráfico sobre a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Brasil, Nordeste e Bahia — 1999, 2001-2009 (IBGE, 2010)

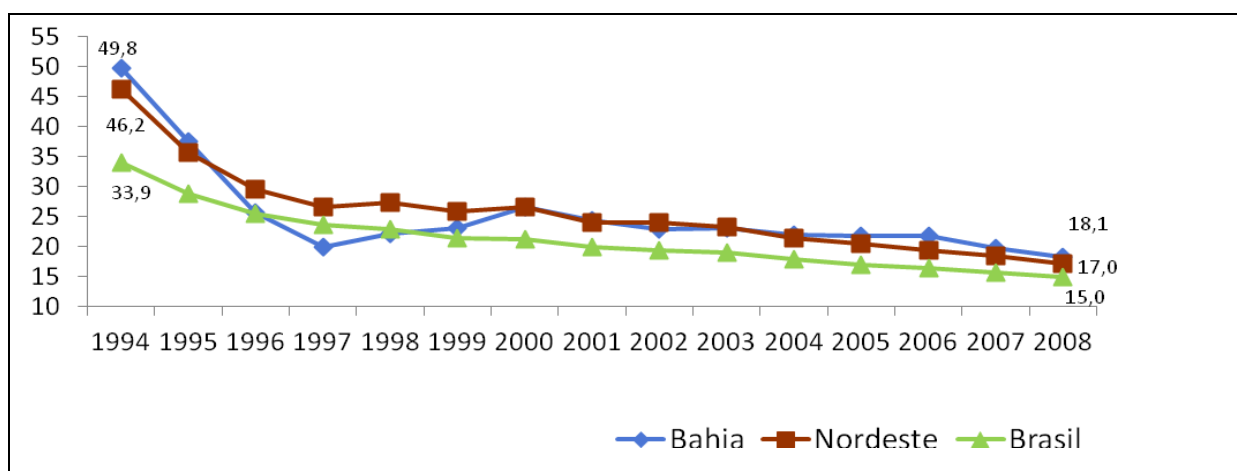


Fonte: IBGE

- Saúde

Ainda de acordo com o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Bahia, a taxa de mortalidade na infância no Brasil, em 2000, foi de 25 por mil nascidos vivos, e na Bahia, de 30 por mil nascidos vivos. Houve melhora significativa neste indicador, que em 2009 alcançou 17 por mil nascidos vivos no país. Esta taxa para a região do Nordeste e para a Bahia também caiu bastante, apresentando menor diferença entre Região e Estado, com 20 e 21 casos por mil nascidos vivos, respectivamente. Tomando este indicador como parâmetro, a Bahia está muito próxima de atingir a meta de reduzir a dois terços a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos de idade (CARLEIAL; MORAIS; CASTRO NETO, 2011).

Gráfico 6 – Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos. Bahia, Nordeste, Brasil, 1994 a 2008.



Fonte: Database

De acordo com o gráfico acima, sobre a taxa de mortalidade em menores de 5 anos, os óbitos por doenças infecciosas diminuíram de 14,6%, em 1996, para aproximadamente 7%, em 2008. Esta redução é consequência da mudança em alguns hábitos de higiene básica, resultado de maiores informações sobre algumas doenças.

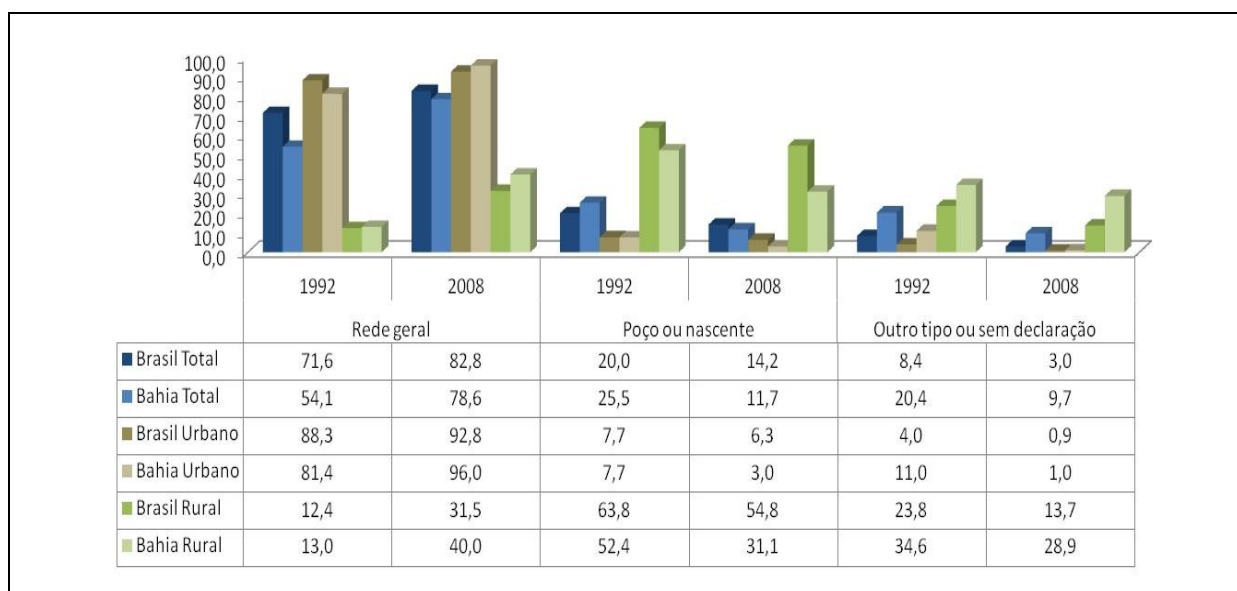
Ainda com relação à saúde, uma das maiores preocupações tanto do governo quanto da população, sem dúvida é a incidência de dengue na Bahia. Em 1995, a Bahia apresentou 514 casos novos por 100 mil habitantes, contra 281 na Região

Nordeste e 117 no Brasil, sendo que, neste ano, o número de indivíduos acometidos pela enfermidade no Estado superou significativamente a incidência no país e na Região Nordeste (IPEA, 2007).

- **Moradia**

No gráfico abaixo, referente ao percentual da população com abastecimento de água por tipo de abastecimento – Brasil e Bahia dos anos de 1992 a 2008, verificou-se que o percentual da população que vive em domicílios particulares permanentes com acesso à rede geral de abastecimento é bem mais elevado na área urbana do que na rural. Em 1992, na Bahia, 81,4% das pessoas que viviam na zona urbana possuíam acesso à água canalizada, enquanto somente 13% da população rural possuíam este benefício. Nos últimos anos a situação melhorou, já que, em 2008, aproximadamente 96% das pessoas na área urbana já viviam em domicílios com água canalizada em rede geral, e na área rural, este percentual estava ao redor dos 40% (IBGE/PNAD, 2009).

Gráfico 7 – Percentual de moradores, com abastecimento de água, por tipo de abastecimento. Brasil e Bahia, 1992 e 2008 (IBGE)



Constataram-se também melhorias na cobertura da rede coletora de esgotamento sanitário na Bahia. Em 1992, somente 15,2% da população da Bahia vivia em domicílios atendidos pela rede de esgoto, e em 2008, este percentual

estava já em 43,6%, sendo que 10,9% não tinha acesso a esgotamento e 1,4% vivia em casas cujo esgotamento ia direto para rio, lago ou mar. Verificou-se também que 95,7% da população baiana, no ano de 2008, já vivia em casas com acesso a energia elétrica de rede, de gerador ou solar.

- Renda

O nível da pobreza na Bahia é ainda mais perceptível quando se observa a distribuição do rendimento entre os decis populacionais. A tabela abaixo mostra o rendimento médio e a apropriação da renda do 1º decil (10% mais pobres) ao 10º decil (10% mais ricos).

Tabela 2 – Distribuição do rendimento domiciliar per capita na Bahia - 2009

Decil	Média (R\$)	% apropriado da renda total	% apropriado acumulado
1º	38,41	0,9	0,9
2º	88,47	2,1	3,1
3º	126,60	3,1	6,1
4º	162,61	3,9	10,1
5º	209,50	5,1	15,1
6º	260,24	6,3	21,4
7º	332,25	8,0	29,5
8º	439,17	10,6	40,1
9º	619,66	15,0	55,1
10º	1.858,01	44,9	100,0
Total	413,51	100,00	

Fonte: IBGE – PNAD 2009

Observando-se a Tabela 2, fica evidente o quanto pobre e desigual é o Estado. O rendimento médio domiciliar per capita, em 2009, era de R\$ 413,51, sendo que, entre os 10% mais pobres, o valor correspondia a R\$ 38,41. Constata-se que a apropriação dessa classe não chega a 1% do total do rendimento, sendo que os 10% mais ricos apropriam 44,9%. O valor médio recebido pelos 10% mais ricos era, em 2009, de R\$ 1.858,01 de renda domiciliar per capita, um valor 48,4 vezes maior do que o rendimento dos 10% mais pobres (IBGE – PNAD, 2009).

De forma agregada, os três últimos decis acumularam 70,57% da renda total contra apenas 6,1% dos três primeiros decis, onde se concentra a pobreza baiana.

3.4.4 Pobreza na Bahia sob o enfoque do IDH

Segundo Amartya Sen (2000, p. 95), pioneiro na abordagem da privação de capacidades, a pobreza pode ser definida como privação da capacidade de realizar *functionings*, sendo que estes “podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio”. Sen salienta que a importância desta abordagem é a relevância dada à *capacidade* de realizar os *functionings*, enquanto a abordagem baseada na privação de necessidades básicas ressalta apenas os *functionings realizados*.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação, desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar estes fins. (2000, p. 112)

Dessa forma, em vez de ser visto como a maximização de utilidades passíveis de análise através da renda, o desenvolvimento deve ser visto como ampliação das capacidades humanas (SEN, 2000; LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003). Optou-se por utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano para representar a pobreza nesta abordagem devido ao seu emprego desta forma em outros importantes estudos sobre o tema (LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003).

De acordo com os dados fornecidos pelo IPEA (2011), em 2000 o Brasil apresentava um IDH de 0,849 enquanto que a Bahia teve um IDH de 0,785. Já em 2010 o Brasil apresentou um IDH de 0,669, ocupando o 73º lugar no ranking mundial, enquanto a Bahia apresentou um IDH de 0,742 no mesmo período (IPEA, 2011).

Conforme a avaliação do relatório "Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente - A experiência brasileira recente" (2008), todos os Estados

brasileiros avançaram no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como principal vetor a Educação. Entre nove Estados nordestinos, o Ceará ficou em 5º lugar no IDH-Educação, com índice de 0,808 em 2005. O primeiro lugar ficou com a Bahia (0,830), seguida por Sergipe (0,827). O Estado com pior avaliação foi Alagoas, com 0,759 (CEPAL, 2008).

3.4.5 Pobreza na Bahia sob o enfoque da desigualdade

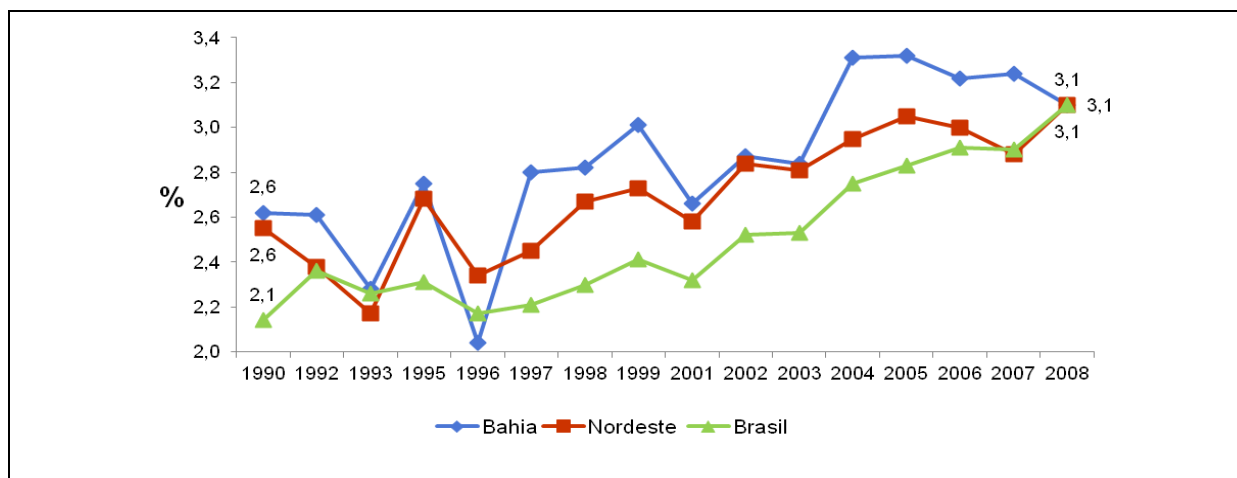
De acordo com alguns autores citados nesta tese, a pobreza é entendida moderadamente como *exclusão social*, sendo esta uma definição mais ampla que as concepções anteriormente citadas. Essa ampliação se refere à colocação, no centro das discussões, de elementos usualmente discutidos no âmbito da sociologia, como perda de identidade e status social, dificuldade de socialização, ausência de autonomia, entre outros. Enquanto concepção, a exclusão social foi concebida nos países desenvolvidos para definir a crescente marginalização e degradação de parcela da população nos países ricos (SEN, 2000; LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003).

A União Europeia define exclusão social como: “processo através do qual indivíduos ou grupos estão totalmente ou parcialmente excluídos da completa participação na sociedade na qual eles vivem” (LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003, p. 20).

Devido ao seu caráter relativo, foi escolhida a dimensão da desigualdade para representar esta abordagem. Segundo os dados das citadas pesquisas, no período entre 1995 e 2008, a Bahia reduziu o índice de Gini de 0,60 para 0,56, enquanto no país a redução foi de 0,60 para 0,54. Já em 2009, o índice na Bahia foi de 0,556.

No gráfico sobre a participação dos 20% mais pobres no total da renda, vê-se que em 1990, os 20% mais pobres do estado detinham 2,6% do total da renda. Já em 2009, os 20% mais pobres detinham 3,1% do total da renda da Bahia. Historicamente, essa camada da população baiana apresenta uma apropriação da renda superior à mesma participação na renda dos 20% mais pobres do Brasil e do Nordeste, com exceção de 1996. Observa-se uma tendência no Nordeste e no Brasil de maior participação dos 20% mais pobres na renda que na Bahia, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Participação dos 20% mais pobres no total da renda. Brasil, Nordeste, Bahia, 1990 a 2008.



Fonte: IBGE – PNAD. Elaboração : Sei, com base nos microdados da PNDA

3.4.6 Comparando os indicadores de pobreza para a Bahia

Ao se comparar as análises individuais, observou-se que houve boa correlação entre a linha de pobreza, o IDH e os indicadores sociais. O mesmo não aconteceu entre estes e os indicadores de desigualdade. Enquanto nos três primeiros há redução da pobreza no período, houve um aumento na pobreza definida como desigualdade. Quando a comparação é feita com os outros Estados, vê-se o mesmo fenômeno. As linhas de pobreza e indigência, o IDH e os indicadores sociais tiveram variações semelhantes, ao contrário da desigualdade, que se acentuou, evidenciando mecanismos institucionalizados para a apropriação dos incrementos do PIB pelos mais ricos, ano após ano.

O indicador de concentração de renda vem complementar a hipótese levantada pelo indicador de intensidade da indigência: houve uma piora na situação dos mais pobres (indigentes), apesar da redução na proporção de pobres apontada pelas 3 primeiras abordagens. Isso revela a importância de se utilizar outros indicadores, mesmo que baseados na renda (como o hiato), para uma análise mais completa da pobreza.

A sensível melhora do IDH, dos indicadores de necessidades básicas e do percentual de pessoas abaixo das linhas de pobreza e indigência é um sinal importante da melhoria do bem estar da população. O fato de a evolução ser tímida em relação aos outros Estados sinaliza que os avanços também ocorreram no resto

do país. Para que o Estado da Bahia avance neste aspecto, torna-se necessário um crescimento econômico acima da média brasileira e, principalmente, políticas públicas efetivas e integradas.

O estabelecimento, por parte do governo estadual, de metas com base em diversos indicadores sociais no seu planejamento estratégico, revela um comprometimento com a melhora das condições de vida da população. Entretanto, tão importante quanto traçar linhas gerais bem definidas de atuação do governo é implementá-las com políticas adequadas. Espera-se que no próximo censo os resultados sejam mais animadores, dentro da mesma abordagem utilizada.

Para concluir o estudo da pobreza na Bahia deve-se considerar que o Estado é o sexto mais rico do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. No entanto há uma assustadora desigualdade social, somada à falta de políticas públicas voltadas para sua superação. A pobreza extrema na Bahia faz com que ela seja a 5ª mais miserável no ranking das unidades federativas do Brasil.

As explicações distintas entre os autores citados sobre a pobreza na Bahia se devem à utilização de indicadores diferentes e da forma de comparação. Quando ela se limitava a dois períodos e indicadores sociais, era positiva. Quando se comparava com o desempenho dos outros Estados e com indicadores de desigualdade, eles não se mostravam animadores.

Duas ressalvas devem ser feitas. Primeiro, os indicadores empregados para refletir as diferentes perspectivas da pobreza não são necessariamente os ideais, mas são os mais utilizados neste tipo de análise. A relação entre a perspectiva e a metodologia foi decorrente da mensuração normalmente utilizada. Como se utiliza o IDH – um índice sintético – como Proxy da privação de capacidades (LADERCHI, SAITH, STEWART, 2003), optou-se por empregar uma metodologia diversa para as necessidades (o sistema de indicadores) e para a exclusão social (uma só dimensão – a desigualdade).

A segunda ressalva diz respeito à temporalidade. O desejável era que o período de estudo fosse mais recente e englobasse os anos entre 1992 e 2009. Entretanto, caso isso ocorresse, o volume de dados seria excessivo para compararem-se as quatro abordagens e não se teria todas as informações presentes nos anos escolhidos, no qual foram realizados os censos. A distância entre estes

anos foi considerada suficiente para se observar mudanças estruturais na dinâmica social refletido pelos diversos indicadores.

A desigualdade se mostrou uma dimensão que não pode ser desprezada de forma alguma no entendimento da pobreza. Espera-se que os trabalhos futuros contemplem as múltiplas dimensões da pobreza não só na definição, mas na forma de mensurar e analisar o seu objeto, e que eles lembrem que a mensuração não é um fim em si, mas um meio de se avaliar temporalmente o objeto em estudo. O fim deve ser o combate às estruturas que mantêm a pobreza em níveis tão altos por tanto tempo em lugares como a Bahia, “terra de todos os santos” e de tamanha desigualdade.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA

Estes são os pobres crônicos: os que sofrem a pobreza por muitos anos, muitas vezes por toda a vida, e que são susceptíveis de transferir sua pobreza para seus filhos. Eles são as pessoas que menos se beneficiam, ou sofrem mais, a partir do atual processo de globalização e as políticas para o desenvolvimento e que são os mais difíceis de ajudar. Eles são encontrados em países ricos e pobres, remotas áreas rurais e favelas urbanas. Eles experimentam a exclusão social por causa de seu sexo, idade, etnia, deficiência, posição de castas e social, entre outros. (INSIGHTS ISSUE, 2003)⁴⁶

Iniciando por uma discussão acerca das relações entre crescimento econômico e pobreza, este capítulo apresenta-se sob uma dupla perspectiva analítica: **teórica e empírica** sem, contudo, perder de vista o alerta de Petrini, Fonseca e Porreca (2007, p.12) de que:

As famílias das classes populares, mesmo em sua vulnerabilidade, constituem um insubstituível lugar de socialização, pois elas introduzem as novas gerações na compreensão e interação com toda a realidade. De fato, na família a pessoa faz, na maior parte das vezes, a experiência realística e benéfica de uma dependência que o gera, de uma pertença que lhe possibilita tornar-se protagonista. Ela é constituída de relações que nascem da intimidade, mas que estendem sua influência direta ou indireta à convivência social. Nesse sentido, é impossível estudar a pobreza sem levar em consideração a qualidade das relações familiares.

⁴⁶ Tradução da citação retirada de documento *Escaping poverty. Can policy reach the chronically poor?* Insights Issue #46, March 2003.

Na perspectiva teórica aborda-se o problema a partir do entendimento de importantes autores que o estudaram ao longo de uma linha temporal, da Idade Média aos dias de hoje, associando-se o fenômeno aos enfoques monetário; das necessidades básicas insatisfeitas; das capacidades; da exclusão social; da desfiliação; da vulnerabilidade; e do direito ao desenvolvimento, em que a pobreza é considerada “a mais abjeta das violações aos direitos humanos” (MIDEPLAN, 2002, p. 39). A segunda trata estatisticamente da pobreza na Bahia, sob os mesmos enfoques da abordagem teórica, a partir dos dados do IBGE, IPEA e SEI para uma série de anos da primeira década do século XXI.

No tocante à questão do crescimento econômico, tratou-se de informar uma significativa mudança de visão quanto ao papel da distribuição da renda como o fator essencial para a conformação de uma sociedade desigual, mediante uma apropriação relevante dessa renda e dos seus acréscimos por uma minoria privilegiada da sociedade, com a imensa maioria descambando para a pobreza, que se torna então crônica, como um atributo negativo que perpassa as gerações e reduz ao longo do tempo a força do impulso para superar as adversidades inerentes a essa condição desprivilegiada.

Essa visão do crescimento econômico, como elemento prévio ao momento da redistribuição mais equitativa da renda (que nunca chega para os pobres), redefiniu-se, foi invertida para comportar a priorização da distribuição da renda como o fator societário relevante para um crescimento da economia mais equilibrado e sustentável, embora a pobreza continue associada a uma baixa renda, mas não em termos absolutos e sim relativos, como um gradiente que estabelece pisos e patamares de pobreza e riqueza relativas.

Amartya Sen, Premio Nobel de Economia de 1998, estabeleceu, em trabalho de 1977, um efetivo divisor de águas na questão da pobreza: segundo ele, o grande problema seria a privação das capacidades inerentes à pessoa humana no contexto das comunidades e domicílios pobres, reproduzindo-se por gerações e gerações, não sendo a obtenção de renda um meio em sí, mas um fim para o alcance de bem-estar, vida longa, saudável e criativa. Sen e Adam Smith, o pai da economia clássica, com 200 anos de diferença convergem para um mesmo entendimento do problema, e isto também se revela nessa discussão dos determinantes da condição de pobreza.

Um novo enfoque, mais incisivo, diz respeito à noção de exclusão social, com as suas dimensões econômica, política, sociocultural e espacial indicando a forte tendência da quebra do paradigma de coesão e identidade social, face a permanência e agravamento da pobreza no contexto da globalização, levando a outros fenômenos associados, de ainda maior gravidade, como a desfiliação, a desqualificação social, a desintegração, aproximando-se do enfoque da vulnerabilidade ao risco, propiciada exatamente pela situação de exclusão em que se encontram os indivíduos ou grupos nessa condição extrema.

Todos esses aspectos foram constatados em análises empíricas relativas ao Brasil e à América Latina, efetuadas respectivamente pelo IPEA e pela CEPAL para o período entre os anos 90 do sec. XX e a primeira década dos anos 2000, evidenciando Sunkel (2003a) que o crescimento da pobreza urbana em nossas metrópoles e cidades intermediárias produz outros fenômenos de grande repercussão, fundados na segmentação laboral (desemprego, empregos precários e de baixa remuneração, desqualificação, falta de cobertura previdenciária, etc), educacional (má qualidade da escola pública, abandono, repetência, baixo rendimento escolar, etc) , e espacial (concentração e extensão contínua dos tecidos urbanos degradados pelas más condições da pobreza, amplificação dos comportamentos de risco, como a violência, a desocupação, a gravidez precoce, o abandono pelo Estado e o domínio local por atividades criminosas, entre outras).

Uma vez constatado e qualificado o fenômeno, o trabalho aborda a superação da pobreza, consubstanciada na melhoria do acesso à renda e da capacidade de atendimento das necessidades básicas insatisfeitas, através das políticas sociais, com destaque para os sistemas de proteção social e seus programas de assistência laboral, nutricionais, de microcrédito, de transferência de renda, seguro-desemprego, entre muitos outros coordenados pelo Estado ou por outras instituições.

O desenvolvimento como direito humano, tendo como contrapartida a sua extrema violação representada pela pobreza, é tratado com base em dois documentos aprovados pela ONU ainda no século XX: a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, e a declaração final da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993.

A visão empírica sobre a pobreza tomou como espaço de análise o Estado da Bahia, com base em dados do IBGE (2010), IPEA (2010) e SEI (2011) referentes à primeira década do século atual, enfocando-se a questão a partir dos critérios

adotados pelo Banco Mundial e dos aspectos da renda, das necessidades básicas, da desigualdade e segundo o IDH, consolidando-se esse conjunto analítico mediante uma apreciação integrada que resultou em uma indeterminação, posto que em alguns indicadores a pobreza na Bahia aumentou, e em outros reduziu-se, muito embora a sensação dos que estudam o problema e dos que aqui vivem seja no sentido da agudização dos fatores de risco, pelos números da violência e pela precariedade dos atendimentos de saúde, dos problemas nas áreas da educação pública, do emprego, da mobilidade urbana, do saneamento básico, da subnormalidade das habitações na periferia das grandes e médias cidades, das grandes dificuldades de vida no meio rural, periodicamente assolado pela seca que se abate sobre 2/3 do território estadual, ante a inércia das ações governamentais.

Tabela 3 – Pobreza e Indicadores Sociais Selecionados

Pobreza	Posição Bahia		Posição Brasil	
	2001	2009	2001	2009
RENDA				
Indigência (renda per capita < R\$ 37,50)	23	11,2		
Pobreza (renda per capita < R\$ 75,50)	50	30	11,8	6,2
Intensidade da indigência			13,2	7
Intensidade da pobreza	23,1	12,8	37,5	24,9
NECESSIDADES BÁSICAS				
Crianças 7 a 14 anos c/ acesso à escola	95,5	9,8	96,2	97,7
Criança 7 a 14 analfabetas	6,8	3,2	4,2	2,5
Ensino Superior 18 a 24 anos	40,5	31,4		
Analfabetismo 18 a 24 anos	9	3,7		
Média - anos de estudo acima 25 anos	1,9	3,8	7,1	10,7
Pessoas 25 anos ou mais analfabetas	17,7	9,7	8,2	5,4
Mortalidade infantil até 5 anos	6,7	6,11	6,9	6,27
Esperança de vida ao nascer	68	72,6	68,9	73,1
Domicílios com água encanada*	68,5	79,6	81	84,4
Domicílios com energia elétrica*	84,8	96,5	96	98,9
Domicílios com coleta de lixo*	58,9	76,1	83,2	88,6
PIB per capita	R\$ 52.249	R\$ 9.365	R\$ 7.492	R\$ 16.414
CAPACIDADES				
IDH-M			0,649	0,693
EXCLUSÃO SOCIAL				
Índice de Gini	0,626	0,533	0,614	0,548
Renda apropriada 10% mais ricos		0,9%		
Renda apropriada 20% mais pobres	2,6%	3,1%	2,3%	3,1%

Fontes: IBGE(2010); SEI (2011); IPEA(2010); Atlas do desenvolvimento mundial.

*PIB, em milhões de R\$

4 FAMÍLIA

O tema família esteve fora do foco acadêmico-científico durante muitos anos no nosso país. Em uma espécie de eco ao discurso que difunde as mudanças pelas quais passa essa unidade societária, o assunto foi submetido a um 'silêncio eloquente' nos ambientes universitários, como a caucionar certo posicionamento de que estaria em vias de extinção. No entanto, nos últimos vinte anos surgiram no cenário internacional inúmeros centros de estudos da família, e estudiosos das mais diversas áreas verificam que tal instituição, mesmo afetada por mudanças socioculturais, éticas e religiosas, reage aos condicionamentos externos e, ao mesmo tempo, adapta -se a eles, encontrando novas formas de organização que, de algum modo, a reconstituem (PETRINI; MENEZES; MOREIRA, 2008, p. 09).

O movimento que deu centralidade à família em eventos nacionais e internacionais, como objeto de estudo em perspectiva, mantém coerência com a posição que ocupa hoje, sendo considerada como um dos mais relevantes recursos de sustentação para os indivíduos e para a sociedade, requisitada inclusive como parceira da administração pública para a implementação de políticas sociais. Ressalte-se que em pesquisas de opinião os jovens brasileiros consideram a família como um valor essencial.

Esse novo e justo patamar de realce incentivou o seu estudo pelas diversas áreas de conhecimento, tendo em vista a compreensão dos motivos de sua existência, seus modos de organização, as transformações que a afetam, as tensões e os conflitos no seu próprio espaço e no seu entorno, a perspectiva de futuro construída pelos seus componentes (DONATI, 2008).

A família evidencia sua participação na dinâmica das relações sociais, sendo influenciada pelo contexto político, econômico e cultural em que está inserida. A perda da tradicionalidade, que inclui a validade dos valores e modelos, e as dúvidas quanto às propostas apresentadas para o seu futuro, inquietam a família com uma possível fluidez na convivência dos seus membros e descortinam um horizonte de possibilidades.

A família contemporânea apresenta necessidades cujas respostas podem ser oferecidas pelas políticas sociais. Como visto nos últimos anos, no Brasil a administração pública tem escolhido a família como parceira para enfrentar os problemas relativos à saúde, educação, segurança, entre muitos outros. Os

programas sociais Bolsa Família e Saúde da Família são os principais exemplos dessa parceria na atualidade.

4.1 MUDANÇAS NA SOCIEDADE E NA FAMÍLIA

Não se pode deixar de levar em conta, no universo das mudanças ocorridas na sociedade e na família, o contexto dos valores e dos modelos de comportamento, das crenças e dos requisitos culturais, para avaliar as circunstâncias da vida familiar dentro da complexidade sociocultural na qual está envolvida. Na família, aspectos subjetivos da convivência sobrepõem-se muitas vezes aos aspectos objetivos, conferindo-lhe, assim, a condição de uma realidade particular cujo significado diminui ao longo dos anos apenas no tocante à trajetória das pessoas que a compõem, em que se entrelaçam influências de diversas outras instâncias sociais.

A família caracteriza-se por ser um grupo social em que se manifestam afetos, emoções e sentimentos fundamentais para a vivência em sociedade, mas que não são levados em conta dentro de uma perspectiva objetiva das relações societárias. Desta maneira a família vê depreciada sua condição de instituição, constatada pelo arrefecimento dos nexos entre o vínculo afetivo-emocional e a dimensão jurídica dos laços familiares.

A des-institucionalização da família como uma das tendências pós-modernas não impediu o legislador brasileiro de reconhecer e estabelecer juridicamente obrigações entre parceiros de uniões legitimadas (ou consensuais) e destes em relação aos filhos. Isto é uma prova cabal do valor fundamental atribuído pelo legislador às uniões familiares, sejam elas de direito ou de fato, mantendo os vínculos entre as pessoas e as responsabilidades daí decorrentes, mesmo quando não mais existam o afeto e a comunicação de antes da dissolução da sociedade conjugal.

As atribuições da figura paterna, tradicionalmente vista como responsável pela família, e da figura materna direcionada para as tarefas domésticas e cuidados com os filhos, foram aos poucos sendo modificadas. O valor da igualdade entre os sexos e, em certa medida, entre as gerações, vem sendo fortalecido no cotidiano familiar, com repercussões na divisão dos trabalhos e responsabilidades, particularmente entre marido e mulher.

Tanto os aspectos institucionais quanto a legislação referente à família e às identidades pessoais sofreram influência das mudanças ocorridas na sociedade (SZTOMPKA, 1998).

Hodiernamente, face à rejeição ao passado e a perda das esperanças utópicas no futuro, a realização humana deslocou-se para o presente, tendo o acesso ao mercado como referência. O resultado foi a eclosão de uma crise em que desapareceu o ideal do sacrifício individual objetivando o bem da família. Junto com a redução da disponibilidade do sacrifício para o bem do outro, o nível de tolerância no relacionamento conjugal foi drasticamente diminuído (PETRINI, 2005).

A família atual assume a maior parte das mudanças como conquistas: sexo e gerações em condições mais igualitárias numa convivência de co-responsabilidade. Na maioria das vezes tais circunstâncias, juntamente com um novo contexto sócio-cultural, enfraquecem as redes de solidariedade familiar e tornam mais frágeis os vínculos e a sensação de pertencimento entre os componentes da família, reduzindo a relevância das relações de parentesco ali experimentadas. Sarti (2004, p. 36) afirma que no início deste século tratar da família é como falar de uma realidade “em desordem”.

4.1.1 Os vínculos familiares

As realizações humanas são consequência dos vínculos familiares na medida em que um homem e uma mulher desenvolvem uma relação preferencial e recíproca de dedicação e afeto. Entende-se este fato como uma importante atração que aponta para uma intimidade cada vez maior, levando cada um dos parceiros à indispensabilidade mútua na busca da satisfação e na elaboração de um projeto comum de vida, incluindo tarefas, limites, responsabilidades, até mesmo a visão conjunta de crescimento no futuro, de cooperação em todos os âmbitos da existência e do projeto de gerar e educar filhos.

A consolidação desta relação de intimidade é efetivada mediante o vínculo matrimonial civil/religioso. No Brasil, apesar do crescimento do número de separações, os dados do IBGE (2010) mostram que 64% dos casais são constituídos através do matrimônio. Esse dado merece especial destaque,

considerando o contexto que se move num universo de elevado número e profundas mudanças sociais e culturais que fazem surgir múltiplas formas familiares.

Outra importante característica da família é constituir-se no único lugar em que a pessoa se conecta com a totalidade do seu ser.

Sentimentos e afetos, valores e crenças, interesses e ideais, preocupações e trabalhos, sucessos e doenças são partilhados, eventualmente discutidos, e acolhidos pelas pessoas que, dessa maneira, vão tecendo os fios da relação de intimidade. O vínculo matrimonial, antes de adquirir a dimensão jurídica, é constituído pelos aspectos da existência que são partilhados, expressando densidade humana extraordinária” (PETRINI; DIAS, 2012, p. 03)

Ao mesmo tempo em que os vínculos familiares percorrem um itinerário virtuoso influenciado por múltiplos fatores, nas relações familiares, com a perda de valor dos padrões tradicionais, a liberdade das pessoas emerge permanentemente enquanto fator determinante desta perda. Para que essas relações continuem a ser desejáveis e positivas deve haver uma contínua reconquista das razões que assim as tornam. Para além desta discussão o vínculo familiar se apresenta como um polo da personalidade adulta: a exigência de integração com a finalidade última de erigir relações de intimidade que proporcione complementação e realização humana.

O outro polo ostentado pela pessoa, a sua individualidade, estabelece uma disputa de espaço com o polo da integração familiar na busca da autoafirmação, privilegiado na sociedade moderna pela cultura do individualismo, cujo mote é vencer os outros, sendo os vínculos percebidos como obstáculos às aspirações individuais (LIPOVETSKY, 1989, 2002, 2004a, 2004b, 2011).

É verdade que a família encontra-se novamente num pedestal, mas ao mesmo tempo, nunca houve tantos divórcios, tantas uniões livres, tantos filhos fora do casamento. Em resumo, cada um se impõe como um ator livre das antigas imposições coletivas. O novo sopro ideológico da família não significa de forma alguma uma reabilitação dos deveres familiares, ou seja, submissão do indivíduo aos deveres em relação à coletividade representada pela família, mas ascensão de uma família psicologizada, *à la carte*, emocional, gerida segundo o princípio da autonomia individualista (LIPOVETSKY, 2004, p. 28).

Os espaços da gratuidade são reduzidos tendo em vista a expressiva tendência individualista, aliada à propensão a mercantilização de todos os

intercâmbios. Desta maneira as relações familiares adquirem características de fragilidade:

[...] relações significativas, compreendidas como vínculos recíprocos de pertença, constituem um polo de atração na convivência familiar, a ponto de poder-se dizer que a família constitui-se exatamente por causa e em vista de relações que tenham essa qualidade. No entanto, o polo constituído pelo ideal da autonomia, percebido como um valor indispensável para a realização individual provoca tensões e conflitos, que no passado eram resolvidos, muitas vezes, com atitudes autoritárias ou com o apelo a direitos e deveres institucionalmente definidos. Atualmente, o limiar entre esses dois polos encontra-se em estado fluido e, em grande medida, é definido por decisão subjetiva. Um dos maiores desafios da família contemporânea consiste exatamente em equacionar os impulsos individualistas, que muitas vezes são compreendidos como direitos, com as exigências da integração e da coesão social” (DONATI, 2003, p. 218).

Este referencial de mudanças foi exaustivamente investigado por muitos autores, entre eles Manoel Castells (2003), Zygmunt Bauman (1999, 2004), Anthony Giddens (1991, 1993, 2000) e Lipovetsky (1989, 2002, 2004a, 2004b). Dentre os brasileiros, cabe citar Cynthia Sarti (1994; 2004), Claudia Fonseca (2002), Maria do Carmo Brant de Carvalho (2002), Teresinha Féres-Carneiro (1999; 2003), Bernardo Jablonsky (1999) e Kaloustian (1998).

Mesmo dentro deste turbilhão de transformações que impactam a família, as relações entre os seus membros continuam a ser importantes, possibilitando o surgimento de recursos fundamentais para a participação na convivência social. Indiscutivelmente a família é um componente que influi de modo relevante na acumulação positiva de Capital Social, sendo também uma preciosa fonte deste capital, como observado anteriormente.

O preparo das novas gerações está diretamente ligado às relações familiares positivas, que nesse particular se tornam decisivas. Tais relações fomentam a motivação para crescer e para superar os obstáculos que os ambientes cotidianos apresentam. Esses obstáculos, caracterizados por novas hierarquias, podem deslanchar o processo de inclusão social dos seus componentes, independentemente do número e da efetividade das oportunidades que surgem.

4.2 CONHECENDO MELHOR A FAMÍLIA

Os estudos sobre a composição e a organização das famílias revestem-se de grande importância para a formulação de políticas sociais. A análise das diferentes formas de se considerar as famílias em programas sociais fornece o ferramental necessário para que se conclua que um melhor conhecimento sobre elas é extremamente importante, na medida em que estão relacionadas a diversos fatores, desde a geração de externalidades até os impactos mútuos provocados pelas políticas sociais nos seus objetivos, dependendo de como se apresenta a organização familiar.

A estrutura etária da população latino-americana, mesmo numa breve consideração, mostra que grande parte desta população é incapaz de adquirir seu próprio bem-estar através de atividades econômicas, mesmo que se considerem níveis significativos de trabalho infantil e de idosos. As bases largas das pirâmides populacionais características da região expressam que uma significativa porção dos habitantes não recebe salário e também está excluída da produção que poderia prover sua própria subsistência. As taxas de ocupação e outros indicadores fortalecem a argumentação.

As pessoas, para sobreviverem, precisam consumir mercadorias e bens e serviços que estão disponíveis no mercado, tenham ou não capacidade produtiva. Tal fato naturalmente exige o concurso de instrumentos de divisão de trabalho e de divisão de recursos atuantes na sociedade. Nas economias capitalistas o Estado e a família desempenham estas funções. As políticas sociais e/ou a solidariedade familiar são mecanismos fundamentais utilizados pelos indivíduos para alcançar o bem-estar para além do acesso ao mercado.

O *welfare state* e a família estabelecem uma relação que pode ser considerada do ponto de vista de duas abordagens básicas: a primeira busca avaliar a influência na organização das famílias; a segunda enfoca o sentido inverso, isto é, a importância das famílias para o funcionamento das políticas sociais. Geralmente, combinam-se as duas abordagens em uma só análise, indicando a existência de certa dependência mútua entre padrões de *welfare state* e organizações familiares (MEDEIROS, 2000).

As políticas sociais terão maior ou menor êxito dependendo da estrutura da população a que se dirigem. É necessário ressaltar que as políticas sociais, antes de

chegarem aos beneficiários, percorrem um “filtro redistributivo” que é a família. A família redistribui os benefícios quando há alguma alteração no bem-estar dos seus membros. Alguns tipos de família, face a sua maior fragilidade, requerem tratamento diferenciado. Assim, *welfare state* relaciona-se diretamente à sua **adequação e composição** e à **organização** das famílias dos indivíduos beneficiários.

Quais seriam então as razões que justificam a importância de se conhecer as famílias para elaborar políticas sociais⁴⁷? A primeira delas refere-se ao impacto que as políticas sociais têm sobre os diversos membros da família, sejam ou não beneficiários diretos. Isso ocorre tendo em vista que a família funciona como redistribuidora de recursos entre os seus membros. Logo, qualquer tipo de política social dirigida à família impactará todos os seus membros.

É evidente que as relações entre os membros da família podem gerar externalidades positivas ou negativas à sociedade. O exemplo mais ilustrativo é o da liberação das mulheres quanto ao cuidado dos filhos. Isto possibilitará às jovens mães voltarem à escola ou participarem do mercado de trabalho, elevando o rendimento familiar e reduzindo sobremaneira o trabalho das crianças na complementação da renda das famílias pobres. Ressalte-se que os custos do pior aproveitamento educacional e dos problemas psicológicos, fatores entre outros mantenedores da pobreza entre gerações, são muito maiores do que o reduzido ganho advindo do trabalho infanto-juvenil.

Outra razão é encontrada no fato de que as características das famílias podem ser usadas como critérios de focalização. Já foi visto que o bem-estar varia de acordo com os tipos e estruturas familiares e, por conseguinte as peculiaridades de cada família mostram potenciais vulnerabilidades.

⁴⁷ A expressão “políticas públicas” indica as ações e as intervenções planejadas por órgãos da administração públicas, isto é, por aparatos burocráticos, em benefício daqueles que o Estado reconhece como sujeitos de direitos de cidadania. Tais ações, em geral, são executadas por órgãos do governo, nos diferentes níveis: federal, estadual e municipal. Outras instituições poderão ser convidadas a participar como parceiras destas ações. Quando se usa a expressão “políticas sociais”, faz-se referência a orientações, medidas e decisões que um sistema social (não necessariamente estatal) adota em matéria de bem-estar para aqueles que lhe pertencem, quer indivíduos, quer famílias e associações. Políticas sociais dirigidas à família fazem pensar a uma pluralidade de sujeitos que, livremente, coordenam suas ações, de maneira a convergir para uma finalidade comum, a de promover o bem-estar da família em algum aspecto decidido em conjunto como relevante. Um critério sintético para delinear uma política social como “familiar”, não é tanto o objeto de sua atenção, a família, mas o fato de estar orientada a sustentar as relações familiares, fortalecendo-as e tornando as famílias mais capazes de agir com responsabilidade diante das próprias circunstâncias de vida (PETRINI; DIAS, 2012, p.13 - 14).

Podem ser também relevantes para a elaboração das políticas os elementos culturais que determinam a estruturação das famílias. Os papéis sociais exercem influência sobre as condições de vida das pessoas e até mesmo o Estado algumas vezes os reproduz, pois estabelecem padrões de família no desenho das políticas sociais ou geram políticas que estimulam determinados modelos de organização familiar. O exemplo clássico é a feitura dos horários escolares e a pequena importância dada aos programas de pré-escola, no pressuposto de que exista um responsável doméstico que atenda às necessidades das crianças.

Há ainda casos em que atenção especial deve ser dada a pessoas de um determinado sexo, como, por exemplo, na escolarização de meninas na Bolívia ou meninos no Brasil, pois estes, em função de imposições relacionadas a papéis de gênero, têm maiores índices de evasão escolar. Já que normas sociais regulam a distribuição de recursos e tarefas no interior das famílias, políticas destinadas a favorecer determinados indivíduos podem ter seus resultados desviados para outra direção (MEDEIROS, 2000, p. 67 - 68).

Uma quarta razão refere-se aos impactos das políticas sobre a organização familiar: como exemplo pode-se citar os benefícios previdenciários, que podem agir como estímulos ou desestímulos, dependendo do caso, a tipos de família que teriam reduzidas suas necessidades de políticas de cuidados aos idosos.

O favorecimento da entrada de mulheres no mercado de trabalho e a estrutura de divisão do trabalho familiar podem ser resultado de políticas de pré-escola. Se a idéia for a obtenção de efeitos de longo prazo sobre a estrutura etária das populações e também da composição do mercado de trabalho, pode-se lançar mão de políticas de controle ou incentivo à reprodução.

Vale ainda salientar que o conhecimento sobre as famílias é importante na medida em que estas são capazes de participar da **concepção, execução ou controle das políticas**. Há experiências exitosas na América Latina de parcerias feitas entre pais, representantes da comunidade e estudantes na administração do sistema de ensino, com mais eficiência e mais proximidade das necessidades e interesses dos alunos. Nessa perspectiva as famílias passam a assumir um papel ativo, funcionando da maneira como delas se esperaria na condição de agentes de mudança societária.

Sarti (1996) observa que nas décadas de 60 e de 70 os discursos críticos acerca dos pobres eram sempre acompanhados de denúncia de instrumentos de dominação da sociedade de classe. A falta, como pressuposto, estava sempre presente implicitamente nessa postura de crítica à sociedade. O assunto recorrente era a pobreza, muito mais do que o pobre. Para os sociólogos os pobres se situavam como o inverso do que deveriam ser. As análises realizadas enfatizavam a economia e a política, situando os pobres num quadro de exploração do trabalho pelo capital e pela omissão do reconhecimento da cidadania.

A consideração da carência material como requisito bastante para qualificar a condição de pobreza, em uma propensão de aproximar a pobreza com a negação de direitos, constitui-se numa tendência mais atual. Mesmo com a movimentação do eixo de definição da situação social do pobre, a precariedade continua a atuar como referência.

O marco comum a esses entendimentos dos pobres, segundo Sarti (1996), é a falta de interesse com a vida social e simbólica dos mesmos, no que se manifesta como positividade concreta, sendo este o ponto de partida que estabelece o contexto de sua atuação no mundo social e a possível condição de efetuar uma movimentação deste universo para a dimensão propriamente política.

Sarti (1996) apud Petrini et al (2007) destaca ainda que, a partir dos anos 70, as Ciências Sociais brasileiras teriam focalizado o pobre a partir de seu lugar na produção, sem se preocupar com as implicações da peculiaridade na qual se construiu este lugar no Brasil. O termo 'trabalhador' passou a ser a categoria sociológica do pobre, focalizando, assim, a razão prática.

A crítica da autora a essa modalidade de análise é que a mesma não levou em conta que o mundo do trabalho no Brasil constituiu-se dentro de um universo social no qual relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas de nossa formação histórica. Isso significa que o Brasil possui uma concepção do trabalho que não corresponde de todo à lógica mercantil do mundo capitalista (PETRINI et al, 2007, p.17).

A tradicionalidade e a forte influência dos padrões patriarcais da família rural, mesmo em contexto de urbanização e modernização do país, adotam a prerrogativa masculina pela função principal do homem como mediador do mundo exterior. A família pobre guardaria os valores construídos sobre um modus hierárquico,

reconhecendo a subordinação do feminino ao masculino e da casa sobre a família. A autoridade sobre a casa compete à mulher e ao homem compete a autoridade sobre a família. A corporificação da autoridade para o homem é a responsabilidade externa pela imagem da família e pelo seu sustento material. Assim, o homem adquire respeito e a respeitabilidade da família. (SARTI, 1996)

Para os pobres urbanos, o *ethos* familiar constitui-se ainda uma referência essencial do seu universo simbólico. É uma espécie de reafirmação de dignidade tendo como referência moral a reciprocidade e a hierarquia. Observa-se que a noção de dignidade refere-se ao reconhecimento de que são merecedores de respeito e que não podem ser submetidos à exploração.

Sarti (1996) desenvolve um outro eixo de análise que se refere ao trabalho. Este não se constitui apenas no desempenho de uma função laboral, e teria sim um valor moral relacionado a uma ética de provedor. Desta maneira a sobrevivência material não teria a centralidade, mas sim a dignidade pessoal e o valor moral.

Com respeito à análise das famílias pobres sob a visão da reciprocidade, a autora quer atingir:

[...] a determinação estrutural na construção da identidade social dos pobres, a partir da imbricação das duas lógicas, capitalista (individualista) e não capitalista (hierárquica), como matrizes simbólicas atuantes neste processo de construção dos sujeitos sociais, o que constitui uma particularidade (ainda que não uma exclusividade) da sociedade brasileira (DA MATTA, 1979 apud SARTI, 1996, p.146).

No olhar de Keller (1998) as culturas não ocidentais apresentam práticas de cuidados opostas ao individualismo, ao isolamento e à autonomia das culturas ocidentais. A sociedade brasileira, detentora de uma cultura de origem indígena e africana e também inserida em uma matriz cultural de origem européia, possibilita um sistema cultural não-ocidental, que se constitui numa característica das camadas populares.

Os diferentes segmentos e espaços estão representados na sociedade brasileira. A casa e a rua são configuradas como conceitos relacionais básicos do contexto social do Brasil. É evidente que a convivência de diferentes tradições e matrizes culturais da família brasileira gera alguns conflitos, principalmente em vista

do projeto social muitas vezes distante do cotidiano vivenciado por atores em busca do seu espaço no debate político.

4.2.1 A Família na condição de pobreza – Projeto de vida e estratégia de sobrevivência

À luz do quanto abordado no Capítulo 2, importantes autores vinculados ao Banco Mundial e à análise do Capital Social Familiar (GROOTAERT et al, 2003) acreditam que as relações familiares possam vir a se constituir em recursos essenciais para o enfrentamento efetivo da condição de pobreza, tanto para a pessoa quanto para a sociedade. Se isso é verdade, e o é realmente, jamais se poderá ignorar a importância da família na elaboração de programas de redução da pobreza e da exclusão social.

Alguns fatores adversos nesse contexto têm um efeito devastador sobre a motivação de sair da pobreza, ao se percebê-los como “intransponíveis”: as carências de oportunidades para a continuação dos estudos e para o acesso ao mercado de trabalho; a precariedade de moradia e de rendimentos; e o peso de relações familiares negativas.

As mudanças culturais no contexto atual tornam algumas vezes os vínculos e as relações familiares fragilizadas e vulneráveis, pondo em questão as condutas e os valores que norteiam os comportamentos dos seus membros.

Adiciona-se a isso as oportunidades de ganho fácil que se apresentam às novas gerações dos territórios pobres com elevado grau de risco, característica de atividades em conflito com a lei.

Essas circunstâncias malévolas exigem políticas sociais que, através dos seus programas, venham a interferir nesse panorama de espaços comunitários dominados pelo crime e marginalidade, de modo a que haja sustentação da responsabilidade das famílias para se tornarem funcionais na realização das tarefas que lhes cabem. A subsidiariedade dessas políticas traz como consequência a intervenção para o fortalecimento dos vínculos e da positividade das relações familiares, voltando a família a poder ocupar o lugar de **sujeito social**.

Ressalta-se que através das políticas sociais poderá haver o acesso à casa própria, estimulando uma maior estabilidade familiar, determinante para um seu

futuro mais promissor e para a prosperidade dos seus membros. A Administração pública e o mercado, o privado e o social, integrando esforços coordenados, poderão propiciar a casa popular e o trabalho para a família, admitindo como prioridade as pessoas que têm a responsabilidade de manter a família e promover a educação dos filhos.

A diminuição dos índices de violência depende em parte da ação inteligente dos órgãos da segurança pública, mas principalmente depende de investimentos sociais que possibilitem a reorganização da esperança de que o empenho para crescer, mesmo com disciplina e sacrifícios, vale à pena porque é efetivamente possível dedicar-se a um **projeto de vida** e conseguir acesso a uma vida digna, feita de trabalho e de afetos familiares positivamente orientados (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010, p. 11).

Os estudos referentes à investigação das circunstâncias em que vivem as pessoas em condição de pobreza, em especial as mais jovens, mostram que é possível transpor as condições adversas não apenas quanto a elevação da renda mensal da família, mas também na superação da tensão entre a elaboração/execução de **projetos de vida**, que objetivam a melhoria das condições de saúde, de educação, de moradia e de trabalho para alguns membros da família, e das **estratégias de sobrevivência**, ou seja, satisfações efêmeras e algumas vezes de alto risco que impossibilitam ou obstaculizam a construção de um horizonte de crescimento nas áreas educacional, da formação profissional e da integração social (PETRINI et al, 2007).

O projeto de vida é entendido na perspectiva de um futuro que constrói a possibilidade de crescer de uma maneira formativa e de alcançar uma dimensão de inserção na sociedade em patamar mais elevado do que o que se vive atualmente, com a superação da pobreza sendo assumida de forma consciente e perseguida sistematicamente.

É característica essencial do projeto de vida de qualquer pessoa a propensão a pensar sobre o futuro, pela formulação de metas e planos ou por realizações que ainda se quer alcançar (GRIFFA, 2001). Para este autor, o projeto situa-se além do agora e aponta para o cumprimento das possibilidades biográficas do sujeito e para a historicidade do seu eu. O trajeto sugerido pelo projeto constitui-se no vir a ser da história pessoal.

A construção do projeto de vida não é um acontecimento, mas algo cujo dinamismo se evidencia no decorrer de toda a vida do sujeito. Trata-se de um processo que não comporta a estagnação e apresenta características subjetivas e objetivas, que se articulam para compor um todo maior que as partes componentes, viabilizador de sonhos e aspirações, construtor de novos valores, de atitudes firmes e da coragem de seguir adiante sem esmorecer (NASCIMENTO, 2006).

O projeto de vida é considerado como um dos fatores que auxiliam no combate à pobreza, alterando-se em cada fase da vida e para cada pessoa em função das prioridades dos sujeitos e dos seus valores, que emergem como elementos relevantes na compreensão sobre o projeto de vida, orientando permanentemente quanto ao que as pessoas desejam e se empenham para alcançar (FONG, 2006).

Se nossas metas não estiverem em congruência com nossos valores mais profundos, dificilmente estaremos satisfeitos com nossas vidas. Mesmo alcançando as metas, se elas não estiverem em harmonia com o que realmente nosso coração pede, sentiremos um vazio interior que poderá nos deixar confusos e sem direção. [...] conhecer-se, saber o que a vida realmente significa para você e conhecer seus valores é de fundamental importância no planejamento do seu projeto de vida. Os valores também estão livres para serem modificados, pois à medida que evoluímos, nossos valores também evoluem. Nada é estático (PETRINI et al, 2007, p. 36).

São distinguidos por Fong (2006) oito dimensões que devem ser pesquisadas, enfatizando que o planejamento de metas envolve objetivos que dizem respeito à família, aos amigos e à comunidade. A autora apresenta essas dimensões como áreas de saúde: saúde espiritual; saúde intelectual; saúde familiar; saúde social; saúde financeira; saúde profissional; e saúde ecológica.

Essa percepção de Fong (2006) enriquece a própria noção do projeto de vida, que na maioria das abordagens teóricas leva em conta apenas as dimensões educacional e profissional, as mais prestigiadas pelas pessoas beneficiárias e pelos estudiosos do conceito e aplicações do projeto de vida, que apontam também a escola como um local de apoio para a sua concretização.

A autora constata que se dá pouca importância ao tema dos jovens pobres e que as pesquisas sobre eles realçam apenas os aspectos negativos (violência, desemprego, delinquência e uso de drogas).

Pesquisa feita por Juncken (2005, p. 20) demonstrou que os jovens têm no trabalho o principal organizador do projeto de vida. Ainda como decorrência da pesquisa, percebeu ele a grande distância entre a vontade pessoal e o resultado alcançado pelos jovens, entendido como consequência de uma grande descrença no poder público.

Foi constatado por Silva e Borges (2007) que o caminho mais procurado com respeito à mobilidade social positiva é o aumento da escolaridade; entretanto, apesar da sua importância, tal indicador não tem necessariamente a capacidade de prover a inserção automática no mercado de trabalho.

Outras pesquisas, desenvolvidas por autores como Sarti (2002, 2004) e Pochmann (2004), mostram que nas famílias pobres os jovens normalmente alcançam o mesmo grau de formação dos seus pais no tocante à escolaridade ou mantêm as mesmas ocupações de sobrevivência que os tornaram estagnados socialmente. Tal constatação demonstra os obstáculos enfrentados pelos jovens em relação às dificuldades causadas pela desigualdade social, que debilita o esforço no sentido do enfrentamento contra barreiras mais poderosas que o seu dinamismo pessoal.

Diametralmente oposta ao conceito de projeto de vida é a conduta entendida como “**estratégia de sobrevivência**”, que resume a existência a “ganhar o pão de cada dia” e à preocupação com as necessidades imediatas.

As estratégias de sobrevivência estão presentes também nas pessoas que não mais procuram trabalho. Algumas sociedades reduzem sobretudo as oportunidades de crescimento dos seus integrantes, notadamente os mais jovens, fazendo com que as estratégias de sobrevivência sejam mantidas: a gravidez precoce, o abandono dos estudos, e a participação em atividades criminosas.

A melhoria das condições de saúde, de educação, de moradia e de trabalho para si ou para algum membro da família constitui-se no objetivo principal visado por quem elabora um projeto de vida. Tal postura inibe de maneira decisiva a utilização de estratégias de sobrevivência.

Entende-se então que o processo de combate a pobreza inicia-se quando a pessoa formula um projeto de vida e se aplica em realizá-lo, objetivando melhorar suas condições de existência. Um projeto de vida tem mais probabilidade de ser formulado por uma pessoa nos casos em que a **família** dá suporte, estimula, acolhe e

a valoriza. De maneira semelhante supõe-se que as associações locais ou de origem externa à comunidade proporcionam meios de formação, suporte técnico e psicológico, possibilitando e contribuindo para revisar (ajustar) projeto de vida em execução” (PETRINI et al, 2007, p. 38).

4.2.1.1 Família, Capital Humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida.

Sob esse título, Alcântara et al. (2007), integrantes do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador – UCSAL, desenvolveram uma pesquisa do tipo qualitativa-quantitativa em duas áreas periféricas da cidade de Salvador, com o objetivo de analisar as circunstâncias nas quais as pessoas que vivem em situação de pobreza enfrentam tal condição, investigando a tensão entre *projetos de vida* elaborados com a finalidade de melhorar as condições de saúde, educação, moradia e trabalho, e *estratégias de sobrevivência*.

O estudo focalizou também as esferas de intermediação entre as iniciativas macroeconômicas e as decisões individuais. Foram entrevistados 67 participantes de projetos sociais e instituições educacionais de duas das mais pauperizadas áreas de Salvador, através de um questionário elaborado especialmente para identificar os processos individuais e coletivos que se orientam para a conformação dos projetos de vida ou limitam os sujeitos às suas estratégias de sobrevivência, por falta de perspectiva de um outro caminho para a superação da pobreza extrema em que se encontram.

Tomou-se a família como um dos atores privilegiados para a inclusão social e foi investigada a importância das redes locais de solidariedade e das políticas sociais. Nesse sentido, analisou-se o significado das relações familiares e comunitárias que as pessoas, em condição de pobreza, podem integrar em função do vínculo com associações não governamentais nas áreas de Novos Alagados (no Subúrbio Ferroviário) e do Nordeste de Amaralina.

Tomou o trabalho como pressuposto a noção de que a participação em associações de bairro ou de origem externa poderia colaborar com a concretização de projetos de promoção social, adotando-se como categorias de análise para a

investigação empírica o Capital Humano, Capital Social, bens relacionais, inclusão social, projeto de vida e estratégia de sobrevivência.

Das duas áreas, uma se situa no Subúrbio Ferroviário de Salvador, que compreendia, á época da pesquisa, um conjunto de bairros somando 4 Km² e abrigando cerca de 40.000 famílias – aproximadamente 150.000 habitantes – representando 6% da população do município de Salvador. A segunda, o bairro do Nordeste de Amaralina, conforma com as zonas faveladas de Santa Cruz, Chapada e Vale das Pedrinhas um complexo de comunidades de baixa renda que se estende para o entorno de áreas de classe média alta e alta, entre os bairros de Pituba e Rio Vermelho, e vem apresentando o maior índice de mortalidade por causas externas da capital baiana, nos últimos anos. Com cerca de 9 Km², agregava à época uma população de 250.000 habitantes.

Os participantes, escolhidos por sorteio dentre os matriculados em atividades desenvolvidas por organizações sociais locais, foram 13 jovens integrantes de um curso de formação profissional e 20 adolescentes inseridos em um reforço escolar em Novos Alagados; 11 jovens mães atendidas por uma associação que oferecia acompanhamento profissional para a melhoria das condições de maternidade no Nordeste de Amaralina; e 23 mães de crianças que frequentavam uma instituição de educação infantil em Novos Alagados. Para cada contexto estudado foram abordados ainda os coordenadores dos projetos sociais.

As gravações das entrevistas foram analisadas a fim de se identificar pontos de contraste e de convergência entre os discursos dos participantes, baseando-se nos pares conceituais *Capital Social*, *Capital Humano*, *bens relacionais*, *projeto de vida* e *estratégias de sobrevivência*, na exploração de dimensões da experiência cotidiana dos participantes e de seu relacionamento com os projetos sociais. A partir dos dados obtidos, verificou-se que o perfil das famílias dos participantes era marcado pela presença de múltiplos arranjos familiares, com uma ampla diversidade de respostas, desde a família nuclear à monoparental, além de outras variações.

O casamento formal apareceu de forma muito reduzida. A maternidade ocorria na faixa de 20 a 29 anos, e os dados estatísticos oficiais indicavam uma diminuição da taxa de natalidade, seguindo essas áreas uma tendência geral da Região Metropolitana de Salvador, decorrente sobretudo da ampliação da abrangência dos programas de controle da natalidade e divulgação de métodos contraceptivos. Constatou-se também a ocorrência frequente e a recorrência da

gravidez entre jovens com baixa escolaridade, sem inserção no mercado de trabalho, bem como a ausência na família da figura do pai.

As habilidades esportivas que mais apareceram foram o futebol, esporte valorizado em todo o País e jogado em campos de várzea, e a capoeira, herança da cultura afro-brasileira, que é oferecida por mestres das próprias comunidades, como forma de elevar a auto-estima dos jovens participantes e de afastá-los de atividades criminosas, como o tráfico de drogas, o furto e o roubo e o morticínio causado por elas, responsáveis por uma forte deterioração do tecido social nas áreas periféricas de Salvador, acometendo principalmente os menores de idade como autores e vítimas.

Dentre as habilidades sociais, fazer amigos, ajudar e respeitar as pessoas foram as respostas mais frequentes. Das habilidades artísticas, o pintar e o cantar foram as mais comuns, refletindo talvez a musicalidade baiana. As habilidades profissionais predominantes nas mães de creche foram as relacionadas a trabalhos domésticos e as de vendedora, que de modo geral não requerem maior capacitação. Os participantes mais jovens incrementavam seus conhecimentos com a área de informática, tão solicitada no mercado de trabalho atual. Com tais conhecimentos oferecidos no bairro, poderiam ser ampliadas as possibilidades de emprego para as novas gerações. A habilidade do trabalho de pedreiro, no caso dos jovens do curso profissionalizante, possibilitou que alguns concluintes do curso fossem empregados através do Programa Jovem Aprendiz.

As mães citaram as habilidades cotidianas e profissionais como as mais úteis para a própria vida; os adolescentes do reforço escolar e os jovens do curso profissionalizante consideraram de maior utilidade as sociais. Já entre as jovens mães, as habilidades artísticas é que foram consideradas mais úteis, seguidas pelas profissionais. Isto pode ter refletido a etapa de desenvolvimento pessoal em que cada um se encontrava.

Na categoria de Capital Social, os autores destacaram em Novos Alagados um grande investimento realizado pelo Governo do Estado, o Banco Mundial e a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI). Tal investimento consistiu na construção de casas, saneamento básico e estruturação da rede elétrica. A coleta de dados revelou que a quase totalidade dos participantes morava em casa própria, construída com blocos em terra firme. Alguns aspiravam melhorar a casa, o que era previsto na construção original, “embrião” que poderia ser

expandido. Entre as jovens mães pertencentes à comunidade do Areal, no Rio Vermelho, foram encontradas residências habitadas por famílias numerosas e algumas delas em situação muito precária, construídas com madeira e papelão.

No bairro de Novos Alagados, projetos na área educacional como reforço escolar, creches e centros profissionalizantes haviam sido viabilizados através das iniciativas de associações comunitárias, instituições religiosas e de organizações não governamentais, mas a região ainda carecia de um maior investimento em escolas. Na comunidade do Areal, encontraram-se evidências de investimento nas áreas educacional, social e de saúde, com uma menor frequência de profissionais residentes em outros bairros da cidade, em virtude das restrições impostas pela violência.

O Programa Bolsa-Família é um recurso governamental que incluiu boa parte dos participantes. Levando em consideração a renda-familiar muito baixa, tal apoio complementa os rendimentos, embora não resolva a questão básica do subemprego ou mesmo do desemprego tão presente na população local. Em ambos os bairros, recursos relacionados ao lazer como praças e parques eram e continuam sendo escassos e sem infra-estrutura adequada.. Diante das dificuldades de mobilidade para outras regiões da cidade, devido a questões financeiras e de distância, as atividades de lazer mais comuns correspondiam a assistir televisão e ouvir música, além de conversar com vizinhos.

A presença de grupos organizados, como a Igreja, grupos de capoeira e de dança, favoreceram o incremento de Capital Humano e de bens relacionais. Neste particular, a família apareceu como um bem relacional importante e o lugar em que se aprende valores que favorecem as relações humanas, sendo ela avaliada como a maior detentora de aspectos positivos. Diante de comportamentos considerados adequados, pode haver elogios ou indiferença no âmbito familiar, mas há punição física para os comportamentos inadequados.As mães dos participantes aparecem como figuras fundamentais, que determinam o momento inicial da vida dos entrevistados e a base deles, sendo a sua principal referência. Nos casos em que esta presença era fragilizada ou ausente e não havia alguém que a substituísse (avós, tias, madrinhas), as conseqüências da miséria e abandono se agravavam.O pai é muito mais ausente, e por vezes desconhecido, aparecendo pouco na fala dos participantes e sendo,em determinados casos, até mesmo idealizado.

Madrinhas e parentes (especialmente tios e avós) também estão presentes na fala dos participantes como pessoas que fornecem apoio ou mesmo, no caso dos jovens dos cursos profissionalizantes, incentivam o estudo. Os filhos, para as mães de creche, são “um foco de atenção”, ‘o sentido da vida”. Porém, para as jovens mães, não são identificados como as pessoas de que elas mais gostam e nem as pessoas que percebem que mais gostam delas, entendendo os pesquisadores que a maternidade precoce pode ter, de algum modo, enfraquecido os laços afetivos e possivelmente também os vínculos naturais entre essas mães e seus filhos, muitos inclusive frutos de uma gravidez não desejada, inesperada.

É comum a convivência com vizinhos e amigos, predominando um bom relacionamento com eles. Para a população estudada, cujas casas são pequenas, a permanência na rua, na frente das residências, é algo quase inevitável.. Existe também uma solidariedade entre os vizinhos e, por vezes, intrigas. Constataram os pesquisadores que o limite entre o público e o privado parecia ser menor do que o existente nas camadas mais abastadas. Em decorrência da intensificação da violência, a realidade das áreas periféricas se modificou, o que pôde ser constatado pela grande incidência de grades nas casas e pela visão geral de que a rua é perigosa.

No tocante à necessidade de inclusão social, foram evidências gritantes a forte incidência do desemprego e do subemprego, notadamente na população jovem, de ambos os sexos, e os baixíssimos salários entre os que têm alguma ocupação, em geral com características de informalidade. O nível de renda familiar mais encontrado foi o de até um salário-mínimo.

Em Novos Alagados, já sob o influxo dos programas oficiais direcionados para o local, o investimento no estudo foi privilegiado pelas associações comunitárias, com a aprovação das famílias, que incentivavam seus filhos a se engajarem nestas iniciativas, buscando melhores condições de vida para todos. Observou-se este movimento na decisão das mães de colocarem seus filhos na creche, e na grande procura pelo reforço escolar ou pelos cursos profissionalizantes. Outro aspecto interessante relatado pelos pesquisadores foi a iniciativa das próprias mães de retomarem seus próprios sonhos, pelo viés da educação. Já no grupo de jovens mães do Vale das Pedrinhas o abandono escolar coadunava-se com a vida na delinqüência, e com a permanência delas na condição precária e perigosa de estratégia de sobrevivência. Mas, mesmo neste grupo, identificaram os autores a

decisão de participar do projeto de jovens mães como uma iniciativa mais positiva, entre tantas outras utilizadas por elas anteriormente, como o tráfico e a prostituição.

4.2.1.2 A mediação familiar, sua amplitude e abrangência.

Nos dias atuais o combate à pobreza e à exclusão social tornou-se prioritário e obteve centralidade na elaboração das políticas públicas, no discurso oficial do governo, nos órgãos de fomento internacionais e em múltiplos setores da sociedade brasileira. Este modo de abordar a pobreza e a exclusão social induz o pensamento de que para o futuro nenhum governo poderá deixar de levar em conta e de alocar recursos ao tema. Neste sentido, passa-se ao largo do **individualismo metodológico** que durante muito tempo ocupou a posição central na elaboração de políticas públicas no Brasil e no mundo. Inicia-se a superação da antiga mentalidade que tinha olhos apenas para indivíduos: o trabalhador, o desempregado, a criança, a mulher, o negro, o adolescente, o idoso, o deficiente físico, o deficiente mental, como se eles não fizessem parte de uma rede de relações familiares e sociais.

O encontro de metodologias de ação que estimulem o desenvolvimento sustentável para múltiplos níveis de pobreza torna-se o desafio fundamental. Assim, urge substituir políticas de redistribuição de renda que não levem em consideração ações nas áreas de educação e de qualificação profissional. É indispensável que os benefícios impulsionem a funcionalidade do crescimento dos beneficiários, norteados pelo acesso ao mercado de trabalho e pela elevação da sua auto-estima.

Para o atingimento desses objetivos, com mais facilidade, identifica-se pontos de convergência entre a ampliação do investimento produtivo que objetiva a criação de ofertas de vagas de trabalho e políticas públicas de valorização e aprimoramento do Capital Humano, do Capital Social e do Capital Familiar.

A promoção de uma abrangente reforma da educação pública, com ênfase no ensino fundamental e médio (aquisição de aptidões e habilidades para o mercado de trabalho) seria importante para o aprimoramento do Capital Humano.

É interessante reiterar que os estudiosos deram muito pouca atenção para a família que, em especial nos anos 80, foi retratada de modo ambivalente, relevante para a socialização primária e considerada ao mesmo tempo não funcional às exigências das sociedades modernas (BECK, 2006). Todavia torna-se descabido

desconsiderar a importância da família para o aprendizado das novas gerações de aptidões e hábitos positivos ou negativos que proporcionem ou obstaculizem seu crescimento.

Dentro desse escopo, assim se expressa o Prêmio Nobel de Economia, Gary Becker (1996, p. 21):

De onde vem o Capital Humano? [...] Deve-se partir da família. Ela é o fundamento de uma boa sociedade e do sucesso econômico. As famílias são diferentes ao longo do tempo, mas elas são ainda muito importantes para a moderna economia. Para compreender o Capital Humano, deve-se voltar para a família porque são as famílias que cuidam de suas crianças e procuram, com todos os recursos de que dispõem, promover a educação e os valores dessas crianças. As famílias são os maiores promotores de valores em qualquer sociedade livre e até em sociedades não tão livres.

Incrementar o Capital Social refere-se à valorização e fortalecimento de associações e grupos, que em sinergia com outros agentes do desenvolvimento convoque-os para a participação do projeto de combate à pobreza em nível local, regional e nacional. Valorizar e fortalecer a família são condições indispensáveis para o aumento do Capital Social Familiar. No caso presente do Brasil, destaque especial deve ser dispensado aos programas de complementação de renda, associados a outros, de acesso à casa própria e de integração das medidas do programa de saúde da família.

O método da **subsidiariedade**, que preceitua a valorização, o respeito e o fortalecimento dos “agentes do desenvolvimento” que trabalham na área, responsabilizando-os pelas ações a serem desenvolvidas, é o principal fator de envolvimento das famílias e associações nesses projetos.

A atribuição de introduzir as novas gerações na compreensão e interação com toda a realidade cabe às famílias, mesmo que sejam das classes populares e estejam em situação de vulnerabilidade. Por ser um insubstituível lugar de socialização, a pessoa na família experimenta a realidade benéfica de uma dependência que o gera, tornando-se protagonista como resultado da pertença possibilitadora. As relações que se originam na intimidade proporcionada pela família de alguma maneira influenciam a convivência social. Dentro dessa trilha de

raciocínio, torna-se impossível efetivar estudos sobre a pobreza sem considerar a intensidade e a qualidade das relações proporcionadas pelas famílias.

A pobreza é encontrada, vivida e certamente enfrentada a partir do ambiente configurado pelas relações familiares. A relevância da família nos diversos âmbitos não-familiares advém das relações familiares, que facilitam a aquisição e desenvolvimento da identidade pessoal e delinea o rosto ostentado por cada membro da família nos lugares em que costumeiramente está presente. “As relações que em tal modo constituem a pessoa lhe permitem encontrar o ponto de contato entre a objetividade da realidade dada e a intencionalidade da sua consciência” (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010, p. 12).

Um autor central no estudo da família é Pierpaolo Donatti, com a sua obra *Família no século XXI: Abordagem relacional* (2008). Em um dos muitos trechos que encantam e levam à reflexão, ele afirma que nos estudos sobre a família renomados autores advogam, de maneira veemente e explícita ou de modo velado, que a família está vivendo um processo que a levará ao desaparecimento, porque não são capazes de detectar a regeneração da família, num constante processo auto-sustentável.

Somente através de uma teoria adequada seria possível “ver” a família:

A teoria propõe um modo de observar a família, de avaliar a situação e de intervir segundo o método relacional. A observação, o diagnóstico e a intervenção devem ser relacionais. Nesse sentido, a observação deve focalizar as relações, pois os problemas da família nascem nas relações, não nos indivíduos. Os problemas implicam comportamentos e reações individuais, mas se situam no espaço das relações. Quando se tomam os indivíduos como ponto de partida, não se chega às relações. Pelo contrário, partindo das relações, encontram-se os indivíduos (PETRINI, 2008, p. 31)

A abordagem relacional, além de facilitar a investigação científica, também é um instrumento importante usado pelos operadores sociais quando necessitam efetivar intervenções nas famílias em situação de risco. Essa intervenção deve ter como alvo **as relações** e com base nas relações transformar a situação de sofrimento ou de risco dos indivíduos. Os exemplos de uma mulher sobrecarregada de trabalho e de uma mãe que não administra bem os cuidados com seu filho ilustram as afirmações citadas anteriormente.

Ao propor “um itinerário na teoria relacional com Donatti”, Petrini (2008) aborda a essência do conteúdo de todos os aspectos do seu trabalho. Selecionou-se o que trata a família enquanto relação de **mediação social**, pois interessa a posição da família na esfera pública e a sua redução à micro- esfera privada. Donatti (2008) inicia seus ensinamentos a partir da afirmação de que, ao contrário da posição hegemônica, a sociologia relacional enfatiza que a família continua aumentando a abrangência e a relevância de suas mediações sociais referentes à identidade e ao estímulo ao acesso das oportunidades que a vida possa vir a disponibilizar aos indivíduos.

A modernização das sociedades levou ao desaparecimento das antigas mediações relacionadas ao nome paterno e ao status dos genitores; e os indivíduos são tratados pelo que realmente são e pelo comportamento que manifestam. Se a dignidade da pessoa não mais se relaciona ao nome do pai, trata-se efetivamente de conquistas inegociáveis. Tal fato não permite inferir que a mediação parental é completamente despida de valor. Novos interesses e novos significados são atestados pela constância com que se busca meios técnicos modernos, a pesquisa da paternidade e também da maternidade biológicas.

Os novos tempos fazem surgir novas mediações, segundo Donatti (2008). O autor adverte que para o filho esta é uma questão de identificação (construção) de suas próprias raízes, sejam elas culturais, étnicas e históricas. A mediação não é apenas uma questão de identidade biológica, genética, retratando uma relação de conexão onde se constata uma ligação de distintos elementos. É crucial o entendimento de que as relações familiares formulam um campo psíquico e simbólico de **redes sociais** que faz a conexão do presente com o passado e o futuro, mesmo que isso ocorra em meio a tensões e ambivalências.

Atualmente, a construção das identidades dos cônjuges, dos pais e dos filhos é alcançada através de trabalho árduo e arriscado. Na verdade, “poucas são as garantias de que uma pessoa continuará a ser conjuge de outra e a mesma coisa acontece com os pais e os filhos” (DONATTI, 2008, p. 139). As identidades dos membros da família nuclear são estruturadas em um permanente relacionamento entre o interior e o exterior da família.

Cabe à família a mediação do mundo externo, de acordo com suas especificidades, para os membros da família. Passa a surgir então um novo tipo de direitos que se refere a relações sociais entre sujeitos com comportamento de

reciprocidade e participação nos vínculos familiares. Donatti (2008) nomeia-os de “direitos relacionais” cujo objetivo é gerar “**bens relacionais**”. Cita-se como ilustração, o direito inerente à criança de ter uma família, a qual se torna um bem relacional.

Do ponto de vista de Donatti (2008) a família exerce uma importante mediação entre os gêneros, porquanto “a constituição de um casal não acontece no livre mercado de indivíduos que se juntam num contexto de casualidade por motivo de sentimentos” (PETRINI, 2008, p. 38).

O encontro e o namoro entre sexos não são formas de mercado, mas redes de intercâmbio sociais que antecedem e vão além dos indivíduos por envolver as famílias, os parentes, as redes de amigos e seus ambientes culturais” (DONATTI, 2008, p. 151)

Desta maneira, a formação de um casal torna-se uma mediação com o mundo do outro. Assim, a mulher que quer ter acesso ao mercado de trabalho terá de levar em consideração o marido e os filhos para efetivar sua decisão, embora não tenha obrigação de agir dessa maneira. Quem é parte de um casal não poderá se portar, no mundo externo à família, como se essa relação fosse inexistente. A qualidade das relações familiares é que vai delinear o rosto habitual que a pessoa irá exibir em seu conviver com as outras.

Para Donatti (2008), não há dúvida de que a mediação familiar existe e é decisiva para a vida das pessoas. Alerta que esta mediação não pode ser ignorada por ter em algumas circunstâncias um caráter negativo, servindo para agudizar discriminações que agredem direitos fundamentais dos indivíduos.

Acontecem também na vida familiar mediações entre os **gêneros** e também entre as **gerações**, menos conectadas à institucionalidade e a direitos e deveres ditados pelo contexto. A livre escolha das pessoas é que determina as mediações. As relações entre pais e filhos passam a ser mais livres e, portanto, mais fracas, porém sem perda do significado. Se os sistemas jurídicos não apresentam condições para o acompanhamento da evolução da realidade social, não lhes é possível enxergar mediações originárias da família. A interferência dos poderes públicos se restringe a situações de risco que comprometem o funcionamento da coletividade. Nessa perspectiva a culpa é impingida à família como deficitária no que tange a responsabilidade. Lamentavelmente, os problemas explodem antes que sejam planejadas ações de prevenção e de fortalecimento da família.

A família efetiva também mediações com a **comunidade** e com a **sociedade** mais ampla. Afirma Donatti (2008) que o fato de pertencer a uma família não mais quer dizer que a pessoa participe dos mesmos costumes e tradições dos outros membros. Enquanto algumas mediações tradicionais desaparecem outras se formam. Um exemplo bastante ilustrativo é a mediação exercida pela família entre os filhos e a mídia. As novas mediações perdem as características que tinham no passado, tornam-se livres e adquirem um novo significado de suporte e de promoção.

Donatti (2008) adverte que normalmente a família não se torna interlocutora junto aos poderes públicos para o planejamento e implantação de políticas públicas que venham a beneficiá-la, porque não é reconhecida como um **sujeito social**. O sistema político continua a não compreender a família na sua realidade e insiste na aplicação da metodologia individualizada, ocupando-se de categorias genéricas, sem conseguir ver o importante envolvimento destas categorias nas relações familiares.

As mediações familiares despertam o interesse não nas instituições, mas sim nas pessoas que podem produzir sua identidade através delas. “[...] são direcionadas às pessoas e acionadas por elas e não respondem mais a pergunta: ‘que família para quê sociedade?’ E sim: ‘que família para quê pessoa humana?’” (DONATTI, 2008, p. 171).

Fica bastante claro o reconhecimento da importância que a família pode vir a ter na trajetória da pessoa nas várias fases de sua vida, para exercer mais amplamente a sua dignidade humana. As mediações familiares podem manifestar negatividade, produzindo males relacionais ao invés de bens relacionais. Da mesma maneira que a família tem a capacidade de mediar relações que produzem saúde podem também ocasionar escassez e desvios, a exemplo do abuso de crianças ou o isolamento dos idosos.

A mediação familiar tem origem no **pertencimento** da pessoa à família. Não mais cabe à legislação determinar este pertencer, nem a alguma instituição que determina à pessoa uma função ou uma situação fixa, sem possibilidade de mutação, e passiva ou tendo um senhor que a controle. A pertença familiar transforma-se numa interdependência escolhida e ativa como determinação pessoal na assunção do vínculo com o outro, uma espécie de recurso que o torna mais rico e estabelece uma conexão.

Uma vez assumida a relação de livre escolha do pertencimento, a construção das identidades pessoais e sociais encontra sua referência central, assim como

influencia positivamente o surgimento de virtudes cívicas e qualidade da cidadania. Há um retorno à participação nos movimentos da sociedade; Destarte torna-se importante que a família obtenha uma nova subjetividade e, em consequência, uma também nova titularidade de cidadania na vivência do cotidiano (DONATTI, 2008).

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE FAMÍLIA

Este capítulo sobre a família conforma, no “passo a passo” com os que o antecederam, uma trilogia e uma sequência de contínuo aprendizado sobre a utilização do Capital Social na superação das condições de pobreza, com foco no ambiente familiar como o *locus* privilegiado da transformação de estratégias de sobrevivência em planos de vida longa, saudável e feliz para todos e cada um dos seus membros. É a família, novamente, depois de ser tida por muitos como “fora do foco”, o centro de toda a engrenagem que se move para utilizar uma combinação de recursos humanos, sociais e econômicos em programas sociais e políticas públicas direcionados não mais para indivíduos específicos – a criança, a mulher, o idoso -, e sim para o conjunto da família, em sua mediação com o mundo externo e na função redistribuidora de recursos para os que a integram, unidos pelo sentido de pertencimento, pelos afetos e sentimentos mais profundos.

Grandes autores, como Baumann (2004), Beck (2006), Carneiro (2003), Carvalho (2002), Castels (2003), Donatti (2008), Fong (2006), Giddens (2000), Lipovetsky (2003), Medeiros(2000), Petrini (2010), Porreca, Fonseca, Dias (2010), Sarti (2006), entre muitos outros referidos neste capítulo, foram convocados para esse mister de compreender, de acompanhar a trajetória, de revisitar os significados e valores da família contemporânea, suas relações com a sociedade e com o Estado, tendo em comum não apenas o objeto das suas pesquisas, mas sobretudo o período de elaboração dos seus trabalhos mais requisitados, todos desenvolvidos ao longo da primeira década dos anos 2000, como que reafirmando eles a importância do conhecimento do contexto familiar atual, das suas contradições e acertos, para uma inserção adequada e vitoriosa dos vínculos familiares nas políticas públicas, que somente agora têm buscado incorporar a família como mediadora entre o Estado e a comunidade e cada um dos indivíduos que a integram.

Deu-se um destaque todo particular à análise dos aspectos subjetivos e objetivos informados pela família, como sujeito social que incorporou, em menos de 50 anos, novas atribuições, necessidades e relacionamentos aos tradicionalmente exercidos por este grupo de indivíduos unidos pelo afeto e sentimentos de pertencimento, de um lado, e de outro lado pela tutela jurisdicional do Estado quanto às relações entre cônjuges (casados ou em união estável) e entre pais e filhos, derivando daí novos “direitos relacionais” que regulam a proteção societária aos seus diversos membros, na dimensão jurídica criadora e mantenedora dos “bens relacionais” direcionados ao acolhimento integral dos mais jovens (Estatuto da Criança e do Adolescente), das mulheres (Estatuto da Mulher) e dos mais velhos (Estatuto do Idoso).

Os vínculos familiares foram abordados em um item específico, em que se buscou confrontar os valores regentes da convivência familiar com todo o processo de individualismo exacerbado que predomina na civilização atual, comandando pelo mercado e pela intensa propaganda na direção do consumo instantâneo do que é diferente, exclusivo, original, do que não pode ser deixado para amanhã, do que não pode deixar de ser adquirido, custe o que custar. Este individualismo, que enfraquece os vínculos e torna tênue os laços de pertencimento Institucional à família, está na base mesma da percepção da perda de funcionalidade que acompanhou a família por décadas, como se tivesse perdido o foco, a sua razão de existir, como o único lugar em que a pessoa se conecta com a totalidade do seu ser e experimenta a confiança, a solidariedade, a cooperação como atributos inerentes ao processo de construção endógena do grupo familiar, de formação dos seus membros mais jovens, de amparo aos mais idosos, de integração entre os gêneros e as gerações.

Face a essas características perenes, à sua multidimensionalidade que remete à complexidade e amplitude das relações estabelecidas em seu âmbito e deste para com o mundo externo, a família tem dado mostras de sua capacidade de redefinir-se, de atualizar-se com o século, voltando a exibir uma centralidade que lhe conferiu um papel fundamental na mediação com o Estado e a sociedade em que se insere, como sujeito social capaz de chamar a atenção dos formuladores das políticas e projetos voltados para a superação da pobreza, agora não mais direcionados para realidades individuais, mas para a concretização dos projetos de vida que se entrelaçam na dimensão familiar e fazem evidenciar o Capital Social

subjacente ao poder transformador da família em relação a cada um e todos os seus integrantes, dispensando-se desse modo as estratégias de sobrevivência, por serem precárias, incapacitantes e reforçadoras no tempo das condições de permanência da pobreza e suas mazelas, conhecidas de todos e que a todos prejudicam no tecido social esgarçado pela desigualdade na distribuição da renda, dos recursos sociais e das oportunidades de desenvolvimento pessoal e grupal.

Os diferentes conceitos que informam quanto à condição de pobreza foram testados empiricamente na cidade de Salvador, em duas áreas pauperizadas da capital baiana – Novos Alagados e Nordeste de Amaralina – por uma equipe de estudiosos da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, sob a coordenação de Alcântara et al. (2007), evidenciando as informações da pesquisa um quadro de mazelas e dificuldades extremas para a superação das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos mais jovens, em um ambiente de marginalização e interface com a criminalidade que acentua ainda mais o papel das famílias e a cooperação de entidades oficiais e ONG's para a elaboração de projetos de vida, articulados à dotação de Capital Social comunitário e familiar subjacente às duas áreas, dando-se ênfase à formação educacional e profissional como um caminho factível para a transformação social dos jovens pobres e seus familiares.

5 CAPITAL SOCIAL E REDUÇÃO DA POBREZA

A utilidade prática do conceito de Capital Social reside na percepção de que é um recurso que se pode formar, construir e acumular-se, ou seja, os agentes externos podem contribuir para a formação de Capital Social em um grupo ou comunidade. Da mesma forma, argumenta-se que para as pessoas e comunidades pobres, o Capital Social é um recurso que contribuiria para deixar a pobreza material e melhorar a qualidade de vida. (MIDEPLAN, 2002, p. 26, tradução nossa).⁴⁸

5.1 ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Considerando a síntese do Capital Social e das suas possibilidades de intervenção positiva no tecido comunitário e/ou familiar, conforme esboçado na epígrafe acima, este capítulo tem início com a proposição de que cabe ao Estado, objetivando superar a pobreza, estabelecer uma relação sinérgica entre os cidadãos e ao mesmo tempo estimular a associatividade e a acumulação do Capital Social, descartando as perniciosas práticas do clientelismo e do paternalismo para com os pobres, apresentados muitas vezes sob o formato de programas de inclusão e de ampliação da renda familiar ou de superação da linha da pobreza.

Duas estratégias importantes são apresentadas por Atria (2001) para fazer prosperar o Capital Social de um grupo ou comunidade: aquelas baseadas no empoderamento e as orientadas para a associatividade.

As estratégias baseadas no **empoderamento** devem produzir ações que tendam a fazer com que a liderança do grupo, além de trabalhar no seu interior, esteja capacitada para uma atuação em direção ao exterior, o que significa **uma liderança no grupo e para o grupo**.

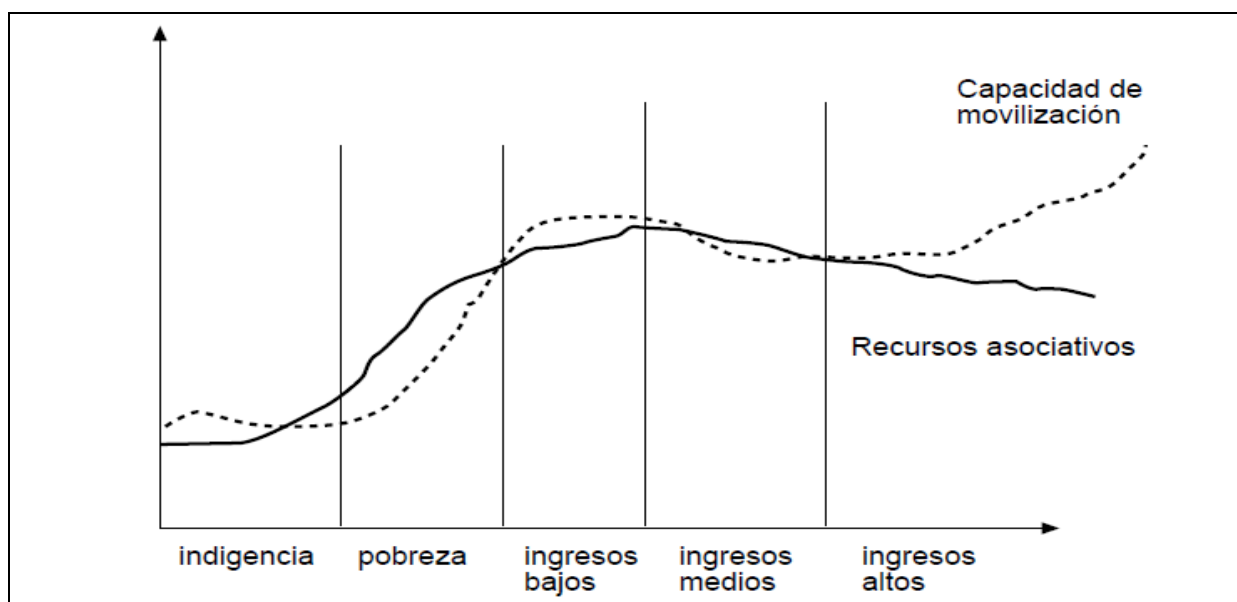
Já as estratégias orientadas para a **associatividade** têm por finalidade a promoção de ações que tendam a ampliar ou fortalecer a trama das redes

⁴⁸ La utilidad práctica del concepto <<Capital Social>> radica en la percepción de que es un recurso que se puede formar, construir y acumular, es decir, agentes externos pueden contribuir en la conformación de Capital Social en un grupo o comunidad. De igual manera, se plantea que para las personas y comunidades pobres, el Capital Social constituye un recurso que permitiría salir de la pobreza material y mejorar la calidad de vida.

compostas por indivíduos do grupo, potencializando a cooperação do grupo com outros, seus semelhantes, por meio da formação de novas redes ou da ampliação das existentes.

Atria (2001) estabeleceu relações entre alguns indicadores de distribuição de renda para outros grupos (indigentes, pobres não-indigentes, pobres e não-pobres de altas rendas) com a distribuição de dois componentes do Capital Social: os recursos considerados **associativos** possuídos por um grupo e a sua capacidade de **mobilização**. O autor construiu uma matriz na qual estabelece a comparação de grupos com base na renda, recursos associativos e capacidade de mobilização.

Gráfico 9 – Distribuição do Capital Social e a distribuição da renda.



Fonte: Raúl Atria (2001, p. 586) - CEPAL

Observando a trajetória das linhas que representam a associatividade e a capacidade de mobilização no gráfico 9 acima, o autor esclarece que os grupos indigentes têm uma renda muito pequena mas contam com a possibilidade de um suave crescimento na dotação de recursos associativos, mas apresentam uma baixa capacidade de mobilização. Os grupos pobres apresentam uma melhoria nos dois aspectos, sendo mais elevada no que diz respeito à associatividade, e nos grupos de renda baixa há uma melhoria na capacidade de mobilização. Nos grupos médios há uma convergência de ambos os aspectos, diferenciando-se esses dois grupos de maneira importante daquele de rendas altas, em que há a hegemonia da capacidade

de mobilização, pela primeira vez, em relação aos recursos associativos de que se pode lançar mão.

Com esse exercício analítico o autor busca mostrar a não-linearidade da relação entre a distribuição do Capital Social e a da renda, uma vez que nos grupos que apresentam menor renda os componentes do Capital Social evidenciam proporções bem distintas em cada um deles e em relação aos demais.

A partir dessa linha de raciocínio o autor complementa que seria possível desenhar os tipos de políticas que estabelecessem as potencialidades do Capital Social dos pobres. Para os grupos indigentes, a estratégia a ser utilizada seria a de estimular tanto a associatividade quanto o empoderamento. Para os grupos em condição de pobreza, a estratégia a ser utilizada deveria priorizar o empoderamento.

Atria (2001) sustenta que essas estratégias seriam de grande valor na abordagem do Capital Social como instrumento de formulação das políticas sociais que objetivassem superar a pobreza. Adianta, ainda, que essas políticas deveriam conter um elevado grau de **flexibilidade** na aplicação das abordagens pertinentes.

Lembra que o conceito de empoderamento expõe a questão do poder, elemento indispensável nas políticas sociais atuais, devendo inclusive perseguir a desideologização do uso do Capital Social nos conjuntos sociais, especialmente aqueles em situação de pobreza.

Seguindo o mesmo viés que Atria (2001), Durston (2002) sugere uma possível estratégia de política pública norteadas para a produção de Capital Social. Advoga que tal política deveria ser delineada guardando coerência com três estratégias que permitiriam, com base neste conceito, auxiliar na superação da pobreza.

O autor adverte que a dificuldade de operacionalização do conceito de Capital Social é o maior problema com que se defrontam os formuladores de políticas e programas de superação da pobreza. Tal dificuldade advém da falta de consenso quanto a como e o que medir em Capital Social.

As comunidades necessitam de um exame particular face as suas especificidades. Assim, em primeiro lugar, deve-se realizar um diagnóstico mais qualitativo para explicitar as diversas formas de Capital Social em um contexto de desenvolvimento comunitário, levando-se em consideração, desde o início, que as chances de superação da pobreza são extremamente afetadas pelas relações paternalísticas e tecnocráticas, que se desenvolvem entre os agentes públicos ou privados e as populações pobres que lhes coube apoiar.

Sendo o Capital Social um recurso capaz de ser gerado e reproduzido, torna-se possível adequar metodologias para fortalecer instrumentos que venham a contribuir com a sua criação, tais como gestão, condução, trabalho em equipe e liderança, ou seja, “o Capital Social pode ser criado intencionalmente por agentes externos e nisto a capacitação coletiva cumpriria um papel chave” (MIDEPLAN, 2002, p. 27).

As seguintes medidas são propostas por Durston (2002), para que o Capital Social comunitário se desenvolva:

a) Realização de uma pesquisa sobre normas e práticas de confiança, reciprocidade e cooperação em grupos locais;

b) Para evitar fracassos nos empreendimentos coletivos, avaliar qualitativamente a presença na realidade local de conflitos, rivalidades e desconfiança;

c) Com a finalidade de identificar eventos anteriores de desenvolvimento coletivo, faz-se mister a efetivação de uma “escavação arqueológica” do Capital Social;

d) Estimular, inicialmente, o desenvolvimento de atitudes sociais em grupos de extrema confiança compostos por três a quinze domicílios, que apresentem relações de parentesco, residência e reciprocidade;

e) Gerar constantemente oportunidades de criação e reforço de vínculos de familiaridade, amizade e cooperação em nível de comunidade;

f) Assegurar, através de medidas apropriadas, que o investimento em Capital Social das comunidades em condição de pobreza redunde, em curto prazo, em efetivos benefícios materiais.

Tendler (1997) e Evans (1996) defendem, baseados em procedimentos empíricos, a implantação de uma nova forma de relação. Argumentam que a formalização da complementaridade entre Estado e sociedade frequentemente resulta em sinergia com as redes de confiança e reciprocidade entre funcionários públicos, reformistas e atores excluídos e débeis da sociedade.

Esta intervenção de agentes externos ou do Estado se daria da maneira discriminada abaixo:

1 – Mudança da prestação de contas: obrigatoriedade de prestar contas à população atendida;

2 – Mudança na motivação: explicitação do conteúdo emocional e normativo do Capital Social;

3 – Mudança na identificação: o agente se identifica com a comunidade de pessoas e grupos, identificando-se como mais um dos seus membros;

4 – Sinergia: significa um vínculo de co-produção de bens em que a agência ou o Estado, junto com as comunidades pobres, produz bens e serviços. Atria (2001) chama a atenção para os perigos de práticas de corrupção que esta proposta pode possibilitar.

Ponderam os autores que a capacitação e formação de equipes sinérgicas não são suficientes para a acumulação e a permanência do Capital Social. Para que isto aconteça é essencial a potencialização do Capital Social “tipo ponte”, em que o Estado deverá assumir uma posição mais proativa para fazer face ao surgimento dos novos atores que esta estratégia pode propiciar.

À luz do exposto se verifica que a importância do Capital Social para a superação da pobreza se baseia na maneira como este se complementa com o empoderamento. Atria (2001) argumenta que o empoderamento, ao integrar uma estratégia social, tem como função igualar as oportunidades entre os atores sociais. Ocupa a centralidade a idéia de transformar setores atingidos pela exclusão em atores e a nivelção com os atores fragilizados.

Adverte que essas mudanças nas relações de poder podem provocar conflitos que fortalecem o processo de empoderamento, e que os grupos mais bem dotados de Capital Social podem chegar mais rapidamente a esse processo. São elementos importantes o acesso às redes externas, juntamente com o Capital Social comunitário, expressados em diversas formas de associatividade. Transformar setores sociais e grupos excluídos em atores constitui-se a força do empoderamento.

Os setores pobres são muitas vezes impedidos de se converterem em atores sociais por terem o seu Capital Social limitado em vista do clientelismo e do lobby. A conquista de espaços no sistema político municipal seria um caminho para amenizar estratégias perversas do poder, sendo um caminho factível para reduzir as

desigualdades de tratamento do poder público em relação às áreas de concentração da pobreza e as de rendas mais altas.

Medidas genéricas para respaldar a formação de Capital Social e de atores sociais são propostas por Atria (2001):

- Aproveitar o debilitamento do clientelismo autoritário para fazer surgir o Capital Social;
- Proteger as associações de grupos pobres do clientelismo autoritário regional, político e/ou econômico. Nesta etapa de incubação e proteção, aprimorar as atitudes sociais dos líderes e regular os conflitos;
- Antecipar-se às perturbações criadas pelo clientelismo autoritário, no sentido de enfraquecer a dependência negativa e proporcionar o ressurgir do Capital Social coletivo dos pobres;
- Fomentar o desenvolvimento da habilidade de negociar estrategicamente dos dirigentes;
- Em um projeto de Capital Social autônomo priorizar o estímulo ao sentido de missão entre os seus executores;
- Disponibilizar as redes que dão acesso à informação e aos serviços dos extratos mais integrados às comunidades marginalizadas.

Em uma visão mais integrada do processo, observa-se que o desenvolvimento econômico e social sustentável pressupõe políticas públicas normativas e finalísticas, sendo estas definidas por programas e projetos sociais, mas passando pelo crivo da análise de avaliação econômica e relevância social “*ex ante*” e da avaliação “*ex post*” de monitoramento quanto a eficácia e efetividade. Em seu artigo “Metodologia para avaliação *ex ante* e *ex post* da relevância social de políticas públicas”, o Professor José Afonso Ferreira Maia, afirma:

O princípio da eficiência e relevância social de programas e projetos públicos, embora não axiologicamente deduzidos, pode ser avaliado com indicadores mensuráveis cardinalmente. A relevância pode ser avaliada a partir do grau de alcance dos objetivos gerais e específicos dos programas em curso e/ou concluídos. Nesse caso, a avaliação e a hierarquização da relevância social de vários

programas alternativos são consequência da combinação da avaliação subjetiva ex ante que os tomadores de decisão atribuem aos objetivos gerais e específicos, ponderados pelos graus de alcance desses objetivos, a partir do grau de alcance das metas, avaliadas ex post. Esse tipo de avaliação deve ser feito num processo iterativo e interativo da gestão dos programas e dos projetos (MAIA, 2008, p. 39).

Robinson, Siles e Schmid (2003) tecem considerações importantes a respeito do combate à pobreza, à luz do paradigma do Capital Social. Estes autores adotam como idéia central que uma das causas importantes da pobreza persistente é a ausência de Capital Social dos pobres nas redes ricas em recursos, admitindo como hipótese que o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza devem levar em consideração a possível influência do Capital Social no aumento ou diminuição da produtividade de outros tipos de capital e na divisão dos benefícios.

Dentro de uma visão tradicional, sugerem que as possibilidades de obter um benefício material e financeiro advém do esforço realizado pelas pessoas em se especializarem e realizarem intercâmbios. O paradigma do Capital Social adiciona a este pressuposto que os termos “preços” e “níveis de intercambio” dependem, além do desejo de uma pessoa de obter benefícios materiais e ativos produtivos, também e principalmente do Capital Social desta pessoa e da necessidade que tem de receber bens socioemocionais (ROBINSON; SILES; SCHMID, 2003).

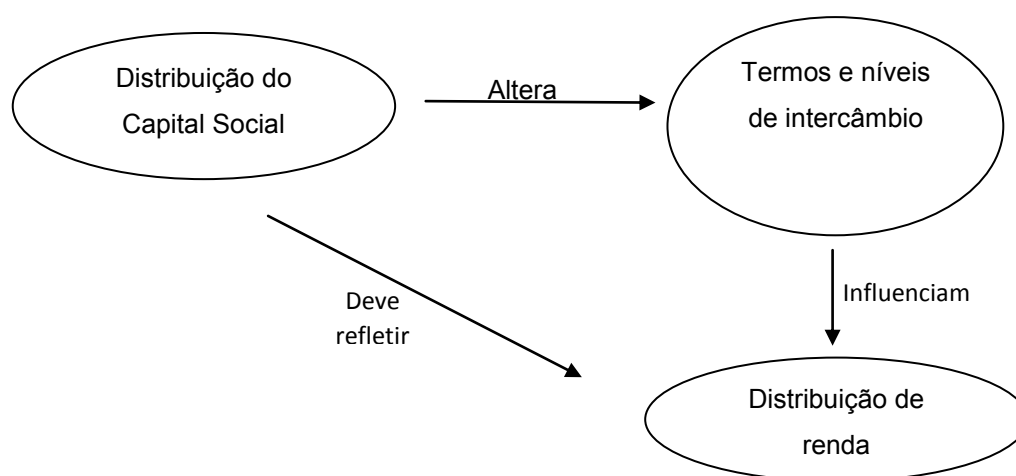
Reconhecem que o paradigma do Capital Social incorpora, também, objetos que promovem a valoração e o intercâmbio dos bens socioemocionais, além de bens e serviços materiais, dando-se como verdadeiro que em todos os intercâmbios está incluído algum bem socioemocional. Ainda como pressuposto, tem-se que o Capital Social de uma pessoa tem influência na produtividade dos seus recursos materiais e de outros tipos.

De acordo com esta hipótese, a carência de Capital Social que frequentemente acompanha os pobres nas redes ricas em recursos faz com que estes apresentem grandes desvantagens nos intercâmbios que realizam. Além disso, na maioria das vezes, aos pobres não são disponibilizadas as informações que lhes proporcionem oportunidades de crescimento, porque lhes faltam relações de aproximação com redes bem dotadas de Capital Social.

Ao contrário do modelo tradicional, sem custos de transação, o paradigma do Capital Social apresenta a noção de que a alocação dos recursos sofre influência do

Capital Social e que os ativos materiais não ocorrem necessariamente em forma ótima, nem mesmo quando regidos por uma distribuição pré-determinada dos recursos e dos direitos. Ademais, o paradigma do Capital Social salienta que mudanças na distribuição de recursos são motivadas por alterações na distribuição desse mesmo Capital, havendo uma conexão direta entre a distribuição do Capital Social e a da renda.

Figura 2 – Distribuição do Capital Social



Como se vê na figura acima, a distribuição do Capital Social reflete também na distribuição da renda dos domicílios. Esta dedução possibilita enunciar outra conclusão: que uma alteração na distribuição do Capital Social poderá vir a mudar a distribuição de renda dos domicílios. Esta conexão também demonstra que as comunidades constituídas por pessoas desconectadas entre si e naturalmente com Capital Social reduzido apresentarão uma condição econômica desvantajosa, uma vez que esta carência de Capital Social inibirá o intercâmbio e a especialização.

É fato conhecido que a insuficiência de investimento em bens com um alto custo de exclusão (estradas, saúde pública e seguridade), alimenta a permanência da pobreza. No modelo tradicional, as pessoas são motivadas pelo interesse pessoal para realizar tais investimentos (chamados também de bens públicos); no paradigma do Capital Social existe uma ampliação desses resultados que pode ser benéfica para o interesse pessoal.

Uma forma de melhorar a disposição das pessoas para investir em bens públicos que as suas comunidades recebem, é aumentar o seu

apego a um lugar ou comunidade particular. Quando os membros de uma comunidade começam a sentir que estão ligados entre si, e se forma entre eles um Capital Social de vinculação, também se sentem mais dispostos a investir em ativos que beneficiam a comunidade. Além disso, à medida em que se incrementam as suas trocas de bens socioemocionais é provável que estes bens se incorporem à sua comunidade e atribuam ao lugar um valor afetivo. Quando não há sentimentos de pertencimento e Capital Social, é menos provável ocorrerem trocas de bens sócioemocionais e de bens e serviços materiais, sendo mais provável que não aumente o valor afetivo atribuído a certos lugares (ROBINSON; SILES; SCHMID, 2003, p. 89, tradução nossa.)⁴⁹.

O paradigma do Capital Social apresenta também consequências para o comércio, uma vez que esta espécie de capital e os bens socioemocionais muitas vezes podem realizar as funções do dinheiro e do crédito. As expectativas ou a confiança podem vir a funcionar como crédito.

No paradigma do Capital Social sugere-se que os bens socioemocionais têm importância para o bem-estar e, para a maioria das pessoas, estes bens somente podem ser obtidos através de trocas em determinados entornos sociais.

Ainda é interessante assinalar que, no modelo tradicional, em alguns casos o fracasso determinado pela não-prosperidade dos mercados impede o desenvolvimento econômico. O paradigma do Capital Social adverte que estas falhas do mercado se relacionam com frequência com a carência de Capital Social e às vezes com relações de hostilidade que geram obstáculos para o intercâmbio por causa da presença de valores afetivos negativos, sendo tautológico que poucos são os intercâmbios realizados entre grupos hostis.

Ressalta-se ainda que o Capital Social dos pobres, embora concentrado em redes de poucos recursos, representa para eles um ativo importante que é utilizado amplamente. A experiência tem mostrado que em países pobres, a exemplo da Nicarágua, o Capital Social é utilizado para realizar gastos com os serviços fúnebres

⁴⁹ Una forma de mejorar la disposición de las personas a invertir en los bienes públicos que reciben sus comunidades, es aumentar su apego a un determinado lugar o a su comunidad. Cuando los miembros de una comunidad comienzan a sentir que están conectados entre sí y se forma entre ellos un Capital Social de vinculación, se sienten también más dispuestos a invertir en bienes que benefician a la comunidad. Además, a medida que se acrecientan sus intercambios de bienes socioemocionales, es probable que esos bienes se incorporen a su comunidad y atribuyan al lugar un valor afectivo. Cuando no existen sentimientos de conexión y Capital Social, es menos probable que se produzcan intercambios de bienes socioemocionales y de bienes y servicios materiales, y lo más probable es que no aumente el valor afectivo atribuido a determinados lugares.

e em outros casos para cobrir gastos médicos de emergência ou obter alimentos que garantam a sobrevivência durante crises econômicas.

O Capital Social dos pobres, constantemente concentrado geograficamente, apresenta-se como um “fator de reação” que os faz atuar em condições socioeconômicas para aproveitar as oportunidades que surgem no sentido de não perderem as vantagens que a sua rede oferece, tendo como propósito adicional o direcionamento para o mercado, a realocação e a participação em novas redes, coisas pouco acessíveis aos pobres.

5.2 INDICAÇÕES NA LITERATURA DA UTILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA REDUZIR A POBREZA

Boa parte dos autores citados adiante neste trabalho afirmam que nas melhores práticas de desenvolvimento o Capital Social já é utilizado com eficácia, e em muitas delas apresentam elementos comuns. Essas práticas trazem benefícios importantes, tais como:

- ampliam as redes dos pobres;
- melhoram seu acesso aos recursos em condições favoráveis;
- aumentam o valor afetivo atribuído a determinados lugares;
- criam Capital Social de vinculação e aproximação ao conectar pessoas de diferentes origens;
- incrementam os investimentos em bens públicos; e
- modificam as instituições em benefício dos pobres.

Como a ênfase dos argumentos é a utilização do Capital Social para a redução da pobreza, a seguir se adicionam alguns exemplos da maneira como se tem utilizado o Capital Social ou de trabalhos que estabelecem ligação entre o Capital Social e a condição dos pobres:

- Em um dos primeiros estudos sobre o Capital Social, ficou demonstrado que o patamar de educação alcançado tinha relação com o entorno do Capital Social dos estudantes (COLEMAN, 1990);

- Os países que conquistam altos graus de confiança apresentam vantagens econômicas importantes ao se comparar com as sociedades de níveis de confiança baixo (FUKUYAMA, 1995);

- As comunidades que possuem fortes sociedades civis e um elevado nível de associatividade têm apresentado índices de prosperidade bem mais altos do que aquelas com reduzidos níveis de participação cívica (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 1993);

- Parece diminuir as desigualdades de renda dos domicílios quando há aumento nas variáveis conectadas a maiores graus de Capital Social (ROBISON; SILES, 1999);

- As terras de boa qualidade são adquiridas na dependência do nível de Capital Social de cada pessoa (PERRY; ROBSON, 2001);

- O crescimento econômico nacional e a confiança estão relacionados positivamente (KNACK; KEEFEER, 1997);

- As rendas de uma pessoa são aumentadas na medida em que aumentam os seus contatos de intercâmbio (FAFCHAMPS; MINTEN, 2002);

- O Capital Social das comunidades cresce e os investimentos têm melhores resultados quando se outorga poder sobre os projetos às comunidades (ROBINSON; SILES; OWENS, 2002);

- O survey sobre Capital Social na Tanzânia evidenciou uma forte participação em associações e um grau de confiança elevado entre os produtores (NARAYAN e PRITCHETT, 1999)

- O estudo sobre instituições de nível local mostrou a existência e efetividade do Capital Social estrutural na Bolívia, em Burkina Faso e na Indonésia (GROOTAERT, 2001).

- O survey sobre Capital Social em Gana e Uganda revelou a existência de grupos e redes, bem-estar subjetivo, engajamento político, sociabilidade, atividades comunitárias, violência, criminalidade e comunicações. (NARAYAN e CASSIDY, 2001)

- O levantamento acerca da pobreza na Guatemala associou uma PPV com o módulo de Capital Social. (BANCO MUNDIAL, 2003).

- A Iniciativa do Capital Social patrocinou 12 estudos acerca do papel do Capital Social em projetos setoriais e no processo de criação e destruição de Capital Social. As lições empíricas foram apresentadas em dois volumes (GROOTAERT e VAN BASTALAER, 2002a, 2002b)

- O sucesso das Maquiadoras de Yucatán (México) está relacionado ao seu Capital Social (BILES; ROBSON; SILES, 2001);

- Ao Capital Social estão também associadas as práticas de conservação de recursos utilizados no Altiplano (SWINTON, 2000);

- A melhoria na manutenção de um sistema de irrigação e uso compartilhado da água no Sri Lanka foi fruto da formação de Capital Social (UPHOFF, 2000);

- O Capital Social tem possibilitado a organização com êxito de associações de microcrédito, poupança e investimento em dezenas de países (ADAMS; FITCHETT, 1992);

- Os laços sociais possibilitam a utilização, com sucesso, de tecnologias que auxiliam na melhoria da produtividade dos produtores rurais (ISHAM, 1999).

- Um estudo sobre comerciantes agrícolas em Madagascar mostrou que as redes em que estão inseridos levam a maiores vendas e valores agregados, e têm efeito maior do que o efeito do capital, do trabalho, do equipamento, do labor pessoal e do gerenciamento (FAFCHAMPS e MINTEM, 2002).

- Uma avaliação dos sistemas de abastecimento de água em Java Central, na Indonésia, mostrou que o Capital Social teve um efeito positivo no desenvolvimento, construção e manutenção dos sistemas de abastecimento de água em aldeias, o que por sua vez melhorou a saúde doméstica. (ISHAM e KAHKONEN, 2002).

5.2.1 Muhammad Yunus: o microcrédito como instrumento de superação da pobreza e de afirmação dos direitos humanos.

Nascido em 28 de junho de 1940, em Chittagong (Bangladesh), Muhammad Yunus formou-se em Economia pela Universidade de Dacca e tornou-se doutor em Economia nos Estados Unidos, lecionando nas Universidades de Dacca, em seu

país de origem, e Vanderbilt, nos EUA. Em sua atividade de “banqueiro dos pobres”, à frente do Banco Grameen, por ele fundado em 1976, foi agraciado com o Prêmio Mundial de Alimentação (FAO/ONU) em 1994 e com o Premio Nobel da Paz, em 2006.

Autor do livro *Banker to the poor* (em português, “O banqueiro dos pobres”), Yunus vem lutando para reduzir a pobreza em seu país através do banco que fundou e presidiu até 2011. Tendo o governo de Bangladesh como o principal acionista, o Grameen Bank oferece ativamente microcrédito para milhões de famílias. Yunus afirma que é impossível ter paz com pobreza.

Em 1976, constatou as dificuldades de pessoas carentes em obter empréstimos na aldeia de Jobra, num Bangladesh empobrecido e recém-separado do Paquistão. Por não poderem dar garantias, os bancos recusavam-lhes as pequenas quantias que permitiriam comprar materiais para trabalhar e vender, e os agiotas taxavam os empréstimos com juros altos.

Yunus acredita que todo ser humano possui instintos de sobrevivência e auto-preservação,

[...] e uma prova disto são os milhões de pobres que existem no mundo: mesmo os mais miseráveis conseguem contornar ao máximo sua situação. Sendo assim, a forma mais efetiva de ajudar estas pessoas é incentivar o que elas já têm, seu instinto. Quando se confere recursos para estas pessoas, por pouco que seja, consegue-se melhorar sua condição de vida utilizando-se do seu já desenvolvido senso de sobrevivência.(YUNUS, 2003, p. 22)

Muhammad Yunus criou então o Banco Grameen, que empresta sem garantias nem papéis, sendo, sobretudo, procurado por mulheres: elas são 97% dos 6,6 milhões de beneficiários da instituição, que já mobilizou mais de US\$ 5 bilhões em pequenos empréstimos, com uma taxa de recuperação de 98,85%.

A palavra “*microcrédito*” não existia até à década de 1970. Yunus cunhou-a para designar um tipo *muito específico* de crédito, que ele concebera, e cujo objeto principal não são os pequenos produtores, mas sim as *populações pobres*, que não têm, absolutamente, acesso a qualquer outro tipo de crédito.

Yunus concebeu, e conseguiu implantar, a mais conhecida e bem sucedida experiência de microcrédito do mundo, reproduzida hoje com sucesso em mais de 40 países, concedendo empréstimos de pequena monta, com seus próprios

recursos, para famílias muito pobres de produtores rurais, focalizando principalmente nas mulheres. Os bons resultados obtidos nessa primeira fase do projeto levaram-no a expandir essas operações com recursos de terceiros.

Yunus atribui a origem de sua visão a um encontro fortuito, em Jobra, com Sufia Begum, uma jovem de 21 anos que lutava desesperadamente para sobreviver. Para poder trabalhar Sufia tinha tomado emprestado cerca de 25 centavos de dólar americano a um agiota de seu bairro, que lhe cobrava juros de 10% ao dia. Com esse dinheiro, Sufia comprava bambu para fazer tamboretas. De acordo com o "*contrato de empréstimo*", Sufia era obrigada a vender seus tamboretas exclusivamente ao agiota que lhe financiara e que pagava um valor muito abaixo do valor de mercado. Assim Sufia conseguia obter um "*lucro*" de cerca de 2 centavos de dólar. Para todos os efeitos a condição de trabalho de Sufia era equivalente à de escravo.

O "banqueiro dos pobres" encontrou 42 mulheres em Jobra nas mesmas condições e resolveu, ele mesmo, emprestar-lhes seu próprio dinheiro a taxas bancárias normais. Inicialmente emprestou 27 dólares, aproximadamente 62 centavos por tomadora, recebendo de volta, com pontualidade, o capital e os juros de todos os empréstimos que fizera, o que lhe deu a idéia de que talvez fosse possível expandir esse processo.

Explica Yunus (2003, p. 45),

O "Grameencredit" (crédito do Banco Grameen) baseia-se na premissa de que os pobres têm habilidades profissionais não utilizadas, ou subutilizadas. Definitivamente não é a falta de habilidades que torna pobres as pessoas pobres. O Grameen Bank acredita que a pobreza não é criada pelos pobres, ela é criada pelas instituições e políticas que o cercam. Para eliminar a pobreza, tudo o que temos de fazer é implementar as mudanças apropriadas nas instituições e políticas, e/ou criar novas instituições e políticas [...] o Grameen Bank criou uma metodologia e uma instituição para atender às necessidades financeiras dos pobres e criou condições razoáveis de acesso a crédito, capacitando os pobres a desenvolverem suas habilidades profissionais para obter uma renda maior a cada ciclo de empréstimos.

São características gerais do microcrédito, no conceito de Yunus e de acordo com as regras do Banco Grameen:

- a) Promove o crédito como um dos direitos humanos;
- b) Sua missão principal é auxiliar as famílias pobres a se ajudarem a superar a pobreza. É dirigido aos mais pobres, especialmente às mulheres pobres;
- c) Uma das características que mais destaca o "Grameencredit" é que não é baseado em qualquer garantia real, nem em contratos que tenham valor jurídico. É baseado **exclusivamente** na confiança, e não no Direito ou em algum outro sistema coercitivo.
- d) É oferecido no intuito de gerar auto-empregos, fomentando atividades que criem rendas para os pobres, ou ainda para a construção de sua habitação, ao contrário dos empréstimos destinados ao consumo;
- e) Foi criado para *enfrentar* os bancos tradicionais, que rejeitam os pobres - para eles considerados "*indignos de crédito*". Em consequência disso, o "Grameencredit" rejeitou a metodologia bancária tradicional e criou sua metodologia própria;
- f) Oferece seus serviços na porta da casa dos pobres, adotando o princípio de que as pessoas não devem ir ao banco mas sim o banco às pessoas;
- g) Para obter um empréstimo um tomador tem que se reunir a um grupo de tomadores, que ficam moralmente responsáveis por seu pagamento;
- h) Os empréstimos podem ser obtidos numa sequência sem fim. Novos empréstimos tornam-se disponíveis se os anteriores estiverem sendo pagos;
- i) Todos os empréstimos devem ser pagos em pequenas prestações, semanais ou bi-semanais;
- j) Mais de um empréstimo pode ser concedido, simultaneamente, ao mesmo tomador;
- k) Os empréstimos são sempre vinculados a planos de poupança para os tomadores, obrigatórios e voluntários,
- l) Geralmente esses empréstimos são concedidos por instituições sem fins lucrativos, ou por instituições cuja propriedade é controlada, na sua maioria, pelos próprios tomadores. O "Grameencredit" procura operar a uma taxa de juros o mais próximo possível dos juros do mercado local, cobrando a taxa básica, não aquela

cobrada pelos emprestadores tradicionais. As operações do "Grameencredit" devem ser auto-sustentáveis.

m) A prioridade do "Grameencredit" é construir o "*Capital Social*". Isso é obtido pela criação de grupos e centros, destinados a desenvolver lideranças. O "Grameencredit" dá uma ênfase toda especial à "*formação do Capital Humano*" e à *proteção do meio-ambiente*.

Esse mesmo conceito foi desenvolvido no Brasil a partir da década de 70, com iniciativas na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Na atualidade, o Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil, é uma das iniciativas mais bem sucedidas do gênero, servindo como referência para outras instituições que atuam na mesma área, dentro da metodologia dos "empréstimos solidários", com o suporte das ações de acompanhamento dos seus "agentes do microcrédito", que vão de porta em porta na periferia das cidades oferecendo o produto, explicando as suas normas e marcando as novas visitas, para operacionalização do grupo inicial ou para novas contratações, superação de entraves e outras providências que complementam a oferta de crédito, fortalecendo a capacitação dos mais pobres para o empoderamento grupal e de cada um dos seus membros.

Na mesma linha de Yunus, quanto à importância do empoderamento das mulheres no conjunto da clientela do Grameen Bank, em que representam mais de 97% do total dos beneficiários do microcrédito, Cavalcanti (2005, p. 92) assevera que "a busca pela igualdade entre homens e mulheres é cada vez mais presente e demonstra um processo de conscientização". Citando Sen (2000, p. 227), para quem "dar poder às mulheres é o fator mais importante na direção do poder econômico", a autora enfatiza que:

Deste modo, em países em desenvolvimento, como o Brasil, a situação das mulheres pode, portanto, ser entendida como reflexo de seu atraso. E as conquistas femininas revelam-se igualmente um excelente indicador de crescimento econômico, político e social. Somente deste modo, a expansão das liberdades e seu usufruto podem levar o país a uma situação melhor diante do mundo globalizado. (CAVALCANTI, 2005, p. 92)

5.2.2 Experiências exitosas no Brasil de utilização do Capital Social comunitário para a superação da pobreza.

5.2.2.1 Conviver o Sertão - origem e evolução do Capital Social em Valente/ Bahia

O estudo de Humberto Miranda do Nascimento oferece uma importante análise teórica e empírica de uma das mais relevantes e bem sucedidas experiências de organização comunitária para a superação da pobreza e do atraso em todos os níveis, realizada pela Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia- APAEB, em toda a região sisaleira, em específico no município de Valente (ROMEIRO, 2003, p. 13).

Nascimento (2003) buscou entender as razões do sucesso da experiência de organização socioeconômica da APAEB/Valente. Alicerçando-se na noção de Capital Social, o autor defendeu a idéia de que a geração deste Capital pela comunidade ocorreu a partir do empoderamento dos pequenos agricultores sertanejos, dentro de um cenário de mudanças históricas, políticas, sociais e econômicas em uma antiga área sisaleira do sertão semi-árido baiano.

Argumenta ele que este Capital Social possibilitou à APAEB Valente juntar, com sucesso, a característica fabril do cultivo do sisal ao caráter familiar das diversas atividades desenvolvidas no meio rural. O livro mostra como essa associação transformou-se num dos mais importantes protagonistas na edificação de um modelo de convivência com o semi-árido no Nordeste brasileiro.

O trabalho de Nascimento (2003) revela-se, embasado em extensa relação de autores e em substancial volume de dados estatísticos, uma sólida estrutura teórica em defesa da existência, importância e capacidade transformadora do Capital Social, nos termos em que é abordado nesta tese.

Em sua Introdução, o autor desenvolveu a noção de Capital Social, com o suporte de diferentes autores que conferiram credibilidade ao conceito ao longo do tempo, deslindando o que denominou de multidimensionalidade ou, em outros termos, “as dimensões dinâmicas do Capital Social”: desenvolvimentista, a partir do pensamento original de Woolcock (1998); cultural, de acordo com as ideias de Kliksberg (1999); comunitária, proposta por Durston (1999) em sua formatação inicial; e participativa, conforme o entendimento de Santiso (2000), compreendendo

essas quatro dimensões “um elenco viável e consistente de argumentos a respeito do conceito de Capital Social” (NASCIMENTO, 2003, p. 25).

No que concerne à dimensão desenvolvimentista, Woolcock (1998 *apud* Nascimento, 2003) ressalta que essa denominação é adotada em contraponto aos propósitos predatório, oportunista e outros de sustentação ineficiente em relação à ação coletiva, em que o Capital Social possibilita a construção de laços entre os atores e grupos sociais, conformando processos de enraizamento comunitário que levam a maior integração, maior confiança e encadeamento das ações de dada comunidade no tecido social mais amplo.

Isto possibilita, no nível macro, a construção de sinergias entre o Estado e a sociedade tendentes a fazer aflorar a capacidade, a competência e a coerência institucional do processo de afirmação do Capital Social em proveito de um maior número de pessoas e grupos beneficiários, podendo ser necessário a formação de parcerias entre a sociedade civil local, o Estado e organismos externos objetivando a superação de entraves que eventualmente possam arrefecer a dinâmica de programas com esse desiderato.

Quanto à dimensão cultural ínsita ao conceito ora sob comento, evidencia-se para Nascimento (2003) como geradora de valores e transmissora de conhecimentos acumulados relevantes para a auto-identidade e a auto-afirmação dos grupos sociais. Kliksberg (1999) adverte para a tendência a considerar-se a cultura como algo secundário, cuja preservação é dispendiosa, “de alto custo de oportunidade”, apartada da dimensão econômica, com o que se corre o risco de perder aquilo que chamou de “dotações iniciais” das populações pobres : os saberes acumulados, as tradições, as relações com a natureza, a capacidade de auto-organização, a sua identidade em sentido mais amplo, que lhe pode abrir “canais de integração social” mediante “a criação de espaços de vivência e convivência acessíveis aos setores mais desfavorecidos”(NASCIMENTO, 2003, p. 22).

A dimensão comunitária, enfatizada por Durston (1999), dá conta do que seria a formação e utilização de um “Capital Social Comunitário” direcionado para o “bem comum”, como um “recurso coletivo” que se fundamenta na capacidade de grupos participativos locais de estender a sua influência a espaços territoriais mais amplos, organizando, em um novo patamar de complexidade e de extensão, a escala de organização social.

Para tanto, no âmbito externo, contariam esses grupos com o suporte de organizações governamentais, privadas e de ONG's para prover o que o autor intitulou de "semiclientelismo", a atuação compartilhada e negociada dos agentes externos e comunitários na provisão de serviços e na adoção de providências de ordem concreta, de que resulte uma ação política democrática, passível de resguardar o Capital Social embrionário contra "práticas comunitárias excludentes" que poderiam comprometer a sua existência, em situações de desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.(NASCIMENTO, 2003, p. 23).

Na dimensão participativa, Santiso (2000 apud Nascimento, 2003, p. 24) estabelece a premissa de que a idéia de envolvimento dos beneficiários ou destinatários dos projetos/programas formulados antecede mesmo os próprios projetos de desenvolvimento, uma vez que só a transformação destes em sujeitos do desenvolvimento será capaz de retirá-los da condição de beneficiários passivos das ações externas a eles direcionadas. Neste sentido, o processo de participação impõe a "elaboração de uma agenda de prioridades, a gestão das atividades e suas sequências e a avaliação dos êxitos, erros e omissões", em caráter permanente e de modo cíclico, de tal sorte que fique assegurada a inclusão efetiva dos destinatários e não apenas de um grupo dentre eles, que comande o processo de desenvolvimento desse Capital Social e se beneficie dele.

Consolidada a lealdade grupal e a confiança entre os seus membros, e destes para com os agentes externos, a proposição dos autores aqui citados direciona-se no sentido da expansão dos efeitos positivos do Capital Social gerado, com uma maior inclusão de potenciais beneficiários, "para que se ampliem as oportunidades de auto-desenvolvimento (de si mesmo) e da comunidade".

O quadro a seguir apresentado sintetiza os elementos e o escopo das quatro dimensões do Capital Social resenhadas, conforme as leituras de Nascimento (2003) para a formação do seu arcabouço teórico de embasamento da experiência concreta da APAEB, reveladora da efetiva existência e da capacidade de empoderamento grupal do Capital Social em realidades comunitárias capazes de auto-determinação.

Quadro 3 – Dimensões do capital social trabalhadas no caso APAEB

Desenvolvimentista	Escala de organização territorial. · nível micro (integração e encadeamento) · nível macro (sinergia e integridade organizacional)
Cultural	Ampliação do horizonte de escolha. · identidade cultural e laços de sociabilidade · espaços de vivência e convivência · valores intergeracionais sustentáveis
Comunitária	Recursos coletivos comuns · lideranças eticamente comprometidas · relações de reciprocidade horizontais e verticais e resolução de conflitos · repertórios culturais alternativos · estratégias de sobrevivência/convivência
Participativa	Modelo ativo de participação · envolvimento ex-ante e ex-post · aprendizagem compartilhada ativa e retroativamente · capacitação/habilitação/cooperação

Fonte: Nascimento (2003) – Conviver o Sertão – origem e evolução do Capital Social em Valente/Bahia.

5.2.2.2 A sustentabilidade trilheira do vale do Capão – Palmeiras- BA (Araújo, 2011)

Outro exemplo marcante de empoderamento sócio-comunitário, na linha da utilização virtuosa do Capital Social para a superação da pobreza, é dado por Araújo (2011), no seu *A Sustentabilidade Trilheira do Vale do Capão-Palmeiras-BA*, em que se identifica, já nos “Agradecimentos”, a síntese de muitos aspectos abordados nesta tese:

Ao povo do Vale do Capão, “**nativos**” e “**alternativos**”, pela experiência de construirmos juntos uma **comunidade** solidária e consciente, na luta pelo **meio ambiente** e pelo **desenvolvimento local**, tendo o **turismo ecológico** como o motor das transformações positivas que os moradores do lugar implementaram nos últimos 30 anos. (ARAUJO, 2011)

Apresentando como ideia central “demonstrar o arco longo que unifica, os laços que unem o global ao local”, o autor desenvolveu a análise “da singular experiência de sustentação turística, social e ambiental do Vale do Capão-

Palmeiras/BA”, que em 30 anos se transformou de uma pequena vila encravada entre as montanhas da Chapada Diamantina, a 500 km de Salvador, em um dos *points* do turismo ecológico no Brasil, mercê sobretudo das suas belezas naturais e da estratégica localização no eixo de circulação das trilhas turísticas entre Lençóis – Iraquara - Capão – Andaraí – Mucugê.

Diz Araújo (2011, p. 14) que isso aconteceu também pela “decisiva atuação dos seus próprios residentes, os “nativos” e os “alternativos” de muitos lugares do país e do mundo, “para quem desenvolvimento sustentável e sustentabilidade local significavam o aqui e agora”, que lograram formar uma comunidade capaz de gerar, multiplicar e distribuir as riquezas advindas do turismo, preservando o ambiente, dinamizando a cultura e o folclore, melhorando as condições sociais, criando empregos e novas oportunidades de trabalho local.

Em 30 anos, segundo ele, o **Vale perdido do Capão** se tornou urbano e global:

[...] tem água encanada (por gravidade), esgotamento sanitário, luz elétrica, antenas parabólicas, mercadinhos, boates, restaurantes e pizzarias, computadores, sites e mais sites na internet, telefonia residencial, correios, coleta de lixo, pousadas e campings, comunidades alternativas, alta qualidade de vida, médicos, naturistas, psicólogos, professores de idiomas, advogados e economistas, engenheiros, administradores, tarólogos, astrólogos, artistas e artesãos, agricultores, produtores de mel, frutas passa, ervas medicinais, café moído, esotéricos de muitas linhas de desenvolvimento espiritual, uma babel de idiomas e habilidades que **deu certo** (ARAUJO, 2011, p.15).

Financiada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Salvador- UNIFACS, a pesquisa e avaliação da dinâmica turístico-social do Capão foi realizada ao longo de dois anos e centrou-se nos indicadores/parâmetros de:

- **melhoria social** – água encanada, energia elétrica, telefonia, saúde, educação do pré-escolar ao 2º grau (com apoio da Unesco), serviços públicos comunitários, habitação com novos padrões de edificação e conforto, esgotamento sanitário, etc.

- **melhoria econômica** – geração de empregos e renda, novas atividades produtivas, crescimento do mercado local, expansão imobiliária, maior oferta de

leitões turísticos, implantação de emissoras de rádio e até de TV comunitária, acesso à internet, etc.

- **associativismo e cooperativismo** – formação de associações de guias, de transportadores, de comerciantes e donos de pousadas, cooperativa de produtores de mel “Flor Nativa”, associação de produtores rurais, entre outras;

- **proteção ao meio ambiente** – criação do Conselho de Meio Ambiente, formação de brigadas contra “queimadas”, campanhas educativas, formação do quadro de bombeiros voluntários, criação e funcionamento do GAP (Grupo de Meio Ambiente de Palmeiras), responsável pela coleta seletiva do lixo domiciliar do Capão, entre outras ações;

- **dinamização cultural** – renascimento do artesanato e culinária local e das festas populares, novos eventos, formação de grupos de teatro, esportes, circo (vinculado ao Le Cirque de Paris), capoeira, línguas, coral, atuação de comunidades alternativas/esotéricas, etc.

- e **organização comunitária para o turismo** – criação de entidades oficiais e ONG’s, participação em eventos sobre a Chapada Diamantina, divulgação via mídia e internet, organização cooperativa de produtores. (ARAUJO, 2011).

Em relação à população nativa do Vale do Capão, o autor informa que ela experimentou uma forte transformação em seu modo de vida até então, com um resultado inesperado e bastante positivo: o recrescimento demográfico do lugar, que em parte decorreu do retorno de famílias capãozeiras que estavam em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná (e continuam retornando ano a ano), e em parte resultou da sua inserção turística global, com a chegada e fixação de centenas de novos residentes, de vários lugares do Brasil e do mundo, os “alternativos”(ARAUJO, 2011, p. 17).

Face a esse novo recorte populacional, a transformação da vila de Caeté-Açu no polo turístico autossustentável do Vale do Capão recebeu o apoio de instituições as mais diversas, a exemplo da Unesco (para o projeto integrado de educação), Governo do Estado da Bahia, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Palmeiras, os circos Picolino e Le Cirque du Paris e várias OGN’s, evidenciando todo esse processo de desenvolvimento comunitário as quatro dimensões dinâmicas do Capital Social, conforme explicitado por Nascimento (2003) na tese sobre a APAEB, já comentada.

5.2.2.3 *Capital Social e Associações Rurais – abordagem empírica.*

São analisados a seguir estudos sobre associações rurais do país, relatadas na literatura técnica-científica: “Associativismo e Participação Política em Santa Cruz do Sul”; “Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural”; “Desenvolvimento dos Assentamentos da Reforma Agrária”; “Associação de Agricultores Familiares: Uma alternativa de Convivência no Semiárido – o caso de Massaroca (Juazeiro-Ba)”, entre outras que têm por objetivo comprovar a presença do Capital Social por meio de indicadores e principalmente a partir da construção e aplicação de surveys em comunidades.

Embora sendo iniciativas localizadas no meio rural, é importante que sejam ressaltadas tendo em vista que para o sucesso alcançado os instrumentos de criação e mobilização do Capital Social foram utilizados em sua essência.

- **Capital Social e Desenvolvimento Regional**

O estudo procurou investigar se as trajetórias das várias regiões do Rio Grande do Sul resultaram em dotações diferenciadas de Capital Social que pudessem afetar sua potencialidade no que se refere ao desempenho econômico e institucional.

Para avaliar as diferenças regionais quanto à dotação de Capital Social no Rio Grande do Sul foram construídos indicadores de Capital Social semelhantes aos utilizados em nível internacional, tais como: participação em associações voluntárias, redes informais de sociabilidade; participação política, entre outras.

A participação em associações voluntárias é uma das variáveis mais frequentemente utilizadas na análise do Capital Social. A existência de uma densa rede de associações voluntárias, com ampla participação da população, tem sido considerada pela literatura como um dos principais indicadores da abundância de Capital Social em um determinado território. Uma das questões incluídas na investigação sobre as diferenças regionais quanto à dotação de Capital Social no Rio Grande do Sul indagava com que frequência o entrevistado participava de reuniões de qualquer tipo.

Os resultados sugerem que a participação em associações tende a ser maior nas regiões do interior que na Região Metropolitana (Nordeste1). Considerando-se apenas o interior, ela é maior no Nordeste 2 e Norte, áreas cujas características sócio-econômicas estão associadas à imigração e ao predomínio da pequena e média propriedade rural, sendo menor na região Sul.

Os dados da pesquisa analisam também as redes informais de sociabilidade, constituídas por relações que compõem o que poderia ser denominado, conforme o autor, de sociabilidade informal, como por exemplo, visitar parentes e amigos, reunir amigos em casa, sair com colegas de trabalho ou profissão, reunir-se com membros da mesma igreja ou religião, passar tempo com amigos em jogos ou atividades esportivas e ir a festas em clubes sociais.

- **Capital Social: Associativismo e Participação Política em Santa Cruz do Sul**

Os estudos de Riedl e Vogt (2003) e Schmidt (2004) sobre a experiência de Santa Cruz do Sul (RS), um dos municípios mais conhecidos pela preservação das suas raízes germânicas e pujança econômica, associaram o seu desenvolvimento à presença de forte Capital Social. Porque lá o forte associativismo não resultou em forte participação política? Não seria isto, pela teoria do Capital Social, um paradoxo? Por que o município na origem teve crescimento e posteriormente diminuição do estoque de Capital Social comunitário acumulado?

As conclusões de Riedl e Vogt (2003) são de que:

1. A baixa participação política da sociedade local (pela expectativa decorrente de seu estoque de capital) deve-se à cultura política germânica autoritária e à ação histórica do Estado, elitista em geral e restritiva aos imigrantes na época da colonização;

2. A qualidade do Capital Social formado, do tipo bond, baseado em práticas sociais limitadas à cooperação interpessoal (por exemplo: associativismo desportivo-recreativo) não estabeleceram relações políticas externas (geralmente com o Estado, ou com empresas ou outros grupos de interesse);

3. A origem conservadora e autoritária das religiões católica e luterana, expressas pelo cristianismo social, parece justificar a baixa participação política e a politização de modo geral da população (faltam trabalhos empíricos). Isso explicaria o paradoxo entre alto Capital Social (expresso nas organizações criadas e os laços de confiança e vínculos interpessoais) e pouca participação política;

4. Há, em potencial, um significativo estoque de Capital Social que poderá converter-se em participação política, mas para isso será necessário democratizar a cultura política e criar oportunidades regulares de participação, devendo o Estado fortalecer as redes formadoras de CS;

5. As práticas sociais formadoras de Capital Social – associativismo e cooperativismo – foram fortemente influenciadas pela origem germânica dos colonos, pela sua vinculação à religião (destaque à Igreja da Imigração) e as necessidades reais provocadas pela colonização em um país estrangeiro, se caracterizando, portanto como um capital do tipo bond;

6. A intervenção do Estado foi responsável pela diminuição do Capital Social no município, pela forma de aplicação de suas políticas: as associações foram proibidas (Estado Novo); as escolas comunitárias não puderam ensinar alemão; as cooperativas ficaram limitadas a atuações financeiras muito restritivas; os estímulos às grandes empresas internacionais inviabilizaram as cooperativas de produção;

7. A oligopolização da agroindústria do fumo também reduziu o Capital Social ao implementar a verticalização da produção através da integração, desmantelando as relações existentes nas associações de produtores e cooperativas, estimulando o individualismo;

8. As sociedades escolares comunitárias cumpriram seu papel no período em que o Estado não dispunha de escolas públicas, ao mesmo tempo em que se reforçava a cultura e a língua alemã. O maior resultado deste processo foi a criação da Universidade Comunitária de Santa Cruz do Sul (UNISC) em 1962;

- **Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR): reprodução de poder e Capital Social**

Ricardo Abramovay avaliou os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e sua inserção no desenvolvimento local (2003). Para ele, a multiplicação de

conselhos gestores municipais no Brasil a partir da década de 90 constituiu-se numa das mais ricas experiências de descentralização e de participação da sociedade na implementação das políticas públicas. Pelos dados do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2001) existiam, em 1999, 27 mil conselhos, ligados predominantemente às áreas de saúde, educação, crianças e adolescentes. A pergunta que norteou a pesquisa foi: de que modo estas iniciativas fortalecem a organização da sociedade e do seu Capital Social (incluindo a qualidade da sua participação política e sua capacidade de inovação), fundamental para o desenvolvimento?

Abramovay (2003) concluiu que a maioria dos CMDR não conseguiu elaborar PMDR dignos do nome, por várias razões: havia falta de Capital Humano nos governos locais e agricultores familiares; a visão do CMDR é agrícola e não rural, carecendo de conhecimento desta perspectiva muito mais ampla; e havia falta de consciência da importância de se estabelecer redes territoriais e extra-territoriais para viabilizar processos de mudança e de inovação. As práticas políticas de relacionamento entre governo e sociedade também estão longe de experiências de compartilhamento de poder, características das democracias participativas, que dão maiores oportunidades para o desenvolvimento do Capital Social.

O autor reconheceu que estes aspectos não são simples, exigindo complexas relações de confiança e reciprocidade, incomuns na vida política brasileira. Apesar destes resultados, ressaltou ele a importante experimentação política e administrativa criada pelo processo de implementação dos CMDR.

- **Desenvolvimento dos Assentamentos da Reforma Agrária e Capital Social**

Bittencourt et al (1999), através do projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, fizeram um estudo de caso com os “10 melhores e 10 piores assentamentos” oriundos de ações de reforma agrária encontrados nos estados da BA, CE, GO, MA, MG, PA, PR, RO, SC e SP. O estudo procurou “identificar e detalhar a natureza (fatores), grau de influência (intensidade), o comportamento (qualidade) de cada fator e suas inter-relações” que resultavam no sucesso ou insucesso dos assentamentos. Embora defasado no tempo, julgamos que a maioria das constatações continua atual. Procuramos fazer uma releitura dos fatores que explicam o sucesso dos assentamentos, relacionando-os a noção de Capital Social.

Na maioria dos casos, observa-se que as representações dos assentados estão voltadas para si, com organizações fechadas, do tipo “cola”, com baixas relações externas, refletindo um CS de limitada capacidade para implementar mudanças nos ambientes em que estão inseridos.

A análise permitiu identificar a presença e influência do CS no sucesso dos PA. Além das dificuldades mais conhecidas – má qualidade dos recursos naturais, falta de infraestrutura, serviços sociais, assistência técnica – o melhor nível de organização dos assentados e a presença de CS do tipo ponte acumulado pelas organizações de assentados se constituíram no grande diferencial existente nas experiências exitosas.

- **Análise Comparativa do Desempenho da Competitividade das Agroindústrias, em Rede e Isoladas, no Oeste de Santa Catarina e a Formação de Capital Social**

O estudo realizado por Pettan et al (2004) no Oeste de Santa Catarina objetivou avaliar o desempenho das pequenas agroindústrias familiares que atuam em rede e daquelas que atuam isoladas. Os autores partiram da hipótese de que existe uma diferença significativa em termos de competitividade entre as agroindústrias familiares organizadas em rede, associadas à Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste de Santa Catarina (UCAF), e as agroindústrias familiares isoladas na região, integrantes da Associação dos Municípios da Região Oeste de Santa Catarina (AMOSOC).

Diante das comparações feitas, os autores concluíram que o principal ponto de estrangulamento para justificar a inviabilização e baixa competitividade da maioria das agroindústrias familiares é a fraqueza das estruturas institucionais. Por isso a organização das agroindústrias em rede em torno da UCAF é essencial para coordenar as ações das agroindústrias associadas e torná-las mais eficientes e competitivas. Por meio da UCAF essas agroindústrias podem contar com a prestação de serviços diferenciados e com o forte poder de articulação institucional que esta unidade possui. A UCAF interfere na melhoria da apresentação dos produtos, no marketing, na elaboração dos rótulos e na articulação com os mercados. Além disso, ela disponibiliza um conjunto de serviços (assessoria e

assistência técnica) às agroindústrias, permitindo-lhes ampliar a sua influência sobre a formulação de políticas e serviços públicos pelo governo.

Nota-se que o Capital Social presente nas agroindústrias organizadas em rede nesta região, apesar de se caracterizar inicialmente por ligações do tipo cola (Bonding social capital) ou pelo que Granovetter denominou “strong ties”, caracterizados pelas relações familiares, pode ser mobilizado no sentido de promover a interação destes grupos familiares entre si, com as instituições governamentais e com a própria UCAF. O alargamento destas relações acarreta um incremento (inovações e aprendizagens) do Capital Social preexistente, criando novas interações sociais em direção a laços sociais do tipo ponte (*Bridging social capital*) ou *weak ties* (GRANOVETTER, 1985).

Observou-se ainda que o fato das organizações em rede não serem um sistema fechado e hierárquico permite melhorar a qualidade e a intensidade das interações entre as agroindústrias e as instituições governamentais, fortalecendo os *weak ties* caracterizados pelos laços que a rede manteria com as instituições. Além do mais, o Capital Social presente nestas relações familiares pode ser mobilizado para agregar valor aos produtos. Deste modo, a cooperação horizontal nas agroindústrias organizadas em rede acarreta um incremento na sua competitividade e na mobilização dos grupos sociais envolvidos com elas.

- **Associações de Agricultores Familiares e seu Capital Social: uma Alternativa de Convivência no Semi-Arido – O Caso de Massaroca (Juazeiro, Ba)**

O estudo realizado por Barros (1999) e outros pesquisadores no município de Juazeiro (BA) relata algumas características do espaço trabalhado pelas comunidades do distrito de Massaroca, além da análise da sua dinâmica associativa, a partir da experiência de organização das associações dos pequenos produtores locais. O distrito, situado à margem do Rio São Francisco, em Juazeiro, dista 500 km de Salvador. Massaroca sempre foi “ponto de passagem”, de transporte e comercialização, seu clima é semiárido, com inclusão total no polígono das secas, e é constituído por sete localidades: Itamotinga, Carnaíba do Sertão, Junco, Juremal, Massaroca, Abóbora e Pinhões.

A característica mais marcante da região, como de grande parte do Nordeste do Estado da Bahia, é a existência de comunidades rurais baseadas em relações familiares antigas e dispendo de um espaço fundiário comum, chamado “fundo de pasto”. Muitas vezes, esse espaço fundiário é considerado como um patrimônio fundiário comunitário.

O projeto Massaroca reúne, desde 1988, nove dessas comunidades relacionadas por laços de cooperação e de proximidade, e organizadas em torno de ações de crédito, de apoio à produção, de formação, assim como para a implementação de infraestrutura e equipamentos comuns. A área do projeto abrange uma população de aproximadamente 900 pessoas, distribuídas entre 160 famílias. Essas famílias possuem um rebanho de caprino e ovinos de aproximadamente 10 mil cabeças e um rebanho de 800 cabeças de bovinos, sendo também comum a criação de galinhas e porcos.

O Comitê das Associações Agropastoris também revelou-se detentor de Capital Social tipo ponte, na medida em que manteve relações com as diversas entidades de apoio ao desenvolvimento, como a prefeitura municipal, além de manter uma cooperação internacional com uma organização de produtores da França. Entretanto, o Comitê negou adesão de novas associações de produtores do município ou da região, evidenciando o lado perverso do Capital Social tipo cola, quando impediu seu crescimento por ampliação das adesões.

- **Capital Social e a Dinâmica do Desenvolvimento Territorial do Rio Grande do Sul**

O estudo de Moraes e Ruoso [200-?] procurou correlacionar o Capital Social existente em cinco regiões do norte gaúcho – Alto Jacuí, Médio Alto Paraguai, Nordeste, Norte e Produção – com o dinamismo de seu desenvolvimento rural, medido por indicadores de desenvolvimento de suas propriedades rurais através de dados secundários levantados pela EMATER - RS.

O Capital Social foi medido pela participação associativa, com pontuação de 1 a 5 conforme uma classificação subjetiva de grau de sua importância. Assim uma família (ou em uma unidade familiar) que participasse de um grupo de esporte teria 1

ponto, enquanto que outra que participasse de uma cooperativa de produção ou de crédito teria 5 pontos. O número dos familiares participantes nas associações também foi considerado.

A partir da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) foram definidos seis grupos por suas semelhanças. Para estes grupos foram estabelecidas as relações existentes entre Capital Social e o estágio de desenvolvimento das respectivas unidades produtivas, mensurado por indicadores de produtividade da terra e do trabalho, posse de máquinas, renda bruta, entre outros. A conclusão do trabalho demonstrou que existe uma relação direta entre a presença de Capital Social e as variáveis de desenvolvimento das unidades produtivas, sendo identificada uma heterogeneidade muito grande dentro das regiões com relação à caracterização dos grupos semelhantes de unidades familiares. Ao mesmo tempo constataram-se unidades familiares semelhantes em diferentes regiões, o que impossibilitou classificar as regiões quanto aos seus níveis de Capital Social.

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPITAL SOCIAL E REDUÇÃO DA POBREZA

Este capítulo tem uma função de convergência em relação aos anteriores, integrando as abordagens do Capital Social, da pobreza e da família na moldura dos resultados, sob duas perspectivas:

- a **teórica**, em que renomados autores, entre os quais Atria (2001), Durston (2002) e Mideplan (2002), fazem apreciações e recomendações que contemplam a possibilidade de maximização dos benefícios do uso do Capital Social, com relatos sintéticos de situações de enfrentamento da pobreza, em muitos lugares de países subdesenvolvidos, com o sentido de afirmação da existência e efetividade desse capital como recurso disponível aos mais pobres;

- e a **empírica**, em que se extraiu da literatura acadêmica exemplos virtuosos de superação comunitária e familiar de condições adversas vinculadas à pobreza, com características de sustentabilidade, dando-se destaque à experiência do Grameen Bank e do seu fundador, Mohammad Yunus, com a concessão de microcrédito a milhões de pessoas pobres de Bangladesh, dentro do entendimento da pobreza como grave violação dos direitos humanos; aos processos bem sucedidos de empoderamento comunitário, via mobilização das quatro dimensões

dinâmicas do Capital Social por parte dos associados da APAEB, na região sisaleira da Bahia, e dos moradores do Vale do Capão, na Chapada Diamantina.

A vertente do associativismo, enfocada como outra forma de organização comunitária capaz de mobilizar e utilizar o Capital Social sob as condições de confiança, solidariedade, reciprocidade, cooperação e colaboração, foi também objeto de estudos relacionados ao meio rural no Brasil, procurando os autores referenciados no texto investigar o grau de Capital Social e as formas de sua manifestação em regiões e municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em assentamentos da reforma agrária em vários Estados da federação e em projetos de colonização e irrigação na região de Juazeiro-BA, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um tema relativamente novo nas Ciências Sociais, o entendimento conceitual e teórico do Capital Social continua em pleno desenvolvimento. Além disso, cresce a capacidade de medir Capital Social com a aplicação, em campo, do QI-MCS desenvolvido pelo Banco Mundial e de outros instrumentos com a mesma finalidade, dos quais se deve extrair lições a serem compartilhadas por pesquisadores e participantes.

Durante o desenvolvimento deste trabalho de tese acreditamos que os objetivos propostos foram alcançados ou encaminhados de tal maneira que portas foram abertas para a continuidade das investigações a respeito da importância do Capital Social como instrumento de redução e de erradicação da pobreza.

Nestas considerações finais surge uma questão que consideramos de extrema relevância: como se pode aumentar o Capital Social e a conexão em rede dos pobres? Esta pergunta constitui-se num duplo desafio. O primeiro deles trata de como aumentar o Capital Social de vinculação dos pobres em seus próprios bairros e comunidades; e em segundo lugar que instrumentos poderão os pobres utilizar para elevar seu Capital Social de aproximação para relacionar-se com outros recursos diferentes daqueles existentes no nível local.

Crê-se que o nível de dificuldade do segundo desafio seja bem maior. Para a ampliação das redes de vinculação pode ser preciso em alguns casos a obtenção de apoio político e social que possibilite aos pobres progredir, ainda que sem o apoio de um Capital Social de aproximação.

Serem ouvidos e terem suas opiniões levadas em conta pode ser uma das maneiras dos pobres poderem adquirir Capital Social. Para tanto é necessário que tenham acesso aos meios de comunicação para a divulgação de suas necessidades, uma vez que há de fato um potencial latente de Capital Social e boa vontade esperando apenas ser ativado.

Aqueles que têm interesse no bem-estar dos pobres precisam reconhecer que quando estes não participam dos canais que deveriam levar os recursos até eles, esses recursos são desviados, fortalecendo as diretrizes vigentes da distribuição do poder e do Capital Social. Faz-se mister a elaboração de programas que

contemplem a garantia de que os recursos cheguem realmente àqueles para os quais foram direcionados.

Tem-se destacado a necessidade de capacitar os pobres para adquirirem Capital Social. É difícil imaginar como os pobres aprenderão a investir em Capital Social sem que aqueles que sabem como gerá-lo possam exercitar concretamente o seu conhecimento e a sua experiência, em um contato direto que enriqueça o entendimento dos mecanismos operacionalizadores dos benefícios advindos do uso do Capital Social pelos indivíduos e grupos comunitários ou familiares.

Assim, torna-se imperioso dispor de uma intervenção externa no que tange aos programas de divulgação que se tem realizado em outras partes. Talvez as ONGs locais pudessem responsabilizar-se por este ensinamento. Nesta perspectiva é recomendável a implantação de políticas que formam dirigentes e forneçam orientação quanto à maneira de gerar esse capital.

Não se imagina que os problemas da pobreza persistente possam ser resolvidos com o aumento de reservas de Capital Social. Sem dúvida o Capital Social é uma importante fonte de bens socioemocionais, mas isto como se sabe é apenas uma das várias formas possíveis para a saída da pobreza. O mais recomendável é promover a integração de todos os tipos de Capital, e não apenas o Capital Financeiro e Físico, com o Capital Social.

Em qualquer iniciativa de desenvolvimento deveria estar presente um sólido programa de ensino público. Tais programas, para além da geração de Capital Humano, podem ser cruciais para a produção do Capital Social de aproximação.

Considera-se, portanto, que a melhoria da condição de vida dos pobres poderia se dar através do incremento do seu Capital Social e de sua inclusão em redes ricas em recursos. Acredita-se que se pode obter avanços importantes na redução da pobreza se houver reconhecimento do papel desempenhado pelo Capital Social na superação dos fatores geracionais e mantenedores das condições de pobreza, empregando-se este capital de um modo que possibilite reduzir a pobreza e alcançar desenvolvimento.

As opções teóricas escolhidas neste trabalho nos têm proporcionado uma visão otimista das possibilidades de empoderar setores pobres através da formatação e utilização do seu Capital Social, em especial do tipo comunitário, que se manifesta de três maneiras diferentes: local, de ponte e de escada.

Enfatiza-se também a imprescindível transformação das relações agentes públicos/comunidade e a intervenção dos programas de combate à pobreza nos sistemas políticos micro-regionais.

Chama-se a atenção para a distinção analítica entre relações sociais, por um lado, e normas, por outro. Exigir o cumprimento – nas condutas concretas – de compromissos, discursos, promessas e normas é indispensável na gestão do Capital Social de grupos de todo tipo, integrantes da sociedade civil ou do aparelho estatal.

A mudança societária e a formação de Capital Social podem ser parte de um processo rápido, por quatro motivos. Inicialmente, quando os três planos (material, comportamental e abstrato) do modelo da sociedade humana interatuam, uma mudança na dotação e distribuição de Capital Social pode resultar de um impacto positivo no sistema advindo de qualquer de seus subsistemas. Em segundo lugar, a extensão dos repertórios culturais permite o resgate da memória social, com a retomada de padrões de cooperação atualmente em desuso. Em terceiro lugar, a co-evolução de estratégias em uma fase de transição sistêmica concretiza-se rapidamente quando surgem novos atores sociais na política municipal.

O triplo papel do Capital Humano para a formação de Capital Social envolve uma sinergia entre o conhecimento de experts sobre Capital Social, a capacitação em técnicas produtivas e de gestão que asseguram estímulos materiais à confiança e cooperação; e a capacitação nas destrezas sociais dominadas pelos pobres, tornando possível a formação de Capital Social e a difusão dos seus benefícios.

As experiências em programas de superação da pobreza, de elevação de renda e de oferta de serviços sociais convergem no sentido de que não é possível formar Capital Social nem nutrir relações sinérgicas entre agentes e comunidades ou famílias pobres sem que se atue, em paralelo, no entorno micro regional em que estas comunidades estão imersas: o meio municipal, com suas manifestações próprias de clientelismo político, cujos matizes determinam relevantes diferenças na estrutura de oportunidades para que grupos pobres possam empoderar-se como atores sociais.

Indubitavelmente o Capital Social possui uma grande capacidade para melhorar as condições de vida das pessoas. Esta gama de possibilidades que oferece deveria ser entendida e valorizada pelos organismos financiadores e os governos. O Capital Social pode possibilitar a alavancagem de um amplo processo de desenvolvimento da capacidade humana, tanto no nível individual quanto no nível

coletivo, mudando a vida das pessoas e das comunidades, desde que interesses outros, conflitantes com estes propósitos, não criem obstáculos através da divisão do grupo social beneficiário, da insegurança quanto à execução das ações preconizadas e de atitudes derrotistas que reforcem a persistência das condições de pobreza e inviabilizem o empoderamento grupal.

Nos anos de 1984 foram publicados estudos sobre esta dinâmica de transformação, chamando-a de “energia social”, mas o seu entendimento do que seja essa energia e de como funciona o aproxima dos conceitos de Capital Social apreciados nesta tese.

Nessa mesma linha, de acordo com sua experiência e os estudos que têm empreendido, diferentes autores aqui referenciados realizaram pesquisas e geraram propostas importantes para a redução da pobreza vinculadas aos paradigmas do Capital Social, algumas delas abordadas em sequência.

- 1 O Capital Social é algo que pode incrementar-se mediante esforços deliberados, como foi visto em várias iniciativas de desenvolvimento rural em grande escala, que têm mudado e melhorado as vidas de milhões de famílias pobres.

É necessário ter consciência de que o Capital Social também está sujeito a diminuição ou ao desaparecimento. Lamentavelmente o desaparecimento pode acontecer de forma mais rápida do que a acumulação do Capital Social. Como foi constatado em Sri Lanka por Uphoff, em 1997, o Capital Social pode aumentar com bastante rapidez tendo em vista que o trabalho foi realizado sobre a base das normas culturais e práticas já existentes, respeitando a tradição do trabalho comunitário voluntário em benefício de um bem comum.

A pressa com que se preparam muitos projetos e programas faz com que não se invista em software e haja uma concentração no hardware do desenvolvimento. A título de ilustração tem-se o caso de um projeto do Banco Mundial na Jamaica, em 2000, cujo objeto era a conservação do solo nas encostas afetadas pela erosão. O projeto previu a construção de terraços para evitar a erosão, o que fez piorar sobremaneira a situação dos demais agricultores em face da necessidade da água escorrer por algum lado. É possível que se tivesse obtido êxito com esforços de

conservação similares ao realizado no Haiti pelo próprio Banco Mundial, também no ano 2000.

- 2 Quando se trata de incrementar e utilizar o Capital Social, particularmente entre as famílias e comunidades mais pobres, talvez seja mais aconselhável pôr a ênfase nas instituições e relações oficiosas ou pelo menos começar por estas.

Torna-se relevante, para o cumprimento de muitas tarefas e em muitas situações, o fortalecimento da capacidade local, reconhecendo-a e potencializando-a em nível oficial. Parece mais proveitoso que se adote uma estratégia estimulada pela demanda, pelo menos como hipótese de trabalho. Tal estratégia tem origem parcialmente no Capital Social estrutural, embora sua introdução possa ser efetuada por meios oficiais. Isto se torna insuficiente se não se pode contar com ativos cognoscitivos que lhes sirva de respaldo. Torna-se de importância crucial a participação voluntária baseada na autoridade social e na liderança natural, mais do que na autoridade legal oficial.

- 3 Neste processo, como se sugeriu anteriormente, é provável que o melhor seja trabalhar a partir das tradições e idéias próprias das comunidades, já que estas constituem frequentemente um Capital Social cognoscitivo latente.

Agindo-se dessa maneira, constataram-se e foram aqui relatadas experiências exitosas na implantação de vários projetos que efetivamente melhoraram a qualidade de vida das comunidades.

- 4 O meio mais eficaz de guiar e acelerar estes processos é utilizar “catalisadores”, pessoas que, pertencendo ou não à comunidade, sejam capazes de desempenhar um papel de estímulo e ajuda para a criação de novas funções, normas, precedentes e procedimentos, na articulação e aprofundamento do apoio normativo e cognoscitivo ao esforço comunitário na direção do seu empoderamento ou organização associativa.

No trabalho realizado em Gal Oya⁵⁰ (Sri Lanka), os jovens organizadores foram responsáveis por grande parte do êxito do projeto. Em muitos outros casos relatados o fato se repete. Estes jovens, que poderiam ser chamados de “agentes da mudança”, experimentaram eles mesmos uma grande transformação pessoal e de visão societária a partir da experiência com a aplicação concreta do Capital Social em situações de enfrentamento da pobreza. Assim, o termo “catalisadores” parece mais adequado para as atribuições que assumiram, uma vez que o entendimento de seu papel permitiu-lhes estimular uma potencialidade que já se encontrava presente nas comunidades, em vez de tentarem mudar as pessoas que seriam beneficiadas, a partir de uma visão preconcebida, construída fora do ambiente local e imposta de fora para dentro.

- 5 Este esforço de acumular, fortalecer e manter o Capital Social, tanto estrutural como cognoscitivo, deveria realizar-se mais frequentemente sob o formato de um processo contínuo de aprendizagem .

No desenrolar de qualquer programa ou projeto que tencione gerar profundas mudanças, a partir da acumulação e fortalecimento do Capital Social, é bem provável que os conhecimentos recém adquiridos e as alterações que ocorram tornem imperativa a revisão e releitura dos objetivos iniciais, promovendo-se a retroalimentação de aspectos que se revelaram positivos e a redefinição das ações inadequadas em relação ao esforço expendido para incrementar o Capital Social, introduzindo-se esse processo de revisão permanente em uma metodologia de aprendizagem que poderia servir de parâmetro para novos empreendimentos com o mesmo desiderato.

- 6 O Capital Social não deveria considerar-se meramente um instrumento ou um meio de executar determinadas tarefas do projeto, sendo valioso para o alcance

⁵⁰ Havia sido encomendado a Uphoff e sua equipe a tarefa de criar organizações de agricultores e fornecer-lhes apoio em um projeto da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) objetivando a reabilitação do sistema de irrigação de Gal Oya, no Sri Lanka durante o período 1980-1985, dirigindo esforços no sentido de implantar uma gestão participativa da irrigação neste país. A realização da tarefa foi coroada de êxito e se avalia que metade dos benefícios obtidos poderiam ser atribuídos a organização social (o Software), embora as despesas com este componente tivessem ficado entre 5% e 10% do custo total do projeto, sendo portanto, significativamente superior o investimento em Hardware (AMARASINGHE; SAKTHIVADIVEL; MURRAY-RUST, 1998).

de benefícios econômicos, como se observou no caso de Gal Oya resenhado anteriormente, mas os resultados que permite gerar são multifacetados.

O Capital Social cria a possibilidade de melhorar e ampliar tanto os ganhos monetários quanto a eficácia na prestação dos serviços de educação, saúde, abastecimento de água, entre outros; entretanto, à medida em que se vá conquistando resultados positivos com a sua utilização em programas e projetos comunitários, os próprios beneficiários poderiam ampliar o seu alcance e conquistar objetivos bem maiores, uma vez que se está tratando do aumento e fortalecimento do Capital Social dos pobres, com suas carências profundas e variadas, tanto no tocante à renda quanto no que concerne aos serviços e bens públicos e sociais disponibilizados às pessoas, às famílias e aos seus domicílios.

Indo mais adiante, observa-se que ao conquistar uma maior capacidade e disposição para a ação coletiva, mutuamente benéfica entre os pobres, como em qualquer conjunto de pessoas, esta capacidade coletiva amplificada poderá vir a auxiliar na resolução de questões que transcendam a pobreza domiciliar, impulsionando as famílias e cada um dos seus membros a elaborar e implementar novos planos de vida, para além das estratégias de sobrevivência do passado.

Dentro dessa mesma perspectiva de ação coletiva, multidisciplinar e multiinstitucional, a mobilização social para a superação da pobreza é, nos dias de hoje, questão fundamental para os governos nacionais e organismos supranacionais como a ONU, a FAO, a UNESCO, a CEPAL, face a multidimensionalidade do fenômeno, sua dimensão quantitativa, sua universalidade e sua capacidade de sintetizar em uma palavra as condições mais adversas, como a fome, a falta de saúde, de educação, de emprego, de renda, de oportunidades.

Em estreita articulação com o ambiente acadêmico e os centros de excelência pioneiros na abordagem do Capital Social, o Banco Mundial tem se destacado na vanguarda da elaboração teórica e como agência internacional de fomento a pesquisas, projetos e programas em todo o mundo, com foco na criação, dotação e utilização de Capital Social, em seus variados tipos, como fator de transformação das condições de pobreza, de maneira sustentável, de grupos comunitários e familiares.

Congregando pesquisadores de alto nível e elevado conceito em seu grupo temático de estudos sobre o Capital Social, o Banco assumiu formalmente a ferramenta do Capital Social, avaliando a sua existência, a condição de capital e sua efetividade no combate à pobreza, contribuindo para o debate acadêmico e para as experiências empíricas com seus recursos humanos e materiais. O mais relevante desse processo foi o reconhecimento pelo Banco, há pouco mais de uma década, do potencial de empoderamento da família, mediante a geração do Capital Social familiar, um conceito até então pouco explorado, e ainda mais em associação com medidas concretas de enfrentamento da pobreza no âmbito domiciliar.

No magnífico trabalho de síntese intitulado “Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI- MCS”, datado de 2003, o Grupo Temático sobre Capital Social promoveu **a revisão conceitual** das abordagens teóricas relacionadas a esse tema. A primeira refere-se aos recursos, como informações, idéias, apoios que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos (‘capital’) são ‘sociais’ na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações,

A segunda abordagem acerca do Capital Social destaca a natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais, desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos. Os que trabalham com ambas as abordagens conceituais concordam que é importante reconhecer que o Capital Social não é uma entidade única, tendo uma natureza multidimensional.

Ao adotar a distinção comum entre Capital Social de “ligação” – laços entre pessoas similares, que compartilham características ou situações em comum, como vínculos familiares, vizinhança, amigos e colegas de trabalho – e Capital Social de “ponte” – laços que ligam pessoas que não compartilham muitas dessas características, a principal instituição de fomento da economia mundial deu o seu referendo a uma promissora linha de pesquisa fundada em experiências concretas, envolvendo a vida das pessoas e o potencial de que podem lançar mão a partir das suas relações básicas, primárias, e também das redes sociais de que participam, referidas, respectivamente, como Capital Social “estrutural” e “cognoscitivo”.

O Banco também acolheu uma terceira classificação conceitual, denominada de Capital Social de “conexão”, que privilegia os laços mantidos com pessoas que

detêm posições de autoridade, como representantes de instituições públicas (polícia, partidos políticos) e privadas (bancos), líderes locais e intermediários, todos os que contribuem para facilitar as conexões entre as comunidades pobres e as organizações externas que elaboram e gerenciam programas de desenvolvimento social e econômico.

Embora reconhecendo que o Capital Social foi concebido e medido em diferentes unidades de análise, desde indivíduos e domicílios a regiões e sociedades inteiras, o Banco Mundial considerou que o Capital Social é apreendido com maior precisão ao nível dos domicílios, ou, em outras palavras, das famílias.

Uma contribuição significativa do Banco Mundial, para a afirmação das possibilidades do Capital Social familiar, está vinculada ao desenvolvimento do questionário aqui referido, a partir das suas bases teóricas denominadas “**as seis dimensões do QI-MCS**”, um conjunto de questões substantivas que possibilitam a obtenção de informações relevantes sobre os grupos comunitários e familiares. O *survey* do Banco Mundial foi organizado em conjuntos de questões afins, envolvendo as categorias ou dimensões relativas a:

1 Grupos e Redes, que busca determinar a natureza e a extensão da participação de cada membro dos domicílios pesquisados em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as contribuições dadas e recebidas nestas relações. Também considera a diversidade das associações de um determinado grupo, como suas lideranças são selecionadas e como mudou o envolvimento da pessoa com o grupo ao longo do tempo;

2 Confiança e Solidariedade, compreendendo o levantamento de dados sobre a confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais e até mesmo a estranhos, e como essas percepções mudaram com o tempo;

3 Ação Coletiva e Cooperação, em que é investigado o modo como os membros dos domicílios têm trabalhado com outras pessoas em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise, considerando também as conseqüências do não cumprimento das expectativas em relação à participação comunitária;

4 Informação e Comunicação, cujo acesso é visto como fundamental para ajudar as comunidades empobrecidas a terem uma voz mais ativa em assuntos que dizem respeito ao seu próprio bem-estar, explorando o questionário os locais e os meios pelos quais os domicílios pobres recebem informações sobre mercado e serviços públicos, e até que ponto têm acesso às infra-estruturas de comunicação;

5 Coesão e Inclusão Social, em que o Banco parte da consideração de que as “comunidades” não são entidades coesas, apresentando divisões e diferenças que podem levar ao conflito, tornando-se relevante identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos pelos quais os problemas dessa ordem são gerenciados, os grupos excluídos dos serviços públicos essenciais, além das formas cotidianas de interação social entre os integrantes dos domicílios e destes com os membros das comunidades onde se inserem;

6 Autoridade (ou Capacitação), Empoderamento e Ação Política, em que se investiga o modo como as pessoas obtêm e desenvolvem “autoridade” ou são “capacitadas” para o empoderamento, identificando-se as formas de controle detidas sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar, e também os sentimentos de felicidade, eficácia pessoal e capacidade dos membros das famílias para influenciar eventos locais e atuar em âmbitos nos quais as respostas políticas são mais amplas e significativas para os seus projetos de vida.

Desta forma, o QI-MCS reflete as dimensões “estrutural” (associações do grupo) e “cognitiva” (percepções subjetivas da confiança e das normas) do Capital Social familiar ou comunitário, os principais meios através dos quais é operacionalizado e as suas principais áreas de aplicação ou resultados. Ademais disso, o trabalho revela três conjuntos de dados úteis para medir o Capital Social de modo a se poder utilizá-lo para a implementação de políticas públicas: a participação em associações e redes locais, indicador de Capital Social estrutural; os indicadores de confiança e solidariedade, que abrangem o Capital Social cognoscitivo; e os indicadores de ação coletiva e de oferta de serviços essenciais, que requerem e evidenciam a ação coletiva por parte de um grupo de indivíduos, um indicador de Capital Social subjacente às famílias e às comunidades em que se situam.

Esses indicadores mostram diferentes enfoques para medir Capital Social. A participação em Associações e Redes é, sem dúvida, um indicador de entrada por possibilitar a acumulação de Capital Social. A confiança pode ser vista como um indicador de entrada ou de produção de Capital Social, podendo ser considerada também, a depender da abordagem conceitual, uma medida direta de Capital Social. Quanto à ação coletiva, trata-se de um indicador de produção.

O empoderamento e a ação política, dentro de uma visão ampla, transcendem o Capital Social, uma vez que a dinâmica conjunta dessas duas variáveis representa a possibilidade de que as pessoas tomem parte, negociem, busquem influenciar, controlar e responsabilizar as instituições que afetam suas vidas, tornando-as mais ágeis na assistência aos pobres, removendo barreiras e criando oportunidades sociais mediante ações políticas concretas, como escrever petições, participar de reuniões com políticos, de manifestações e campanhas e votar em eleições.

Questões importantes em termos de políticas públicas podem ser equacionadas através do uso do Capital Social, no contexto de programas e estratégias de redução da pobreza. Entre essas questões, a determinação da efetiva contribuição do Capital Social para o bem-estar familiar figura como um elemento central das abordagens empíricas apresentadas pelo Banco Mundial, em que foi ressaltado o papel do Capital Social na criação de oportunidades para incrementar a renda e melhorar outras dimensões, como a saúde e educação e o acesso ao crédito, reduzindo assim a vulnerabilidade.

A combinação de abordagem teórica com experiências concretas de apoio a programas de desenvolvimento possibilitou ao Banco Mundial a formatação de um modelo, constituído por um conjunto de equações estruturais que retratam o comportamento econômico de determinado domicílio em condição de maximização da utilidade restringida, partindo do princípio de que o comportamento consumista domiciliar é função do nível e da composição da renda. Esse conjunto de equações pode ser resumido por uma equação reduzida, que expressa o consumo doméstico diretamente como uma função da disponibilidade de recursos e outras características exógenas ao domicílio, e também do ambiente econômico em que os seus membros tomam suas decisões.

Isto, que é da maior importância em termos da credibilidade do Capital Social e da sua aplicabilidade, com o aval de uma instituição como o Banco Mundial, leva à seguinte equação estimativa genérica:

$$\ln E_i = a + bSC_i + cHC_i + dOC_i + eX_i + fZ_i + u_i$$

(1)

Onde:

E_i = gasto *per capita* do domicílio i

SC_i = quantidade de Capital Social de que o domicílio dispõe

HC_i = quantidade de Capital Humano de que o domicílio dispõe

OC_i = quantidade de outros recursos de que o domicílio dispõe

X_i = um vetor das características do domicílio

Z_i = um vetor das características da comunidade/região

u_i = erro aleatório.

A principal característica desse modelo é o pressuposto de que o Capital Social é verdadeiramente capital e, portanto, tem um retorno para o domicílio, que é mensurável. Uma das maneiras pelas quais o Capital Social pode contribuir para o bem estar domiciliar é tornar os empreendimentos domésticos mais rentáveis, funcionando a participação em redes no sentido de minimizar os custos das transações e aumentar a rentabilidade.

Na mesma linha dos trabalhos patrocinados pelo Banco, muitos estudos empíricos têm demonstrado que os efeitos do Capital Social não são marginais e, muitas vezes, encontram-se na mesma ordem de magnitude que outros determinantes do desenvolvimento, e esse dado pode ser comprovado. Mas, para que se concretizem todos os efeitos do Capital Social, é fundamental entender que isso ocorre devido à sua sinergia com outros recursos, capaz de maximizar os benefícios das políticas voltadas para tornar o Capital Social um elemento permanente no combate à pobreza mundial, tendo a casa das pessoas pobres como o ponto de partida para formatação dos projetos e programas e como o ponto final da fruição dos seus benefícios.

Almeja-se que a contribuição desta tese seja, realmente, entendida como uma busca para tornar acessível um marco consolidado sobre o novo enfoque, uma perspectiva em construção do promissor tema do Capital Social. Abriga-se a fé que direciona o Capital Social a constituir-se num instrumento relevante para superar uma vergonhosa e inquestionável violação dos direitos humanos: a pobreza. Trazendo em sua malévola esteira as desigualdades de renda e de oportunidades, a pobreza persiste em toda a história da humanidade, adquirindo múltiplas conotações nesta etapa econômica, política e social denominada de globalização.

Com este sentimento, este pensamento, concluímos um “percurso na literatura”, a tese sobre o Capital Social, com a esperança de que os esforços envidados no sentido de abrir portas que permitam a continuidade das investigações, as tentativas de disponibilizar uma base para medir significativas dimensões do Capital Social e as preciosas lições aprendidas no trajeto que nos propusemos a empreender estimulem um diálogo mais efetivo e desideologizado entre pesquisadores, formuladores de políticas públicas, gerenciadores de tarefas e as próprias populações em condição de pobreza. Tem-se a esperança de que esse diálogo amplie o conhecimento das dimensões sociais do desenvolvimento econômico e aprimore a nossa capacidade conjunta de produzir e pôr em prática estratégias mais poderosas de combate à pobreza.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Abrindo espaços Bahia**: avaliação do Programa. Brasília: UNESCO, UNIRIO, Observatório de Violência nas Escolas, Universidade Católica de Brasília, 2003.

ADAMS, D. W.; FITCHETT, D. A. **Informal finance in low-income countries**. Boulder, CO: Westview Press, 1992.

AKERLOF, George. **The Market for “Lemons”**: Quality Uncertainty and The Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*. v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ALCANTARA, Miriã A. R et al. **Combate à Pobreza e às desigualdades sociais: rotas de inclusão**. Salvador: Ucsal, 2007.

AMARASINGHE, U. A.; SAKTHIVADIVEL, R.; MURRAY-Rust, H. Impact Assessment of Rehabilitation Intervention in the Gal Oya Left. **Research Report**, Colombo, Sri Lank, n. 18, 1998.

ARAUJO, Luiz Coelho de. **A Sustentabilidade trilheira do Vale do Capão – Palmeiras-BA**. Lauro de Freitas-BA: Editora FPMS, 2011. 218 p.

ARRIAGADA, Irma. Capital Social: potencialidades y limitaciones analíticas de um concepto. **Estudios sociológicos**, México, DF, v.21, p.557-584, 2003.

_____; MIRANDA, Francisca. **Capital Social**: potencialidades analíticas y metodológicas para la superación de la pobreza. Santiago de Chile: Publicación de las Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). n. 31 2003. Serie Seminarios y conferencias.

ARROW, Kenneth Joseph. **The limits of organization**. New York: W.W. Norton, 1974.

_____. **Beyond general equilibrium, en Cowan y otros, Complexity**: Metaphors, Models and Reality. Santa Fe: Reading Massachusetts, 1994.

_____. Observation on Social Capital. In: DASGPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital**: A Multifaced Perpspective. Washington, DC.: The World Bank, 2000.

ATRIA, Raul, **Capital Social: concepto, dimensiones y estrategias de desarrollo**. Chile: Universidad de Chile; Banco Mundial, 2001

_____; SILES, Marcelo. **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: un busca de un nuevo paradigma**. CEPAL, Santiago de Chile, 2003.

_____. **Capital Social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo**. In: ATRIA, Raúl et al. **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Santiago: CEPAL; Michigan State University, p. 581-590, 2003.

AXELROD, Robert. **The Complexity of Cooperation**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

AXELROD, Robert. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1984.

BANCO MUNDIAL. **Desigualdad en América Latina: ¿ruptura con la historia?** Washington: 2004.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, 1990.

BANDEIRA, Pedro S. **O Capital Social e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. 2003. 365f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BANDEIRA, Pedro S. **Participação, articulação de atores regionais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.

BANFIELD, E. **The moral basis of a backward society**. New York: Free Press, 1958.

BAQUERO, Marcello. Os desafios da democracia na América Latina: Globalização e Capital Social. In: Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre América Latina y el Caribe, 10, 2001, Moscou, Rússia. **Anais...** Moscou, Rússia: FIEALC, 2001.

BARBER, Terry. Participation, citizenship, and well-being: Engaging with young people, making a difference. **Nordic Journal of Youth Research**, v.17, n. 1, p.25-40, 2009.

BARROS, E. da R. et al. **Desenvolvimento local e associações de pequenos agricultores: o caso de Massaroca (Juazeiro-BA)**. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 1999.

BASSANI, Cherylynn. Five Dimensions of Social capital theory as they pertain to youth. **Journal of youth studies**, v. 10, n.1, p. 17-34, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2004.

BBC NEWS. First summit for emerging giants. 16 jun 2009. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8102216.stm>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BECK, U. **La società del rischio**. Roma: Carocci, 2006.

BECKER, G. A theory of human interactions. **Journal of Political Economy**, v. 82, p.1063-1093, 1974.

_____. **Accounting for tastes**. Cambridge: Harvard University, 1996.

BILLES, J.J.; LINDON, Robson y SILES, Marcelo E. **Export – Orientend Industrialization, the state, and social capital: A case study of maquiladora production in jucatan, México**, 2001.

BITTENCOURT, Gilson Alceu et al. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária do Brasil**. Brasília: Coordenação de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____; BOVERO, Michelangelo. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

BOULDING, K. **Three faces of power**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **The forms the capital** - Handbook of Theory an research for sociology of education. Nova York: Greenwood Press, 1985.

_____. The form of capital. In: Johon G. Richardson (Ed.). **Handbook oh of Theory and Research in the fociology of Education**. New York: Greenwold Press, 1986. P. 241-258

BRICS should coordinate in key areas of development: PM. **The Indian express**, 14 abr,2011. Disponível em: <<http://www.indianexpress.com/news/brics-should-coordinate-in-key-areas-of-development-pm/775130/>>. Acesso em:14 abr. 2013.

BURT, R.S. **Structuctural Holes**. The Social Structure of Competition. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1992.

BUSSO, Gustavo. La sistematización de experiencias en el proceso de fortalecimiento de la gestión del desarrollo local. Algunas reflexiones teóricas a partir de experiencias en terreno. **Revista Fundamentos**: Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina, n. 11, 2001.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota; MORAIS, Maria da Piedade; CASTRO NETO Armando Affonso de (Coords.). **Relatório de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio Bahia** – 2011. Salvador: SEI; IPEIA, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1029&Itemid=110>. Acesso em: 12 de nov. de 2011.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza**: concepções e estratégias de intervenção. 2005. 334 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: EDUC; Cortez, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Arte Médicas, 1996.

_____. Internet e Sociedade em Rede. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**: Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil – vulnerabilidades negativas e positivas desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa R S (Orgs.). **Família, Sociedade e Subjetividade – uma perspectiva multidisciplinar**. Petropolis: Vozes, 2005.

CAVALCANTI, Vanessa R S. A contramare da exclusão, pobreza e trabalho – visibilidade da condição feminina no Brasil. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa R S (Orgs.). **Família, Sociedade e Subjetividade**: uma perspectiva multidisciplinar. Petropolis: Vozes, 2005.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Definições clássicas de pobreza**, 1997. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/>>. Acesso em: 18 ago 2011

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório 2008, 2008. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/>>. Acesso em: 18 ago 2011

CHAMBERS, Robert. Poverty and Livelihoods: Whose Reality Counts?. Institute for Development Studies, **Discussion paper**, n. 311, 1995.

CLAGUE, Christopher. Rule obedience, organizational loyalty, and economic development. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 149, p. 393-414, 1993.

_____. (Ed.). **Institutions and economic development**: growth and governance in less developed and post socialist countries. London: Johns Hopkins University Press, 1997.

COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, p.386-405, nov. 1937.

CODES, Ana Luiza Machado. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988a.

_____. The Creation and Destruction of Social Capital: Implications for the raiv: Notre. **Dame Journal of Law, Etibics and Public Policy**, n. 3., p. 375-405, 1988b.

_____. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press. 1990.

COLLINS, S; BOSWORTH, B. Economic growth in East Asia: accumumilation versus assimilation. **Brookings Papers ou Economic Activity**, n. 2, p. 135 – 203, 1996.

CONSEJO ECONÓMICO y Social. Comision de Derechos Humanos. Grupo de Trabajo sobre el derecho al desarrollo. Genebra, 29 enero/ 2 feb. 2001. Disponível em: <[http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/6141eab92e6c69f0c12569dc005a5ab4/\\$FILE/G0110073.pdf](http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/6141eab92e6c69f0c12569dc005a5ab4/$FILE/G0110073.pdf)>. Acesso em: 18 ago 2011.

COOLEY, C.H. **Human Nature and the Social Order**. New York, Charles Scrliners, Sons, 1902.

CORDAZ, D.; SALVINI, A. **Capitale sociale, reti e disagio sociale**: materiali empirici da un'esperienza di ricerca. Pisa, Italia: Università di Pisa, 2004.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COX, E. **Truly civil society**. Sidney: ABC Books, 1995.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE electron. [online]. 2002, v.1, n.2, p. 02-12. ISSN 1676-5648. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2011

DASGUPTA, P. Economic progress and the idea of social capital. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington, D.C.: World Bank, 2000.

DAWES, R.; McTAVISH, J; SHAHLEE, H. Behavior communication and assumptions about other person's behavior in a commons dilemma situation. **Journal of personality and social Psychology**, n. 35, 1977.

DE HAAN, Arjan. Social exclusion: enriching the understanding of deprivation. *Studies in Social and Political Thought*, Geneva, v.2 n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.sussex.ac.uk/cspt/documents/issue2-2.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2011

DE LOS RÍOS DANAE, Barros Paula. Exclusión social y ciudadanía. In: DE LOS RÍOS DANAE; FLORENCIA, Torche. **Lecturas sobre exclusión social**. [S.l.]: OIT. 1996.

DEININGER, K.; SQUIRE, L. New ways of looking at old issues: inequality and growth. **Journal of Development Economics**, v. 57, p. 259-287, dez. 1998.

DITTRICH, A. Introdução à filosofia moral skinneriana. In: COSTA, C. E.; LUZIA, J. C.; SANT'ANNA, H. H. N. (Orgs.). **Primeiros passos em análise do comportamento**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2003, p. 11-24.

DONATI, Pierpaolo. La famiglia come capitale sociale primário. In: **Famiglia e capitale sociale nella società italiana**. Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo, 2003a, p. 31-101.

_____. **Sociologia delle politiche familiari**. Carocci: Roma, 2003b.

_____. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel. **Econômica Social no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

DURSTON, John. Construyendo Capital Social comunitario. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 69, dic. 1999.

_____. Qué es Capital Social comunitario. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n.38, 2000. Serie Políticas Sociales.

_____. Evaluando el Capital Social en comunidades campesinas de Chile. In: Vigésimotercer Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, 23., 2001. Washington, D.C. **Política de lenguas y culturas en la educación: el caso del Perú**. 2001.

_____. Capital Social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: ATRIA, Raúl et al. **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Santiago: CEPAL; Michigan State University, p. 147- 202, 2003.

EDGEWORTH, F.Y. **Mathematical Psychics**. Nueva York: Augustus M. Kelley, 1881.

ELSTER, J. Emotions and economic theory. **Journal of Economia Literature**, v. 36, n. 1, 1998.

ESPINOZA, Vicente; CANTEROS, Eduardo. Contactos sociales y carreras laborales en hogares chilenos de escasos recursos. **Proposiciones**, n. 32, Santiago, Chile: Ediciones SUR, 2001.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: Reviewing the evidence on synergy. **World Development**, Washington, D.C, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

FAFCHAMPS, Marcel. Solidarity Networks in Preindustrial Societies: Regional Peasants with a Moral Economy. **Economic Development and Cultural Change**, v. 41, n. 1, Oct., p. 147-174, 1992.

FAFCHAMPS, Marcel; MINTEN, Bart. Social Capital and the Firm: Evidence from Agricultural Traders in Madagascar. In: GROOTAERT Christiaan; VAN BASTELAER, Thierry (Orgs). **The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment**. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 125-54.

FÉRES-CARNEIRO, Teresinha. (Org.) . **Casal e Família: Entre A Tradição e a Transformação**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.

_____. (Org.). **Casamento e Família: Do Social à Clínica**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001.

_____. (Org.) . **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. Rio de Janeiro, Edições Loyola, 2003.

FIRTH, Raymond. **Elements of Social Organization**. Boston: Beacon, 1963.

FLORES, Margarita; RELLO Fernando. **Capital Social: Virtudes y Limitaciones**. In: Conferencia Regional sobre Capital Social y Pobreza. Santiago: CEPAL; Universidad del Estado de Michigan, 2001.

FONG, Saulo. **Como Construir um Projeto de Vida**. Instituto União, mar. 2006. Disponível em: <www.institutouniao.com.br>. Acesso em: 18 nov 2011.

FONSECA, Claudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. 2002. Disponível em: <[http://claudialwfonseca.webnode.com.br/publica%
c3%a7%c3%b5es/mulher-e-familia/](http://claudialwfonseca.webnode.com.br/publica%c3%a7%c3%b5es/mulher-e-familia/)>. Acesso em: 18 nov 2011.

FONSECA, Eduardo Giannett. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. In: Encontro Nacional de Economia. 22., 1994. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPEL, 1994. p. 553- 571.

FOSTER, George. **The dyadic contract: a model for the social structure of a mexican peasant village**. Washington, D.C.: American Anthropologist, 1961.

FRANCO, Augusto. **Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Política / Editora Millennium, 2000.

_____. **Capital Social**. Brasília: Millennium, 2001a.

_____. O conceito de Capital Social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: SILVEIRA, Caio Márcio; DA COSTA REIS, Liliane (Orgs.). **Desenvolvimento Local, dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001b, p. 153-162.

_____. **Desenvolvimento, Capital Social e democracia**. 2005a. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/augustodefranco/desenvolvimento-capital-social-e-democracia-franco>>. Acesso em: 18 nov 2011.

_____. **Desenvolvimento, Capital Social, redes sociais e sustentabilidade:** o conteúdo de minhas palestras no período 2003-2005. Carta Capital Social, 93, 2005b. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/augustodefranco/desenvolvimento-capital-social-redes-sociais-e-sustentabilidade>>. Acesso em: 18 nov 2011.

FREY, Bruno S.; BHONET, I.; HUCK, S. More Order With less Law: On Contract Enforcement, Trust and Crowding. **American Political Science Review**, n. 89, 2001, p. 335 – 339.

FRIEDMANN, John. **Empowerment: the politics of alternative development.** United States: Wiley-Blackwell, 1992.

FUKUYAMA, Francis. Capitalism and democracy: the Missing Link. **Journal of Democracy**, n.3, p. 100-110, 1992a.

_____. **O Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992b.

_____. **Trust: the social virtues and the creation of the prosperity.** New York: Free Press, 1995.

_____. Social capital and civil society. Conference on Second Generation of Reforms, 2., 1999. Washington, D.C. **Topico temático...** Washington, D.C. 1999.

_____. Capital Social y desarrollo: la agenda venidera. In: ATRIA, Raúl et al. **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe:** en busca de un nuevo paradigma. Santiago: CEPAL; Michigan State University, p. 147-202, 2003.

FURTADO, Celso. **O mito do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Jorge Zahar, 1974.

GACITUA, Mario Estanislao. **Measurement and Meaning.** Washington: World Bank, 2001.

GALOR, O.; ZEIRA, J. Income distribution and macroeconomics. **Review of Economic Studies**, v. lx, p. 35-52, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Editora LTC- Livros técnicos e Científicos. Rio de Janeiro, 1989

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Entrevista. Entrevistadores: José Maurício Domingues, Mônica Herz e Cláudia Rezende **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/179.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

GLASER, Edward et al. What is social capital? **NBER working Paper**, n. 7216, 1999.

GLENNERSTER, Howard et al. Poverty, social exclusion and neighbourhood: studying the area bases of social exclusion. London School of Economics, **Case Paper**, n. 22, mar. 1999.

GODBOUT, J. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRACEFFO, Antonio. BRIC Becomes BRICS: changes on the Geopolitical Chessboard. **Foreign Policy Journal**, 21 jan. 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicyjournal.com/2011/01/21/bric-becomes-brics-changes-on-the-geopolitical-chessboard/2/>. Acesso em: 14 abr. 2011.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, 1973, p. 1360-1380.

_____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 2, p. 481-510, 1984.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness, **American Journal of sociology**. v.91, n.3, p. 481-510, set, 1985.

GRIFFA, M. C.; MORENO, J. E. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento: Adolescência, vida adulta, velhice**. Tradução Vera Vaccari São Paulo: Paulinas, 2001. Tomo 2.

GROOTAERT, Christiaan. **Does Social Capital Help the Poor? A Synthesis of Findings from the Local Level Institutions Studies in Bolivia, Burkina Faso, and Indonesia**. Washington D.C: World Bank, Social Development Department, 2001.

_____; VAN BASTELAER, Thierry (Orgs). **The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment**. New York: Cambridge University Press, 2002a.

_____; VAN BASTELAER, Thierry (Orgs). **Understanding and Measuring Social Capital: A Multidisciplinary Tool for Practitioners**. Washington D.C.: World Bank, 2002b.

_____. et al. **Questionário integrado para medir Capital Social (QI-MCS)**. Washington DC: Banco Mundial – Grupo Temático sobre Capital Social, 2003.

GUIZZARDI, L. Capitale sociale e volontariato dei giovani adulti: una ricerca. In: DONATI, P.; COLOZZI, I (Orgs.). **Il paradigma relazionale nelle scienze sociali: le prospettive sociologiche**. Bologna, Italia: Il Mulino, 2006, p. 143-159.

HALPIN, Tony. "Brazil, Russia, India and China form bloc to challenge US dominance". **The Times**, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/us_and_americas/article6514737.ece>. Acesso em: 18 nov 2011.

HARRIS, S. **Know Yourself? It's a Paradox**. [S.I.]: Associated Press, 1981.

HAYAKAVA, S.I. **The use and Misuse of Language**. Nueva York: Fawcett World Library, 1962.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social**. [S.I.]: Unesco, 2004.

HICKS, Norman; WODON, Quentin. Proteção social para los pobres em América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 73,, 2001.

HIRSCHMAN, A.O. **Getting Ahead Collectively**: Grassroots Experiences in Latin America. Nova York: Pergamon Press, 1984.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart**: commercialization of human feelings. Berkeley: University of California, 1983.

HOLZMANN, Robert; JORGENSEN, Steen. **Manejo social del riesgo**: un nuevo marco conceptual para la Protección social y más allá. BIRD, febr. 2000

HOMANS, G. Bringing Men Back. In: Burgess, R.; BUSHELL, D. (Orgs). **Behavioral Sociology**. New York: Columbia University Press, 1971.

HUME, David. **A treatise of Human Nature**. United Kingdom: Oxford University Press, 1740.

_____. **Tratado da Natureza Humana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

_____; MOORE, K.; SHEPHERD, A. Meanings and analytical frameworks. Universities of Manchester and Birmingham. **CPRC Working Papers**, n. 2, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados para o período 1990-2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1992 a 2009 em: < WWW.ibge.gov.br > Acesso: março de 2012

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio. Dados sobre moradia e renda 2009.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Dados de 2011

INSIGHTS ISSUE. Escaping poverty. Can policy reach the chronically poor? n.46, Mar. 2003.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Resultado sobre saúde 2007.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicado n. 58 jul. 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicado 2011.

ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão. **Desenvolvimento e Pobreza na obra de Amartya Sen**, 2000

ISHAM, Jonathan. **The Effect of Social Capital on Technology Adoption: Evidence from Rural Tanzania**. Nueva York: Asociación Estadounidense de Economía, 1999.

ISHAM, Jonathan; KAHKONEN, Satu. How Do Participation and Social Capital Affect Community-Based Water Projects? Evidence from Central Java, Indonesia. In: GROOTAERT, Christiaan and VAN BASTELAER, Thierry (Orgs.) **The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment**. New York: Cambridge University Press, 2002. p.155-187.

JACOBS, Jane. **The death and life of great american cities**. New York: Random House, 1961.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

JUNCKEM, Elaine.T. **Juventude Pobre, Participação e Redes de Sociabilidade na Construção do Projeto de Vida**. 2005. 138f. Dissertação (Mestrado).- Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1998.

KANBUR, Ravi; SQUIRE, Lyn,. **The evolution of thinking about poverty: exploring the interactions.** [S.l.]:[s.n], 1999.

KAZTMAN, Rúben. Seducidos Y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de La Cepal.** Santiago do Chile, n. 75, 2001.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na polis? In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Democracia, juventude e Capital Social no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

KELLER, K.L., **Strategic Brand Management: Building, Measuring, and Managing Brand Equity.** Saddle River: Prentice-Hall Upper, 1998

KIM, J e LAU, L. The sources of Asian Pacific economics growth. **Canadian Journal of Economics**, v. 29, special issue, part. 2, p. 5448 – 54454, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital Social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 69, 1999.

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

KNACK, S.; KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. **Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n.4, p.1251-88, 1997.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil, Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18 n. 51, fev. 2002.

KOWITT, Beth. For Mr. BRIC, nations meeting a milestone, **CNNMoney**, 17 jun. 2009. Disponível em:
<http://money.cnn.com/2009/06/17/news/economy/goldman_sachs_jim_oneill_interview.fortune/index.htm. Acesso em: 18 Jun. 2013.

KRUTILLA, J.V. Conservation reconsidered. **The American Economic Review**, v.57, n. 4, 1967.

LA PORTA, Rafael et al. Trust in large organizations American Economic review, **Papers e procedings**, p. 333 -338, 1997.

LA PORTA, R. et al. The quality of government. Cambridge. **NBER Working Paper**, n. 6727, 1998.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **Pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação (Mestrado). – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series**. Oxford, n.107, maio 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

LEIPZINGER, D. et al. **Primary educational achievement in Brazil**: The role of social capital. [S.I.]: Working Draft, 1996.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34,1993.

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LIN, Nan. Social Resources and Instrumental Action. In: LIN, Nan; MARSDEN, Peter V (Orgs.). **Social Structure and Network Analysis**. Beverly Hills: Sage, 1982, p. 131-145.

_____. **Social capital**: a theory of social structure and action. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

_____. **The empire of fashion dressing modern democracy**. Translated by Catherine Porrtter. [S.I]: Princeton University Press, 2002.

_____. **La société d'hyperconsommation**. Le Debat, mar./avr., n.124, p. 74-98, 2003.

_____. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcoralla, 2004a.

_____. Metamorfoses da Cultura Liberal: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sullina, 2004b.

_____; SERRY, Jean. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

LIPTON, M.; RAVALLIO, M. **Poverty and policy, World Bank**. Policy research working papers. Washington: World Bank, 1993.

LUCAS, R. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n.1, p.3-42, 1988.

MAIA, José Afonso Ferreira. Metodologia para a avaliação ex- ante e ex- post da relevância social de políticas públicas. **Sitientibus - Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, jan/jun., p. 22 – 54, 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MASLOW, A.H. **Toward a Psychology of Being**. Princeton: D. VonNostrand Company, 1962.

MATURANA, Humberto. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. Sao Paulo: Palas Athena, 2004.

MATURANA, Humberto. **La democracia es una obra de arte**. Bogota: Editorial Magisterio, 1993.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A Arvore do Conhecimento**. Campinas: Psy II, 1995.

MAUSS, Marcel. **The Gift**. Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies. London: Cohen & West Ltd, 1966.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução de A. F. Marques. Lisboa: Edições 70, 2001.

MCMILLAN, David W.; CHAVIS, David M. Sense of Community: A Definition and Theory. **Journal of Community Psychology**, v.14, n. 1, p. 6-23, 1986.

MEDEIROS, Marcelo. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 22, dez., 2000.

MEIER, G. **Leading issues in economic development**. New York: Oxford University, 1995.

MESTRUM, F. **Mondialisation et Povereté: Del Utieité de la Paubraté Dans le Nouvel Ordre Mondial**. Paris: L'Harmattan, 2002.

MIDEPLAN - Ministerio de Planificación y Cooperación. División Social. Departamento de Evaluación Social. **Síntesis de los principales enfoques, métodos y estrategias para la superación de la pobreza**. Santiago de Chile, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petropolis: Vozes, 2008.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONASTERIO, Leonardo M. Capital Social e Economia: antecedentes e perspectivas. In: Encontro de Economia Política, 5., 2002. Fortaleza, **Anais...** Fortaleza, 2002a.

_____. Capital Social e Crescimento Econômico: Mecanismo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.3.1, numero especial, p. 866-880, 2002b.

MORAES, Jorge Luis Amaral; RUOSO, Maurivam. **Capital social e a dinâmica do desenvolvimento territorial rural no norte do rio grande do sul**, [200-?] Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O505.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MOSER, C. The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies. **World Development**. V. 26, n. 1, p. 01-19,1998.

MURRAY, Colin. **Livelihoods research**: some conceptual and methodological. Manchester UK: University of Manchester, 2001. Issues Background Paper 5. Chronic Poverty Research Centre.

NARAYAN, Deepa; PRITCHETT, Lant. Cents and Sociability: Household Income and Social Capital. Rural Tanzania. **Economic Development and Cultural Change**, n. 47, 1999.

_____; WOOLCOCK, Michael. Social capital: implications for development theory, research, and policy. **The World Bank Research Observer**, v.15, n.2, p. 225–249. Aug. 2000.

_____. **La Voz de los Pobres ¿Hay alguien que nos escuche?**. [S.l.]:[s.n], 2000.

_____; CASSIDY, Michael. A Dimensional Approach to Measuring Social Capital: Development and Validation of Social Capital Inventory. **Current Sociology**, n. 49, 2001.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o Sertão**: origem e evolução do Capital Social em Valente / Ba. São Paulo: Annablume, 2003.

NAZZARI, Rosana Cátia. **Capital Social, Cultura e Socialização Política**: a juventude brasileira. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

NORRIS. **Rising Tide**: Gender Equality & Cultural Change around the World. Coauthored with Ronald Inglehart. New York: Cambridge University Press, 2003.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

NORTH, D. **Structure and change in economic history**. New York: Norton, 1981.

OCAMPO, José Antonio. Capital Social y agenda del desarrollo. In: ATRIA, Raúl, SILES et al.(Comps.). **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Santiago do Chile:

Comisión Económica para América Latina y el Caribe University of Michigan Press, 2003. p. 25 – 3.

OLIVEIRA, M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

OLSON Jr, Mancur. **The logic of collective action**: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard, 1965.

_____. **The Rise and Decline of Nations**. New Haven and London: Yale University, 1982.

ONU - Organização das Nações Unidas. Resolução 217 A (III). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez.1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 15 ago 2011

ORSHANSKY, M. How Poverty is Measured. **Monthly Labour Review**, n. 92, p. 37-41, 1969.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. Investing in capital, institutions, and incentives. In CLAGUE, Christopher (Ed). **Institutions and Economic Development**; Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.

_____. **Social Capital**: a Fad or a Fundamental Concept? Social capital. A Multifaceted Perspective, World Bank, 2000.

_____. Social Capital: a fad or a fundamental concept? In: DASGUPTA, Partha, SERALGEDIN ISMAIL, **Social Capital**: a multifaceted perspective. Washington. DC: World Bank, 2002. P. 172-214.

PALDAM, M.; SVENDSEN, G. Tinggaard. Is Social Capital an Effective Smoke Condenser? An essay on a concept linking the social sciences, Social Capital Initiative, **Working Paper Series**, n.11, 1999.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**. Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRY, Gregory M.; ROBISON, Lindon J. Evaluating the influence of personal relations hips on land sale prices: a case study in Oregon. **Land economics**. v. 77, n. 3 ,2001.

PETRINI, Giancarlo. **Pós-modernidade e família**. Bauru: Edusc, 2003.

_____. Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum*, n. 8, 2005a.

_____. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005b.

_____.(Org.). **Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais: rotas de inclusão**. Salvador: Fapesb, 2007.

_____. Família na abordagem relacional de Pierpaolo Donati. In: DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: Abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____; MENEZES, José Euclimar X. de; MOREIRA, Lúcia V. de C. **Família na Sociedade Contemporânea**. In: DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____; FONSECA, R.; PORRECA, W. **Pobreza, Capital Humano, Capital Social e familiar**. *Memorandum*, 19, 184-197, 2010

_____. et al. (2012). Família, Capital Humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida. **Memorandum**, n.22, p. 165-186, 25 mar. 2012. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a22/petrinialmorefodi01>. Acesso em: 12 ago 2011

_____; DIAS, Marcelo Couto. **A família como Capital Social e as Políticas Familiares**. [S.I.]: 2012

PETTAN, Kleber Batista et al. **Análise Comparativa do Desempenho da Competitividade das Agroindústrias, em Rede e Isoladas, no Oeste de Santa Catarina e a Formação de Capital Social**. Santa Catarina: [s.n], 2004.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Definições clássicas de pobreza**, 1997.

POCHMANN, Márcio. Nova Política de Inclusão Socioeconômica. **Revista de Economia Mackenzie**, ano 1, n. 1. p. 27- 36, 2004.

POOGE, Thomas W. As exigências morais da justiça global In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Pobreza e Desigualdade no Brasil**. Traçando caminhos para a inclusão social. [S.I.]: Unesco, 2004.

PORRECA, Wladimir. **Família**: sujeito social geradora de Capital Social familiar Franca: UNESP, 2008.

PORTES, Alejandro. Social Capital: its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Reviews**, n. 24, p. 1 - 24, 1998.

PRÁ, Jussara Reis. (Re) socializar é preciso: aportes teóricos para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Democracia, juventude e Capital Social no Brasil**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2004.

PRANDINI, R. **Le radici fiduciarie del legame sociale**. Milano: FrancoAngeli, 1998.

_____. Capitale sociale familiare e socialità: un'indagine sulla popolazione italiana. In: DONATI, P. **Famiglia e capitale sociale nella società italiana**: ottavo rapporto sulla famiglia in Italia. Cinisello Balsamo: Edizioni San Paolo, 2003.

_____. Il capitale sociale familiare in prospettiva relazionale: come definirlo, misurarlo e sussidiarlo. In: DONATI, P. L'approccio relazionale al Capitale Sociale. **Sociologia e Politiche Sociali**, v. 10, n. 1, p. 41- 74, 2007.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____.; HELLIWELL, J. Economic growth and social capital in Italy. **Eastern Economic Journal**, v. 21, n.3, p. 295-307, 1995

_____. **Jogando boliche sozinho**. Publicações, Braudel Papers, n.10, 1996.

_____. **Bowling Alone. The collapse and Revival of American Community**. New York; Senion and Schuster, 2000.

RAHNEMA, M. Pobreza. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalkay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAVALLION, Martin.. In: Taller Regional: La Medición de la pobreza por el método de las Líneas de pobreza, Programa para el Mejoramiento de las Encuestas y la Medición de las Condiciones de Vida en América Latina y el Caribe, 4., 1985, Santiago, **Anais...** Santiago: BID/BIRD/CEPAL, LC/R, 1985.

RIEDL, M.; VOGT, Olgário. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de Capital Social. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. (Org.) **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 149-211.

ROBISON, Lindon J. Y.; SCHMID, A Allan. Interpersonal relationships and preferences: evidences and implications. **Handbook of Behavioral Economics**, v. 2B, Greenwich: Jai Press, 1991.

_____; SILES, Marcelo E.; SCHMID, A Allan. **Social Capital and Poverty Reduction: Toward a mature paradigma**. Documentos de la conferencia Internacional em busca de un nuevo paradigma: Capital Social y reducción de la pobreza in América Latina y el Caribe, Santiago de Chile, 2001.

_____; SILES, M.; OWENS, J. **A Performance Evaluation of the Nicaraguan Social Investments Funds**. Department of Agricultural Economic Staff Paper, n. 02-00. East Lansing: Michigan State University, 2002.

_____; SILES, Marcelo; MEYERS, Y. Social capital and the terms of trade for fameand. **Review of Agricultural Economics**, v. 24, n 1, 2002.

_____; SILES, Marcelo E; SCHMID, A Allan. El Capital Social y lá reducion de la pobreza: hacia un paradigma maduro. In: ATRIA, Raúl et al. **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Michigan State University: CEPAL, 2003.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROGERS, C.R. **On Becoming A Person**. Boston: Houghton-Mifflin Co, 1961.

ROMEIRO, Admar Ribeiro. Prefácio In: NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o Sertão: origem e evolução do Capital Social em Valente / Ba.** São Paulo: Annablume, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ROWNTREE, B. S. **Poverty: A Study of Town Life**. London: MacMillan, 1902.

SABATINI, Francisco. **Reforma de los mercados de suelo em Santiago, Chile: efectos sobre precios de la tierra y la segregación especial**. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Urbanos; Pontificia Universidad Católica. 1998. Série Azul, n. 24.

SALLY, D. Two economic applications of sympathy. **Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 18, n.2, p. 455-487, 2000.

SANTISO, Javier. La mirada de Hirschman sobre el desarrollo o el arte de los trasposos y las autosubversiones. **Revista de la CEPAL**, Santiago, Chile, n. 70, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização... do pensamento único à consciência universal**. Record: Rio de Janeiro, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

_____. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 131-150.

_____. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Algumas questões sobre família e políticas sociais. In: JACQUE, C.; COSTA, L. (Org.). **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, p. 193-213.

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção de Capital Social no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo (Org). **Democracia, juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2004. p. 147-179.

SEI - Superintendência de Estatística e Informação. **Anuário Estatístico da Bahia 2010**. Salvador: SEI, 2011.

SEN, Amartya. K. Rational Fools: A critique of the Behavioural foundations of Economic Theory. In: SEN, Amartya. K. **Choice Welfare and Measurement**, Oxford: Blackwell, 1977. p. 84-106.

_____. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de L. T. MOTTA. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERALGEDIN, Ismael; GROOTAERT, Christian. Defining social an intergerating view. In: DASGUPTA, Partha; SERALGEDIN, Ismail. **Social Capital**; a multifaceted perspective, Washington, D.C: World Bank, 2000. p. 40-48.

SILES, Marcelo et al. **Does friendly service retain customers?** [S.l]: Bank Marpeting, 1994.

SILVA, Benedito. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVEIRA, Angelita Fialho. O Empoderamento e a constituição de Capital Social entre a juventude. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí, RS: Unijuí, 2006. p. 159 – 175.

SILVER, Hilary. Reconceptualizing Social Disadvantage: Three Paradigms of Social Exclusion. In: RODGERS, Gerry; GORE, Charles; FIGUEIREDO, Jose B. (Orgs). **Social Exclusion: Rhetoric, Reality, Responses**. Geneva: International Institute of Labor Studies; United Nations Development Programme, 1995.

SINGER, P. The Singer solution to world poverty. **The New York Times Magazine**, New York, 5 Sep. 1999.

SKINNER, B. **Sobre o behaviorismo**. Tradução de M. P. Villalobos. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de J.C. Todorov & R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**: investigação sobre a sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

SOLOW, Robert. But verify. **The New Republic**, p. 36-39, set., 1995.

SOLOW, Robert. Notes on social capital and economic performance. In: DASGRIPTA, Partha; SERALGEDIN, Ismail. **Social Capital: a multifaceted perspective**. Washington. DC: World Bank, 2000. p. 6 - 12.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **Caderno de Pesquisa**, PPGSP-UFSC, n.32, Out. 2002.

STANZANI, S. **Percorsi di civilizzazione**. Rimini: Maggioli, 2003.

STIGLER, George J. The Economics of Information. **Journal of Political Economy**, v. 69, n. 3, p. 213-225, Jun. 1961.

STIGLITZ, J. E. Formal and informal institutions. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington: World Bank, 2000. p. 59-68.

STRANGES, M. La lunga (e difficile) transizione allo stato adulto dei giovani italiani. **Sociologia e Politiche Sociali**, n. 9, p. 16-30, 2008.

SUNKEL, Guillermo. La pobreza e la Ciudad. In: ATRIA, Raúl et al (comps.). **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe University of Michigan Press, 2003a. p. 303 – 338.

_____. La pobreza em la ciudad: Capital Social y políticas públicas. In: ATRIA, Raul e SILES, Marcelo. **Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe University of Michigan Press, 2003b.

SWINTON, S.M., More Social Capital, Less Erosion: Evidence from Peru's Altiplano. In: Reunión de la American Agricultural Economics Association, 2000, Tampa, **Topic thematic...** Tampa, Florida, 30 jul./ 2 ago. 2000.

SZTOMPKA, Piotr, **A sociologia da mudança social**. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TENDLER, Judith. **Good Government in the trocs**. Baltimore, MD: Hoppins Univerty Press, 1997.

THALER, R. Toward a positive theory of consumer choice. **Journal of Economic Behavior and Organization**, n. 1, 1980.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América...** de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social e democrático. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOWNSEND, Peter. Poverty, social exclusion and social polarization: the need to construct an international welfare state. In: TOWNSEND, Peter; GORDON, David (Orgs). **World Poverty**: new policies to defeat an old enemy. UK: The Policy Press, 2002.

ULIAN, A. L. A. O. O ensino da análise de contingências como prática cultural para terapeutas analítico-comportamentais em clínica-escola. In: Encontro da ABPMC, 17., 2008, Campinas, SP. **Comunicação oral...** Campinas, SP, 28-31 Ago. 2008.

UPHOFF, Norman. Understanding Social Capital: Learning from the Analysis and Experience of Participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital**. A Multifaceted Perspective. [S.I.]: World Bank, 2000.

USLANER, Eric M. **Trust, Democracy, and Governance**. Maryland: College Park, 2003. Department of Government and politics.

VERSPAGEN, B. **Uneven growth between interdependent economies**. Adershot: Avebury, 1993.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of games and economic behaviour**. Princeton: Princeton University, 1944.

WHETTEN, D.A.; CAMERON, Kim. S. **Developing Management Skills**. 3. ed. Nueva York: Harper Collins College Publishers, 1995.

WILLIAMSON, O. **Markets and hierarchies**: analysis and antitrust implications. New York: Free Press, 1975.

_____. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1985.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, 1998.

YUNUS, Muhammad. **What is microcredit**. Grameen: Banking for the Poor, 2003.

ZAK, P. J.; KNACK, S. **Trust and growth**. College Park, Maryland: IRIS Working Paper 219; University of Maryland, 1998.

ZAMAGNI, Stefano. **La famiglia come soggetto economico**: argomenti per una política dela famiglia. Roma: Città Nuova, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948).

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)
da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades, Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembleia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A

instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIV

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR CAPITAL SOCIAL (QI – MCS)

D. Associação profissional (de médicos, professores, veteranos)			
E. Sindicato dos comerciantes ou dos trabalhadores			
F. Comitê do(a) bairro/localidade			
G. Grupo religioso ou espiritual (ex. igreja, mesquita, templo, grupo religioso informal, grupo de estudo religioso)			
H. Grupo ou movimento político			
I. Grupo ou associação cultural (ex. arte, música, teatro, cinema)			
J. Sociedade organizadora de festivais (festival society)			
K. Grupo financeiro, de crédito ou de poupança			

L. Grupo educacional (ex. Associação de pais e professores, comitê escolar)			
M. Grupo de saúde			
N. Grupo de gerenciamento de água e resíduos			
O. Grupo esportivo			
P. Grupo de jovens			
Q. ONG ou grupo cívico (ex. Rotary Club, Cruz Vermelha)			
R. Grupo baseado na comunidade étnica			
S. Outros grupos			

- 1.2 Em comparação há cinco anos atrás*, os membros do seu domicílio participam de mais ou menos grupos ou organizações?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Mais
2 Mesmo número
3 Menos

- 1.3 De todos os grupos de que os membros do seu domicílio fazem parte, quais são os dois mais importantes para o seu domicílio?

[ENTREVISTADOR: ANOTE OS NOMES DOS GRUPOS]

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

- 1.4 Quantas vezes, nos últimos 12 meses, alguém deste domicílio participou das atividades desses grupos, por exemplo, participando de reuniões ou realizando algum trabalho de grupo?

Grupo 1

Grupo 2

- 1.5 Como uma pessoa passa a ser um membro deste grupo?

- 1 Já nasce pertencendo ao grupo
2 Sua participação é solicitada
3 É convidada
4 Por escolha voluntária
5 Outros (especifique) _____

Grupo 1

Grupo 2

1.6 Com quanto dinheiro ou bens o seu domicílio contribuiu para com este grupo nos últimos 12 meses?

Grupo 1

Grupo 2

1.7 Quantos dias de trabalho o seu domicílio dedicou a esse grupo nos últimos 12 meses?

Grupo 1

Grupo 2

1.8 Qual é o maior benefício de se fazer parte deste grupo?

- 1 Melhora a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
- 2 É importante em situações de emergência/no futuro
- 3 Beneficia a comunidade
- 4 Prazer/Diversão
- 5 Espiritual, posição social, auto-estima
- 6 Outros (especifique) _____

Grupo 1

Grupo 2

1.9 O grupo ajuda o seu domicílio a ter acesso a algum dos seguintes serviços?

- 1 Sim
- 2 Não

	Grupo 1	Grupo 2
A. Educação ou treinamento		
B. Serviços de saúde		
C. Abastecimento de água ou saneamento		
D. Crédito ou poupança		
E. Insumos agrícolas ou tecnologia		
F. Irrigação		
G. Outros (especifique)		

1.10 Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

- 1 Sim
- 2 Não

	Grupo 1	Grupo 2
A. Bairro/localidade		
B. Família ou grupo de parentesco		
C. Religião		
D. Sexo		
E. Idade		
F. Grupo étnico ou lingüístico/ raça/ casta/ tribo		

1.11 Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma...

- 1 Sim
- 2 Não

	Grupo 1	Grupo 2
A. Ocupação		
B. Formação educacional ou grau de escolaridade		

1.12 Os membros do grupo têm, em sua maioria, o mesmo ponto de vista político ou pertencem ao mesmo partido político?

- 1 Sim
- 2 Não

Grupo 1

Grupo 2

1.13 Alguns membros são mais ricos ou mais pobres do que os outros, ou todos têm mais ou menos o mesmo nível de renda?

- 1 Mais ou menos o mesmo nível de renda
- 2 Mistura ricos e pobres

Grupo 1

Grupo 2

1.14 Nos últimos cinco anos*, o tamanho do grupo diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Diminuiu
- 2 Permaneceu o mesmo
- 3 Aumentou

Grupo 1

Grupo 2

1.15 Quando há uma decisão a ser tomada no grupo, geralmente, como isso acontece?

- 1 A decisão é imposta de fora
- 2 O líder decide e informa os outros membros do grupo
- 3 O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
- 4 Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
- 5 Outros (especifique _____)

Grupo 1

Grupo 2

1.16 Como são escolhidos os líderes nesse grupo?

- 1 Por uma pessoa ou entidade de fora
- 2 Cada líder escolhe o(a) seu/sua sucessor(a)
- 3 Por decisão de alguns membros
- 4 Por decisão/voto de todos os membros
- 5 Outros (especifique _____)

Grupo 1

Grupo 2

1.17 De modo geral, você diria que a liderança do grupo é...

- 1 Muito efetiva
- 2 Relativamente efetiva
- 3 Não é efetiva

Grupo 1

Grupo 2

1.18 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos semelhantes, dentro do(a) bairro/localidade?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, freqüentemente

Grupo 1

Grupo 2

1.19 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos semelhantes, fora do(a) bairro/localidade?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, freqüentemente

Grupo 1

Grupo 2

1.20 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos diferentes, dentro do(a) bairro/localidade?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, freqüentemente

Grupo 1

Grupo 2

1.21 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos diferentes, fora do(a) bairro/localidade?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, freqüentemente

Grupo 1

Grupo 2

1.22 Qual é a fonte de financiamento mais importante desse grupo?

- 1 Os próprios membros financiam
- 2 Outras fontes dentro da comunidade
- 3 Fontes de fora da comunidade

Grupo 1

Grupo 2

1.23 A(s) pessoa(s) mais importante(s) que aconselha(m) ou orientam o grupo...

- 1 Pertence(m) ao grupo
- 2 É(são) de fora do grupo mas pertence(m) à comunidade
- 3 É(são) de fora do grupo e não pertence(m) à comunidade

Grupo 1

Grupo 2

1.24 Quem originalmente fundou o grupo?

- 1 O governo central
- 2 O governo local
- 3 Um líder local
- 4 Membros da comunidade

Grupo 1

Grupo 2

Redes

1.25 Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.

1.26 Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro [RURAL: o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana; URBANO: o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho], quantas pessoas, de fora do seu domicílio, estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

- 1 Ninguém
- 2 Uma ou duas pessoas
- 3 Três ou quatro pessoas
- 4 Cinco ou mais pessoas

- 1.27 [SE A RESPOSTA NÃO FOR NINGUÉM] Dessas pessoas, quantas você diria que atualmente têm condições de lhe fornecer esse dinheiro?

- 1.28 [SE A RESPOSTA NÃO FOR NINGUÉM] Essa(s) pessoa(s) tem uma posição social igual/mais alta/mais baixa do que você?

- 1 Igual
- 2 Mais alta
- 3 Mais baixa

- 1.29 Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças?

- 1 Definitivamente sim
- 2 Provavelmente
- 3 Provavelmente não
- 4 Definitivamente não

- 1.30 Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, ou [RURAL: perda da colheita; URBANO: perda do emprego] quantas pessoas, de fora do seu domicílio, estariam dispostas a lhe ajudar?

- 1 Ninguém
- 2 Uma ou duas pessoas
- 3 Três ou quatro pessoas
- 4 Cinco ou mais pessoas

- 1.31 [SE A RESPOSTA NÃO FOR NINGUÉM] Dessas pessoas, quantas você diria que atualmente têm condições de lhe ajudar?

- 1.32 Nos últimos 12 meses, quantas pessoas com um problema pessoal lhe pediram ajuda?

1.33 [SE A RESPOSTA NÃO FOR NINGUÉM] Essa(s) pessoa(s) tem uma posição social igual/mais alta/mais baixa do que você?

- 1 Igual
- 2 Mais alta
- 3 Mais baixa

2. Confiança e Solidariedade

Em toda comunidade, algumas pessoas se dão bem e confiam umas nas outras, enquanto outras pessoas não. Agora, eu gostaria de falar a respeito da confiança e da solidariedade na sua comunidade.

2.1 Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

- 1 Pode-se confiar na maioria das pessoas
- 2 Nunca é demais ter cuidado

2.2 Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concordo totalmente 2. Concordo em parte 3. Não concordo nem discordo 4. Discordo em parte 5. Discordo totalmente
A. Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste(a) bairro/localidade.	
B. Neste(a) bairro/localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	
C. A maioria das pessoas neste(a) bairro/localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
D. Neste(a) bairro/localidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	

- 2.3 Agora eu quero perguntar a você o quanto você confia em diferentes tipos de pessoas. Numa escala de 1 a 5, onde 1 quer dizer “confio muito pouco” e 5 quer dizer “confio totalmente”, quanto você confia nas pessoas em cada categoria?

	1. Confio muito pouco 2. Confio pouco 3. Nem pouco, nem muito 4. Confio muito 5. Confio totalmente
A. Pessoas do seu grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo	
B. Pessoas de outros grupos étnicos ou lingüísticos/raça/casta/tribo	
C. Comerciantes	
D. Membros do governo local	
E. Membros do governo central	
F. Polícia	
G. Professores	
H. Médicos e enfermeiras	
I. Estranhos	

- 2.4 Você acha que nos últimos cinco anos*, o grau de confiança neste(a) bairro/localidade melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
 2 Piorou
 3 Permaneceu mais ou menos o mesmo

2.5 Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas neste(a) bairro/localidade ajudam umas às outras? Utilize uma escala de 5 pontos, onde 1 quer dizer “sempre ajudam” e 5 “nunca ajudam”.

- 1 Sempre ajudam
- 2 Quase sempre ajudam
- 3 Algumas vezes ajudam
- 4 Raramente ajudam
- 5 Nunca ajudam

2.6 Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

A. Tempo

B. Dinheiro

- 1 Não contribuiria com tempo
- 2 Contribuiria com tempo

- 1 Não contribuiria com dinheiro
- 2 Contribuiria com dinheiro

3. Ação Coletiva e Cooperação

3.1 Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros no(a) seu(sua) bairro/localidade para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

1 Sim

2 Não → vá para a questão 3.4

3.2 Quais foram as três principais atividades nos últimos 12 meses? A participação nessas atividades for voluntária ou solicitada?

	Voluntária	Solicitada

3.3 No total, quantos dias nos últimos 12 meses você, ou alguém do seu domicílio, participou em atividades comunitárias?

3.4 Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada ou punida?

1 Muito provável

2 Relativamente provável

3 Nem provável nem improvável

4 Relativamente improvável

5 Muito improvável

3.5 Quantas pessoas neste(a) bairro/localidade contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como (RURAL: uma vaquinha ou um mutirão; URBANO: um mutirão ou a manutenção de um centro comunitário)?

- 1 Todas
- 2 Mais da metade
- 3 Cerca de metade
- 4 Menos da metade
- 5 Ninguém

3.6 Se houvesse um problema de abastecimento de água nessa comunidade, qual a probabilidade das pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

3.7 Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas em seu(sua) bairro/localidade, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar as vítimas?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

4. Informação e Comunicação

4.1 Quanto tempo você leva para chegar à agência dos correios mais próxima?

- 1 Menos de 15 minutos
- 2 15 a 30 minutos
- 3 31 a 60 minutos
- 4 Mais de uma hora

4.2 Quantas vezes no último mês você leu um jornal, ou alguém em seu domicílio leu um para você?

4.3 Com que frequência você ouve o rádio?

- 1 Todos os dias
- 2 Algumas vezes por semana
- 3 Uma vez por semana
- 4 Menos de uma vez por semana
- 5 Nunca

4.4 Com que frequência você assiste televisão?

- 1 Todos os dias
- 2 Algumas vezes por semana
- 3 Uma vez por semana
- 4 Menos de uma vez por semana
- 5 Nunca

4.5 Quanto tempo você leva para chegar ao telefone (que esteja funcionando) mais próximo?

- 1 Tenho telefone em casa
- 2 Menos de 15 minutos
- 3 15 a 30 minutos
- 4 31 a 60 minutos
- 5 Mais de uma hora

4.6 No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

--

4.7 Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tais como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

- 1 Parentes, amigos e vizinhos
- 2 Boletins da comunidade
- 3 Mercado local
- 4 Jornal local ou da comunidade
- 5 Jornal nacional
- 6 Rádio
- 7 Televisão
- 8 Grupos ou associações
- 9 Colegas de trabalho ou sócios
- 10 Associados políticos
- 11 Líderes comunitários
- 12 Um agente do governo
- 13 ONGs
- 14 Internet

--	--	--

4.8 Quais são as três fontes de informação mais importantes sobre o mercado (tais como empregos, preços de produtos e safras)?

- 1 Parentes, amigos e vizinhos
- 2 Boletins da comunidade
- 3 Mercado local
- 4 Jornal local ou da comunidade
- 5 Jornal nacional
- 6 Rádio
- 7 Televisão
- 8 Grupos ou associações
- 9 Colegas de trabalho ou sócios
- 10 Associados políticos
- 11 Líderes da comunidade
- 12 Um agente do governo
- 13 ONGs
- 14 Internet

--	--	--

- 4.9 Em geral, em comparação há cinco anos atrás*, o acesso à informação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
2 Piorou
3 Permaneceu mais ou menos o mesmo

- 4.10 Em que parte do ano a sua casa é acessível pela estrada?

- 1 Durante o ano todo
2 Apenas durante algumas estações
3 Nunca é facilmente acessível

- 4.11 Quantas vezes você foi até [RURAL: um povoado vizinho ou cidade; URBANO: outra parte da cidade] nos últimos 12 meses?

5. Coesão e Inclusão Social

5.1 Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade em seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “muito distante” e 5 “muito próximo”.

- 1 Muito distante
- 2 Relativamente distante
- 3 Nem distante nem próximo
- 4 Relativamente próximo
- 5 Muito próximo

5.2 Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num(a) mesmo(a) bairro/localidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no(a) seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouca diferença”.

- 1 Extremamente diferentes
- 2 Muito diferentes
- 3 Relativamente diferentes
- 4 Pouco diferentes
- 5 Muito pouco diferentes

5.3 Alguma dessas diferenças causa problemas?

- 1 Sim
- 2 Não → vá para a questão 5.6

5.4 Quais são as duas diferenças que mais freqüentemente causam problemas?

- 1 Diferenças de educação
- 2 Diferenças de posse de terras
- 3 Diferenças de riqueza/posses materiais
- 4 Diferenças de posição social
- 5 Diferenças entre homens e mulheres
- 6 Diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas
- 7 Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
- 8 Diferenças de filiação política
- 9 Diferenças de crenças religiosas
- 10 Diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo
- 11 Outras diferenças

--	--

5.5 Alguma vez esses problemas levaram à violência?

- 1 Sim
- 2 Não

--

5.6 Há grupos de pessoas no(a) bairro/localidade que não conseguem ter acesso a alguns dos seguintes serviços?

	1 Sim → 2 Não	Quantos são excluídos? 1 Somente algumas pessoas 2 Muitas pessoas, mas menos da metade do(a) bairro/localidade 3 Mais de metade do(a) bairro/localidade
A. Educação/escolas		
B. Serviços de saúde/clínicas		
C. Água		
D. Justiça		
E. Transporte		

5.7 Há alguma atividade comunitária da qual você não tem permissão para participar?

1 Sim

2 Não, eu posso participar de todas as atividades → vá para a questão 5.10

5.8 De quais atividades você não tem permissão para participar?

[ENTREVISTADOR: ENUMERE ATÉ 3 ATIVIDADES]

5.9 Por que você não tem permissão para participar?

[ENTREVISTADOR: ENUMERE ATÉ 2 MOTIVOS]

1 Pobreza

2 Ocupação

3 Falta de escolaridade

4 Por ser homem ou por ser mulher

5 Idade

6 Religião

7 Filiação política

10 Etnia ou língua/raça/casta/tribo

11 Outros (especifique _____)

Sociabilidade

Agora eu vou fazer algumas perguntas a respeito de suas interações sociais cotidianas.

- 5.10 No último mês, quantas vezes você se encontrou com pessoas em um local público para conversar, ou para comer, ou beber?

- 5.11 No último mês, quantas vezes as pessoas visitaram-no em sua casa?

- 5.12 No último mês, quantas vezes você visitou outras pessoas em suas casas?

- 5.13 As pessoas com quem você se encontrou, ou que você visitou eram, em sua maioria...

	1 Sim	2 Não
A. De um grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo diferente?		
B. De situação econômica diferente?		
C. De posição social diferente?		
D. De um grupo religioso diferente?		

- 5.14 Nos últimos três meses, quantas vezes você se reuniu com outras pessoas para jogar, praticar esportes, ou outras atividades recreativas?

- 5.15 Quantas vezes, nos últimos 12 meses, você participou de uma cerimônia familiar ou de um festival no(a) bairro/localidade? (casamento, enterro, festival religioso etc.)?

Conflito e Violência

- 5.16 Na sua opinião, esse(a) bairro/localidade é geralmente pacífico(a) ou marcado(a) pela violência?

- 1 Muito pacífico
- 2 Moderadamente pacífico
- 3 Nem pacífico nem violento
- 4 Moderadamente violento
- 5 Muito violento

- 5.17 Em comparação há cinco anos atrás*, o grau de violência nesse(a) bairro/localidade aumentou, diminuiu ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Aumentou muito
- 2 Aumentou um pouco
- 3 Permaneceu mais ou menos o mesmo
- 4 Diminuiu um pouco
- 5 Diminuiu muito

- 5.18 Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho em casa?

- 1 Muito seguro(a)
- 2 Moderadamente seguro(a)
- 3 Nem seguro(a) nem inseguro(a)
- 4 Moderadamente inseguro(a)
- 5 Muito inseguro(a)

5.19 Como você se sente ao andar sozinho(a) na sua rua depois de escurecer?

- 1 Muito seguro(a)
- 2 Moderadamente seguro(a)
- 3 Nem seguro(a) nem inseguro(a)
- 4 Moderadamente inseguro(a)
- 5 Muito inseguro(a)

5.20 Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio foi vítima de um crime violento, ou seja, atacado(a) ou assaltado(a)?

- 1 Sim
- 2 Não → vá para a questão 5.30

5.21 Quantas vezes?

5.22 Nos últimos 12 meses, a sua casa foi assaltada ou depredada?

- 1 Sim
- 2 Não → vá para a questão 6.1

5.23 Quantas vezes?

6. Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política

6.1 Em geral, você se considera uma pessoa...

- 1 Muito feliz
- 2 Moderadamente feliz
- 3 Nem feliz, nem infeliz
- 4 Moderadamente infeliz
- 5 Muito infeliz

6.2 Qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

- 1 Nenhum controle
- 2 Controle sobre muito poucas decisões
- 3 Controle sobre algumas decisões
- 4 Controle sobre a maioria das decisões
- 5 Controle sobre todas as decisões

6.3 Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

- 1 Totalmente incapaz de mudar minha vida
- 2 Geralmente incapaz de mudar minha vida
- 3 Nem capaz, nem incapaz
- 4 Geralmente capaz de mudar minha vida
- 5 Totalmente capaz de mudar minha vida

6.4 No geral, qual o impacto que você acha que tem em fazer esse(a) bairro/localidade um lugar melhor para se viver?

- 1 Um grande impacto
- 2 Um pequeno impacto
- 3 Nenhum impacto

6.5 Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade?

1 Nunca → vá para a questão 6.7

2 Uma vez

3 Algumas vezes (≤ 5)

4 Muitas vezes (> 5)

6.6 Alguma dessas petições teve sucesso?

1 Sim, todas tiveram sucesso

2 A maioria teve sucesso

3 A maioria não teve sucesso

4 Nenhuma teve sucesso

6.7 Nos últimos 12 meses, você fez alguma dessas coisas?

	1 Sim 2 Não
A. Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão?	
B. Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou-lhe uma carta?	
C. Participou de um protesto ou demonstração?	
D. Participou de uma campanha eleitoral ou informativa?	
E. Alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local?	
F. Notificou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local?	

6.8 Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou na última eleição local?

1 Sim

2 Não

6.9 Você votou na última eleição estadual/nacional/presidencial?

- 1 Sim
- 2 Não

6.10 Alguma vez você votaria em um candidato que não fosse do seu grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo?

- 1 Sim
- 2 Não

6.11 Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você e por outras pessoas como você, quando tomam decisões que afetam a todos?

- 1 Muito
- 2 Um pouco
- 3 Não levam em consideração

- 6.12 Na sua opinião, qual é o grau de honestidade dos membros e funcionários das seguintes agências? Por favor, classifique-os segundo uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “muito desonesto” e 5 “muito honesto”.

	1 Muito desonesto 2 Geralmente desonesto 3 Nem honesto nem desonesto 4 Geralmente honesto 5 Muito desonesto 9 Não se aplica (agência não existe no(a) bairro/localidade)
A. Membros do governo local	
B. Líderes tradicionais da localidade	
C. Médicos e enfermeiras da clínica de saúde	
D. Professores e funcionários da escola	
E. Funcionários do correio	
F. Polícia	
G. Juízes ou funcionários do magistério	
H. Funcionários de ONGs	

- 6.13 Em geral, em comparação há cinco anos atrás*, a honestidade do governo local melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos a mesma?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER ESCLARECIDO SITUANDO-O EM RELAÇÃO À ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
 2 Piorou
 3 Permaneceu mais ou menos a mesma

6.14 Nos últimos 12 meses, o seu domicílio teve que pagar algum dinheiro adicional a membros do governo para conseguir que alguma coisa fosse feita?

- 1 Sim, freqüentemente
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Não → encerre a entrevista

6.15 Tais pagamentos são eficazes para conseguir que um serviço seja realizado ou um problema seja resolvido?

- 1 Sim, normalmente
- 2 Sim, mas apenas ocasionalmente
- 3 Geralmente não

7. Anexo B: Questões Centrais¹⁶

Grupos e Redes

1. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém em seu domicílio, faz parte?

2. De todos os grupos de que você, ou os membros do seu domicílio fazem parte, qual é o mais importantes para o seu domicílio?

_____ [Nome do grupo]

3. Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

	1 Sim 2 Não
A. Religião	
B. Sexo	
C. Grupo étnico ou lingüístico/raça/casta/tribo	

¹⁶ Para um conjunto mais limitado de itens do questionário a serem incluídos em um survey mais curto, as 27 questões que se seguem, retiradas da lista anterior, são as que consideramos as mais essenciais.

4. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma...

	1 Sim 2 Não
A. Ocupação	
B. Formação educacional ou grau de escolaridade	

5. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora do(a) bairro/localidade?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, freqüentemente

6. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.

7. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro [RURAL: o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana; URBANO: o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho], há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Definitivamente
2. Provavelmente
3. Não tenho certeza
4. Provavelmente não
5. Definitivamente não

Confiança e Solidariedade

8. Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

1. Pode-se confiar nas pessoas
2. Nunca é demais ter cuidado

9. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	1 Concordo totalmente 2 Concordo em parte 3 Nem concordo, nem discordo 4 Discordo em parte 5 Discordo totalmente
A. A maioria das pessoas neste(a) bairro/localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
B. Neste(a) bairro/localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	

10. Quanto você confia em...

	1 Confio totalmente 2 Confio muito 3 Nem muito, nem pouco 4 Confio pouco 5 Confio muito pouco
A. Membros do governo local	
B. Membros do governo central	

11. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

A. Tempo

- 1 Não contribuiria com tempo
- 2 Contribuiria com tempo

B. Dinheiro

- 1 Não contribuiria com dinheiro
- 2 Contribuiria com dinheiro

Ação Coletiva e Cooperação

12. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

1. Sim
2. Não (vá para a questão 14)

13. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

14. Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável, nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

Informação e Comunicação

15. No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

16. Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tal como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

1. Parentes, amigos e vizinhos
2. Boletins da comunidade
3. Mercado local
4. Jornal local ou da comunidade
5. Jornal nacional
6. Rádio
7. Televisão
8. Grupos ou associações
9. Colegas de trabalho ou sócios
10. Associados políticos
11. Líderes da comunidade
12. Um agente do governo
13. ONGs
14. Internet

--	--	--

Coesão e Inclusão Social

17. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num(a) mesmo(a) bairro/localidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no(a) seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouco diferentes”.

1. Extremamente diferentes
2. Muito diferentes
3. Relativamente diferentes
4. Pouco diferentes
5. Muito pouco diferentes

--

18. Alguma dessas diferenças causa problemas?

1. Sim
2. Não → vá para a questão 21.

--

19. Quais são as duas diferentes que mais freqüentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação
2. Diferenças de posses de terras
3. Diferenças de riqueza/posses materiais
4. Diferenças de posição social
5. Diferenças entre homens e mulheres
6. Diferenças entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas
7. Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
8. Diferenças de filiação política
9. Diferenças de crenças religiosas
10. Diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo
11. Outras diferenças

--	--

20. Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1. Sim
2. Não

--

21. Quantas vezes, no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em um lugar público?

--

22. [SE A RESPOSTA NÃO FOR ZERO] Alguma dessas pessoas era...

	1 Sim 2 Não
A. De origem étnica ou lingüística, raça/casta/tribo diferente?	
B. De situação econômica diferente?	
C. De posição social diferente?	
D. De um grupo religioso diferente?	

23. Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho(a) em casa?

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política

24. Em geral, você se considera uma pessoa...

1. Muito feliz
2. Moderadamente feliz
3. Nem feliz, nem infeliz
4. Moderadamente infeliz
5. Muito infeliz

25. Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

1. Totalmente incapaz de mudar minha vida
2. Geralmente incapaz de mudar minha vida
3. Nem capaz, nem incapaz
4. Geralmente capaz de mudar minha vida
5. Totalmente incapaz de mudar minha vida

26. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

1. Nunca
2. Uma vez
3. Algumas vezes (≤ 5)
4. Muitas vezes (> 5)

27. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou nas últimas eleições estaduais/nacionais/presidenciais?

1. Sim
2. Não